

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Luciana Dias Gontijo Soares

O CONTINENTE QUE VIROU UMA NAÇÃO?
Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de
Azevedo

Belo Horizonte
INVERNO DE 2020

Luciana Dias Gontijo Soares

O CONTINENTE QUE VIROU UMA NAÇÃO?
Aspectos do Brasil e da Geografia brasileira nos textos de Aroldo de
Azevedo

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia do departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Linha de Pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação geográfica.

Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio
Coorientadora: Doralice Barros Pereira

BELO HORIZONTE
INVERNO DE 2020

S676c
2020

Soares, Luciana Dias Gontijo.

O continente que virou uma nação? [manuscrito] : aspectos do Brasil e da geografia brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo / Luciana Dias Gontijo Soares. – 2020.

249 f., enc.: il.

Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio.

Coorientadora: Doralice Barros Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2020.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação Geográfica.

Bibliografia: f. 230-245.

Inclui anexos.

1. Geografia – Brasil – Teses. 2. Educação – Teses. 3. Análise crítica do discurso – Brasil – Teses. I. Del Gaudio, Rogata Soares. II. Pereira, Doralice Barros. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. IV. Título.

CDU: 91(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

O CONTINENTE QUE VIROU UMA NAÇÃO? Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo

LUCIANA DIAS GONTIJO SOARES

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 31 de julho de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). ROGATA SOARES DEL GAUDIO - Orientador
UFMG

Prof(a). Doralice Barros Pereira
UFMG

Prof(a). Valeria de Oliveira Roque Ascensão
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof(a). Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
PUC SP

Prof(a). Astrogildo Luiz de França Filho
UERJ FFP

Belo Horizonte, 31 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Entre os caminhos e descaminhos da vida, que me trouxeram até aqui, tive a sorte de encontrar pessoas que me fizeram voltar a ter fé na vida e no ser humano. A Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto de Geociências, onde passei mais de dez anos da minha vida, foram pra mim mais do que um espaço de estudo e de aprendizado acadêmico, foram também lar, lugar de esperança, de crescimento, de evolução, de descoberta de “mundos” e de “Brais”.

Agradeço, primeiramente, às minhas orientadoras, Rogata e Doralice, que com tanta paciência, dedicação e empenho me acompanharam nessa jornada. Agradeço pela atenção, carinho e acolhimento nos momentos difíceis. Agradeço por todo o aprendizado que me proporcionaram e pelo entusiasmo, muitas vezes esquecido no mundo acadêmico.

Agradeço aos membros da banca, Astrogildo, Lúcio e Valéria, que se dispuseram a ler o texto e a contribuir por meio de seus comentários, questionamentos e provocações, que enriqueceram o debate.

Agradeço à CAPES por financiar a pesquisa e, com isso, me proporcionar o privilégio de me dedicar aos estudos e ao conhecimento em uma sociedade em que o tempo das pessoas deve ser dedicado quase exclusivamente ao trabalho e à produção de mercadorias.

Agradeço à FUMP que me alimentou, me deu transporte e material ao longo de toda a minha graduação, possibilitando que eu continuasse os estudos com a qualidade da dedicação exclusiva.

Agradeço à AGB, por ter enriquecido a minha formação através dos encontros, debates e ações que o formalismo acadêmico não permite que sejam feitos pela universidade...

Agradeço à Adriana Angélica, por me ensinar a ser professora e refletir comigo sobre o que e como ensinar Geografia do Brasil aos estudantes; por me apresentar o livro “Tipos e Aspectos do Brasil, e por ser tão generosa.

Agradeço aos meus amigos e companheiros da pós-graduação, Arthur, Bruno, Fred, Gabi e Paola, por compartilharem comigo as angústias e as alegrias do processo de pesquisa, pelas ideias trocadas, pelos almoços no bandejão, pelos cafezinhos e pela “balbúrdia”, porque sem ela não há quem aguente! Vocês tornaram esses dois anos e meio mais leves e menos solitários.

Agradeço ao Claudinei por abalar todas as minhas certezas e me despertar para a crítica.

Agradeço à Andrea e família, por me acolher nos momentos de maior necessidade.

Agradeço à Michelle, por acreditar em mim e estar sempre por perto.

Agradeço ao Thell, por ser quem é e por ser tanto...

Agradeço à minha mãe, Elisabeth, por me conhecer melhor do que eu mesma e que, mesmo não estando presente para participar de tudo isso, sabia que eu chegaria até aqui.

O Brasil se apresenta logo à primeira vista como
um Estado gigante, um verdadeiro continente,
uma nação-continente.

Pierre Deffontaines

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender se há relação entre a institucionalização da Geografia no Brasil e a construção/consolidação de uma ideologia nacional brasileira hegemônica, por meio da análise de textos acadêmicos de Aroldo de Azevedo, publicados entre as décadas de 1930 e 1970. Destes, foram selecionados os escritos do autor que tratam de concepções teórico-metodológicas da Geografia, bem como aqueles que abordam aspectos relacionados ao Brasil. O intuito de tal escolha foi caracterizar a Geografia de Aroldo de Azevedo e compreender de que maneira sua produção contribuiu, ou não, para a construção de um “determinado” Brasil. Que Brasil seria este? É o que procuramos apresentar ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Considera-se que a “visão social de mundo” do geógrafo paulista se entrelaça de maneira indissociável ao seu saber/fazer geográficos. Tornou-se indispensável, portanto, analisar sua figura integrando-a ao contexto histórico e aos grupos sociais dos quais fazia parte. Entendendo seus textos como discursos e partindo da perspectiva do discurso como uma possibilidade de mudança social, optou-se pelo uso da Análise Crítica do Discurso, a partir da proposição de N. Fairclough (2001), como ferramenta metodológica. Além disso, tendo em vista a ampla utilização de recursos imagéticos pela ciência geográfica, apoiamo-nos na Gramática do Design Visual para sua verificação. Apresentou-se o debate realizado pela *intelligentsia* brasileira sobre a identidade nacional e como Aroldo de Azevedo nele se situou, considerando, também, seus principais interlocutores. Dessa forma foi possível identificar que o discurso de Aroldo de Azevedo compunha o discurso hegemônico de “reelogio à colonização portuguesa”, mais afeito à continuidade do que à ruptura deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: Aroldo de Azevedo, Ideologia Nacional, Análise Crítica do discurso, Gramática do Design Visual.

ABSTRACT

This research aims to understand whether there is a relation between the institutionalization of Geography in Brazil and the construction/consolidation of a hegemonic Brazilian national ideology, through the analysis of Aroldo de Azevedo's academic texts, published between the 1930s and 1970s. From this writings, were selected those that broach about theoretical-methodological conceptions of Geography, as well as those that discuss aspects related to Brazil. The aim of this choice was to characterize Aroldo de Azevedos'Geography and to understand how his production contributed, or not, to the construction of a "certain" Brazil. What would this Brazil be? That is what we intend to answer throughout the development of this research. It is considered that a "social view of the world" by the Brazilian geographer is inextricably linked to his geographic knowledge / practice. Therefore, it has become indispensable to analyze his figure by integrating it into the historical context and the social groups he belonged to. Understanding his texts as discourses and starting from the perspective of discourse as a possibility for social change, we choose the use of Critical Discourse Analysis, based on the proposition of N. Fairclough (2001), as a methodology. In addition, we use the Grammar of Visual Design due to the wide use of imagery resources by geographic science. It presents how Aroldo de Azevedo was situated in the debate carried out by Brazilian intelligence about national identity. Who were his main interlocutors? It was possible to identify the speech of Aroldo de Azevedo as part of the hegemonic speech of "re-praising Portuguese colonization", more prone to continuity this process than break it.

KEY WORDS: Aroldo de Azevedo; National Ideology; Critical Discourse Analysis, Grammar of Visual Design

LISTA DE FIGURAS

- 1: Concepção tridimensional do discurso
- 2: Representação tridimensional do discurso
- 3: Representação esquemática da Gramática do Design Visual
- 4: Os tipos vaqueiros
- 5: Vaqueiro nordestino
- 6: Processo de construção iconográfica
- 7: Linha do tempo Geografia/USP (1934-1946)
- 8: Imagem ilustrativa da população brasileira presente no livro “Geografia do Brasil” de Aroldo de Azevedo
- 9: Capa do livro “Brasil a terra e o homem”
- 10: Pintura “A redenção de Cam”
- 11: Núcleos populacionais
- 12: Negras Baianas

LISTA DE SIGLAS

ACD. Análise Crítica do discurso

A. de A.: Aroldo de Azevedo

AGB: Associação de geógrafos brasileiros

BCG: Boletim Carioca de Geografia.

BPG: Boletim Paulista de Geografia.

CNG: Conselho Nacional de Geografia

EFT: Estrada de Ferro Tocantins

FBC: Fundação Brasil Central

FFLCH: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

GDV: Gramática do Design Visual

GSF: Gramática Sistêmico-Funcional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PR: Participantes Representados.

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – DEMARCAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	29
1.1 - Sobre geografia, política e poder	29
1.2 - Ideologia e Geografia: uma questão teórico-metodológica.....	38
1.3 - Por que pesquisar Aroldo de Azevedo hoje?.....	50
1.4 - Análise Crítica do Discurso e Gramática do design visual	57
CAPÍTULO 2 – A GEOGRAFIA DE AROLDO DE AZEVEDO: A INFLUÊNCIA DOS MESTRES E SUAS CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	71
2.1 - O “nascimento” da Geografia acadêmica no Brasil: (re)definições e observações	72
2.2 - O ensino de Geografia na perspectiva de Aroldo de Azevedo	102
CAPÍTULO 3 – A (RE)INVENÇÃO DO BRASIL À LUZ DA GEOGRAFIA DE AROLDO DE AZEVEDO	134
3.1 Ideologia nacional: a comunidade dos (des)iguais	134
3.2 - Nação: uma construção ideológica?	145
3.3 – “O que faz o brasil, Brasil?”	153
3.4 O Brasil na geografia de Aroldo de Azevedo: continuidade ou ruptura?	171
3.5 – As gentes do Brasil, modos de vida e integração povo-território para A de A	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	230
ANEXOS	246

INTRODUÇÃO

As reflexões que nos levaram a essa pesquisa foram fruto de um acúmulo de indagações que nos surgiram no decorrer de nossa trajetória acadêmica. A primeira delas, apesar da aparente obviedade, é basilar e diz respeito aos diferentes pressupostos teórico-metodológicos por meio dos quais a Geografia se insere enquanto ciência. Se bem que, grande parte desta discussão teve como objetivo garantir que ao conhecimento geográfico fosse atestada sua cientificidade. Contudo, este *status* não veio sem percalços, dentre eles a fragmentação e as dualidades que levaram à eterna contradição em que vive a Geografia, a de uma ciência generalista em um mundo de especialistas¹. Abordamos esta questão em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “O encontro com o mundo: uma busca pela totalidade na Geografia”, defendido em 2015 no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, em que analisamos o processo de institucionalização desta ciência no século XIX, tendo como referências os viajantes naturalistas, figuras que se encontravam no limiar de transição entre a Geografia “pré-científica” e “científica”. A dualidade Geografia física/Geografia humana decorre também desse processo e faz parte de um movimento mais amplo no qual há uma revolução na forma de pensar o mundo, que culminou na chamada sociedade moderna. Dentre suas características, se encontra a separação entre a fé e a razão, sendo que a natureza é deslocada do plano da metafísica e passa a ser representada por fórmulas matemáticas². Nesta sociedade destaca-se o pensamento filosófico humanista-racionalista cujo método se baseia no empirismo e na observação objetiva (SOARES, 1996).

Além disso, a ascensão do capitalismo enquanto sistema socioeconômico intensificou a separação homem-natureza, na medida em que converteu a última em recurso natural ou fonte de matéria-prima para a produção de mercadorias, enquanto ao primeiro coube a

¹ Ruy Moreira, no texto *O círculo e a espiral. A crise paradigmática do mundo moderno*, publicado no início dos anos de 1990, no qual discute a práxis geográfica e os paradigmas desta ciência, afirma que “a geografia viu-se diante do antagonismo da necessidade de fragmentar-se para estar em dia com a contemporaneidade do pensamento e da necessidade de recuperar a integralidade da visão de mundo que tinha antes” (MOREIRA, 2008, p. 16).

² Luiz Soares (1996, p. 502), no texto *O novo mundo e a revolução científica nos séculos XVI e XVII*, que é parte integrante do livro *História da ciência, mapa do conhecimento*, organizado por Ana Maria Godfarb e Carlos Maia, se baseia em Newton para afirmar que à ciência “caberia a construção da existência de uma ordem dos fenômenos naturais e a expressão de suas leis através da representação matemática”.

tarefa de transformá-la por meio do trabalho³ e das técnicas. A característica modelatória da ciência moderna uniformizou o método da criação de leis universais através da observação e da experiência. Tal caracterização é compatível com a Geografia física, que encontra na natureza codificada a base para a criação de suas leis. Já a Geografia humana enfrentou dificuldades para estabelecer causalidades para o comportamento do homem (SOARES, 2015, p. 19). Desta maneira, ocorreu uma tendência a abordar a Geografia humana sob uma ótica naturalizante (MORAES, 2014).

Estes pontos, brevemente apresentados, são importantes porque permeiam alguns aspectos fundamentais de nossa investigação, a saber: (i) *a maneira como o homem e as relações sociais são retratados na Geografia* e (ii) *a importância do contexto histórico para o pensar e fazer geográficos*. No que se refere ao primeiro aspecto, é preciso destacar que as relações sociais envolvem, necessariamente, questões políticas, uma vez que dizem respeito ao modo como a sociedade se constitui. Emergiu daí, a dificuldade das ciências humanas de se enquadrarem no espectro da neutralidade.

Nossa preocupação, nesta pesquisa, volta-se para as características específicas do processo histórico de construção da Geografia acadêmica em meio aos debates relacionados aos seus paradigmas. Esta não é uma tarefa fácil, sobretudo porque historicamente a Geografia é marcada por crises e dissensos. E ao relacionar esses processos à construção da ideologia nacional, acrescenta-se outra dificuldade, na medida em que a abordagem sobre a ideologia já se apresenta, por si só, de maneira espinhosa. Assim, uma das intenções dessa pesquisa é também, problematizar e refletir a respeito das relações entre a ciência geográfica e a ideologia. Ao longo dessa introdução trataremos de explicitar alguns pontos que consideramos importantes para esclarecer os caminhos que trilhamos em meio a essas dificuldades. Desvendar os processos de organização do pensamento, no entanto, se constitui um desafio à parte, tendo em vista que não há uma linearidade e que, muitas vezes, as ideias se encontram extremamente imbricadas.

Nosso recorte analítico ocorrerá a partir do conceito de *ideologia nacional* e como seus elementos aparecem ou não na obra de um importante geógrafo brasileiro, de maneira que a pergunta norteadora dessa pesquisa e que buscaremos responder ao longo de seu

³ Moreira (1995, p. 19) considera que “o processo de trabalho é uma relação homem-meio apontada pelo lucro pela via da produção de mercadorias de baixo custo, a relação é de predação”.

desenvolvimento é: **há relações entre a Geografia de Aroldo de Azevedo e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira? Se sim, quais são e como elas se manifestam em sua obra?**

Nesse percurso, a organização da pesquisa e do presente texto implicou na construção de questões mais amplas para, em seguida, chegar aos nós que as conectaram e deram forma ao nosso objeto.

Abordamos, primeiramente, a discussão a respeito das possíveis relações entre a ideologia na Geografia que foi feita nos anos de 1970/1980⁴, a partir de textos de autores como Nelson Werneck Sodré (1976), Milton Santos (1978/2012), Porto-Gonçalves (1978), Yves Lacoste (1988) e Antônio Carlos Robert Moraes (1988). Essa discussão fez parte de um momento intenso de debate epistemológico na Geografia brasileira, embasado pelo marxismo, e cuja centralidade era o papel político desta ciência. Apesar desse debate ter ocorrido em um período posterior às publicações de Aroldo de Azevedo, o geógrafo paulista tinha a convicção de que a ciência deveria ser neutra e renegava a “cientificidade” de textos que apresentassem qualquer “traço de política” ou “contaminação ideológica”. Assim, considerando que uma de nossas preocupações seja pensar as relações entre a Geografia e a ideologia, estas obras são um aporte teórico fundamental para nossa pesquisa.

Em seguida, discorreremos acerca da relação entre a institucionalização da Geografia e a consolidação da organização político-territorial do espaço mundial em Estados nacionais. A partir do texto “A geografia a serviço da política”, de Aroldo de Azevedo (1955), buscamos evidenciar a posição deste autor em relação à questão ideologia-neutralidade. Pensamos que assim conseguimos conectar alguns dos diferentes elementos que deram forma ao nosso objeto e ao nosso percurso de pesquisa para, enfim, apresentarmos esse texto final.

As discussões sobre a ideologia e a demarcação de seu lugar de oposição à ciência se intensificaram quando ocorreu o questionamento do sistema vigente, embasado pelo marxismo. Ao trazer à tona as contradições, conflitos e desigualdades suscitados pelo capitalismo, a perspectiva marxista apresentou uma leitura de mundo que não poderia

⁴ Atualmente, Rogata Soares Del Gaudio e Doralice Pereira Barros são importantes referências na discussão sobre Geografia e ideologia. Dentre suas publicações, encontra-se o livro por elas organizado Geografias e Ideologias, submeter e qualificar. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, (2014).

ser efetuada por meio do projeto de Geografia que havia se estabelecido até então. Porto-Gonçalves (1978) afirma que a crise da Geografia decorreu da incapacidade de seu arcabouço teórico-metodológico em explicar e propor soluções para os problemas espaciais da sociedade. Nesse texto, o autor se referia às visões hegemônicas de Geografia das décadas de 1930 e 1950, cuja tradição historicista-evolucionista não possibilitava “pensar e analisar as rupturas, as mudanças, as revoluções e contra-revoluções” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 9). Ainda nas palavras de Porto-Gonçalves (1978), no contexto da sociedade capitalista, há uma monopolização do saber nas mãos de algumas poucas corporações e do Estado, o que consolida a “ideologia do cientificismo”. Ele questiona a neutralidade da ciência e aponta para a apropriação do saber como forma de dominação:

Por mais que queiramos expressar ou colocar o discurso científico como uma "visão" neutra e acima de qualquer outro discurso, ele se inscreve naquilo que Marx chamou de superestrutura. O discurso científico é uma aproximação do real efetivada por indivíduos inscritos em relações sociais, que, no caso da sociedade de classes, é de onde emanam os antagonismos através dos quais a História se move. [...] é preciso deixar claro que não se trata como gostam de fazer os mistificadores cientificistas, de propor uma distinção radical entre Ciência e Ideologia. Também não se pretende operar com uma distinção muito cara aos Stalinistas entre Ciência Burguesa e Ciência Proletária. Trata-se, isto sim, de deixar bem evidente o caráter de apropriação de classes do saber, do caráter de classe que atravessa a sua divulgação por meio das instituições que, como vimos, "compõem o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes". Esta colocação deve servir, ainda, de alerta face a um certo tipo de Marxismo "domesticado", despolitizado, que começa a grassar nos meios acadêmicos da Geografia (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 8-11).

Estes escritos de Porto-Gonçalves fazem parte de um movimento de Renovação da Geografia⁵ em que se denunciava esta ciência como legitimadora do discurso dominante. França Filho, no texto “Considerações sobre a renovação crítica da geografia brasileira” (2012), se baseia em Moreira (1992) ao propor uma periodização

⁵ Optamos pela ideia de “renovação da geografia” e não a de “renovação crítica da geografia” tendo em vista as considerações de França Filho (2012, p. 12-13): “O largo uso do termo Geografia Crítica na geografia brasileira, ainda que ressaltamos a contribuição efetiva que possa ter realizado há tempos atrás, hoje mostra ter efeito nocivo, pois termina por fazer tábula rasa de toda a diversidade de tendências e formas de pensamento reunindo-as sob um único rótulo que, em si mesmo, nada revela: afinal de contas, o que é Geografia Crítica? Nos textos de protagonistas daquele momento, é constante a presença de relatos que colocam o caráter extremamente diversificado do movimento, incluindo desde geógrafos com tendências ligadas ao marxismo das mais radicais até liberais com ânsias de mudança na sociedade (sempre é preciso contextualizar, levando em consideração o momento histórico no Brasil, em meio a um processo iniciado de abertura política) [...]. Todavia, ainda adotamos o termo renovação, pois além de evitar generalizações reducionistas (os famosos “guarda-chuvas” aonde tudo vai sendo colocado por debaixo), possui uma conotação que nos parece mais adequada, pois abre margem para uma interpretação mais ampla desse movimento da Geografia, mesmo porque possibilita compreender a “abertura” da Geografia para a Teoria Crítica e a ampla inserção do pensamento crítico, colocando a importância dos seus aspectos teórico-metodológicos. Essa observação é importante, pois dentre as contribuições da Renovação, talvez essa seja a mais expressiva para a Geografia até os dias de hoje”.

para este movimento que identifica dois momentos distintos: o primeiro deles, localiza-se entre o final da década de 1970 e o final dos anos 1980 e caracteriza-se pelo “desvendamento do potencial ideológico do discurso geográfico, distinguível em duas frentes de atuação: a Geografia dos professores e a Geografia dos Estados-Maiores” (FRANÇA FILHO, 2012, p. 14). No segundo, que corresponderia de meados da década de 1990 aos dias atuais, haveria uma “atrofia e uma descontinuidade desse movimento, uma vez que este perde força em termos de ação política e, institucionaliza-se, terminando por conduzir a nova linha científica dominante da Geografia” (*idem*).

A ideia dessas “frentes de atuação” do discurso ideológico da Geografia, associadas à “Geografia dos professores” e à “Geografia dos Estados Maiores”, que França Filho (2012) nos apresenta, encontra-se no livro de Yves Lacoste “A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, publicado em 1976. Juntamente com o texto “A geografia” (1974), do mesmo autor, esta obra foi uma importante referência para a comunidade geográfica brasileira naquele momento de discussão e ruptura epistemológica, ao denunciar, entre outras coisas, a “farsa da neutralidade-ingenuidade científica” (MOREIRA, 1988, p. 30). Lacoste sustentava a ideia de que

a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi sobretudo o de mascarar por procedimentos que não são evidentes a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder. É sobretudo quando ele parece “inútil” que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos “neutros” e “inocentes” parece supérflua. A sutileza foi a de ter passado um saber estratégico, militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo. Nós veremos que as consequências desta mistificação são graves (LACOSTE, 1988, p. 25).

É interessante notar que tanto em Porto-Gonçalves (1978) quanto em Lacoste (1988), a ideologia está relacionada à mistificação. Tal perspectiva decorre da concepção marxista de ideologia enquanto “falsa consciência”⁶. Outras obras importantes para o movimento de renovação da Geografia e que também discorrem sobre o par Geografia-ideologia sob a perspectiva da falsidade ou mistificação são: “Introdução à geografia: geografia e ideologia”, de Nelson Werneck Sodré⁷ e “Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica”, de Milton Santos, cujas primeiras edições datam de 1976 e 1978, respectivamente.

⁶ Há diferentes perspectivas para o conceito de ideologia no marxismo. Estas serão apresentadas no capítulo 1 deste texto.

⁷ Apesar de Nelson Werneck Sodré não ser geógrafo, incluímos sua obra em nossa análise devido ao pioneirismo deste autor em tratar da relação entre a geografia e ideologia no Brasil.

Para Sodré (1976, p.8) a Geografia, desde a sua “infância”, estava viscerada de “falsidades”, que iam desde a mais rudimentar, como o determinismo climático, até chegar a um nível mais sofisticado, como “a pretensa objetividade que admite a existência de uma sociedade sem classes no período mais agudo da crise geral do capitalismo”. Para este autor, as ideias dominantes são as das classes dominantes, o que levou a Geografia a viver a contradição de estudar os fenômenos e a natureza para melhor explorar seus recursos e omitir resultados que contribuiriam para desvendar o caráter de classe de aproveitamento dos mesmos (*idem*, p. 9). Ao longo de todo o livro, Sodré (1976) discorre sobre as “falsidades ideológicas” que envolveram a Geografia e que estiveram relacionadas à dominação de classe. Dentre elas, pontuamos a influência das ciências naturais (as “verdadeiras ciências”) e o primado da natureza sobre o homem (*idem*. p. 77); além da geopolítica, que representa a culminância da trilha ideológica, sendo desprovida do sentido científico com papel unicamente no plano político (*idem*, p. 54). O referido autor apresenta as fases colonial e imperialista da Geografia relacionado-as ao “arsenal ideológico” racista, determinista e classista que as fundamentou, e finaliza sua análise com o seguinte apelo:

A Geografia necessita, fundamentalmente, deixar de ser a guarida de teses e de postulados gerados no arsenal ideológico do colonialismo e do imperialismo. Não basta que deixe de ser meramente descritiva, para ser explicativa. Não basta arrolar, inventariar, catalogar. É preciso compreender. Mas, para compreender, **precisa vincular-se à verdade**, atirando ao lixo o amontoado de falsidades que a sobrecarrega, que vive de uma conveniente, premeditada e interessada repetição (SODRÉ, 1976, p. 129, grifos nossos).

De acordo com Pereira e Del Gaudio (2017, p. 14538), o movimento do pensamento de Sodré (1976) reverbera no diálogo de Milton Santos em “Por uma geografia nova: da crítica à geografia crítica”, pois “ambos se ocupam em demonstrar as formas pelas quais a geografia era usada para veicular ‘ideologias/falsidades’”. Tal livro de Santos, assim como o texto de Porto-Gonçalves (1978) e Sodré (1976), foram escritos em momentos de “crise da Geografia” em que, de acordo com Santos (1978/2012, p. 18), a ultrapassada construção teórica da ciência geográfica impossibilitava uma análise coerente da realidade, que experimentava à época, mudanças revolucionárias. O “projeto ambicioso” de Santos (1978/2012, p. 21), consistia em fazer uma revisão crítica da “evolução” da Geografia apontando os obstáculos que a impediram de ser orientada para uma problemática social mais ampla e construtiva. Além disso, este autor se propõe a teorizar o espaço geográfico como uma forma de superar o “erro

epistemológico” de se discutir mais sobre a geografia do que sobre o espaço, que é seu objeto de estudo (*idem*, p. 18-19).

A primeira parte do livro, intitulada “A Crítica da Geografia” e composta por oito capítulos, é dedicada, sobretudo, à crítica das influências ideológicas que conduziram esta ciência desde suas origens. Santos (1978/2012, p. 29-30) chega a afirmar, concordando com Jean Dresch, que a Geografia oficial responde a uma “ideologia necessariamente orientada”, que seria resultante do “triunfo da burguesia”, isto é, uma ideologia engendrada pelo capitalismo. Assim como Sodré (1976), Santos (1978/2012), recorre à historiografia da Geografia apresentando sua vinculação com a dominação de classes e exaltação à tendência positivista. Partindo da “Geografia colonialista” e chegando a “Geografia utilitarista”, esta relacionada à Geografia quantitativa, o autor afirma que

um exame da situação atual na teoria espacial nos revela um imenso corpo de literatura que se preocupa com atividades econômicas isoladas ou em grupos; e com os fluxos entre esses grupos de atividades. Esses agrupamentos ou nódulos são também representados por firmas e os fluxos entre elas: *inputs* e *outputs*. São esses dados que fornecem a base para a formação de teorias espaciais tanto positivas quanto normativas, para as quais o homem é uma abstração, uma média ou é, mesmo, inexistente [...] O próprio fato de que as teorias espaciais e seus derivados - Economia Regional, Economia Urbana, Geografia Regional, Geografia Urbana, Análise Regional, Planificação Regional, Planificação Urbana e etc. -, em geral ignoram as estruturas sociais leva a que não se preocupem com os processos sociais nem com as desigualdades sociais. Acabam, simplesmente, por ignorar o homem. Por isso tais proposições não chegam a ser teorias, não passando de ideologias impostas ao homem com o objetivo de abrir caminho a difusão do capital. (SANTOS, 1978/2012, p. 103-105).

Santos (1978/2012) chama de “tara ideológica” o êxito do formalismo que caracterizou a “revolução quantitativa” em seu afã de “cientifizar” a Geografia por meio da matemática e do empirismo, tendo em vista que a exclusão do homem, dos processos sociais e de suas desigualdades, resultou em uma “Geografia a serviço do capital”. Afirmamos então que, assim como Sodré (1976), Porto-Gonçalves (1978) e Lacoste (1988), as relações entre a Geografia e a ideologia para Santos (1978/2012, p. 31) consistem na vinculação desta ciência aos grandes interesses e em sua função de “esconder” ou “mistificar” o papel do Estado e das classes na organização da sociedade e do espaço.

Ainda no que se refere ao par Geografia-ideologia, incluiremos a obra “Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil”, de Antônio Carlos Robert Moraes, porque ela apresenta uma perspectiva diferente da que comentamos até agora. Na

verdade, o texto de Moraes (1988) traz uma crítica à maneira reducionista com que as relações entre a Geografia e a ideologia havia sido tratadas até então.

Primeiramente, o autor se preocupa em definir a ideologia, apontando para duas grandes concepções marxistas: como “falsa consciência”, compartilhada pelos autores que apresentamos, e como “visão do mundo”, incorporada em sua “força histórica e ‘dimensão política’, inscrita na práxis” (MORAES, 1988, p. 39). Para este autor, a importância da dimensão política das ideologias é que as mesmas cumprem um papel de convencimento e legitimação. Neste contexto, a operação do conhecimento crítico não seria a desmistificação, como no primeiro caso, mas o de analisar a eficácia política dos discursos ideológicos (*idem*, p. 39-40). Ainda de acordo com Moraes, é importante valorizar o papel do sujeito e a construção política de sua consciência do espaço, uma vez que o saber geográfico como prática política constituiria o que ele chamou de “ideologias geográficas”.

Entre os autores que discutem as relações entre a Geografia e a ideologia, tomamos como referência as ideias de Moraes (1988), por considerarmos que as mesmas trouxeram contribuições mais aprofundadas, que vão para além da dualidade verdadeiro-falso. Pensamos que evidenciar a dimensão política da Geografia seja uma maneira não de desmistificá-la, mas de superar a concepção de neutralidade da ciência de maneira que, elucidadas as “visões de mundo”, sejam tomadas posições em prol da manutenção ou da transformação do *status quo*. Trataremos de maneira mais detalhada dos principais aspectos discutidos por Moraes (1988) no capítulo 1. No entanto, é necessário comentar, aqui, que há uma linha tênue entre as concepções de ideologia como “falsa consciência” e como “visão do mundo” que fez com que tivéssemos, como preocupação constante, não tomar um sentido pelo outro.

Esta dificuldade decorre de uma interpretação da realidade que se constrói de maneira diferente de acordo com a visão de mundo que a fundamenta. De certa forma, isso significa que não há uma realidade única e “verdadeira” a ser apreendida, e sim que é necessário entender os mecanismos que sustentam as interpretações desta, sejam elas conservadoras ou transformadoras. Não pretendemos, no entanto, adotar uma posição relativista, mas valorizar as dinâmicas sociais que instituem-se nos diferentes momentos históricos, sendo que estas são, como vimos, repletas de contradições. Enfrentamos, assim, outra dificuldade, a da periodização da História, uma vez que esta é contínua e

descontínua e que, dentro de um tempo, existem tempos (SANTOS, 1978/2012, p.22). Optamos, então, pela categoria modo de produção como referência, tendo em vista sua hegemonia e influência no processo de (re)produção do espaço. Além disso, baseamos-nos em alguns fatos históricos marcantes, como revoluções, ascensão/queda de governos, conflitos, etc. e procuramos evitar anacronismos.

Concordamos com Porto-Gonçalves (1978, p. 5), quando ele afirma que “o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez atravessam a própria prática do intelectual”, de maneira que, “o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico” (*idem*). A historiografia da Geografia moderna nos revela, a partir da leitura crítica de autores e suas obras, que as origens desta ciência remontam ao processo de expansão do capitalismo. Reside aí, a associação entre a chamada “Geografia oficial” e o Estado, uma vez que a configuração territorial do mundo em Estados nacionais é característica deste modo de produção⁸.

Os exemplos da Alemanha e da França ilustram bem esta questão, visto que Ratzel e Vidal de La Blache ofereceram os subsídios teóricos necessários à (re)unificação e expansão dos territórios de seus respectivos Estados nacionais⁹. Ratzel “criador” da Geografia política e defensor explícito do Estado alemão e La Blache, adepto da “asépsia política” e de uma “ciência neutra”. Ambos representantes de uma Geografia institucionalizada a serviço do capital (MOREIRA, 1995, p. 39).

O par Estado-nação é fruto de uma relação material e simbólica que se substancializa por meio do território. De um lado, o Estado como instância política normativa/representativa; de outro, a nação, uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008). A ideologia nacional, definida por Almeida (2014, p. 66) como a

⁸ Este assunto será detalhado no capítulo 2.

⁹ A obra *França de Leste*, de La Blache, mostra a preocupação e o interesse do geógrafo francês em relação ao futuro político da França, que à época se traduzia, principalmente, na recuperação dos territórios da Alsácia e Lorena, perdidos durante a guerra franco-prussiana. Em suas reflexões, ele analisa a região exaltando a questão da identidade dos povos que a habitavam, os quais se identificariam, segundo o autor, com a nacionalidade francesa. Para saber mais sobre esta questão, sugerimos o texto VLACH, Vânia. **Acerca da Geografia, da política, da geograficidade:** fragmentos metodológicos. Sociedade e natureza. Uberlândia, 11(21 e 22): 97-109, Jan/dez. 1999. Já Ratzel vivenciou o processo tardio de unificação alemã, na década de 1870. Suas teorias acerca do Estado, enquanto “um organismo vivo ou do “espaço vital” foram importantes justificativas para o expansionismo alemão. Para saber mais, ver RATZEL, Friedrich; MORAES, Antonio Carlos Robert.; FERNANDES, Florestan. **Ratzel:** geografia. São Paulo: Ática, 1990.

“constituição de sujeitos que, pertencendo a grupos potencialmente antagônicos, julgam-se, acima de tudo, participantes de comunidades de iguais”, é peça chave para o processo de legitimação desta formação política. É uma “ideologia geográfica” na medida em que representa o elo da construção política da consciência espacial (MORAES, 1988).

Surge, nesse ponto, o cruzamento que dá origem ao nosso objeto de pesquisa: **a relação entre a institucionalização da Geografia e a construção/consolidação da ideologia nacional**. *Assim como na Alemanha e na França, a institucionalização da Geografia no Brasil também possui alguma conexão com a construção/consolidação da ideologia nacional?* Novas dificuldades surgiram, então. Primeiramente porque não se trata de uma simples sobreposição do contexto europeu para o contexto brasileiro. Há especificidades históricas e políticas que devem ser consideradas, tendo em vista, inclusive, o papel desempenhado por estes países no cenário internacional. O Brasil, quando da institucionalização da Geografia, possuía pouco mais de um século de existência enquanto Estado nacional soberano. Além disso, as teorias desenvolvidas por Ratzel e La Blache foram os pilares que fundamentaram escolas de pensamento geográfico específicas e que serviram de matrizes teóricas para a Geografia brasileira.

O nome de Aroldo de Azevedo (A. de A.) surge-nos, então, não porque ele teria feito uma discussão epistemológica que culminou em novos “pensamentos geográficos”, mas por sua influência acadêmica¹⁰ durante seu período de atuação, além da vasta produção, das quais trataremos com mais aprofundamento no capítulo 1.

A. de A. foi um grande admirador da Geografia francesa, como será possível perceber no decorrer de nossa pesquisa. No que se refere ao debate ideologia-neutralidade, o texto “A geografia a serviço de política”, publicado por este autor no Boletim Paulista de Geografia (BPG), em 1955, é bastante esclarecedor. Antes de adentrar na exposição do tema propriamente dito, o referido texto A. de A. nos fornece o que ele chama de “explicação necessária”, na qual ele demonstra seu desconforto ao tratar das relações entre a Geografia e a política:

Ao escolher como tema deste artigo as relações entre a Geografia e a Ciência política – cumpre desde logo esclarecer – não pretendo demonstrar simpatias ou preferências pelo assunto. Muito pelo contrário, não me sinto inteiramente

¹⁰ E também escolar, na medida em que seus livros didáticos tiveram grande sucesso editorial e influenciaram gerações de professores e estudantes da educação básica durante, pelo menos, três décadas em todo o Brasil.

à vontade dentro dêle (*sic*); chego, mesmo, abordá-lo com receio e indisfarçável constrangimento. Procurarei, porém, vencer um e outro [...]. (AZEVEDO, 1955, p. 42).

O fato A. de A. se “sentir constrangido” e “não ter simpatia pela Geografia política” nos dá pistas de que a tendência deste autor é a de não incluir, ou melhor, rechaçar a ideia de valorização da dimensão política da Geografia. Em outro trecho, A. de A. esclarece o motivo de suas ressalvas e afirma textualmente que obras de caráter científico não devem conter pontos de vista políticos:

Em nenhum outro ramo da Geografia, torna-se preciso tomar tantas cautelas; é como se estivéssemos percorrendo um campo de batalha cheio de minas ou uma área repleta de fossos camuflados. Segue-se um determinado caminho, dentro da aparente lógica de um raciocínio guiado pelas mãos de um autor de responsabilidade; quando menos se espera, dá-se um passo em falso e... está-se defendendo, sem o saber, o ponto de vista político de uma potência, ou a ideologia de certa facção partidária, aleivosa ou disfarçadamente infiltrados em obras de caráter científico. Ora, trabalhar assim, para quem pretende ser imparcial, nada tem de atraente; exige um exaustivo peneiramento das idéias, um permanente estado de alerta, uma constante preocupação em descobrir pensamentos dissimulados, que – com toda franqueza – não compensa face aos resultados finais (AZEVEDO, 1955, p. 43).

Nessas passagens fica evidente que o autor se considera “imparcial” e “neutro” em suas exposições. Ele afirma que não pretende fazer a defesa de “nenhum ponto de vista político de uma potência, ou da ideologia de certa facção partidária”, e acrescenta que é necessário “peneirar ideias”, pois há obras ideológicas disfarçadas de científicas. Pode-se depreender desse trecho que A. de A. é adepto da concepção que separa ideologia e ciência e as considera como antagônicas, isto é, que se negam mutuamente. E que a ciência “bem produzida”, rechaçaria a ideologia. Ele mesmo não percebe que ao “peneirar ideias” já está produzindo ideologias, pois foi necessário estabelecer algum critério para realizar tal escolha, além de haver um público para o qual tais ideias seriam convenientes.

Ao mesmo tempo, este autor acredita que sua produção não possua conotação política, nem relação com “pontos de vista de grandes potências”. Quando ele afirma que o “esforço não compensa face aos resultados finais”, perguntamo-nos quais resultados seriam esses, quais seriam aqueles que “valeriam a pena” para o autor, e o que significa “valer a pena” quando se trata de uma produção acadêmica.

A despeito de suas ressalvas, o geógrafo brasileiro reconhece a existência da Geografia Política, mas é enfático ao afirmar que esta se diferencia da Geopolítica, a qual não faz

parte do temário da Geografia. Além disso, para Aroldo de Azevedo, a Geografia Política seria o menos geográfico dos ramos da ciência geográfica:

Seria uma temeridade negar a existência da Geografia política, uma das subdivisões da Geografia Humana, através da qual o homem, constituindo uma coletividade jurídica – o Estado, vê-se estudado em suas relações com o meio. Todavia, a seu lado, aparece a Geopolítica, cujo campo de ação muito se aproxima do campo da primeira, embora não seja ramo da Geografia e sim um dos aspectos da Ciência Política. Acresce, além disso, outra circunstância: em ambas estão presentes, de maneira sensivelmente predominante, a História e a Política, não restando quase nenhuma oportunidade para as investigações de caráter puramente geográfico. A paisagem – a paisagem que os geógrafos tanto apreciam, por ser o verdadeiro laboratório de pesquisas – passa a ser estudada das alturas, em amplas visões panorâmicas, no presente e no passado, através de considerações de caráter mais ou menos filosófico, fortemente imbuídas de pontos de vista puramente ideológicos e sob inevitável signo das incertezas ou remotas probabilidades. (AZEVEDO, 1955, p. 43).

Esta passagem nos fornece importantes informações quanto às concepções de A. de A. no que diz respeito às questões, hipóteses e objetivos de nossa pesquisa. Primeiramente, a relação entre a Geografia e a política para este autor se restringe ao ramo desta ciência que é nomeado de “Geografia Política”. Isto quer dizer que os outros campos da Geografia estariam menos susceptíveis a qualquer “contaminação”. Para ele, o Estado é o representante dos homens enquanto coletividade jurídica. Assim, a Geografia Política trataria das “relações entre o Estado e o meio”. Este campo da ciência geográfica, apesar de estar mais exposto do que os outros ao perigo iminente de “cair em armadilhas ideológicas”, deveria ser neutro e imparcial para que fosse científico.

A. de A. afirma que a paisagem é o “verdadeiro laboratório de pesquisas” dos geógrafos e que, por meio da Geografia Política, esta passaria a ser estudada a partir de “pontos de vista puramente ideológicos”. Isto quer dizer que, além de a política ser sinônimo de mácula, a paisagem teria mais relevo do que o território, nos estudos geográficos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a concepção de uma “Geografia pura” ou de “investigações puramente geográficas”. Esta ideia de pureza, para o referido autor, está relacionada à uma ciência que possui fronteiras rígidas, isto é, que tem um campo de investigação diferenciado e bem demarcado em relação às outras ciências. A partir deste ponto de vista, a Geografia Política seria “o menos geográfico dos ramos” porque dialoga excessivamente, ou melhor, porque *necessita* da História e da Política.

Tendo em vista esses pressupostos e acreditando que “a Geografia pode realmente dar sua contribuição à Ciência Política, sem que venha a abastardar-se ou se transforme em

um simples instrumento das ambições de um Estado dentro desta ou daquela ideologia política” (AZEVEDO, 1955, p. 48-49), A. de A. critica Ratzel e a Geografia alemã, por considerar que suas teorias sejam “um verdadeiro programa de govêrno (*sic*) para uma Nação imperialista”, e elogia a posição dos franceses, os quais são considerados por ele como “verdadeiros geógrafos”:

Do facciosismo dessas doutrinas geopolíticas [alemãs] resultou a atitude discreta dos **verdadeiros geógrafos**, acostumados a **pisar terrenos mais firmes e a lidar com fatos mais objetivos** [...] Outra não pode ser a explicação para o ponto de vista dos **geógrafos franceses** (*sic*), sempre **na primeira linha em todos os sectores da Geografia, mas ostensivamente desinteressados por semelhantes debates**. Suas preferências voltaram-se para **outros temas da própria Geografia Política**, para os quais trouxeram relevante contribuição, como os problemas decorrentes da **situação geográfica, as fronteiras, a colonização**. No entanto, a diferença entre suas obras e as produzidas pela geopolítica alemã é total: quem quer que venha consultar os estudos de Camille Vallaux, de Jean Brunhes, de Jacques Ancel ou de Georges Hardy não sente a menor desconfiança de ser embaído de sua boa fé; poderá naturalmente discordar dos argumentos ou da interpretação, mas será forçado a reconhecer a **honestidade científica** daqueles mestres e, acima de tudo, a **seriedade** com que explanam os assuntos a que deram preferência (AZEVEDO, 1955, p. 47, grifos nossos).

A. de A. rotula a geopolítica alemã de “doutrina” e a avalia com um sentido de “desonestidade” ou “má fé”. Os elogios e referências aos geógrafos franceses nos indicam a filiação teórica do geógrafo brasileiro, que se “embebedou” destas fontes para realizar seus estudos sobre o Brasil. É interessante notar que, para este autor, problemáticas como “situação geográfica”, “colonização” e “fronteiras”, apesar de serem discussões próprias da Geografia política, podem ser abordadas de maneira imparcial, desde que sejam feitas à maneira “séria” e “honesta” dos geógrafos franceses, que se preocupavam com “terrenos firmes” e “fatos objetivos”.

Por ora, pensamos que esses exemplos sejam suficientes para demonstrar o posicionamento do autor, de cuja obra selecionaremos os textos que serão analisados em nossa pesquisa, no debate que constitui o pano de fundo de nossa investigação: as relações entre a Geografia e a ideologia. Nosso objetivo geral é **contribuir para a historiografia da Geografia brasileira apontando seu conteúdo social, político e ideológico, a partir dos possíveis subsídios de Aroldo de Azevedo para a construção/consolidação da ideologia nacional**. Nosso desafio consiste em trazer uma leitura de alguns¹¹ textos acadêmicos deste autor com o intuito de apreender os

¹¹ Não pretendemos, neste estudo, fazer uma exegese da obra de Aroldo de Azevedo. Foram selecionados textos que tiveram como temática questões teórico-metodológicas da geografia, bem como os que abordaram questões relacionadas ao Brasil e ao “povo” brasileiro. Assim, tomamos o cuidado de não

mecanismos que fundamentam sua visão de mundo. Reiteramos que não pretendemos “desmistificar” ou “invalidar” suas análises, apresentando-as como “falsidades”. Nossa preocupação gira em torno da compreensão da eficácia política de certos discursos geográficos, ainda que seus interlocutores os considerem “neutros”. Para tanto, visamos atingir os seguintes objetivos específicos:

1) Identificar as raízes teóricas que alicerçam o discurso de Aroldo de Azevedo relacionando-as ao contexto histórico e social brasileiro;

2) Investigar quais são os discursos acerca do Brasil apresentados em alguns textos acadêmicos de Aroldo de Azevedo ou por ele organizados, entre as décadas de 1930 e 1970;

3) Situar a posição de Aroldo de Azevedo frente ao debate teórico que tratava da questão da identidade nacional pela *intelligentsia* brasileira em seu período de produção e atuação, ou seja, o autores e teorias com as quais dialogou e pelos quais foi influenciado.

A extensão e variedade da obra de A. de A., ao mesmo tempo em que se apresentaram para nós como um dos motivos pelos quais este autor tornou-se referência para a geografia de sua época, se converteu em uma dificuldade inicial para nossa pesquisa: como delimitar os critérios para a análise e seleção dos textos desta obra, em si muito abrangente? Devido à especificidade de nossa preocupação (a relação de A. de A. com a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira), optamos pela escolha de textos acadêmicos que discorreram sobre alguma das três categorias de análise da identidade nacional brasileira: **a natureza, o território e o povo**. Ou que apresentassem outros aspectos do Brasil como tema, isto é, aqueles escritos que dissertassem sobre as características e dinâmicas do país, sua posição no contexto mundial, etc. Além disso, tendo em vista que A. de A. representa para nós também a construção da ciência geográfica brasileira de um determinado momento histórico, os textos que abordam questões teórico-metodológicas da ciência geográfica bem como aqueles relacionados ao ensino de Geografia (básico e superior) também foram considerados. Ao fazer o cruzamento desses critérios, chegamos aos seguintes escritos de Aroldo de Azevedo, apresentados na tabela a seguir:

traduzir o que será selecionado como a “palavra final” do pensamento do autor. No capítulo 1 trataremos com mais detalhes dos critérios de seleção dos textos.

Textos que tematizam o Brasil	Ano de Publicação	Textos que abordam questões teórico-metodológicas	Ano de Publicação
O Império Colonial Português e o Brasil: um esboço de geografia política	1944	O ensino secundário da Geografia	1935
“Os Sertões” e a Geografia	1950	Dez anos de ensino superior de Geografia	1946
Regiões e paisagens do Brasil	1954	Programa de Geografia para o curso secundário	1951
Aldeias e aldeamentos de índios	1959	Cinco anos de existência	1953
A obra de Gilberto Freyre examinada à luz da Geografia	1960	A Geografia em São Paulo e sua evolução	1954
Brasil: a terra e o homem – volume I: As bases físicas (direção, organização e um capítulo)	1964	Dez anos de existência	1958
Brasil: a terra e o homem – volume II: As bases humanas (direção, organização e um capítulo)	1970	Em defesa da Geografia	1962
		O conceito antigo de Geografia deve ser sepultado	1964
		A Geografia Francesa e a geração dos anos setenta	1976

Tabela 1: Textos selecionados de Aroldo de Azevedo (elaboração própria)

A maior parte dos textos selecionados foi publicada no formato de artigos, em revistas e periódicos científicos, e destinada mais especificamente à discussão e consolidação da Geografia acadêmica. Outros, como no caso dos dois volumes do livro “Brasil: a terra e o homem”, também eram destinados ao meio acadêmico. Em relação aos volumes citados, cabe dizer que A. de A. foi seu organizador, sendo eles compostos por textos de diferentes autores. Assim, estes volumes foram analisados de duas formas: - a primeira delas de maneira geral (o modo como os temas foram organizados) e, - a segunda mais específica e detalhada (os textos escritos por A. de A.).

Optamos por não incluir nesta pesquisa as biografias e os livros didáticos produzidos por A. de A., pois nosso objetivo é avaliar a interface entre a construção do discurso da ciência geográfica acadêmica e a construção da ideologia nacional brasileira em um determinado período e contexto.

Além da quantidade de publicações e da variedade de temas, a produção de A. de A. também se estendeu durante um longo período (quase 40 anos). Tivemos, então, o cuidado de selecionar textos que cobrissem distintos momentos da carreira do autor, a fim de analisar possíveis continuidades e/ou rupturas no seu pensamento. Em ordem cronológica, o primeiro texto de nossa seleção - O ensino secundário da Geografia - foi escrito em 1935, quando A. de A. ainda era estudante de graduação; e o último - A Geografia Francesa e a geração dos anos setenta – foi publicado no Boletim Paulista de Geografia em 1976, após a morte do autor.

O capítulo 1 é denominado “Demarcações e esclarecimentos” e, como é possível inferir, diz respeito às escolhas teórico-metodológicas utilizadas em nossa pesquisa, bem como as justificativas de sua realização. Ele é dividido em 4 partes. Na primeira, chamada “Sobre Geografia, política e poder”, discutimos e justificamos a importância de se estudar o Estado-nacional que é, também, essencialmente territorial. Assim, se estamos falando de política, falamos também, de poder. Na segunda parte, intitulada “Ideologia e Geografia: uma abordagem teórico-metodológica” discorremos a respeito de nossa escolha teórica que concebe ideologia como “Visão social de mundo” a partir de Michel Löwy (1995), associada à teoria da sujeição/qualificação do sujeito, de Göran Therborn (1991). Em seguida, refletimos sobre o par Ideologia-Geografia destacando a centralidade do sujeito na (re)produção do espaço e a escolha do conceito de território como categoria de análise de nossa pesquisa. Território representa também a materialidade da ideologia nacional, ou seja, é considerado o “corpo do Estado” e se constrói tanto material, quanto subjetivamente. Na terceira parte, “Por que pesquisar Aroldo de Azevedo hoje?”, falamos sobre A. de A. como um expoente da Geografia paulista e discorremos sobre a ideia de que a análise da obra deste autor nos fornece subsídios que podem contribuir para se compreender a história da Geografia no Brasil, sendo este processo fundamental para a análise crítica e desenvolvimento desta ciência. Por fim, a quarta parte apresenta a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Gramática do Design Visual (GDV), utilizadas como base metodológica de nossa investigação.

No capítulo 2, “A Geografia de Aroldo de Azevedo: a influência dos mestres e suas concepções teórico-metodológicas” buscamos compreender, como é possível inferir pelo título, qual era a Geografia realizada por Aroldo de Azevedo. Na primeira parte, “O ‘nascimento’ da Geografia acadêmica no Brasil: redefinições e observações”, apresentamos as discussões sobre as características da Geografia acadêmica recém-criada no país recorrendo tanto a autores contemporâneos que versam sobre a história da Geografia brasileira, como Ruy Moreira, quanto aos textos de A. de A. que tratam sobre as concepções teórico-metodológicas da ciência geográfica. Acrescentamos, ainda, publicações de autores contemporâneos ao geógrafo paulista, posto que um de nossos objetivos é identificar as raízes teóricas que alicerçam o pensamento de A. de A.. Assim, analisamos algumas publicações de seus mestres, tais como Monbeig e Deffontaines. Consideramos que demarcar as possíveis intertextualidades entre as ideias destes geógrafos franceses e os escritos de A. de A., incorporando-as ao contexto

histórico e social seja fundamental para a compreensão dos escritos do geógrafo paulista enquanto prática social e discursiva. Já na segunda parte, “O ensino de Geografia na perspectiva de Aroldo de Azevedo”, nos debruçamos sobre os escritos do geógrafo paulista que abordam os currículos dos ensinos superior e básico desta ciência. Pensamos que as sistematizações propostas por A. de A. são uma interessante fonte para analisarmos a maneira como nosso autor contribuiu para a disseminação do conhecimento geográfico. Consideramos que entender o processo de institucionalização da Geografia no Brasil e quais foram os objetivos e as formas do saber/fazer geográficos da época seja necessário para melhor estabelecer as possíveis relações entre o desenvolvimento desta ciência e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira.

O capítulo 3, intitulado “A (re)invenção do Brasil à luz da Geografia de Aroldo de Azevedo” é dividido em cinco partes. Na introdução refletimos sobre as diferenças e as relações entre os conceitos de Estado, nação e Estado nacional. Discorremos a respeito da formação histórica dos Estados-nacionais demarcando a diferenciação entre estes e os Estados territoriais absolutistas, tendo como referência as obras de E. Hobsbawm (1991) e B. Anderson (2008) que, a partir de referenciais diferentes, procuram analisar esse processo no contexto europeu – matriz que se espraia pelos demais continentes. Apresentamos o conceito de ideologia nacional, com base na discussão de Lúcio Flávio de Almeida (1990, 2014), e as contradições que permeiam a ideia de Estado enquanto representante da coletividade, ao mesmo tempo em que é defensor da autonomia do indivíduo e da propriedade privada. Intentamos discutir, ainda que brevemente, os conceitos de soberania/soberania popular e democracia, uma vez que estes são os pilares que fundamentam o Estado-nação moderno. Na primeira parte, denominada “Nação, uma construção ideológica”, buscamos desenvolver a argumentação em torno da consideração da nação moderna enquanto ideologia. Para tanto, recorreremos ao livro “A ideologia do poder e o poder da ideologia”, de Göran Therborn (1991), pois assim como este autor, o pano de fundo de nossa discussão é pautado na concepção de ideologia enquanto forma de manutenção ou transformação do poder na sociedade. Ou, em outras palavras, pensamos a ideologia enquanto uma das formas de legitimação ou deslegitimação política. Analisamos ainda a nação moderna enquanto construção ideológica por meio de dois dos quatro tipos de operação das ideologias propostos por Therborn: *inclusivo-histórica* e *posicional-existencial*. Utilizamos como principal

referência a concepção de nação enquanto uma “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson. Na segunda parte, denominada “O que faz o Brasil, Brasil?” partimos das formulações de DaMatta (1986), ao questionar a respeito de como um substantivo comum que designava um tipo de madeira, se tornou um substantivo próprio e passou a significar, ao mesmo tempo, um local geográfico, uma cultura, casa, memória e consciência de um lugar, ou seja, uma nação. Considerando que a nação é uma “comunidade imaginada” e que a ideologia nacional constitui a “subjetividade do sujeito”, problematizamos essa concepção inicial de DaMatta e buscamos compreender a construção da ideologia nacional brasileira por meio das contradições do processo de formação da identidade nacional. Assim, enquanto na introdução deste capítulo apresentamos o processo de construção histórica, política e ideológica dos Estados nacionais, nesta parte, intentamos materializar esta discussão tendo em vista o caso brasileiro, a partir das possíveis relações entre tal processo e a Geografia de Aroldo de Azevedo. Para tanto, analisamos os textos do geógrafo paulista que tratam de aspectos relacionados ao Brasil, situando-os no debate realizado pela *intelligentisia* brasileira da época relativo a identidade nacional. Adotamos como referências as obras “Brasil: uma identidade em construção” (2007), coletânea organizada por Carmen Nava e Ludwig Lauerhass; “As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC” (2007), de José Carlos Reis e “Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica”, de Carlos Guilherme Mota (2008). Na parte final, “As gentes do Brasil, modos de vida e integração povo-território para A de A”, apresentamos de que maneira o geógrafo paulista aborda questões relacionadas ao povoamento/população no Brasil, tendo em vista os indivíduos-tipo e os autores com os quais ele dialoga.

CAPÍTULO 1 – DEMARCAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Este capítulo visa apresentar algumas perspectivas teóricas basilares desta pesquisa bem como justificar algumas de nossas escolhas. Tratamos, então, das relações entre Geografia, política e poder porque a discussão sobre ideologia e Geografia diz respeito, necessariamente, à política e ao poder e, como tal, esta tríade perpassou todo o texto. Considerando que a organização política mundial atual é constituída por Estados nacionais, demarcamos nossa concepção de Estado e justificamos os motivos pelos quais o Estado-nação, ainda hoje, é um importante objeto de estudo. Abordamos, também, a ideologia como uma escolha teórico-metodológica a partir do par Geografia-ideologia, baseado na centralidade do sujeito como (re)produtor do espaço. Além disso, apresentamos brevemente A. de A., sua trajetória e seu papel na construção da Geografia acadêmica. Por fim, explicamos o que é a Análise Crítica do Discurso e a Gramática do Design Visual, utilizadas como recurso metodológico em nossa investigação.

1.1 - Sobre geografia, política e poder

Alguns autores consideram que “em suas origens, política remete à *polítikos*, um adjetivo derivado de polis, a cidade da antiga Grécia, e sobretudo às relações entre homens livres e iguais entre si na ágora” (VLACH, 1999, p. 97). Em contrapartida, outros teóricos criticam a atribuição da invenção da política aos gregos, embasados pela ideia aristotélica do homem como um “animal político”, isto é, “um ser que vive naturalmente em comunidades políticas e que não pode ser feliz senão nessa vida com seus semelhantes” (WOLFF, 2003, p. 26), sendo a política, portanto, parte da natureza do homem. Com advento da sociedade capitalista, a Europa Ocidental consolidou uma forma de fazer política apresentada e representada como a única possível: o Estado-nação (VLACH, 1999, p. 98). No mundo contemporâneo, cuja organização social (leia-se política) *ainda* é fundamentada, de maneira hegemônica, sob a “forma” de Estados-nacionais, a política passa a ser diretamente identificada com a figura do Estado (moderno) e suas instituições¹².

As abordagens sobre este tema são diversas e abrangem diferentes campos disciplinares além da Ciência Política, tais como a Antropologia, a História, a Sociologia e a

¹² Segundo Pogrebinski (2009, p.26), a identificação da política com o Estado e suas instituições foi apresentada por Marx e constituiu um dos fundamentos basilares para sua crítica ao modo pelo qual a sociedade capitalista se organiza.

Geografia. Nesta última, que interessa-nos mais diretamente, as discussões sobre política enfrentaram percalços e traumas. A Geografia política expansionista ratzeliana, à época indissociada¹³ da geopolítica, e sua apropriação para justificar o domínio do Reich alemão na primeira metade do século XX, fizeram com que houvesse uma “quase exclusão da política e dos fenômenos políticos do campo da Geografia” (*idem*, p. 99). Pensamos, entretanto, que o saber-fazer geográfico, bem como o de outras ciências, possui necessariamente uma dimensão política.

Nossa pesquisa tem como pano de fundo as relações entre a Geografia e a política a partir da história do pensamento geográfico e da historiografia da Geografia brasileira. Assim, um dos conceitos-chave de nossa análise é o Estado-nação que aparece em duas abordagens distintas: a) **uma abordagem historiográfica e filosófica, que procura refletir sobre o processo histórico de sua formação, bem como desvelar suas estruturas essenciais;** b) **como escala de análise, por meio da escolha do Estado-nacional brasileiro como objeto de estudo.** Desta maneira, afirmamos que a preocupação de nossa investigação no que diz respeito ao Estado-nação não se refere às questões militares ou aos conflitos e guerras, e sim ao papel político-ideológico dos conteúdos da Geografia no processo de constituição dos Estados-nacionais. Vale destacar que estamos resgatando alguns dos “objetos de estudo” da Geografia política definidos por Ratzel no século XIX, conforme nos mostra Vesentini (2010):

Ratzel foi o iniciador da geografia política no sentido que esta passou a ter desde o final do século XIX até o presente, isto é, como um conjunto de temas interligados: Estado e território, as origens do Estado e as suas relações com o seu espaço físico, a política geográfica ou territorial, a cidade-capital e as suas funções, as relações entre a política e os meios de transportes e de comunicações, o exercício do poder no e com o espaço, os atores políticos e as suas territorialidades, etc. (VESENTINI, 2010, p. 128).

Apesar das relevantes críticas feitas a Ratzel e suas proposições acerca da Geografia política, concordamos com Vesentini (2010) quando afirma que este geógrafo trouxe importantes contribuições para este ramo da ciência geográfica e, como tal, é preciso reconhecer os méritos de sua produção ao invés de descartá-la indiscriminadamente. Reiteramos, no entanto, que reconhecemos a necessidade de ter cautela ao utilizar Ratzel como referência para o estudo da Geografia atual, devido ao risco de se deixar levar por suas simplificações e etnocentrismos.

¹³ Vesentini comenta esta indissociação ou indiferenciação entre geopolítica e geografia política no texto “Repensando a geografia política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma potência atual”. *Revista do Departamento de Geografia*, 20 (2010) 127-142

Assim, deste geógrafo tomaremos o Estado como elemento central da política e o território como categoria de análise. Contudo, nos distanciaremos de Ratzel no que se refere à sua concepção de Estado como resultante da “evolução da civilização”, o que confere aos “povos civilizados” o direito (ou o dever) de subjugar os “povos naturais” ao seu domínio (MORAES, 1990). Discordamos, enfaticamente, da ideia ratzeliana de que o Estado “se coloca acima dos interesses particulares dos grupos existentes em uma sociedade já civilizada e de que ele comanda e organiza os objetivos de ‘todo o povo’” (*idem*, p. 25), uma vez que adotamos a concepção marxista de Estado moderno, a qual considera este como representante dos interesses da classe dominante.

A despeito das divergências teóricas citadas, consideramos que Ratzel seja uma referência para a Geografia política tanto no que diz respeito ao seu pioneirismo no tratamento desse tema, quanto ao fato de que suas teorias contribuíram para a consolidação do Estado alemão, conforme comentamos anteriormente e como reitera Moraes (1990):

É este o cerne das concepções político-sociais presentes na proposta ratzeliana. O conteúdo ideológico das afirmações e mesmo seu caráter instrumental direto permitem incluí-lo no escopo da *kulturkampf*¹⁴ (política cultural estimulada pelo Estado alemão no final do século XIX de forte apelo nacionalista) (MORAES, 1990, p. 26).

Com o processo de maior integração econômica entre os diversos Estados nacionais, denominado globalização, iniciou-se um debate acerca de uma suposta crise desse modo de organização político territorial¹⁵. Sobre tais considerações, contra-argumentamos apresentando brevemente três fatos contemporâneos que demonstram o contrário, ou seja, um “enrijecimento” das fronteiras nacionais e uma retomada da centralidade dos Estados nacionais na chamada “ordem mundial”: 1) **a ascensão de governos conservadores em diferentes partes do globo, como no caso do EUA com a vitória de Donald Trump**; 2) **o Brexit** (saída do Reino Unido da União Europeia); e 3) **a construção de muros materializando limites, a exemplo do muro da Hungria com a Sérvia e com a Croácia**¹⁶. Estes fatos estão diretamente relacionados e resultam do fortalecimento do nacionalismo frente à conjuntura internacional atual, a qual é

¹⁴ A *kulturkampf*, ou “luta cultural” foi a adoção, por Bismarck, de uma política nacionalista direcionada, entre outras coisas, contra a igreja católica, considerada por ele como uma ameaça à supremacia do Estado alemão.

¹⁵ Ver coletânea organizada por Adauto Novaes: **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

¹⁶ Além desse exemplo, também estão outros limites físicos construídos, como o muro da Círcjórdânia e o muro da fronteira entre EUA e México.

permeada por crises políticas, humanitárias e econômicas¹⁷. Um exemplo significativo é o conflito sírio¹⁸, que perdura há quase dez anos e tem gerado uma grande leva de refugiados à Europa. Diante deste cenário, houve o crescimento do apoio aos políticos conservadores devido, principalmente, aos seus discursos anti-imigração¹⁹ e em “defesa da nação”. Em 2017, por exemplo, ano de eleições presidenciais na França, a candidata Marine Le Pen, do partido Frente Nacional, foi a principal concorrente do presidente eleito Emmanuel Macron. Ambos disputaram o segundo turno sendo que Le Pen obteve 21,5% dos votos, enquanto Macron, 23,86%, no primeiro turno²⁰. A campanha da candidata da Frente Nacional foi marcada pelo discurso da “anti-globalização” e exaltação do povo francês em detrimento dos “estrangeiros”, especialmente os muçulmanos, como pode ser observado nas falas: “Nossos dirigentes escolheram a globalização desregulada, que conduz à financeirização da economia e a uma imigração em massa, o que resulta às vezes no fundamentalismo islâmico” (El País: **Le Pen inicia campanha na França com discurso xenófobo e protecionista, 2017**)²¹; “A globalização, de um lado, e a falta de reação, por outro, levam-nos a ter uma imigração descontrolada e, daí, ao islamismo em casa” (*idem*); “Estamos a favor do local, contra o global” (*idem*). Em “defesa dos franceses”. Le Pen afirmava que eles foram “despojados de seu patriotismo, sofrendo em silêncio por não ter direito de amar o seu país” (*idem*).

A campanha do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também se caracterizou pelo forte discurso nacionalista, a começar pelo *slogan* “America First” (América primeiro). No momento de sua posse, Trump pronunciou:

Nós reunidos aqui hoje estamos emitindo um novo decreto para ser ouvido em cada cidade, em cada capital estrangeira e em cada corredor de poder. A

¹⁷ Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2018, cerca de 70,8 milhões de pessoas encontravam-se fora de seus locais de origem em decorrência de perseguição, conflito, violência ou violações dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/#>. Acesso em: Jun. 2019.

¹⁸ A guerra civil síria se originou na Primavera Árabe, em 2011, uma onda de manifestações populares ocorridas em países do norte da África e do Oriente Médio devido as crises econômicas e longos períodos de governos ditatoriais. Segundo as Nações Unidas, atualmente 11,7 milhões de pessoas precisam de proteção humanitária e mais de 5,6 milhões vivem como refugiados na região. Fonte: <https://nacoesunidas.org/conflito-da-siria-entra-em-seu-nono-ano-crise-humanitaria-ainda-esta-longo-do-fim/>. Acesso em: junho/2019.

¹⁹ Diversos jornais e sites de notícias trazem reportagens sobre o aumento do discurso anti-imigração, dentre eles: <https://pt.euronews.com/2019/05/10/discurso-anti-imigracao-cresce-na-corrada-para-as-eleicoes-europeias>, acesso em: Jun. 2019

²⁰ Estes dados são do Ministério do Interior Francês e foram citados pela reportagem da BBC: “Macron e Le Pen: quem são os candidatos que disputarão o segundo turno na França”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39688082>. Acesso em: Fev. 2019.

²¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/05/internacional/1486311781_647565.html. Acesso em: Fev. 2019.

partir deste dia, uma nova visão governará nossa terra. A partir deste dia em diante, vai ser apenas a América em primeiro lugar – a América em primeiro lugar [...] Todas as decisões sobre comércio, sobre os impostos, sobre a imigração, sobre assuntos externos serão feitas para beneficiar os trabalhadores americanos e as famílias americanas. Devemos proteger nossas fronteiras dos estragos de outros países que fabricam nossos produtos, roubando nossas empresas e destruindo nossos empregos (CARTA CAPITAL, 2017)²².

Como prometido em campanha, o governo do presidente dos Estados Unidos tem sido marcado pelo “interesse nacional americano”. Dentre suas ações, algumas de suas medidas foram a intensificação de políticas anti-imigração no país bem como da construção do muro que o separa do México (iniciado em 1994).

O BREXIT, abreviação para “Britain Exit”, diz respeito à saída do Reino Unido da União Europeia. Tal decisão foi tomada em 2016 após a realização de referendo popular, e os termos do acordo das relações pós-brexit entre os dois lados envolvidos ainda encontram-se em processo de negociação²³. Este fato é significativo para a reflexão proposta neste texto, na medida em que transcorre na contramão do processo histórico que culminou na era da globalização e na consequente formação de blocos econômicos²⁴.

De um lado, a União Europeia, que até então era considerada símbolo e referência no que diz respeito à integração econômica e política; de outro, o Reino Unido e a busca pela retomada da “autonomia britânica”. Um dos fatores que tiveram grande relevância para o surgimento do movimento pelo Brexit foi a política migratória da União Europeia e a livre circulação de pessoas, ou seja, a abertura das fronteiras dos países membros do bloco. Boris Johnson, um dos líderes do movimento pró-Brexit, no último debate que antecedeu o referendo, proferiu o seguinte discurso:

[...] Se votarmos pelo “sair” retomaremos o controle de nossas fronteiras, das quantias de enormes fundos de 10 milhões de libras por ano, da nossa autonomia tributária, nossa política comercial e de todo o sistema legal. A democracia é o fundamento da nossa prosperidade e se ficarmos ao lado da democracia, estaremos representando centenas de milhões de pessoas por toda a Europa que concordam conosco e que atualmente não tem voz. Se

²² Esta fala foi retirada da reportagem da Carta Capital: “**Discurso nacionalista marca a posse de Trump nos EUA**”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/discurso-nacionalista-marca-a-posse-de-trump-nos-eua/>. Acesso em: Fev. 2019.

²³ O prazo para finalização do acordo era Março de 2019, mas após dificuldades na negociação, foi adiado para dezembro de 2020. Para mais informações, ver: <https://pt.euronews.com/2020/06/12/reino-unido-confirma-a-ue-a-01-de-janeiro-retoma-a-independencia> e <https://pt.euronews.com/2020/06/15/lideres-debateram-acordo-comercial-ue-reino-unido>.

²⁴ A formação dos blocos econômicos teve como principais objetivos a integração regional, flexibilização de tarifas e parcerias comerciais no contexto de mundo globalizado.

votarmos pelo “sair” e retomarmos o controle, eu acredito que esta quinta-feira pode ser o dia da independência do nosso país (BBC NEWS)²⁵.

Como pôde ser observado a partir da leitura do trecho acima, a argumentação daqueles que defendem o Brexit é baseada nas ideias de soberania e democracia. Esses dois conceitos fundamentam o Estado-Nacional enquanto forma de organização política, conforme veremos. Assim, não é de se estranhar que o principal bordão utilizado nesta campanha seja, justamente, o “*Let’s take back control*” ou “retomar o controle”.

O terceiro fato que tomaremos como exemplo é a construção dos muros na fronteira da Hungria com a Sérvia e com a Croácia. A medida resultou do significativo aumento da imigração para o continente europeu devido aos conflitos armados e crises econômicas, especialmente no norte da África e no Oriente Médio. A polícia húngara declarou, em agosto 2015, que em 24 horas mais de 2.000 imigrantes ilegais atravessaram a fronteira da Sérvia com a Hungria²⁶. Diante deste cenário, o primeiro ministro húngaro, Viktor Orbán, deu ordem para iniciar a construção da barreira física entre este país e seus vizinhos, além de intensificar o policiamento na região. Orbán posicionou-se contrariamente às políticas de imigração que estão sendo adotadas pela União Europeia e, sob o discurso de proteção aos cidadãos húngaros, anunciou a construção do segundo muro em 2016. Apesar da divisão de opiniões em relação ao governo do primeiro-ministro da Hungria, em 2018, Viktor Orbán obteve o terceiro mandato para governar o país²⁷. No mesmo ano, o chanceler húngaro Péter Szijjártó (Ministro de assuntos estrangeiros e comércio desde 2014), em discurso proferido na Organização das Nações Unidas, afirmou que seu país não abrirá as fronteiras para os estrangeiros²⁸.

Os fatos descritos são frutos de um recente processo de reafirmação do nacional, tanto simbólica quanto materialmente, uma vez que a delimitação, a proteção dos territórios e a associação deles à nação constituem – argumentativa e ideologicamente - um dos fenômenos basilares da fundamentação dos Estados nacionais. Assim, apesar de reconhecermos a importância do debate relacionado ao papel do Estado-nação no

²⁵ Trecho retirado do vídeo da BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-politics-eu-referendum-36590539/eu-referendum-davidson-and-johnson-close-great-debate>. Acesso em Fev. 2019. Tradução nossa.

²⁶ Informação retirada da reportagem “**Mais de 2 mil migrantes entram na Hungria pela fronteira com a Sérvia**”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/mais-de-2-mil-migrantes-entram-na-hungria-pela-fronteira-com-servia.html>. Acesso em: Fev. 2019.

²⁷ 1º. Mandato 1998-2002 e depois desde 2010

²⁸ Informação retirada da reportagem: Hungria nunca será um país de migração, diz chanceler em discurso na ONU. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/hungria-nunca-sera-um-pais-de-migracao-diz-chancelerem-discurso-na-onu,70002509278>; Acesso em: Fev. 2019.

mundo globalizado, refutamos a ideia de que a tendência seja que o mesmo desapareça em um futuro próximo. De qualquer maneira, é necessário salientar que partilhamos das considerações de Milton Santos (2012) ao observar que a permeabilidade das fronteiras é seletiva, ou seja, a ideia da globalização como uma “fábula”:

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal (SANTOS, 2012, p. 18-19).

No que se refere especificamente ao Estado no contexto do mundo globalizado, Santos (2012, p. 19) afirma que: “Fala-se [...] na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações [...]”. Contudo, o referido autor considera que houve uma mudança na natureza do Estado (moderno) quando compara o momento de sua consolidação (no século XVIII, sob a influência das Revoluções Industrial e Francesa) e o mundo globalizado:

O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à **mudança de natureza dos Estados nacionais**. O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. **Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante** (SANTOS, 2012, p.66, grifos nossos).

Pode-se dizer que, para Milton Santos, a mudança da natureza do Estado consiste no fortalecimento de sua atuação, no que se refere ao econômico e ao interesse empresarial, em detrimento do social. Para este autor, o Estado moderno se consolidou tendo como base – ao menos discursiva – o bem comum, a solidariedade e o enriquecimento mútuo do indivíduo e da coletividade:

[o século XVIII] marca o reforço do capitalismo e também a entrada em cena do homem como um valor a ser considerado. O nascimento da técnica, o uso das máquinas, o reforço da condição técnica na vida social e individual e as novas concepções sobre o homem se corporificam com as idéias (*sic*) filosóficas que se iriam tornar forças da política [...] foi estabelecida a possibilidade de enriquecer moralmente o indivíduo. A mesma ética glorificava o indivíduo responsável e a coletividade responsável. Ambos eram responsáveis. Indivíduo e coletividade eram chamados a criar juntos, um enriquecimento recíproco que iria apontar para a busca da democracia, por intermédio do Estado Nacional, do Estado de Direito e do Estado Social, e para a produção da cidadania plena, reivindicação que se foi afirmando ao longo desses séculos (SANTOS, 2012, p.63-64).

Para Santos (2012), ao mesmo tempo em que há uma valorização do indivíduo, também há uma aproximação deste com a coletividade sendo ambos – indivíduo e coletividade – os responsáveis pela busca da democracia e da cidadania plenas, as quais só poderiam ser alcançadas por intermédio do Estado. Desta maneira, a globalização demarcaria uma ruptura neste processo, fazendo com que o homem voltasse à “condição primitiva do cada um por si”, ou seja, da competição e da concorrência:

[...] A globalização marca um momento de ruptura nesse **processo de evolução social e moral** que se vinha fazendo nos séculos precedentes. É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. **A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública** e particular a um quase nada (SANTOS, 2012, p. 64-65, grifos nossos).

Neste ponto distanciamos-nos de Milton Santos uma vez que, ao identificar o Estado com um processo de “evolução social” do homem, e, ao considerá-lo como o meio através do qual, a coletividade seria plenamente representada, este autor não se atenta para seu caráter violento, se afastando, assim, da concepção marxista de Estado:

Bastava que cada indivíduo se comprometesse, junto a todos os outros, a renunciar a todos os direitos e simultaneamente se constituísse com eles um só e mesmo “corpo coletivo” (o povo), depositário exclusivo de toda a soberania, que se exprime pela “vontade geral”, “expressão” da vontade dos indivíduos. Se, no momento seguinte à idéia de Contrato Social, Hegel fez do Estado um conceito absoluto e o definiu como a tradução da vontade divina, a teoria de Marx foi muito mais longe ao mostrar seu caráter violento. Sabe-se que, na prática, o Estado liberal sobrepõe-se à vontade dos indivíduos, legitimando a violência, expressão da vontade de uma classe (NOVAES, 2003, p. 14-15).

Retomando, então, os conceitos norteadores desta pesquisa e a base teórica na qual ela se baseia, afirmamos que o Estado, em sua forma fundida com a nação, está diretamente relacionado ao modo de produção capitalista, ou seja, o Estado-nação, enquanto modo de organização político-territorial, não faz parte do processo “natural” de “evolução” do

homem, nem é a “tradução da vontade divina”, mas se fundamenta (de maneira violenta) como parte do processo de surgimento e consolidação do capitalismo. Nas palavras de Novaes (2003, p. 16): “o novo modo de produção exigia a criação de mercados, novas fronteiras e nações. A formação do Estado-nação nasce dessas transformações”.

No entanto, o fenômeno da globalização, apesar de, em um primeiro momento aparentar ser uma ruptura deste processo, é a resultante das inovações técnicas e territoriais que o próprio capitalismo fomentou/a. Conforme afirma Milton Santos (2012, p. 23): “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, embora todos só desejem receber suas benesses e relegar as mazelas a outras regiões. Reconhecemos que a globalização promova modificações no processo produtivo além de propiciar novas dinâmicas territoriais. Contudo, discordamos da ideia de que, diante desse contexto, o Estado foi superado e tenda ao fim. Consideramos que o Estado (nacional, soberano e democrático) teoricamente definido como “expressão da vontade geral dos indivíduos” (NOVAES, 2003, p.14), na prática, representa “a expressão da vontade de uma classe” (*idem*). Discordamos também da ideia de que, com a globalização, houve uma mudança na natureza do Estado, uma vez que, tanto no século XVIII quanto no século XXI (até o momento estudado), a “natureza” do Estado consista em expressar a vontade da classe dominante. Falar em Estado, portanto, significa tratar de relações de poder e, conseqüentemente, de política uma vez que “o conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder” (BOBBIO, 1998, p. 954).

Ao contrário daqueles teóricos que, no mundo globalizado, decretaram a morte da política, dentre eles Milton Santos²⁹, enfatizamos que, diante das efervescências contemporâneas, algumas das quais mencionamos anteriormente, esta se encontra renascida e fortalecida, e por vezes se torna fonte de esperança e/ou utopia a serem

²⁹ Nas palavras do autor: A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha. Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiriam um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora. Haveria frações do território e da sociedade a serem deixadas por conta, desde que não convenham ao cálculo das firmas. Essa “política” das empresas equivale à decretação de morte da Política (SANTOS, 2012, p. 67).

perseguidas. É neste contexto que os Estados-nacionais são reafirmados não como um processo de oposição à globalização, mas como intrínsecos a ela, pois

A globalização produziu ainda novos fenômenos que ajudam a confundir a própria idéia de Estado-nação. Como escreve Michel Löwy, a nova ordem mundial alimenta pânicos identitários e nacionalismos tribais: a falsa universalidade do mercado mundial desencadeia particularismos e endurece xenofobias. Cosmopolitismo mercantil do capital e pulsões identitárias alimentam-se mutuamente (NOVAES, 2003, p. 14).

Assim, reafirmamos a atualidade e a importância do Estado-nação enquanto objeto de estudo da Geografia, tendo em vista não apenas a dimensão de seu poder político, mas também seu poder ideológico.

1.2 - Ideologia e Geografia: uma questão teórico-metodológica

A escolha da ideologia como um dos conceitos-chave desta pesquisa ocorreu, primeiramente, devido à nossa concepção de ciência e de Geografia. Discordamos da recorrente ideia de neutralidade e de verdade (única e absoluta) atribuída à ciência. A neutralidade pressupõe certa “pureza”/lucidez proporcionada pela imparcialidade e objetividade. Ora, se a ciência é fruto de um processo histórico, portanto social, ela possui, necessariamente, uma dimensão política. A História também nos revela que muitas “verdades científicas”, outrora inquestionáveis, foram desmistificadas (e em alguns casos repudiadas³⁰) devido às transformações da sociedade e ao desenvolvimento da própria ciência.

O (neo)positivismo convive com outras concepções teórico-metodológicas, dentre as quais o materialismo histórico dialético, que adotaremos em nossas reflexões. Tal concepção filia-se a uma leitura marxista de mundo, pautada de acordo com as seguintes proposições: a) **os fenômenos e processos sociais estão diretamente relacionados à ação dos homens e, portanto, não podem ser regulamentados por leis naturais;** b) **todas as formas da vida social, todas as instituições e leis são históricas;** c) **tudo é passível de transformação** (LÖWY, 1995). De acordo com Moraes

O marxismo, tomado como método, tem seu horizonte de aplicação circunscrito ao universo de manifestação dos fenômenos e processos sociais. Não há na vasta obra de Marx uma apreciação sistemática da natureza e dos fenômenos e processos naturais (Schmidt, 1976), estes são sempre por ele enfocados como uma “natureza para o homem”, isto é, como materiais e meios de produção, enfim como “recursos” (valores-de-uso potenciais). As tentativas de expandir o uso desse método para o campo dos fenômenos naturais redundaram em deslizes positivizantes que contrariavam alguns dos

³⁰ Como, por exemplo, a teoria da eugenia. E apesar disso, observamos que esta mantém seu “poder ideológico” na conjuntura atual, conforme manifestações recentes no Brasil e nos EUA.

fundamentos gnosiológicos básicos da sua proposta. [...] A própria dialética é, assim, vista como uma forma exclusiva de análise dos fenômenos e processos sociais, pois pressupõe um movimento objetivado por ações conscientes, isto é, que se desdobra por meio de atos teleológicos de sujeitos reais (MORAES, 2014, p. 14).

No que diz respeito especificamente à Geografia, a questão do método é um assunto problemático na medida em que a mesma possui uma tradição pautada no naturalismo enciclopédico – fortemente influenciado pelo positivismo, ao mesmo tempo em que é considerada uma “ciência ponte” que transita indistintamente entre os domínios das ciências naturais e sociais (MORAES, 2014). No que se refere à Geografia humana tem sido feito um significativo esforço para que haja uma desnaturalização de seu enfoque e universo de investigação (*idem*, p. 16). Este processo remete à década de 1970, quando ocorreu no Brasil o já mencionado movimento denominado renovação crítica da Geografia, o qual

teve o debate metodológico como o campo preferencial de crítica e formulação [...]. Pode-se mesmo considerar que o movimento de renovação vivido por esta disciplina foi, antes de tudo, uma discussão metodológica (ou melhor, uma confrontação entre posturas metodológicas antagônicas) (MORAES, 2014, p. 10).

Uma vez que consideramos a Geografia como uma ciência social, a centralidade de suas análises encontra-se no sujeito histórico, que movimenta a política movida por seus valores, interesses e desejos (MORAES, 1988, p. 11). Tendo em conta, a análise dialética partimos, então, dos processos sociais ou, em outras palavras, da (re)produção social do espaço. Diante desta perspectiva e concordando com Moraes (2014), as perguntas que a Geografia humana busca responder não são baseadas numa realidade fática, mas concebidas como um recorte analítico. Assim, a esta Geografia caberia o estudo da espacialidade da vida social, “entendendo-a como uma mediação particularizadora na compreensão da sociedade concreta” (MORAES, 2014, p. 23). A espacialidade

(como dimensão) pode ser tomada em diferentes níveis de abrangência, e a espacialização (como procedimento analítico) pode ser praticada de forma progressiva, seja em termos de detalhamento escalar e das interações entre as escalas, seja no que importa à história de lugares cada vez mais singularizados. No limite chega-se a unicidade da localidade, o lugar singular visto como componente de processos também únicos. Nessa concepção, espacializar é particularizar e historicizar, no sentido de localizar o objeto analisado não apenas temporalmente, mas espacialmente (MORAES, 2014, p. 23).

Desta maneira, o centro de interesse da investigação da Geografia humana corresponde às relações sociais que (re)produzem o espaço (MORAES, 2014, p. 24). Schmid (2012),

ao analisar a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre afirma que, para este autor, o espaço (social) é um produto (social) e que para entender esta tese lefebvriana é necessário “romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em ‘si mesma’” (SCHMID, 2012, p. 91). Tendo em vista o conceito de (re)produção do espaço, a teoria de Lefebvre “entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social – do que se conclui que o espaço ‘em si mesmo’ jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em ‘si mesmo’, ele é produzido” (*idem*, p. 91).

Os esclarecimentos e demarcações apresentados são fundamentais para a compreensão das relações e aproximações entre o conceito de ideologia e a Geografia. Para além da utilização do termo enquanto conceito analítico, a discussão sobre ideologia relaciona-se ao debate sobre as leituras de mundo e as formas de conhecimento. Antes de iniciarmos as reflexões acerca do par Geografia-ideologia, é necessário discorrer, mesmo que brevemente, sobre a concepção de ideologia adotada em nossa pesquisa e as diversidades teóricas com relação a este termo no campo do marxismo.

Na obra “A Ideologia Alemã”, de Marx e Engels, o conceito de ideologia é atribuído à ideia de ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida (LÖWY, 1995). Para Marx, a ideologia não seria necessariamente uma falsidade empírica, mas uma maneira enganadora e superficial de afirmação da verdade. Demarca-se, assim, uma oposição entre ideologia e ciência (DEL GAUDIO; PEREIRA, 2014). Contudo, no interior do marxismo, outros sentidos foram atribuídos ao conceito de ideologia.

De acordo com Löwy (1995), na obra de Lênin, a ideologia aparece como “qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Para Lênin existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária” (LÖWY, 1995, p. 12). O referido autor acrescenta que

Aparece, então, a utilização do termo [ideologia] no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc. Ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe (LÖWY, 1995, p. 12).

Ainda no que se refere ao marxismo, outro autor que trouxe contribuições importantes para a discussão foi Karl Mannheim, especialmente em sua obra “Ideologia e Utopia”

(1968), na qual o sociólogo diferencia os dois termos. Para Mannheim, a ideologia possui um caráter conservador e tem a função de manutenção da ordem estabelecida; já a utopia está relacionada às ideias que aspiram a uma transformação da realidade, portanto, de caráter subversivo e revolucionário:

Para ele [Mannheim] ideologia é o conjunto das concepções, idéias (*sic*), representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que tem um certo caráter conservador num sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida. Utopias, ao contrário, são aquelas idéias (*sic*), representações e teorias que aspiram a uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma negação crítica da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária (LÖWY, 1995, p. 15).

Pode-se dizer, portanto, que para Mannheim ideologia e utopia são partes de um mesmo fenômeno, denominado por este autor de “ideologia total”, a qual, segundo (LÖWY, 1995, p. 13), seria “a existência de um conjunto estrutural e orgânico de idéias, de representações, de teorias e doutrinas que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes, podendo ser [...] ideológicos ou utópicos”. Assim, Mannheim passou a utilizar a perspectiva da sociologia do conhecimento como alternativa a esse debate, bem como pressupôs a existência dos “intelectuais flutuantes”, que por não estarem diretamente articulados às classes sociais, poderiam “produzir um conhecimento” mais “real” dos fenômenos sociais.

No entanto, Löwy (1995) argumenta que, uma vez que Mannheim utiliza a palavra ideologia em dois sentidos diferentes (a ideologia total e a ideologia em seu sentido estrito), poderia haver uma “confusão terminológica”. Então, em substituição à expressão “ideologia total”, Löwy propõe a ideia de “visão social de mundo”, compreendendo

todos aqueles conjuntos estruturas de valores, representações, idéias (*sic*) e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: **visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma visão crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma finalidade ainda não existente** (LÖWY, 1995, p. 14, grifos nossos).

No que diz respeito à perspectiva marxista em relação ao conceito de ideologia, Moraes (1988) afirma que há duas grandes modalidades de entendimento³¹: uma que a considera como “produção da ilusão”, enquanto a outra a entende como “visão do mundo”:

Na primeira versão, a ideologia tem por fundamento a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes, que propicia a ilusão da autonomia do pensamento e sua subordinação aos interesses da classe dominante. Tais interesses, por intermédio da ideologia, são passados como universais, justificando a dominação de classe ou escondendo-a. Aqui, a operação do conhecimento crítico seria a desmistificação. Na segunda versão, a ideologia é posta como “visão do mundo”. Isto é, aceita-se o estatuto de sua realidade, mesmo enquanto ilusão. Em outras palavras: a ideologia passa a ser vista como força histórica, uma “dimensão política” inscrita na práxis. Aqui recupera-se a unidade entre pensamento e ação, onde as idéias cumprem um papel de convencimento e legitimação. A questão posta para o pensamento crítico passa a ser o da eficácia política dos discursos ideológicos (MORAES, 1988, p. 39-40).

Demarcamos que o sentido que atribuímos ao conceito de ideologia nesta pesquisa é aquele que nos foi apresentado por Löwy (1995) – que coincide com a segunda modalidade apresentada por Moraes (1988): **o de visão social de mundo**. Uma vez que visões sociais de mundo são “conjuntos estruturados de valores, representações, idéias (*sic*) e orientações cognitivas” (LÖWY, 1995, p. 14), elas interferem na formação e transformação da subjetividade, conforme afirma Therborn (1991). Este, em sua obra “La ideología del poder y el poder de la ideología” (1991), analisa as maneiras pelas quais as ideologias atuam/operam na formação da subjetividade. O referido autor afirma que é justamente na figura do sujeito que as ideologias apresentam seu caráter dialético, na medida em que a palavra “sujeito” expõe dois sentidos opostos: o de “sujeito submetido” (à ordem social) e de “sujeito da história”, que cria algo novo.

De acordo com Moraes (1988, p. 37), a utilização do conceito de ideologia, em variadas perspectivas metodológicas, nas ciências sociais fará com que seu conteúdo seja definido pelo contexto do método que o utiliza. Afirmamos então que, para o positivismo, o qual pressupõe a objetividade científica, seria inviável a utilização da ideologia enquanto conceito analítico, uma vez que esta demanda, necessariamente, a análise da dimensão subjetiva. Além disso, devido à tese positivista de “neutralidade valorativa”, a ideologia seria banida da ciência na medida em que “a atividade científica requer assepsia política” (MORAES, 1988 p. 38).

³¹ Para esta afirmação, Moraes (1988) se baseia na obra BRUNI; J. C. **Ideologia e cultura**. Mimeo. IFCH/Unicamp, Campinas.

Em contrapartida, tal escolha nos parece justificável e coerente com o materialismo histórico dialético, pois este método tem seu horizonte de aplicação circunscrito ao universo de manifestação dos fenômenos e processos sociais, entre os quais a construção das ideologias se insere. Neste contexto a ideologia adquire um caráter essencialmente político, na medida em que ela atua como um elemento da estruturação social, cuja função está relacionada à manutenção e à transformação do poder na sociedade (THERBORN, 1991, p. 2).

No que se refere às relações entre a Geografia e a ideologia, um primeiro ponto a ser destacado é o papel do sujeito na produção do espaço, uma vez que, segundo (MORAES, 1988, p. 15), “o espaço produzido é o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”. Aqui, a importância da centralidade do sujeito ocorre devido a dois processos distintos, porém complementares: a apropriação objetiva do espaço e sua elaboração subjetiva, em outras palavras, a materialidade objetiva do espaço interfere em sua representação simbólica e vice-versa. Moraes (1988) afirma que:

Essa produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos objetos da paisagem, enfim, sem uma elaboração subjetiva do espaço. As formas espaciais são produtos de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da [economia], da cultura, da política e das ideologias (MORAES, 1988, p. 16, inserção nossa).

Aqui, cabe ressaltar que o sujeito ao qual nos remetemos não é considerado em sua particularidade e individualidade, e sim como uma categoria abstrata. Em outras palavras, como um ser social, inserido em uma sociedade determinada e em um contexto histórico específico. Desta maneira, o sujeito não se encontra em uma posição oposta à sociedade, mas sim como parte e produto desta coletividade:

[...] o movimento da consciência se dá no âmbito das relações sociais. A substância integral do ato consciente são valores, dados e emoções socialmente elaboradas. As leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade. Os conceitos, os significados, a própria linguagem são produtos sociais. A capacidade do pensamento só se faz potência na apropriação/transformação do ambiente, e este é um aprendizado societário. Assim, indivíduos e sociedade não devem ser opostos na análise. Dar conta de suas relações é captar a dialética do conhecimento [...] A percepção do mundo tem também a sua história que se traduz em diferenciadas formas de abordar o real e exprimi-lo. Nesse sentido, pode-se

dizer que a consciência individual é um produto social, assim como a própria armação das subjetividades (MORAES, 1988, p. 17-18).

Para melhor compreender a relação sujeito-sociedade na análise dialética, é necessário esclarecer o significado de sociedade. Apoiemo-nos, assim, na concepção materialista lefebvriana. De acordo com Schmid (2012), para Lefebvre

sociedade não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas (SCHMID, 2012, p. 91).

A partir da centralidade do sujeito no processo bilateral de representação do espaço e sua produção material ou, dito de outra forma, a partir da influência da ideologia na formação da consciência espacial do sujeito e suas relações com a produção material do espaço, evidencia-se uma dimensão política. Neste ponto merece esclarecer que, quanto à política, nossa preocupação abarca pelo menos duas indagações fundamentais: a) **qual é a eficácia política dos discursos ideológicos?** Consideramos a eficácia política atrelada à necessidade de legitimação do poder por meio de um “consenso social”; b) **Qual é o papel/função da Geografia (ou do saber geográfico) enquanto prática política?** Entendemos a prática política como a maneira pela qual se alcançaria a eficácia política. Qual seria, então, a eficácia política dos discursos geográficos? Em outras palavras, o saber produzido e disseminado pela Geografia pode ter, como uma de suas funções, a contribuição para a legitimação do poder?

Reiteramos que, nossa concepção de ciência é a de que esta seja um produto histórico, social, cultural e, portanto, político. Neste ponto é preciso esclarecer a qual poder estamos aludindo, bem como as relações entre política e poder que realçamos. De acordo com Bobbio (1998, p. 954), o poder

tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). Sendo um destes meios, além do domínio da natureza, o domínio sobre os outros homens, o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter "qualquer vantagem" ou, mais exatamente, "os efeitos desejados", como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados". O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta

relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. (BOBBIO, 1998, p. 954).

Assim, é possível afirmar que o poder se manifesta a partir de relações hierárquicas de dominação-submissão. A dominação dos homens sobre outros homens enquadra-se, segundo o autor, na categoria de poder político, no entanto, deter a posse dos meios de produção é uma maneira de se alcançar a dominação e certamente ao longo da história se mostrou muito eficaz. Desta maneira, o econômico e o político estariam estreitamente relacionados. Apesar da diferenciação que Bobbio (1998) faz da dominação dos homens sobre a natureza em relação à dominação dos homens sobre os outros homens, pensamos que ambos os pares sejam indissociáveis uma vez que, em um mundo cuja base ancora-se na produção de mercadorias por meio da transformação e domínio da natureza, aqueles que a dominam, também dominam, os outros homens. O referido autor argumenta, ainda, que é possível distinguir três grandes classes de poder: **o poder econômico, o poder político e o poder ideológico:**

O primeiro é o que se vale da posse de certos bens, necessários ou considerados como tais, numa situação de escassez, para induzir aqueles que não os possuem a manter um certo comportamento, consistente sobretudo na realização de um certo tipo de trabalho. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder para aqueles que os têm em relação àqueles que os não têm [...] Em geral, todo aquele que possui abundância de bens é capaz de determinar o comportamento de quem se encontra em condições de penúria, mediante a promessa e concessão de vantagens. **O poder ideológico** se baseia na influência que as idéias (*sic*) formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consociados: deste tipo de condicionamento nasce a importância social que atinge, nos grupos organizados, aqueles que sabem, os sábios, sejam eles os sacerdotes das sociedades arcaicas, sejam os intelectuais ou cientistas das sociedades evoluídas, pois é por eles, pelos valores que difundem ou pelos conhecimentos que comunicam, que se consuma o processo de socialização necessário à coesão e integração do grupo. Finalmente, o **poder político** se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (as armas de toda a espécie e potência): é o poder coator no sentido mais estrito da palavra. Todas estas três formas de poder fundamentam e **mantêm uma sociedade de desiguais**, isto é, dividida em ricos e pobres com base no primeiro, em sábios e ignorantes com base no segundo, em fortes e fracos, com base no terceiro: genericamente, em superiores e inferiores (BOBBIO, 1998, p. 955, grifos nossos).

Quando em nossa investigação nos propomos a analisar as relações entre a ciência geográfica e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira, estamos tratando da relação entre os três tipos de poder elencados por Bobbio (1998). O poder ideológico, que se enquadra nas ideias construídas e disseminadas pela Geografia enquanto discurso do saber; o poder político, associado ao Estado e seu papel normativo

e regulamentador da sociedade moderna e associando-se ainda à constituição da própria Geografia na academia e na escola básica; e o poder econômico, tendo em vista que a Constituição, pilar fundamental do Estado democrático de direito, como veremos posteriormente, tem como uma de suas bases, a defesa à propriedade.

Neste ponto da discussão é preciso tratar da ambiguidade do termo poder, como nos chama atenção Claude Raffestin (1993). Segundo este autor, é possível falar de poder em dois sentidos diferentes: o Poder e o poder. O Poder (com letra maiúscula) está relacionado à “um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos habitantes a um Estado determinado’ [...] e postula ‘como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação’” (RAFFESTIN, 1993, p. 51)³². Já o poder, grafado com “p” minúsculo, se esconde atrás do Poder, e está “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (*Idem*, p. 52). O Poder é visível, maciço e identificável e por tais atributos seria mais fácil cercá-lo já que ele se manifesta por meio de aparelhos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Em contrapartida, o poder é consubstancial com todas as relações e seria mais perigoso justamente porque não se deixa ver e porque se acredita tê-lo derrotado. O Poder pretende-se unidimensional e transcendente, uma vez que se baseia na força e na exterioridade do Estado, enquanto o poder, em oposição, representa a multidimensionalidade e imanência (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Em nossa pesquisa, não pretendemos reduzir a política e o poder ao Estado, uma vez que isto seria uma negligência precipitada tendo em vista a amplitude de relações implicadas com este tema, como nos alerta Raffestin (1993). No entanto, é esta dimensão que interessa mais diretamente ao nosso estudo: a do Poder (em maiúsculo). Na verdade, ao tratar da ideologia nacional e dos mecanismos pelos quais ela se constrói, tentamos justamente desvelar as estratégias estatais que tem/tiveram como objetivo “homogeneizar” as diferenças sociais existentes no interior do território nacional. Esta “imposição de homogeneidade” à nação e a pretensão estatal de unidimensionalidade do Poder contrasta-se com a manifestação de poderes e

³² Para esta definição, o autor se baseou na obra de FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité*, 1. La volonté de savoir. Paris, Gallimard, 1976, p. 121.

heterogeneidades, materializadas nos movimentos de resistência. Então, a criação e manutenção dos Estados nacionais não são naturais e isentas de conflitos³³.

Tendo em vista a centralidade do sujeito e a relação entre a política e poder, declaramos que das categorias de análise geográfica, elegemos para nossa pesquisa o conceito de território, pois “o uso social é seu elemento definidor. É a apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. O território inexistente como uma realidade natural” (MORAES, 2014, p.30). Além disso, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Para Haesbaert (2007), o território³⁴

nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo da terra-territorium quanto de tēreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido explícito, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 20-21).

Assim, uma vez que a nossa hipótese central é a de que certo discurso propagado pela ciência geográfica é um elemento importante na construção das ideologias nacionais, estamos considerando o território como uma de suas principais facetas, tendo em vista sua dimensão material e simbólica. A nacionalidade, para além da dimensão jurídica (as questões legais que fazem de uma pessoa cidadã de determinado Estado nacional), é fruto de uma construção simbólica que constitui a subjetividade do sujeito, o qual identifica-se como sendo brasileiro, argentino, italiano, etc. e, como tal, está subjugado a um determinado Estado e a uma nação, sendo impelido, quando necessário, a lutar para defendê-los. Assim, ao mesmo tempo em que a nacionalidade representa a construção simbólica de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), ela também contribui para a não fragmentação do território na medida em que tal

³³ Alguns exemplos ilustram estes conflitos no Brasil: a luta pela demarcação dos territórios indígenas ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e os embates com a polícia; as ocupações irregulares que dão origem às favelas, os movimentos dos sem teto nos grandes centros urbanos, locais onde o Estado disputa o poder com as milícias, entre outros.

³⁴ Haesbaert apresenta em seu texto, uma diferença entre território múltiplo e território “unifuncional”. O primeiro seria decorrente da ideia de território enquanto “espaço-tempo vivido”, portanto “sempre múltiplo, diverso e complexo”. Enquanto o último seria característico do Estado territorial moderno, proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, seria defensor de uma lógica territorial padrão a qual, ao contrário de outras formas de ordenação territorial, não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 21).

comunidade encontra-se consensualmente submetida/pertencente a um único Estado, que supostamente a representa e ao qual se atribui a exclusividade sobre um dado território.

Para Raffestin (1993, p. 144) produzir uma forma de representação do espaço já é uma forma de controle, na medida em que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”.

O autor reitera que:

Todo projeto sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro supõe a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de sistemas sêmicos [...] Mas o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho, pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às “utilidades sociais” *lato sensu*. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como espetáculo da tomada original do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

É preciso ressaltar que o território é compreendido aqui como uma categoria dinâmica, ou seja, que se põe em movimento, e nos interessa a sua formação enquanto um processo social:

[o território] equacionado como um movimento – a formação – resgata a unidade dialética entre forma e processo [...] e evita que se caia novamente numa visão “coisificada” do objeto (Kosik, 1975). Vale reafirmar que não é o território que é assumido como objeto de investigação, mas o processo de sua formação. Em outras palavras, o que interessa para a análise proposta é a história da apropriação e uso daquela porção singular do espaço terrestre (MORAES, 2014, p. 31).

Do complexo processo histórico que leva à formação territorial dos Estados nacionais afirmamos que as motivações sejam econômicas e políticas. Moraes (2014) indica que os territórios nacionais podem ser considerados como: a) **construções militares**, sobretudo no que diz respeito ao potencial bélico; b) **construções jurídicas**, uma vez que para o exercício do poder necessitam de legitimação interna e externa de acordo com os preceitos do direito; c) **construções ideológicas**, tendo em vista a necessidade do reconhecimento da autoridade do Estado, por meio de um sentimento de “pertencimento”/enraizamento da comunidade que o habita³⁵. Para o autor, as três dimensões do processo histórico de formação territorial são indissociáveis. Contudo, a relação entre elas varia ao longo da história:

³⁵ Para esta afirmação Moraes (2014) se baseia na obra “*Comunidades Imaginadas*”, de Benedict Anderson.

A combinação entre estes planos [militar, jurídico e ideológico] nos processos concretos [de formação territorial] variou bastante ao longo da história. Há casos em que um pleito territorial, de origem cultural, desencadeou campanhas militares que geraram territórios legitimados posteriormente. Outras vezes, uma conquista bélica originou um território, onde a homogeneidade cultural foi imposta no próprio processo de territorialização do poder. Há inclusive territórios com uma existência jurídica prévia a sua objetivação prática. Enfim, os processos histórico-concretos de formação territorial são múltiplos e variados [...] Como foi dito, no mundo moderno os territórios estão vinculados ao domínio estatal do espaço, qualificando-se como o âmbito espacial do exercício do poder de um Estado (BADIE, 1996) (MORAES, 2014, p. 32-33).

Continuando com Moraes (1988), no universo das ideologias seria possível nomear um campo como “geográfico”, que expressaria a consciência do espaço trabalhada num sentido político. Desta maneira, seria constituída uma “via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (MORAES, 1988, p. 44). Para o referido autor as ideologias geográficas

alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem (*sic*) a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São as substâncias das representações coletivas acerca dos lugares que impulsionam sua transformação ou acomodamento nele [...]. Num nível maior de detalhe toda a elaboração política sobre os temas espaciais [...] constitui matéria das ideologias geográficas. Captar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados, seria a meta dos estudos. Enfim, rastrear a eficácia política destas ideologias (MORAES, 1988, p. 44-45).

Por fim, as demarcações e esclarecimentos apresentados acerca da escolha da ideologia como conceito chave de nossa investigação, bem como do método com o qual pretendemos efetuar tal análise, foram estabelecidos a partir de uma preocupação em evitar os possíveis reducionismos enunciados por Moraes (1988) no que se refere à discussão das relações entre Geografia e ideologia. São eles: a abordagem despolitizada, a qual não vincula as representações do espaço à prática política; o “corte pedagógico” que restringe a relação Geografia-ideologia ao universo do ensino e ao aparelho escolar, sem questionar as representações espaciais e os interesses que lhes deram origem; e o elevado grau de abstração dos debates. Concernente a esta última, o autor considera que “discute-se a relação entre Geografia e ideologia em geral, ou seja, se tomam os discursos e a ideologia como abstrações, universais vazios sem determinações históricas” (MORAES, 1988, p. 42). O termo “ideologia” está cada vez mais presente nos variados meios pelos quais a imprensa se manifesta, bem como nos movimentos e debates políticos. Esta afirmação é significativamente verdadeira para a

contemporaneidade³⁶. Entretanto, esta centralidade já havia sido enunciada por MORAES (1988, p. 38) há mais de 30 anos. Todavia, apesar da enunciação, ao longo desse período observamos uma espécie de “silenciamento” acadêmico – pelo menos na comunidade científica geográfica - em torno da questão, embora algumas exceções tenham existido (BOURDIEU, 2002; 2004).

Mas a retomada a “plenos pulmões” do termo, não necessariamente com os sentidos que explicitamos nessa pesquisa, demonstra a atualidade de nossa abordagem, ao mesmo tempo em que sua relevância também se manifesta pela permanência da utilização do referido termo ao longo do tempo, ainda que esta ocorra, na maioria das vezes, sem reflexões aprofundadas.³⁷

Por meio da investigação das relações entre a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira e a obra de A. de A., consideramos que, para além das contribuições para a história do pensamento geográfico, refletiremos também, sobre a construção e disseminação do conhecimento geográfico enquanto prática política. O reconhecimento da dimensão política da ciência é fundamental para pensá-la como instituidora/mantenedora da ordem estabelecida, ou como um dos âmbitos que podem levar à transformação social. Para tanto, demarcações e escolhas se fazem necessárias.

1.3 - Por que pesquisar Aroldo de Azevedo hoje?

Devemos, aqui, responder à questão básica das justificativas da escolha, no final dos dois primeiros decênios do século XXI, de um geógrafo brasileiro cuja maior parte da obra foi produzida, na primeira metade do século XX³⁸. Após 85 anos de desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil³⁹, qual poderia ser/ter sido a contribuição de um pesquisador como Aroldo de Azevedo, que fez parte da primeira geração de geógrafos graduados neste país? Quais foram os processos históricos por ele vividos e quais desses tiveram implicações em sua produção acadêmica?

³⁶ Refiro-me às discussões que envolvem o movimento denominado “escola sem partido”, que argumenta que ideologia não deve fazer parte do ensino escolar. Além disso, recentemente as universidades públicas brasileiras também estão sendo acusadas de “doutrinação” por meio da “ideologia comunista”.

³⁷ O uso do termo ideologia, apropriado pelo chamado “senso comum”, tem sua aplicação feita sem se especificar a qual de seus significados está se referindo. Geralmente, ao termo ideologia é atribuído o sentido de “câmera invertida” ou “falsa consciência”, sendo que seus outros significados geralmente são ignorados. Além disso, o termo ideologia é muitas vezes confundido com o de apologia ou doutrinação, como no exemplo de alguns grupos ao discutirem a “ideologia de gênero na escola”, no sentido de uma apologia à homossexualidade.

³⁸ A primeira publicação de Aroldo de Azevedo foi produzida em 1935 e seu último texto data de 1976.

³⁹ Estamos considerando a criação do primeiro curso superior de geografia no Brasil, na USP em 1934.

Estas perguntas podem ser respondidas considerando diferentes aspectos. O primeiro deles afeito à necessidade e à importância de a ciência pensar em si mesma e em seus processos de produção do conhecimento, pois entendemos que isso é necessário para ela compreender suas fragilidades e, ao mesmo tempo, analisar em que medida seu desenvolvimento tem acompanhado – ou não – as transformações da sociedade. Uma das maneiras pelas quais, tal reflexão pode ser feita é por meio da pesquisa no campo da história da ciência, em que a história do pensamento geográfico pode ser inserida. Tal peculiaridade é importante tendo em vista seu papel na formação de concepções em torno de “referenciais teóricos, políticos e ideológicos que orientam o curso do desenvolvimento científico, redefinem eixos temáticos de investigação, evoluem conceitos e metodologias de pesquisa e, ao mesmo tempo, permitem uma compreensão mais crítica de sua trajetória” (GODOY, 2010, p. 145). Além disso, por meio de processos políticos internos ao fazer científico, determinados subcampos, teóricos, conceituais e categoriais são visibilizados, ao passo que outros, podem ser invisibilizados ou compreendidos como “menores” – em alguns casos, há mesmo uma espécie de “silenciamento” em torno de algumas temáticas e teóricos. (BOURDIEU, 2002; 2004).

Assim, a partir deste movimento de (re)pensar a ciência, proporcionado, entre outras iniciativas, pela interpretação crítica de sua história, é possível que o cientista estabeleça uma imagem de si próprio, da comunidade a qual pertence e do significado de seu trabalho (GODOY, 2010, p. 146).

A análise da obra de A. de A., ou de outro geógrafo de sua envergadura (brasileiro ou não) pode fornecer subsídios para a compreensão do processo de construção da história do pensamento geográfico e da própria Geografia enquanto ciência, bem como para a apreensão de seu processo de desenvolvimento e transformação ao longo do tempo. No entanto, é necessário fazer algumas observações importantes. Concordamos com Godoy (2010) que “dentro da mesma ciência, as histórias não são sempre as mesmas” (*idem*, p. 146). Isto quer dizer que uma mesma história pode ser contada de múltiplas maneiras dependendo, dentre outras coisas, da abordagem teórico-metodológica aplicada.

Ademais, as perguntas que direcionam a interpretação podem se modificar ao longo do tempo, tendo em vista que as concepções norteadoras das ciências em geral – e da Geografia em particular – também se modificam. Por isso a necessidade do exercício de

revisitar e reler obras consideradas “clássicas”⁴⁰. Além disso, dentro de uma mesma concepção de Geografia bem como em uma mesma perspectiva teórico-metodológica o enfoque da análise pode ser distinto. Assim, consideramos que não há o “esgotamento” analítico de uma obra ao mesmo tempo em que, conforme comentamos anteriormente, não existem caminhos únicos, nem verdades absolutas. Tal afirmação evidencia nosso pensamento dialético, pois

o pensamento dialético afirma [...] que nunca há pontos de partida absolutamente certos nem problemas definitivamente resolvidos: afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda (*sic*) verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente (GOLDMAN, 1979, p. 5-6).

A obra de A. de A. constitui, então, uma parte do todo que é a história do pensamento geográfico e a construção da Geografia no Brasil. Demonstramos nossa preocupação de não incorrer em reducionismos e afirmações simplistas nas quais a totalidade da história (da ciência e do pensamento geográfico) esteja circunscrita e delimitada por datas, obras e autores específicos. Aqui, se torna necessário esclarecer que autor e obra serão considerados não em sua individualidade e particularidade, e sim enquanto pertencentes a determinado grupo social uma vez que, desta maneira, é possível chegar à sua significação:

O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E êste (*sic*), por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia (*sic*), uma obra, só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece frequentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social [...] e sobretudo quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social (GOLDMAN, 1979, p. 8).

Reiteramos que nossa pesquisa não tem a pretensão de fazer uma afirmação categórica e engessada capaz de “emoldurar” a ciência geográfica, mas sim empreender esforços

⁴⁰HAESBAERT; PEREIRA e RIBEIRO (2012, p. 13) afirmam que “a história do pensamento geográfico *canonizou* a Geografia vidaliana ao reduzi-la a uma única versão, pautada em alguns poucos artigos [...] além de uma obra póstuma [...]. Assim, se quisermos compreender com mais clareza e amplitude a herança geográfica de Vidal de La Blache, é necessário ‘descanonizá-lo’, isto é, interpretar sua reflexão a partir de seu caráter dinâmico e múltiplo [...] aspecto dado também pelo contexto histórico e o diálogo travado pelo autor com seu tempo. Em outras palavras, a obra de Vidal de La Blache, antes de ser um bloco monolítico e rígido, admite metamorfoses e complexidades”. Moraes (1990) na introdução do livro de coletânea de textos de Ratzel comenta a interpretação vulgar da obra do geógrafo alemão, que a identifica com a ideia de “determinismo geográfico”, amplamente difundida na comunidade científica: “[...] Foi fundamentalmente em função desse equacionamento do objeto antropogeográfico que seu nome ficou identificado com o determinismo geográfico [...] Tal interpretação, dominante nos manuais, é em parte equivocada, não resistindo a uma análise mais profunda da obra ratzeliana. Vários autores já apontaram esses equívocos que, entretanto, persistem nas obras de vulgarização (MORAES, 1990, p. 10).

para responder a uma questão específica: **há uma relação entre a Geografia de Aroldo de Azevedo e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira? A Geografia de Aroldo de Azevedo representa certa perspectiva dominante na e para a construção da Geografia brasileira durante o período no qual este autor exerceu grande influência?**

A escolha por A. de A. ocorreu, primeiramente, porque este autor se insere na primeira geração de geógrafos formados no Brasil. O momento da institucionalização da ciência geográfica no país, por meio da criação de cursos de Geografia em nível universitário (1934 na Universidade de São Paulo – USP – em São Paulo e 1935 na Universidade do Distrito Federal, atual UFRJ, Rio de Janeiro), além de outras instituições (como a Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, e o Instituto de Geografia e Estatística – IBGE), é também o momento de definição de *uma* geografia, com um determinado conteúdo social, político e ideológico. Quais são os motivos que levaram à institucionalização da Geografia no Brasil? Qual a relação entre este processo e o momento histórico vivenciado no país? É possível que este processo esteja relacionado às questões que envolvem a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira? Se sim, de que maneira isto acontece? A. de A. incorpora em sua obra fatos históricos brasileiros (em sua época contemporâneos)? Quais foram eles? Estas são as questões que irão nortear nossa análise dos textos selecionados de Aroldo de Azevedo.

Além do que já foi comentado, A. de A. foi uma figura importante devido a diferentes razões. Uma delas foi a extensão e diversidade de sua obra, que inclui livros, artigos acadêmicos e livros didáticos. O referido autor produziu 127 publicações, sendo que destas, 30 foram livros didáticos direcionados ao ensino de geografia na escola básica⁴¹. A partir da leitura da dissertação “A obra de Aroldo de Azevedo – Uma Avaliação” (1984) de Wilson dos Santos e de nossas próprias investigações, afirmamos que a obra de A. de A. é constituída, além de análises “propriamente geográficas”, por textos que se ocupam de questões teórico-metodológicas e políticas da ciência geográfica, por questões históricas e biografias de seus familiares. Soma-se a isto o fato de A. de A. ter atuado como professor universitário durante longo período na Universidade de São

⁴¹ Esta compilação da obra de Aroldo de Azevedo foi feita por Santos (1984) e se encontra em anexo.

Paulo e em outras instituições⁴² e, como tal, ter sido referência para a formação da chamada “Geografia paulista”, uma das grandes frentes de desenvolvimento da Geografia brasileira.

Dentre as atividades acadêmicas deste autor/professor, encontra-se a responsabilidade pela “cadeira” de “Geografia do Brasil”, ministrada por ele durante 25 anos na USP. Este posto nos é de especial importância na medida em que se trata da delimitação do que seria tido como a “Geografia do Brasil” o que, por sua vez, pode se relacionar mais diretamente com a construção da ideologia nacional brasileira.

Muitos livros didáticos de A. de A. também “apresentaram” a Geografia do Brasil para os estudantes do ensino básico⁴³. Suas obras foram adotadas nas escolas do país, durante mais de 30 anos (SANTOS, 1984, p. 18)⁴⁴. Tal inserção nos leva a afirmar que a leitura e a construção do Brasil, encontrada em A. de A., mediada por sua concepção de Geografia, extrapolou os “muros” do meio universitário e alcançou, também, a população brasileira letrada.

Vale ressaltar que a leitura e certa construção do que seria o Brasil, bem como a concepção de Geografia deste autor, fazem parte de uma compreensão mais ampla que constitui a sua “visão do mundo” que, de acordo com Goldman (1979, p. 20) seria o “conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias (*sic*) que reúnem os membros de um grupo (mais frequentemente de uma classe social) e os opõem a outros grupos”. O referido autor reitera que uma visão de mundo

não é um dado empírico imediato, mas, ao contrário, um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para se compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e sua realidade se manifestam no plano empírico desde que ultrapasse o pensamento e a obra de um só escritor (GOLDMAN, 1979, p. 17).

⁴² Segundo Wilson dos Santos, Aroldo de Azevedo ensinou geografia para o curso superior desde 1936, sucessivamente na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, “Sedes Sapientas”, Universidade Católica de Campinas e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. (SANTOS, 1985, p. 9).

⁴³ Alguns exemplos de livros didáticos são: Geografia do Brasil, 3º ano (1944); Geografia do Brasil, 4º ano ginásial (1944); Geografia Humana do Brasil, 3º ano colegial (1950); As Regiões Brasileiras (1962); Terra Brasileira (1963); dentre outras.

⁴⁴ O setor de livros didáticos foi parte importante da obra de Aroldo de Azevedo, tanto pelo número de edições e exemplares publicados, quanto pela extensão do período histórico que abrangeu. De 1934 até 74 foram editados um total de 30 livros de geografia, lançados no mercado nacional, em sucessivas edições até 1980, sempre pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo. [...] esses livros monopolizaram o mercado nacional por mais de 30 anos, alcançando absoluta primazia, com mais de 12 milhões de exemplares vendidos no período de 1936-75 (SANTOS, 1984, p. 18).

Desta passagem destacamos que, na medida em que a visão de mundo de um autor esteja circunscrita a um contexto mais amplo, que extrapola sua individualidade, além de situá-lo em um contexto social/histórico definidos, também o identifica com determinados grupos (ou classes) sociais, e esta se torna “um instrumento conceitual de trabalho”. Em outras palavras, o conceito de visão de mundo transcende autor e obra, ao situá-los no plano do coletivo e, como tal, torna-se uma metodologia. A justificativa deste movimento de individualidade-coletividade se coloca por

quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um “Nós”, mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse “Nós” e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras. Há entre os homens uma outra relação possível além da relação de sujeito e objeto ou da de Eu e Tu: é uma relação de comunidade que chamaremos o “Nós”, expressão de uma ação comum sobre (*sic*) um objeto físico ou social (GOLDMAN, 1979, p. 19).

O conceito de “visão do mundo” de Goldman (1979) dialoga com o conceito, apresentado anteriormente, de “visões sociais de mundo” de LÖWY, (1995, p. 14) que seriam “conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas”, ou seja, pode-se dizer que se trata de ideologia. Assim, a ideologia (ou visão do mundo ou visão social de mundo) de A. de A. será a base por meio da qual faremos nossas interpretações. Nosso objetivo, insistimos, não é a análise da obra de A. de A. como um todo (pesquisa efetuada por Wilson dos Santos), mas sim um aspecto específico dela: a possível relação entre seus escritos e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira.

Nossa hipótese central é que a Geografia brasileira do momento de sua institucionalização até o final da década de 1970 (quando emergiram novos paradigmas e debates teórico-metodológicos) esteve diretamente relacionada ao processo de construção e consolidação da ideologia nacional. Pensamos que ambos – processo histórico e pensamento geográfico – influenciaram-se/influenciam-se mutuamente. A ciência geográfica, enquanto produto histórico atém no seio de suas preocupações os fenômenos que delineiam o desenvolvimento da História e suas consequências sociais. Simultaneamente, as formulações teóricas da Geografia (e da ciência como um todo) contribuem para a sua consolidação por meio da disseminação de um “entendimento de mundo” promovido por suas explicações (no identificar, analisar e explicar os fatos).

A produção de A. de A. pode ser considerada, a partir dos referenciais apresentados aqui, como um discurso. O discurso é uma instância da linguagem que possibilita a ligação entre o linguístico e o extralinguístico, ou seja, entre as significações de um texto e as condições sócio-históricas de sua produção (BRANDÃO, 1996, p. 12). Isto quer dizer que há relações intrínsecas entre o linguístico e o social, de tal maneira, que um texto (ou um conjunto articulado de textos que compõe uma obra), seja um produto social, uma vez que a linguagem é uma *prática social*. Esta ideia se afasta da concepção de neutralidade da linguagem enquanto instrumento de comunicação:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, a linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade), e nem natural, por isso, o lugar privilegiado da ideologia. [...] Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como uma forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, 1996, p. 12).

Assim, tendo em vista a máxima bahktiniana de que “a palavra é o signo ideológico por excelência” (BAHKTIN, 1977, p. 36), o discurso passa a ser o ponto de conexão entre a ideologia e os fenômenos linguísticos. O discurso de A. de A. torna-se, sob esta perspectiva, a materialização de sua “visão social de mundo”. É nesta materialidade que buscamos na obra deste geógrafo, a presença/ausência de elementos relacionados à construção da ideologia nacional brasileira, e também sua representação do Brasil.

Tal investigação será subsidiada pela análise crítica do discurso – ACD – na medida em que esta “opera, necessariamente numa abordagem de discurso em que o contexto é fundamental” (PEDRO, 1997, p. 20). A escolha pela ACD em detrimento de outras perspectivas referentes à análise do discurso ocorreu devido à valorização da dimensão ideológica na construção do sujeito e, conseqüentemente, na construção do discurso:

Ao contrário de outras abordagens, [a ACD] conceptualiza o sujeito não como um agente processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir de sua natureza de actor ideológico (PEDRO, 1997, p. 20).

Além disso, tal abordagem tem como centro de suas análises a dimensão política do discurso uma vez que a importância da linguagem encontra-se, justamente, na produção, manutenção e mudança nas relações sociais de poder:

Um dos objetivos da ACD é o de analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação. Dominação entendida como (Van Dijk 1993) o

exercício do poder social das elites, instituições ou grupos, que resulta em desigualdade social, onde estão incluídas a desigualdade política, a desigualdade cultural e a que deriva da diferenciação e discriminação de classe, raça, de sexo e de características étnicas. Especificamente, os analistas críticos do discurso querem saber quais as estruturas, estratégias ou outras propriedades do texto, falado ou escrito, da interação verbal, ou dos acontecimentos comunicativos em geral, que desempenham um papel nestes modos de produção (PEDRO, 1997, p. 25).

A partir dos pressupostos comentados, a investigação dos textos selecionados de A. de A., tendo como percurso metodológico a análise crítica do discurso, foi pautada pelos seguintes questionamentos gerais: **Quem fala? (Quem foi A. de A.); De onde ele fala? Quando fala? Para quem fala? O que fala? De que maneira fala? Por que fala ou não fala?** Aqui, vale lembrar que este autor foi um importante intelectual da Geografia brasileira de sua época, na medida em que foi acadêmico e simultaneamente, esteve presente, por meio de suas obras didáticas, na construção da Geografia escolar. Portanto, seu discurso pode ser considerado um daqueles fundantes da ciência geográfica durante determinado e longo período. **Que Geografia era esta? Ela reverberou, ajudou a construir, ou problematizou “cânones” relacionados à construção da ideologia nacional?** No entanto, nossa preocupação diz respeito, especificamente, à ideologia nacional brasileira. Assim, interessa-nos saber quais são os discursos de/do/para o Brasil presentes nos textos selecionados.

1.4 - Análise Crítica do Discurso e Gramática do Design Visual

Para a análise dos textos de A. de A. utilizaremos, conforme já comentado, a Análise Crítica do Discurso (ACD) a partir das considerações de um autor de referência nesta vertente: Norman Fairclough. Apresentaremos alguns apontamentos teóricos de Fairclough (2001) para o entendimento de nossa metodologia, de maneira que não nos propomos a fazer uma exegese de sua obra. Além disso, também recorreremos à Gramática do Design Visual (GDV) de Kress e Van Leeuwen (2006) e à teoria sistêmico-funcional, de Halliday ([1994], 2004) para analisar imagens utilizadas pelo geógrafo paulista e por seus interlocutores.

Fairclough (2001, p. 27-28) propõe uma abordagem para a análise do discurso que tem como base, a importância da linguagem na mudança social e cultural, de maneira que esta possa ser utilizada como método propício para investigar as referidas mudanças. No entanto, o autor afirma que para que a análise do discurso seja útil em tais contextos, é necessário que ela preencha as seguintes condições: i) que seja um método

multidimensional para que permita avaliar as relações entre as mudanças discursiva e social relacionadas às propriedades de textos, propriedades sociais e eventos discursivos como instâncias de prática social; ii) que seja um método **multifuncional** na medida em que as práticas discursivas contribuem para modificar o conhecimento, as relações sociais e as identidades sociais de forma que o método de análise contemple a relação entre estas três áreas. Aqui, Fairclough (2001) apresenta a teoria sistêmica da linguagem, de Halliday (1978)⁴⁵, como um ponto de partida; iii) que seja um método de **análise histórica**, isto é, que foque na estruturação ou nos processos ‘articulatórios’ na construção dos textos, e na constituição, em longo prazo, de ‘ordens de discurso’ (configurações totais de práticas discursivas em instituições particulares, ou mesmo de toda uma sociedade); e iv) que seja um **método crítico**, isto é, que implica em mostrar as conexões e causas que não estão explícitas, além de intervir fornecendo recursos para aqueles que possam se encontrar em “desvantagem”.

Pode-se dizer que Fairclough desenvolve uma Teoria Social do Discurso que tem como objetivo, de acordo com as palavras do autor, reunir a análise do discurso “orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social” (*idem*, p. 89).

Todos os aspectos observados por Fairclough vão ao encontro de nossos objetivos de pesquisa, pois buscamos compreender se houve mudanças discursivas e sociais nos textos de A. de A. (que possuem aspectos relacionados ao Brasil como temática) ao longo do tempo de sua produção (40 anos). Pensamos, também, que as práticas discursivas tem um papel fundamental para a modificação do conhecimento bem como das relações e identidades sociais. Por isso, selecionamos os textos do geógrafo paulista como fonte de investigação, tendo em vista as possíveis relações entre eles e a construção da ideologia nacional brasileira, pois se trata tanto da construção de conhecimento quanto de relações e identidades sociais.

Aqui, cabe explicar a diferença entre ideologia e identidade nacionais, que são conceitos complementares, mas não são sinônimos. A primeira, é definida por Almeida (2014) como “um processo de constituição de sujeitos humanos que, pertencendo a grupos potencialmente antagônicos, julgam-se, acima de tudo, participantes de comunidades de

⁴⁵ HALLIDAY. M. A. K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

iguais”. Já a segunda é parte constituinte da primeira, pois o ato de “julgar-se como participantes de comunidades de iguais” faz parte da formação identitária da “subjetividade do sujeito”. Assim, os elementos que formam a identidade nacional promovem a sensação de pertencimento, contribuindo para a construção da ideologia nacional, composta por um imaginário social nacional de uma suposta “comunidade de iguais”, formada por grupos antagônicos. Chauí (2000, p. 21) ao tratar sobre este tema, traz a ideia de “ideologia da identidade nacional”, o que mostra a complementaridade entre os dois conceitos. Além disso, buscamos analisar os textos de A. de A. por meio da *intertextualidade* com outros autores e áreas (que não sejam necessariamente da Geografia), tendo em vista as circunstâncias e as mudanças sociais e políticas de sua época.

Para melhor compreendermos a Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001) e sua aplicação metodológica, é indispensável que tratemos da concepção de discurso formulada pelo autor, a qual é baseada na *tridimensionalidade* e representada pelo diagrama a seguir:

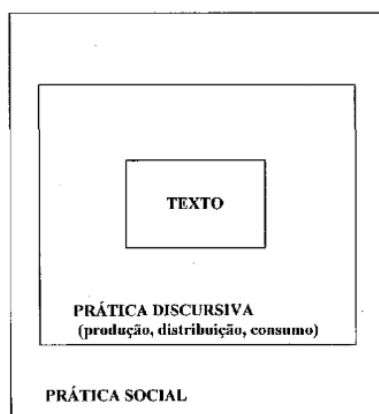


Figura 1: Concepção tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 101).

Como se nota, as três dimensões do discurso são o **texto**, a **prática discursiva** e a **prática social**. A relação entre elas pode ser analisada a partir da teoria dos conjuntos, isto é, o texto está contido na prática discursiva que está contida na prática social. Assim, a prática social é a dimensão mais abrangente, a qual engloba tanto a prática discursiva quanto o texto; já o texto é influenciado e influencia tanto a prática discursiva quanto a prática social. Para que este esquema se torne mais claro, iremos esmiuçar cada uma das três dimensões.

Fairclough (2001, p. 99) compartilha da concepção de Halliday (1978) de que o **texto** é a linguagem falada ou escrita, é a manifestação da prática discursiva em forma linguística. O discurso como texto tem como destaque os aspectos formais de sua construção. Assim, a análise textual será orientada para as *formas linguísticas e suas produções de sentido*, pois ambas, na concepção do autor, são inseparáveis. No que tange ao aspecto formal, a análise pode ser organizada em quatro itens: **vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual** e tais itens podem ser imaginados em escala ascendente: “o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala nos textos” (*idem*, p. 103). Já no que diz respeito a produção de sentidos, o foco encontra-se nas questões de significados ou, segundo a semiótica, analisam-se os “signos”, que são “palavras ou sequências mais longas de texto que consistem de um significado combinado com uma forma, ou de um ‘significado’ combinado com um ‘significante’⁴⁶”. O citado autor afirma que para os analistas críticos do discurso, os signos são socialmente motivados, isto quer dizer que a combinação entre significados particulares e significantes particulares está relacionada às razões sociais⁴⁷ (*idem*).

Não há obrigatoriedade de abordar os quatro itens da análise textual (vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual); o analista pode selecionar aqueles que julgar mais relevantes em seu processo de investigação⁴⁸. Como a linguística não é nossa área de especialidade e na ACD, os paradigmas formalistas não constituem a centralidade da análise, em nossa pesquisa iremos tratar dos elementos textuais de maneira mais generalizada, focando na relação entre as formas e a produção de sentidos, em conjunto com as outras duas dimensões do discurso, *a prática discursiva e a prática social*. Isto se justifica na medida em que a ACD é uma atividade “multidisciplinar” que pode ser aplicada por cientistas sociais e, portanto, não se deve exigir experiência linguística prévia de seus praticantes, da mesma forma que não há necessidade de experiência

⁴⁶ Fairclough baseia-se em Sausurre, F. **Course in general linguistics**. Nova York; McGraw Hill, 1959.

⁴⁷ Um exemplo dado pelo autor diz respeito a uma questão de vocabulário – ‘terrorista’ e ‘lutador pela liberdade’ apresentam-se como uma combinação contrastante entre significante e significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103).

⁴⁸ No capítulo *Análise textual: a construção da realidade social*, o autor analisa dois exemplos de discurso (um extrato sobre cuidados pré-natais de um livreto para futuros pais e um conjunto de discursos feitos por um ministro do gabinete britânico, Lord Young, sobre cultura empresarial) empregando apenas 3 dos quatro itens: vocabulário, coesão e gramática.

prévia de linguistas em sociologia, psicologia ou política (FAIRCLOUGH, 2001, p. 102).

Por sua vez, a **prática discursiva**, conforme pode ser visto no diagrama apresentado anteriormente (Figura 1), está relacionada à produção, distribuição e consumo do texto, bem como a natureza desses processos, que varia dependendo dos tipos de discursos e dos fatores sociais de sua produção (*idem*, p. 106-107).

Dessa maneira, interessa-nos pensar quem são os produtores(as) textuais: se o texto foi produzido por uma equipe, ou individualmente, se o autor é um jornalista ou um acadêmico, pois todos esses aspectos terão influências na produção do texto e de seus sentidos. Interessa-nos também saber quem são os “consumidores”, isto é, aqueles aos quais o texto é dirigido, em qual contexto social ele é interpretado, qual o modo de interpretação disponível, se ele é lido individualmente ou coletivamente, etc.

Já a **distribuição** diz respeito à maneira como o texto é divulgado. Ela pode ser simples (conversa casual) ou complexa (percorre diferentes instituições que podem possuir rotinas próprias para reprodução e transformação dos textos) (*idem*, p. 108). Fairclough (2001) afirma que os processos de produção e interpretação do texto são restringidos em um sentido duplo:

Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para produção, a distribuição e o consumo de textos que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para análise de discurso é a tentativa de exploração dessas restrições, especialmente a segunda – fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Na dimensão da prática discursiva são consideradas a **força**, a **coerência** e a **intertextualidade**. A força de um texto “é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza ‘ato(s) de fala’ (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.)” (*Idem*, p. 111). Para interpretar a força de um enunciado é necessário ter em conta o contexto de situação, pois “as formas das palavras podem ter forças que parecem altamente improváveis se as considerarmos fora do contexto” (*ibidem*, p. 112). A coerência está relacionada à propriedade dos textos bem como das interpretações. Para Fairclough (2001, p. 113) um texto coerente é aquele

cujas partes constituintes estão relacionadas de maneira que o texto como um todo ‘faça sentido’; no entanto, um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido. A leitura coerente de um texto depende de princípios interpretativos aos quais se recorre, pois tais princípios associam-se de maneira naturalizada a tipos de discursos particulares e tais relações jogam luz sobre importantes funções ideológicas da coerência na interpelação dos sujeitos:

[...] os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico. Por exemplo, o que estabelece a ligação coerente entre as duas frases “Ela pede demissão do emprego na próxima quarta-feira. Está grávida” é o pressuposto de que as mulheres param de trabalhar quando têm filhos. À medida que os intérpretes tomam essas posições e automaticamente fazem essas conexões, são assujeitados pelo texto, e essa é uma parte importante do ‘trabalho’ ideológico dos textos e do discurso na interpelação dos sujeitos [...]. Entretanto, existe a possibilidade não apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113-114).

O exemplo que o trecho acima traz é interessante para refletirmos sobre a construção social de consensos ou, tomando emprestadas as palavras do autor, o “‘trabalho’ ideológico dos textos”. A inferência de que as mulheres que têm filhos deixam de trabalhar é fruto de uma visão social construída historicamente pela sociedade patriarcal. Isto quer dizer que esta é uma posição hegemônica (conceito que trataremos com mais detalhes posteriormente). No entanto, o desenvolvimento do texto pode seguir dois caminhos antagônicos: a argumentação tenderá à manutenção desta visão social, o que teria mais chances de ser esperado pelo leitor; ou o seu desenrolar pode apresentar um leitura contra-hegemônica, de resistência, que objetiva a contestação de tal visão social. Esta discussão está intimamente relacionada à intertextualidade, uma vez que um texto “isolado”, geralmente, não teria o mesmo poder de construção de um consenso social quanto “cadeias intertextuais”. Para que possamos esclarecer este ponto de vista, apresentamos as considerações de Fairclough:

Intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante. Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ (Bakhtin, 1986:94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro [...] e em termos de consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas o ‘texto’, nem apenas os textos que intertextualmente

o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

Esta passagem é de extrema importância para nossa pesquisa na medida em que “a intertextualidade deve ser o foco principal da análise do discurso” (p. 135) e, como tal, nossa abordagem se concentrará neste aspecto da prática discursiva. Pensamos que as “cadeias intertextuais” são parte essencial da construção de consensos por meio da “naturalização” de visões de mundo ao longo do tempo. Esta ideia se justifica porque promove uma rede de comunicação discursiva que difunde certa ideia hegemônica especialmente pela assimilação. No entanto, a intertextualidade também pode ser usada no sentido de contradizer ou questionar, o que geralmente está associado a uma interpretação crítica.

Em nossa investigação buscaremos relacionar os textos de A. de A. com textos de outros autores que escreveram sobre o Brasil a fim de analisar possíveis relações intertextuais e, caso ocorram, se o discurso deste geógrafo está em consonância ou não com a visão social hegemônica de Brasil naquele contexto. Este ponto está diretamente relacionado às relações de poder, pois “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer um em qualquer lugar” (CHAUÍ, 1982), ou, como diz o linguista inglês:

A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para inovação textual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder. A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (ou são moldadas) por estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

O citado autor faz uma distinção entre “intertextualidade manifesta”, isto é, quando se recorre explicitamente a outros textos específicos e “interdiscursividade”, que está relacionada ao modo como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso (*idem*, p. 152).

A terceira dimensão da teoria tridimensional de Fairclough (2001) trata do discurso como prática social. Para que se torne mais claro, vejamos de que maneira o autor define o discurso e sua relação com a linguagem:

Ao usar o termo ‘discurso’ proponho considerar o uso de linguagem como uma forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um *modo de ação*, uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um *modo de representação* [...]. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: *pela classe e por outras relações sociais em um nível societário*, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito e a educação [...]. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constituído [...]. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. *O discurso é uma prática, não apenas a representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91, grifos nossos).

Este trecho merece destaque pelo fato de o discurso ser considerado como uma prática social, o que quer dizer que ele não acontece de modo individual. O discurso é, então, ação e representação de maneira que, ao contribuir para a construção da significação do mundo, também constrói o mundo em significado. “Significação do mundo” e “mundo em significado” não possuem a mesma conotação, pois a primeira atua na dimensão simbólica, enquanto a segunda, na dimensão material. Não há significado sem materialidade, é por isso que ocorre a relação dialética entre o discurso e a estrutura social.

Em nossa pesquisa consideramos a dialética entre a produção material e simbólica do “Brasil”, na medida em que este é produzido materialmente, também o é, simultaneamente, em termos simbólicos. Ou seja, as linhas demarcatórias de seu território (outroa considerado apenas como uma porção de terra), ainda que imaginárias (“fronteiras”), se concretizam à medida que a nação se constitui simbolicamente – forma e conteúdo se construindo conjuntamente. Dessa maneira, interessam-nos os discursos sobre o Brasil que aparecem nos textos de A. de A. e seu diálogo (ou não), com outros discursos com a mesma temática na mesma época, conforme já dissemos.

Começamos a desvendar, então, o papel da dimensão discursiva da prática social. Seu poder de significação e sua estreita conexão com as estruturas sociais faz com que ela esteja diretamente relacionada à ideologia e à hegemonia. Fairclough (2001, p. 116), toma como referência as contribuições clássicas do marxismo do século XX, mais especificamente de Althusser e Gramsci, para analisar o conceito de discurso em uma

concepção de hegemonia como poder, e evolução das relações de poder como luta hegemônica. No que diz respeito às ideologias o autor considera que elas são

[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução e a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Já no que se refere à hegemonia, Fairclough (2001) afirma que:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente como um equilíbrio instável. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Podemos afirmar, então, que ideologia e hegemonia estejam interligadas na medida em que ambas estão relacionadas com a (re)produção e/ou transformação das relações de dominação. É interessante ressaltar que para Fairclough (2001) interessa particularmente a questão da hegemonia enquanto “equilíbrio instável”, de maneira que tal característica (de instabilidade) é que abre precedentes para a luta hegemônica e a possibilidade de mudança social anti-hegemônica.

Assim, pensamos que a “luta hegemônica” se constitui, também como uma “luta ideológica” no processo de (re)significação das relações sociais. De maneira a sintetizar a ideia apresentada, afirmamos que a hegemonia nos fornece uma maneira de analisar a prática social a qual pertence o discurso em termos de relações de poder, ou seja, se tais relações reproduzem, reestruturam ou desafiam as ordens de discurso vigentes. Uma vez que as hegemonias têm dimensões ideológicas, elas contribuem para avaliar o “investimento ideológico” das práticas discursivas e, como tal, podem facilitar o estabelecimento de um foco sobre a transformação (FAIRCLOUGH, 2001, P. 126).

Brent (2009) ao tratar da abordagem tridimensional da ACD de Fairclough, apresentamos um quadro teórico-metodológico que consideramos bastante elucidativo do que viemos tratando até aqui. Para ele, o linguista inglês considera que a análise crítica do

discurso de qualquer evento comunicativo é a relação entre as três dimensões que envolvem respectivamente:

1. o texto como objeto de análise (incluindo textos escritos, orais ou escritos e visuais);
2. os processos através dos quais o texto é produzido, recebido e consumido;
3. e as condições sócio-históricas que regem esses processos.

Cada uma dessas dimensões de discurso demanda um tipo de análise diferente:

1. análise do texto (descrição);
2. processamento do texto (interpretação);
3. análise social desse processamento (explicação) (BRENT, 2009, p. 130).

A figura esquemática a seguir consiste em um detalhamento da figura anterior e contribui para o entendimento do processo:

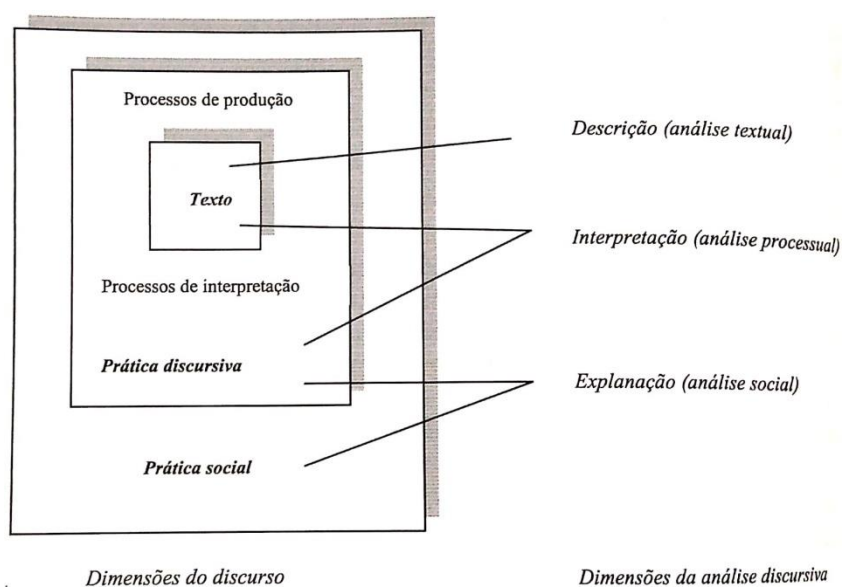


Figura 2: Representação tridimensional do discurso (BRENT, 2009, p. 130).

Pensamos que as explicações apresentadas sobre a ACD e o sistema tridimensional de Fairclough são suficientes para a compreensão da análise que faremos posteriormente dos textos de A. de A., de maneira que um maior aprofundamento teórico destas questões tornaria o texto demasiado exaustivo. Caso consideremos necessário, no momento da análise poderemos acrescentar alguma informação ou reforçar algo que já foi dito.

Apesar de alguns apontamentos de Fairclough (2001) bem como de Brent (2009) sobre a imagem como um “texto visual”, as argumentações expostas possuem enfoque no texto escrito. Assim, tendo em vista que o material analisado do geógrafo paulista

apresenta um acervo de imagens (fotografias, mapas e desenhos), e que o recurso visual era bastante utilizado pela Geografia no período estudado, somaremos à ACD a teoria da Gramática do Design Visual (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006) como suporte para nossa investigação.

A Gramática do Design Visual, assim como a gramática da linguística, consiste em uma série de “regras” reunidas para a interpretação da mensagem contida em uma imagem, ou na relação entre imagem e texto. Para a elaboração da GDV, Kress e Van Leeuwen (2006) (assim como Fairclough), tomam como referência a teoria sistêmico funcional de Halliday (1994). Esta observação é importante porque expõe uma linha de raciocínio que interliga as reflexões anteriores sobre o texto escrito e as que apresentaremos em seguida sobre a análise do visual, de forma que possamos estabelecer uma continuidade e complementaridade entre ambas em nossos estudos.

Brito e Pimenta (2009, p. 116) apresentam os aspectos mais relevantes da GDV e da Multimodalidade com o intuito de demonstrar como a integração de diferentes códigos semióticos origina um “código maior” que gera uma lógica de significado entre texto e imagem. Para as autoras, a GDV pode ser uma expansão da Gramática Sistêmico Funcional de Halliday, na medida em que Kress e Van Leeuwen (2006) consideram que as funções propostas pela Gramática Sistêmico Funcional (GSF) podem ser usadas como “categorias gerais e abstratas” aplicáveis a todos os tipos de “semiose humana” e que existem outras formas de produção de significado que não ocorrem pela linguagem verbal (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 87).

A Gramática Sistêmico-Funcional Halliday apresenta três metafunções que também serviram de base para a Gramática de Design Visual: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. Assim como Halliday considera a oração como representação na metafunção ideacional, Kress e Van Leeuwen (2006), na GDV, dividem as estruturas de representação da imagem em dois processos: *os narrativos e os conceituais*. Os processos narrativos se subdividem em: de ação, de reação, verbal e mental, de conversão e de simbolismo geométrico. Já os conceituais não são apresentados como narrativas, mas como uma relação de taxonomia entre os elementos da imagem, que pode ocorrer na forma de classificação ou de processo analítico (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 89-94).

A *metafunção interpessoal* está relacionada à construção do significado como uma troca, isto é, um evento interativo entre o falante (aquele que produz a mensagem) e o ouvinte/leitor. Desta forma, Kress e Van Leeuwen classificam as imagens a partir de três dimensões: olhar, enquadramento e perspectiva. Assim como para Halliday (2004) existem diferentes atos de fala, para Kress e Van Leeuwen existem dois atos de imagem: o de oferta – quando o leitor não é objeto do olhar do participante representado – e o de demanda – quando o participante representado na imagem olha diretamente para o leitor. Já o enquadramento está relacionado ao distanciamento entre o participante representado e o leitor: quanto menor a distância cria-se uma relação social imaginária de um “nós” inclusivo entre leitor e participante representado (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 97). Por sua vez, quanto maior a distância mais o participante representado transforma-se em objeto de contemplação, que pode ser traduzido como respeito ou como preconceito (*idem*, p. 98). A perspectiva está relacionada ao ângulo em que a imagem é produzida, de maneira que pode ser classificada em subjetiva, quando o participante representado pode ser visto apenas sob um ângulo específico; e objetiva, quando tudo o que existe na imagem (ou tudo que o produtor da imagem julgue necessário) pode ser visto (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006, *apud* BRITO E PIMENTA, 2009, p. 99). O ângulo vertical costuma ser associado às relações de poder, enquanto o horizontal estabelece relações de maior ou menor empatia.

Além das três dimensões apresentadas, Brito e Pimenta (2009) assinalaram a *modalidade* como parte da metafunção interpessoal. Modalidade, segundo as autoras, está relacionada a um maior ou menor grau de verdade ou credibilidade em uma determinada situação e pode ser classificada como sendo *de alta ou baixa afinidade*. A modalidade torna-se, assim, um indicador de relações de poder por meio da demarcação de diferenças e/ou de solidariedades (por afinidade) entre falante e ouvinte (ou produtor e consumidor da mensagem):

Um alto grau de afinidade indica uma maior solidariedade entre os participantes e, portanto, uma menor modalidade. Já um baixo grau de afinidade indica uma menor solidariedade e um maior grau de poder na relação de um participante com o outro (HODGE; KRESS, 1988, p. 123). Consequentemente, a modalidade está presente na construção ou contestação social de sistemas de conhecimento (HODGE; KRESS, 1988, p. 123). Em outras palavras, ela é a expressão da “opinião do falante” (HALLIDAY, 1994, p. 89), sendo, portanto, um componente crucial no processo de estabelecimento de sistemas hegemônicos, além de ser um indicador de lutas políticas (HODGE; KRESS, 1988, p. 123), pois são esses indicadores que irão demarcar o que um grupo social (ou comunidade interpretativa?) considerará como real, verdadeiro, ou não (BRITO E PIMENTA, 2009, p. 101).

Vista a importância da modalidade para a construção dos sistemas hegemônicos de conhecimento e as conseqüentes relações de poder que isso implica, utilizamos este recurso em nossa análise das imagens encontradas nos textos selecionados de Aroldo de Azevedo e outros autores com os quais Azevedo dialogava. Para tanto, é necessária uma melhor compreensão dos chamados “marcadores de modalidade”, isto é, os elementos que levam a uma interpretação de “realidade”, “naturalidade” ou “verdade”. Brito e Pimenta (2009) esclareceram esta questão a partir da argumentação de Kress e Van Leeuwen:

Cada realismo tem seu naturalismo, ou seja, um realismo é uma definição do que conta como real, um conjunto de critérios para o real, e este encontrará sua expressão no ‘correto’, no melhor, na forma (mais) ‘natural’ de representar esse tipo de realidade, seja ela uma fotografia ou um diagrama (KRESS e VAN LEEUWEN, 2001, p. 164 *apud* BRITO e PIMENTA, 2009, p. 102).

Este ponto nos é de especial interesse na medida em que as imagens estampadas e produzidas pelos geógrafos tinham como objetivo retratar ou representar a “realidade” da maneira mais fidedigna possível, tendo em vista a preocupação com a cientificidade (estritamente relacionada ao positivismo). Com este discurso, a *intelligentsia* brasileira, da qual os geógrafos faziam parte, contribuiu para a construção de uma representação hegemônica da identidade nacional. Para o estudo das imagens há uma articulação entre diferentes critérios, tais como cor (intensidade, diferenciação, saturação), iluminação, detalhamento, etc⁴⁹. (*idem*, p. 102).

A **metafunção textual** diz respeito à forma como uma mensagem é organizada. É necessário tanto que a mensagem seja capaz de promover uma comunicação entre seu produtor e receptor, quanto que faça sentido em um contexto mais abrangente. Assim, é preocupação fundamental que haja coerência. Nas palavras de Brito e Pimenta (2009, p. 108), “um sistema semiótico tem que ser capaz de formar textos, ou seja, complexos de signos os quais sejam coerentes tanto internamente, quanto com o contexto para o qual foram produzidos”. Quando se trata de imagens, a metafunção textual está relacionada à disposição espacial de seus componentes, pois eles permitem a concretização de diferentes significados (*idem*). De acordo com as autoras, a composição espacial da imagem é constituída por três sistemas interligados entre si, são eles: i) **valor da informação**, que se refere ao valor dos elementos da imagem uns em relação aos outros,

⁴⁹ Estes itens serão explicados de maneira mais aprofundada à medida que forem sendo adotadas no processo de análise das imagens.

de acordo com a posição que ocupam. É dividido em a) *dado/novo*; b) *ideal/real*; e c) *centro/margem*; ii) **saliência**, que trata do destaque que um elemento possui em relação aos outros, podendo ser pela cor, tamanho, contraste, etc.; iii) **moldura**, que forma núcleos informativos, conectando alguns elementos e desconectando outros.

Assim como anteriormente julgamos necessário ilustrar o pensamento de Fairclough (2001), em sua análise tridimensional do discurso em um quadro analítico, consideramos que um quadro síntese da GDV também facilitará a compreensão do que esforçamo-nos para explicar de maneira não exaustiva. Segue a figura 3 que elaboramos.

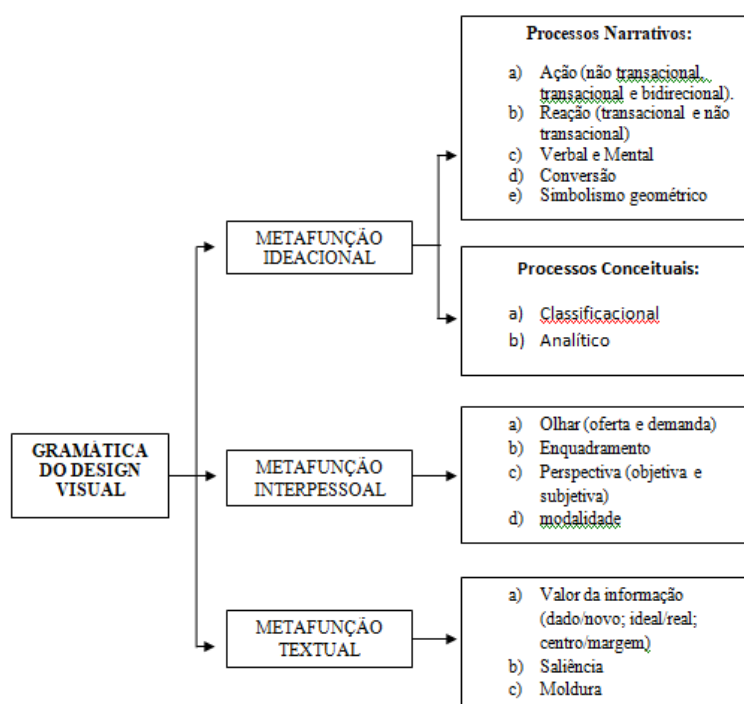


Figura 3: Representação esquemática da Gramática do Design Visual (elaboração própria)

Esperamos que nossas explicações sejam úteis para o maior e melhor entendimento da maneira como nos propusemos a analisar os textos de A. de A.. Conforme já dissemos, retomaremos as explicações teóricas já mencionadas e nos aprofundaremos naquilo que considerarmos necessário e que não foi abordado detalhadamente.

CAPÍTULO 2 – A GEOGRAFIA DE AROLD DE AZEVEDO: A INFLUÊNCIA DOS MESTRES E SUAS CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Aroldo de Azevedo fez parte da primeira geração de geógrafos brasileiros, isto é, graduou-se na primeira turma do primeiro curso de Geografia implementado no Brasil, na Universidade de São Paulo, em 1934, conforme já dissemos. Este momento é importante porque demarca o processo de institucionalização da ciência geográfica no país, ao mesmo tempo em que se pretende uma modificação da forma como até então a Geografia era realizada em território nacional. Moreira (2016) ao discutir a trajetória da Geografia brasileira se remete a duas épocas distintas com ponto de inflexão nos anos 1930:

Há uma geografia e uma forma geográfica de ver na obra dos viajantes, cronistas e naturalistas. E uma outra na obra dos geógrafos de formação que para cá vem nos anos de 1930 e 1940 a fim de fundar a Geografia formal. *Difere nestes o olhar cultivado do especialista, não necessariamente a forma de ver e o modo interessado de olhar.* Visto por esse prisma, podemos considerar esses momentos como duas formas, mais que duas fases, de pensamento geográfico no Brasil: a informal e a formal. É informal o pensamento dos viajantes, cronistas e naturalistas, em que podemos incluir os romancistas e mesmo *a intelligentsia brasileira que olha e perscruta com o concurso dos clássicos o enigma Brasil*, pelo menos até os anos 1930. O pensamento formal é dos geógrafos convidados a criar a Geografia universitária e dos institutos de pesquisa como o IBGE e o Joaquim Nabuco e a plêiade dos que desde então se formam sob seu símbolo inaugural (MOREIRA, 2016, p. 19, grifos nossos).

O autor, apesar de nos apresentar duas formas de pensamento geográfico no Brasil, afirma que há uma mudança do olhar, mas não necessariamente da forma de ver. Isso indica-nos que não há, necessariamente, uma ruptura completa entre a “Geografia formal” e a “Geografia informal”, mas sim um diálogo entre elas, conforme veremos posteriormente. Outra questão importante é a relação entre a Geografia (tanto a formal quanto a informal) e o desvendamento do “enigma Brasil”, o que nos leva a pensar que um dos principais pontos de investigação da *intelligentsia* Brasileira era, justamente, o (re)descobrimto, ou melhor, a (re)invenção⁵⁰ (HOBSBAWN, E.; RANGER, T., 1984) do Brasil. Uma questão chave de nossa investigação é se há alguma relação entre a institucionalização da Geografia e o processo de construção/consolidação da ideologia

⁵⁰ A ideia de (re)invenção será apresentada com maior profundidade no capítulo 3 “A (re)invenção do Brasil à luz de Aroldo de Azevedo”.

nacional. Para que possamos esclarecer esta indagação é necessário compreender qual era essa Geografia e quais eram suas finalidades. Ou, mais especificamente, qual era a Geografia de A. de A., que se formou durante esse processo e contribuiu para a continuidade da Geografia acadêmica brasileira.

Pensamos que não há nada melhor do que as próprias palavras de A. de A. para auxiliá-nos nesta tarefa. Assim, utilizaremos seus textos como referência, conforme já explicamos. Em um primeiro momento optamos por respeitar a ordem cronológica de publicação dos textos, no entanto, pensamos que seria mais indicado levar em consideração os conteúdos deles, para que haja certa lógica em nossa exposição e para que possamos analisar as possíveis rupturas e/ou continuidades em seu pensamento.

2.1 - O “nascimento” da Geografia acadêmica no Brasil: (re)definições e observações

Para abordar a questão da institucionalização da ciência geográfica, na perspectiva de A. de A., iniciaremos nossas análises com o texto “A Geografia em São Paulo e sua evolução”, publicado em março de 1954, no Boletim Paulista de Geografia⁵¹ (BPG). Nesse texto, a intenção de A. de A. é “revelar” o processo ao qual estamos nos referindo. Este periódico, inclusive, é comentado pelo autor como parte do desenvolvimento da Geografia de São Paulo. Contudo, este texto foi publicado anteriormente (em janeiro do mesmo ano), em uma edição especial do jornal “O Estado de São Paulo”, em comemoração aos quatro séculos de existência da metrópole paulistana.

A. de A. inicia o texto apontando a necessidade de se buscar um critério que estabeleceria os modos particulares do pensar geográfico. Esclarecemos com a passagem a seguir, em que o autor apresenta diferentes Geografia(s):

Mas, que Geografia? – poder-se-á perguntar, com toda razão. A Geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catálogo, que tanto horror causava e ainda causa, por ser um instrumento de martírio dos estudantes, obrigados a guardar na memória listas intermináveis de nomes e números? Ou a Geografia que se confunde com a Topografia e a Cartografia, ainda hoje admitida por alguns em nosso país? Ou, finalmente, a *verdadeira* Geografia, a Geografia Moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América, notadamente em que a interpretação dos fatos constitui (*sic*) o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas...? Eis o problema. Problema de grande importância, porque, conforme o conceito que

⁵¹ O Boletim Paulista de Geografia é uma revista científica publicada desde 1949 pela Seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP). Em suas publicações encontram-se artigos originais e inéditos, resenhas, entrevistas, traduções e notas relacionadas à Geografia. Esta e outras informações estão disponíveis em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista>

venhamos a adotar, e, sobretudo, variarão espantosamente os pontos de partida. Cumpre resolvê-lo, porém, para que se dê um balanço do que se fez até aqui [...] (AZEVEDO, 1954, p. 45, grifo nosso).

Nesse trecho nota-se que A. de A. reconhece que a “verdadeira” Geografia seria a chamada “Geografia Moderna”, de bases científicas, enquanto as “outras Geografias”, como a mnemônica, fundamentada pela memorização e associada à Cartografia e Topografia, que eram e continuaram a ser realizadas após a criação do curso superior, fariam parte do que ele chama de “pré-história” da Geografia. No entanto, o geógrafo paulista enfatiza que não se deve desconsiderar tudo o que foi produzido no Brasil antes de 1934:

Um investigador apressado, em dia com a evolução da Geografia no campo internacional, talvez se decidisse sem mais preâmbulos, desprezando (*sic*) tudo quanto diga respeito aos dois primeiros conceitos atrás citados. Mas isso seria injusto porque, entre as publicações que lhes correspondem, aparecem obras fontes que continuam a ser extremamente úteis aos geógrafos modernos. Acreditamos que o problema poderá ser resolvido de maneira satisfatória se procurarmos um marco, uma espécie de divisor de águas ou de fronteira entre as fases correspondentes a conceitos tão diferentes; e êsse (*sic*) marco só pode ser representado pela criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no ano de 1934 (AZEVEDO, 1954, p. 45-46).

No desenrolar do texto, A. de A. apresenta críticas à “Geografia pré-histórica” de forma que nos parece uma estratégia de afirmação do estabelecimento de uma nova forma de pensar/fazer geográficos, considerada por ele como “mais legítima e científica”. Assim, o excerto acima nos parece um tanto contraditório com relação à citação anterior, na medida em que diz que não é para se desprezar tudo o que foi produzido anteriormente, enquanto, de maneira geral, sua tendência é a de desqualificação do que havia sido produzido antes de 1934. Para A. de A. as obras publicadas no período imperial e republicano, antes de 1934, chamadas de “Geografia” ou “Corografia”⁵², não passavam de “modestos compêndios destinados ao ensino primário ou secundário e aparecem evitados dos defeitos que tão bem caracterizavam a velha Geografia” (AZEVEDO, 1954, p. 46).

Segundo ele, essas obras seriam todas idênticas sendo a única diferença “a massa maior ou menor de nomes e informes registrados” (*idem*). No desenvolvimento da “velha Geografia”, conforme classifica A. de A., haveria um único método, o enciclopedismo:

quando não se iniciavam por “Elementos de Geometria” ou por um “Resumo da História de São Paulo”, preocupavam-se, desde logo, com as coordenadas geográficas e com a linha de fronteiras, descrita esta sempre com um cuidado e

⁵² Manuel Aires de Casal foi um dos expoentes brasileiros a utilizar esta nomenclatura. Sua obra de referência foi intitulada de “Corografia Brazílica” e a primeira edição data de 1817.

ênfase nem mesmo compreensíveis se se tratasse das "lindes com países estrangeiros. Vinha, depois, a *geografia física*, como se a compreendia no século XVIII: a orografia, a potamografia, a limnografia, a nesografia, a aerografia e uma infinidade de outras "grafias", dentro das quais se alinhavam, compactos, os nomes de acidentes geográficos; e, para terminar, um estudo superficial e geralmente bastante otimista do clima (que, por toda parte, era muito saudável...), uma referência às riquezas naturais, em que a flora, a fauna e os minerais apareciam honestamente referidos através de seus mais conspícuos representantes (intermináveis relações de espécies botânicas, pitorescas listas de animais, desde a onça até o tico-tico... e impressionante relação de minerais, a começar pelo ouro e a terminar pelas argilas). Seguia-se a geografia política, parte que oferecia ao leitor, de mistura, referências à população (os índios aparecendo sempre mencionados em primeiro lugar entre os tipos étnicos, dentro do velho critério histórico), às divisões administrativas e judiciárias, às cidades e vilas, quando não ao orçamento, às fortalezas, aos faróis, à força pública. Quase nunca a *geografia econômica* aparecia em caráter autônomo (*sic*): ora era incluída no capítulo dedicado às riquezas naturais (caso mais comum), ora servia de complemento à "geografia política" (AZEVEDO, 1954, p. 46-47).

No período da "pré-história" da Geografia no Brasil, A. de A. exalta os trabalhos realizados pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, criada em 1886 e por onde passaram figuras como Teodoro Sampaio, Francisco de Paula Oliveira, João Pedro Cardoso, entre outros, e comenta que

Os relatórios publicados a respeito do *Litoral paulista* e de grande parte do Planalto, produto de *incansáveis e perigosos trabalhos de campo, verdadeira obra de Bandeirismo moderno, trouxeram preciosos subsídios para a Geografia paulista*. Neles são descritas com minúcias as áreas levantadas, destacando-se por sua importância as observações referentes à hidrografia, à geologia, aos solos e à vegetação, como também as fotografias e cartas que os acompanham; no entanto, seus autores (*sic*) não podem ser considerados geógrafos no sentido moderno da palavra, pois não tinham (e na verdade não podiam ter) a indispensável formação metodológica que conduz ao estudo dos fatos geográficos, através da *localização, comparação e interpretação* (AZEVEDO, 1954, p. 47, grifos nossos).

Desta citação, destacamos a relação feita pelo autor entre o trabalho de campo e um "Bandeirismo moderno" e a apresentação da metodologia da Geografia moderna. Assim como os bandeirantes do período colonial, A. de A. está se referindo a um processo de expansão e dominação territorial que parte de São Paulo, mas que, no caso "moderno", está associado ao "conhecimento técnico" dos elementos que compõem esse território. Os relatórios resultantes destes trabalhos de campo serviriam de subsídios para que os geógrafos modernos pudessem fazer o estudo dos fatos geográficos de maneira científica, isto é, seguindo a metodologia de **localização, comparação e interpretação**. Esta observação nos aponta que o conhecimento do território brasileiro seria uma das preocupações da "Geografia moderna".

Fica claro, a partir deste trecho, que começava a se estabelecer a definição de Geografia enquanto um "campo científico", na medida em que alguns nomes e tendências se

destacavam em detrimento de outros. O trabalho de campo se estabelece enquanto um dos cânones da Geografia moderna, enquanto aspectos como a geologia, a hidrografia e a vegetação, além de instrumentos como a fotografia e as cartas tornam-se de presença quase obrigatória no saber-fazer geográfico.

Passando para o outro lado do divisor de águas, ou seja, ao tratar da Geografia pós-1934 no estado de São Paulo, A. de A. escreve a respeito de dois acontecimentos decisivos para a Geografia Brasileira: a já citada fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (25 de janeiro de 1934) e a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 17 de setembro 1934). Esta demarcação cria um direcionamento para “contar” a história de formação e afirmação do campo científico da Geografia moderna fortalecendo seus cânones.

Segundo o autor, a Geografia ensinada em nível superior tinha como objetivo “formar bons professores para o magistério secundário e pesquisadores para o trabalho de campo” (p. 49). A cadeira de Geografia foi entregue ao professor francês Pierre Deffontaines, considerado por A. de A. como sendo de inteligência privilegiada e de dinamismo contagiante:

Sua presença em São Paulo, embora rápida, tornou-se inesquecível, porque Deffontaines possui (*sic*) o dom de conquistar admiradores e fazer discípulos [...] Sua extraordinária *capacidade de observação e sua cultura polimorfa* fizeram com que, em poucos meses, se dissipasse a treva secular em que vivíamos, no que se refere à Geografia: rasgou horizontes novos, de inimaginável largueza; abriu os olhos dos que os cercavam, chamando a atenção para fatos até então ignorados e oferecendo interpretações inesperadas e surpreendentes; *eliminou, com sua presença suas idéias (sic), a velha Geografia*, fazendo com que, num lapso de tempo reduzido, evoluíssemos o correspondente a cem anos (AZEVEDO, 1954, p. 49, grifos nossos).

Esta citação traz os elementos que para A. de A. eram essenciais para compreender as características desejadas em um geógrafo ou em um fazer “essencialmente” geográfico: capacidade de observação, cultura polimorfa, interpretações inesperadas e surpreendentes. Além de Deffontaines, pioneiro na cadeira de Geografia da USP, A. de A. fala de Pierre Monbeig, professor que teve grande influência em sua formação e do qual afirma ser “discípulo”, conforme se vê na passagem a seguir:

Durante onze anos (1935-46), permaneceu Monbeig em nossa Faculdade de Filosofia, trabalhando com entusiasmo, tanto no ensino quanto na pesquisa, e *criando discípulos*. Conseguiu que um consagrado mestre – o professor Emmanuel de Martonne passasse três meses em São Paulo (1937) e realizasse cursos que se tornaram inolvidáveis para todos aqueles que tiveram a ventura de ouvi-los. Assistiu ao desdobramento da primitiva cadeira única em duas outras (1939): a de *Geografia Física*, entregue a um *discípulo seu* – João Dias da Silveira; e a de Geografia Humana, que continuou sob sua direção. Mais tarde,

viu destacar-se uma terceira cadeira – a de Geografia do Brasil (1942), que veio a caber ao autor destas linhas, *também seu discípulo* (AZEVEDO, 1954, p. 50).

A ideia de discípulo, reiterada por A. de A. promoveu o fortalecimento do vínculo da Geografia que se estabelecia no Brasil com a Geografia de matriz francesa. Esta relação ocorreu em um sentido de “seguir” ou “acatar” o que era designado por esta, como uma maneira de atestar a demandada cientificidade.

Interessante pensar que a estrutura do curso de Geografia da USP, inicialmente em conjunto com História, tinha apenas uma cadeira de Geografia (em 1934), para cinco anos mais tarde, ser subdivida em Geografia Física e Geografia Humana (1939). Somente em 1942 foi criada a cadeira de Geografia do Brasil, assumida por A. de A.. O fato de existir uma disciplina específica de Geografia do Brasil nos mostra que este era um tema importante para os geógrafos da época. Aqui, cabe a indagação dos motivos pelos quais, quase uma década após a criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, o Brasil emerge para o Brasil e para a Geografia brasileira. Vale ressaltar que à época ocorria a Segunda Guerra Mundial, período de instabilidade no hemisfério norte e de surgimento de novas lideranças, especialmente dos Estados Unidos. Era importante que o Brasil se firmasse enquanto Estado nacional neste cenário.

Além de Deffontaines e Monbeig, A. de A. cita outros franceses que fizeram parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia da USP e que, segundo o autor, contribuíram para a consolidação do que seria a “escola paulista de Geografia”, são eles: Roger Dion (1947), Pierre Gourou (1948), Luis Papy (1950) e Francis Ruellan (1952-53), sendo os três primeiros estudiosos da Geografia Humana e o último da Geomorfologia (p. 50).

Desde a criação do curso de Geografia da USP, em 1934, vários licenciados que se formaram assumiram cátedras do magistério superior e secundário. Além disso, outros seguiram carreira acadêmica defendendo teses de doutoramento, muitas delas tendo São Paulo como tema de estudo⁵³ (*idem*).

⁵³ Dentre outros acadêmicos e suas respectivas teses, Aroldo de Azevedo cita: Maria Conceição Vicente de Carvalho (1944) – Santos e a Geografia Humana do Litoral; Ary França (1945) – Estudo sobre o clima da região de São Paulo; João Dias da Silveira (1946) – Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira; etc. Aroldo de Azevedo cita, também, três licenciados (entre os quais ele se inclui) que ocuparam em caráter efetivo, após se submeterem às provas de concurso, as cátedras que vinham exercendo interinamente e suas respectivas teses: Aroldo de Azevedo (1945) - Subúrbios orientais de São Paulo; João Dias da Silveira (1950) – baixadas litorâneas quentes e úmidas, com um estudo particular da

Além da USP, embora diretamente ligada a ela, outra instituição teve grande importância para a Geografia paulista e brasileira foi a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Criada por iniciativa de Deffontaines possuía como membros algumas figuras ilustres da intelectualidade brasileira, entre elas: Caio Prado Júnior, Luis Flores de Moraes Rego, Rubens Borba de Moraes, Geraldo Horácio de Paula Souza, além de estudantes do curso de Geografia e História da USP (AZEVEDO, 1954, p. 52). Monbeig assumiu a presidência da AGB de 1935 até 1946. Durante este período, eram realizadas reuniões duas vezes por mês em que temas relevantes de pesquisa eram expostos e discutidos (*idem*).

Em 1954, a AGB já possuía três seções regionais, a de São Paulo (sede da AGB nacional), a do Rio de Janeiro e a do Paraná, sendo que mais três encontravam-se em processo de criação: Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina (*idem*). Ainda de acordo com o geógrafo paulista, foi por meio da AGB que se iniciou a tradição de publicação em revistas e periódicos no Brasil, tendo sido criada a revista Geografia (1935-36), seguida pelo Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1941-44). Em 1949, a seção de São Paulo passou a publicar o Boletim Paulista de Geografia (BPG)⁵⁴ e a seção do Rio de Janeiro, o Boletim Carioca de Geografia (BCG)⁵⁵. (AZEVEDO, 1954, p. 52-53)

Para A. de A. tais periódicos seriam os porta-vozes da AGB, “que levam aos geógrafos do Brasil e do Mundo os resultados de seus estudos e de suas pesquisas, realizados dentro das modernas diretrizes da Geografia” (AZEVEDO, 1954, p. 53). Com essa afirmação, o geógrafo paulista oferece-nos recursos ao estabelecimento da dimensão da análise textual que se refere à prática discursiva, isto é, que trata da produção, distribuição e consumo dos textos. As revistas científicas constituíram – e ainda constituem – uma das principais fontes tanto de produção quanto para a circulação e consolidação do conhecimento que estava sendo produzido pela Geografia brasileira,

baixada da ribeira de Igupé; Ary França (1951) – a Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana [...] (p. 51).

⁵⁴ O Boletim Paulista de Geografia ainda é produzido no Brasil. Em 2018 publicou em edição comemorativa sua edição de nº 100.

⁵⁵ O Boletim Carioca de Geografia existiu durante 39 anos (1948-1987). Foram publicadas mais de 50 edições, com mais de 200 artigos de mais de uma centena de autores diferentes. Essa revista representa importante e diversificada contribuição para a produção da ciência geográfica e conhecimento do Brasil. O Boletim, que foi uma das publicações sob responsabilidade de Seções/Núcleos da AGB, de maior vitalidade da história da Associação, posição que dividiu com o Boletim Paulista de Geografia (BPG) <http://www.cedipe.uerj.br/boletim.html>, acesso em janeiro/2020

isto é, foram instrumentos fundamentais para a construção do novo projeto de Geografia, a Geografia moderna, enquanto discurso e prática hegemônica.

Um dos aspectos destacados que auxiliaram a consolidar determinadas práticas afeitas à produção do conhecimento no campo da Geografia foram as discussões metodológicas. Assim, o geógrafo paulista destaca que a singularidade da AGB encontra-se na realização de trabalhos de campo:

Particularmente as Assembléias Gerais da A.G.B. têm muito de singular no panorama cultural brasileiro: realizam-se anualmente, num período de 7 a 10 dias, cada vez numa cidade diferente (1946 – Lorena; 1947 – Rio de Janeiro; 1948 – Goiânia; 1950 – Belo Horizonte; 1951 – Nova Friburgo; 1952 – Campina Grande e João pessoa; 1953 – Cuiabá). No local previamente escolhido e dentro de *um programa pré-estabelecido*, reúnem-se associados das mais variadas procedências, cujo número têm oscilado entre 30 e 50; e põem-se a trabalhar. Mas não como se costuma fazer em congressos semelhantes. *Discutem-se teses ou comunicações*, é bem verdade; porém, a *principal tarefa consiste em realizar pesquisas em trabalhos de campo*, o que é feito através de três ou quatro equipes (cada qual sob a direção de um dos associados), que se dirigem simultaneamente, para áreas de influência do local escolhido como sede da Assembléia, entregando-se a um trabalho ativo e intenso (AZEVEDO, 1954, p. 53, grifos nossos).

Reiteramos, então, que a formação e crescimento da AGB, em conjunto com as universidades e outras instituições geográficas, como o IBGE, contribuiu para a consolidação do trabalho de campo enquanto metodologia de pesquisa na Geografia brasileira, ao mesmo tempo em que auxiliou no conhecimento do território do país, por meio das excursões realizadas durante as Assembleias cujos relatórios foram publicados nos Anais e nos Boletins geográficos.

Nas palavras de A. de A.: “coube, assim, a uma associação de geógrafos com sede em São Paulo realizar uma verdadeira *revolução* no campo das pesquisas geográficas, em nosso país” (*idem*. P. 54, grifo nosso). A palavra “revolução”, utilizada pelo geógrafo paulista demonstra que ele considera que a AGB contribuiu para uma completa transformação das pesquisas que até então eram realizadas no Brasil. As viagens de campo promovidas pela AGB e pela USP estão em sincronia com outras instituições brasileiras da época que tinham como objetivo “conhecer” o Brasil, integrar e dominar o território brasileiro, dentre elas o IBGE, as expedições do Marechal Rondon e Oswaldo Cruz, entre outras.

Como foi possível perceber neste texto, a Geografia desenvolvida por A. de A. faz parte da chamada “escola paulista de Geografia”, bastante influenciada pela Geografia Francesa e que pode ser caracterizada, segundo as palavras do autor, como sendo

1. Inspirada na orientação metodológica francesa (*sic*), tem procurado aproveitar o que há de melhor em outros países;
2. Dentro dessa orientação, dedica-se ao estudo e à pesquisa de temas ou problemas diretamente ligados à Geografia brasileira;
3. Em virtude das circunstâncias que presidiram sua formação, tem dirigido suas preferências mais para o campo da Geografia Humana, embora sem nunca desprezar (*sic*) o quadro natural (AZEVEDO, 1954, p. 55).

Para Moreira (2016, p. 27), dentre os franceses “fundadores” da Geografia acadêmica no Brasil, Deffontaines teria sido o de maior influência teórica e metodológica na formação do pensamento geográfico brasileiro por ser o que mais se voltasse para a constituição de um quadro de referência da interpretação global da organização do espaço brasileiro, a partir de um modelo unitário, mais próximo do ideal de integração. Para Deffontaines, o trabalho de campo era parte fundamental nos estudos geográficos, tanto que este geógrafo francês escreveu um texto intitulado “Pequeno guia do viajante ativo”, a fim de estabelecer diretrizes para que as viagens de campo tivessem um resultado mais satisfatório no desenvolvimento das pesquisas e no (re)conhecimento do território brasileiro. Este texto foi inicialmente publicado em 1936⁵⁶, na revista “Geografia”⁵⁷.

Pensamos que este seja um documento valioso para que possamos compreender melhor a concepção de Geografia de Deffontaines, que por sua vez, foi também grande influência para A. de A.. Além disso, esse texto permite compreender um exemplo do fazer geográfico deste autor. Ademais, esse pequeno manual foi referência para muitas expedições geográficas de estudo no/sobre o Brasil.

O texto é introduzido pelo que Deffontaines chama de “Geografia Prática”, e posteriormente é dividido em 2 partes: I) *Diretrizes a seguir pelo viajante ativo*; e II) *Método para facilitar os inquéritos locais do viajante ativo*. Na introdução, o autor registra os motivos que o levaram a produzir este guia:

Os viajantes, na sua maioria, conservam, nas regiões que percorrem, **uma atitude meramente neutra e passiva**, guardando, assim, **uma impressão de geral monotonia**. Tôdas (*sic*) as paisagens lhes parecem, então, mais ou menos semelhantes, excetuando-se, apenas, alguns pontos, de fato grandiosos! **Não sabem tais viajantes distinguir a admirável variedade daquelas paisagens**, e, sobretudo, o minucioso complexo mecânico da vida humana em cada região. Como descobrir esta vida profunda? **Como se constituir uma alma de pesquisador**, capaz de reconhecer o que de novo tem cada paisagem, para isso,

⁵⁶ A referência que estamos utilizando é uma publicação da AGB de 2012, que reúne textos da revista Geografia de 1935-1936 e do Boletim da AGB de 1941 -1944, conforme pode ser observado em nossa bibliografia.

⁵⁷ Primeira publicação da AGB, conforme comentamos anteriormente.

no seu íntimo, penetrando? Eis o que neste pequeno guia procuraremos estabelecer (DEFFONTAINES, 1943, p. 9, grifos nossos).

O autor, ao escrever um texto guia para o viajante ativo, que seria o geógrafo-pesquisador, inicia falando dos viajantes passivos, isto é, que não percebem a profundidade da vida existente nas paisagens e acabam se deixando levar pela monotonia. A busca do geógrafo-viajante deve ser, então, a de constituir sua “alma de pesquisador” por meio da penetração no íntimo da paisagem, ou seja, é necessário que ele veja para além do que está à mostra e isso só seria possível para aqueles que tivessem os olhos “treinados”, isto é, que soubessem o que procurar. Destacam-se nesta passagem dois conceitos chave da Geografia: *paisagem e região*. Estes estão intimamente relacionados, como é possível perceber na parte do guia denominada *diretrizes a seguir pelo viajante ativo*:

Observar, inicialmente, **a paisagem que forma o quadro onde se organizou tôda (sic) a vida de um grupo humano**. A importância de tal quadro reside na impossibilidade de colher (sic) qualquer coisa da luta, em que se empenham os homens, sem esta observação do meio, com as circunstâncias por êste (sic) impostas às populações. **O quadro é, pois, uma paisagem. Tem ela o nome de uma região?** Busquemos êsse (sic) nome, muitas vezes (sic) indicado por sufixo reunido à designação de uma localidade: São José dos Campos, Itabira do Mato Dentro. **A região merece um nome geral, porque representa uma unidade de paisagem** (DEFFONTAINES, 1943, p. 9, grifos nossos).

Neste excerto, Deffontaines aborda a luta do homem *contra* o meio e conceitua a região como uma unidade de paisagem. Estas afirmações nos oferecem significativos elementos para a concepção de Geografia deste autor. Moreira (2016, p. 27) afirma que os fundadores franceses da Geografia acadêmica no Brasil não se limitaram a reproduzir o pensamento geográfico que trouxeram de fora, mas intervieram fortemente na interpretação do real-concreto brasileiro, isto é, na formação de um pensamento geográfico voltado para a análise da “realidade brasileira”.

A partir da obra *Geografia Humana do Brasil*⁵⁸, produzida por Deffontaines e analisada por Moreira (2016), é possível perceber as congruências com o texto do *Pequeno guia do viajante ativo*, do geógrafo francês. Sobre o primeiro, Moreira (2016) comenta que:

Deffontaines divide o livro em quatro partes. A primeira é a exposição do quadro da natureza, vista num enfoque da História natural territorializada e das metamorfoses paisagísticas que ela sofre no interior da evolução da História

⁵⁸ Esse texto conheceu diferentes edições. A primeira é de 1939, publicada em três números (1, 2 e 3, ano I), da *Revista Brasileira de Geografia*, repetido a seguir em três números 46, 47 e 48 do Boletim Geográfico, ambos periódicos do IBGE. A segunda edição é de 1940, também do IBGE, numa publicação em separata comemorativa dos centenários de Portugal. E, a terceira, por fim, em livro, de 1952, que aqui usamos, numa publicação acrescida do texto *O que é Geografia Humana*, disponibilizada pelo autor em 1943 (MOREIRA, 2016, p. 28).

sociocultural brasileira. A segunda e a terceira referem-se às formas com que nessa relação a ação do homem a humaniza. E a quarta remete às formas e aos princípios econômicos orientadores dessa transformação enquanto uma combinação espacial entre História natural e História social. A perspectiva analítica de Brunhes, dos fatos da Geografia humana que viram uma Geografia da História é aqui visível (MOREIRA, 2016, p. 28).

E, mais adiante, o autor nos apresenta a visão de Deffontaines sobre a natureza, o homem, os gêneros de vida e a economia:

A natureza é vista por Deffontaines como uma história do solo, a História geológica que se combina com a História geomorfológica, num processo de que advém as formas de relevo, sua repartição no espaço e sua lógica de relações [...] Quando, então, Deffontaines passa para a agregação do clima, do solo, da hidrografia e da vegetação, o quadro integrado do movimento histórico dos processos e formas apenas aumenta em escala de complexidade [...]. O capítulo do homem é um aprofundamento e uma visualização dessas relações espaciais analisadas no primeiro, numa escala de planos agora mais sistemáticos no qual Deffontaines vincula os contextos dos ambientes ao conceito e escala dos gêneros de vida. É assim que depois de um rápido quadro descritivo da distribuição dos efetivos demográficos, passa ele à análise dos gêneros de vida constitutivos das formas do espaço geográfico brasileiro na sua escala sistemática: **a fazenda, o modo de vida caboclo, o comércio ambulante, os modos de vida urbanos**. Fecha o livro o capítulo da economia, num alargamento da sistematização dos modos de relação homem-meio agora na forma do que se pode dizer o arcabouço geral de ocupação humana do território nacional, como no esboço de uma divisão territorial global de **trabalho por vir**. A chave é a ocupação do território brasileiro por ciclos econômicos que vão incorporando, recriando e substituindo a diversidade natural e o modo pré-colombiano [...]. É quando a prática do avanço contínuo **da linha do desbravamento** – a frente pioneira – gera e dissemina ao mesmo tempo para trás e para frente os gêneros de vida cabocla em áreas geralmente quedadas ou ainda não recuperadas do esquecimento (MOREIRA, 2016, p. 28-30, grifos nossos).

Estamos nos delongando na questão da concepção de Deffontaines sobre a Geografia e os principais conceitos utilizados pelo geógrafo francês, porque ela permeia a relação dos mestres franceses e seus “discípulos” brasileiros, dentre eles A. de A., no que diz respeito aos primeiros estudos geográfico-acadêmicos, ou da “Geografia formal”, com relação ao Brasil. Nas citações apresentadas, percebemos que a relação do homem com a natureza é compreendida por meio do conceito lablacheano de “*gêneros de vida*” no qual cada grupo humano é identificado/classificado a partir da luta contra os obstáculos da natureza e da criatividade para controlá-la e transformá-la. É assim que cada gênero de vida adquire um aspecto específico relacionado às características do meio e às técnicas utilizadas nos transportes, na construção de casas, na alimentação, no vestuário, etc.. Além disso, o gênero de vida está associado ao trabalho exercido por tais grupos, que também possui uma relação direta com o que é “disponibilizado” pelo meio. Nesse sentido, a paisagem para Deffontaines apresentaria para o geógrafo-viajante o quadro no qual se organiza a vida de um grupo humano, ou seja, por meio da análise da paisagem,

o pesquisador encontraria as respostas para a organização daquele grupo, tendo em vista os elementos naturais, as construções, e o trabalho realizado em determinada localidade.

Na perspectiva de Deffontaines, uma das questões fundamentais da ocupação do território brasileiro é a relação com os “ciclos econômicos” e à divisão do “trabalho por vir”. No trecho “a chave é a ocupação do território brasileiro por ciclos econômicos que vão incorporando, recriando e substituindo a diversidade natural e o modo pré-colombiano [...]”, percebe-se que, para o geógrafo francês o avanço do “progresso” e da “civilização” aos interiores (ou, como veremos, aos sertões) brasileiros tenderia a eliminar os gêneros de vida devido à sua incorporação à economia nacional, isto é, os gêneros de vida seriam “padronizados” ou “assimilados”, como é possível perceber com a ideia de “linha de desbravamento” ou “frente pioneira”, que aparecem em seguida: “É quando a prática do avanço contínuo da linha do desbravamento – a frente pioneira – gera e dissemina ao mesmo tempo para trás e para frente os gêneros de vida cabocla [...]”.

Já a região corresponderia à forma de organização do território a partir da classificação das unidades de paisagem. Voltando ao “Pequeno guia do viajante ativo”, ainda na parte das *diretrizes a seguir pelo viajante ativo*, Deffontaines (1943, p. 9-10) enumera os fatores aos quais, o pesquisador deve recorrer para traçar as características da paisagem, são eles: o subsolo; o solo; o relevo, os rios, a vegetação (índice do clima), os animais; e, pensando na demarcação regional, acrescenta que:

Vantajosamente concluímos o reconhecimento da região pela sua delimitação mediante excursões diversas com êsse (*sic*) objetivo, o que permite apurar as zonas marginais onde, não raro, os limites são imprecisos, graças à transição de uma para outra paisagem. Êste (*sic*) trabalho é extraordinariamente proveitoso, para a cuidadosa observação das regiões, bem como para fixar a maior ou menor extensão daquelas zonas marginais. Tudo aconselha ao viajante ativo, desenhar êle (*sic*) próprio o seu mapa esquemático das paisagens reconhecidas (DEFFONTAINES, 1943, p. 10).

O excerto acima ilustra a maneira como o geógrafo francês pensa a natureza, assim como ficou evidenciado por Moreira (2016) anteriormente. Além disso, ao tratar da questão do homem, Deffontaines (1943, p. 10) apresenta para o viajante ativo que os problemas que o homem teve ou terá que resolver, averiguando os elementos da grande batalha a vencer pró ou contra a natureza, pois

“Com êste (*sic*) fim convém, cuidadosamente, registrar as condições de vida do homem bem como o habitat de sua região, para, em seguimento imediato, examinar os trabalhos recomendados com garantia de êxito na exploração regional” (*idem.*).

A respeito dos “problemas” do homem, Deffontaines enumera: *o problema do valor físico, moral e intelectual; o problema do teto; o problema da água e o problema da circulação de mercadorias*. A escolha da palavra “problema” pelo geógrafo francês seria um indicativo da dificuldade de apresentar solução? Fica esta questão. Recorrendo a concepção dos “gêneros de vida”, o Deffontaines elege certos “tipos brasileiros”, “cujos costumes e fisionomia, linguagem e ocupações, exprimem, com eloquência, o ambiente regional onde vivem” (*idem*. p. 11). São eles:

“o vaqueiro do nordeste, o colono das fazendas de café, os camaradas nas estâncias, os garimpeiros, os caíçaras, os gaúchos, e tantos outros, isolados ou associados, emprestam um tom especial à população das várias regiões” (*id.* p. 11).

Valendo-se do desenho, Deffontaines chama a atenção para a diferença entre o vaqueiro do nordeste e o do sul:



Figura 4: Os tipos vaqueiros: Lado esquerdo: o vaqueiro nordestino. Habitante da região semi-árida do Nordeste. Lado direito: O gaúcho. Habitante das regiões de pecuária do Rio Grande do Sul. Fonte: Deffontaines (1943, p. 11).

Tendo em vista as noções da Gramática do Design Visual, pensamos que estas imagens são códigos semióticos que geram uma associação entre elas e o texto. Por estarem localizadas em um escrito acadêmico, elas estariam estreitamente vinculadas à ideia de “realidade”, de maneira que sua análise deve ser efetuada sob a perspectiva da modalidade, a mais pertinente neste caso. Quando observamos os desenhos, percebemos que eles foram feitos com linhas simples, sem grandes detalhamentos, de forma que se aproxima mais de uma representação abstrata do que realista, isto é, trazem em si apenas o que é essencial, sem detalhes como iluminação e nuances de cor (BRITO e

PIMENTA, 2009, p. 103-105). Além das distinções dos homens, também os animais expõem portes diferenciados e sugerem comportamentos mais ativo e arreadio.

Este critério de produção imagética terá alta modalidade, na medida em que, ao se afastar de uma representação específica, se aproxima de uma generalização que diz respeito a todos os vaqueiros nordestinos e a todos os do sul, construindo uma “verdade essencial”. Ao serem colocadas lado a lado, elas remetem, necessariamente, à comparação: as principais diferenças entre eles estão nas vestimentas, sendo que o vaqueiro nordestino precisa de proteção para passar pela vegetação espinhosa da caatinga, representada pelo desenho do cacto; no porte dos vaqueiros e de seus cavalos, sendo os do nordeste mais esguios, “castigados” pelo meio, enquanto os gaúchos encontram-se mais fortes e altivos.

Estes “tipos brasileiros” apresentados por Deffontaines ilustram os gêneros de vida, pois se encontram associados à atividade econômica e vestimentas típicas as quais, por sua vez, são diferentes devido às distintas necessidades de adaptação exigidas pelo “meio”. O autor não diz se os desenhos apresentados são de sua autoria, mas eles lembram muito as ilustrações de Percy Lau publicadas na Revista Brasileira de Geografia, sob o título de “Tipos e Aspectos do Brasil”, composta também por textos.

Vejamos o desenho do artista peruano com mesmo tema, o vaqueiro nordestino:

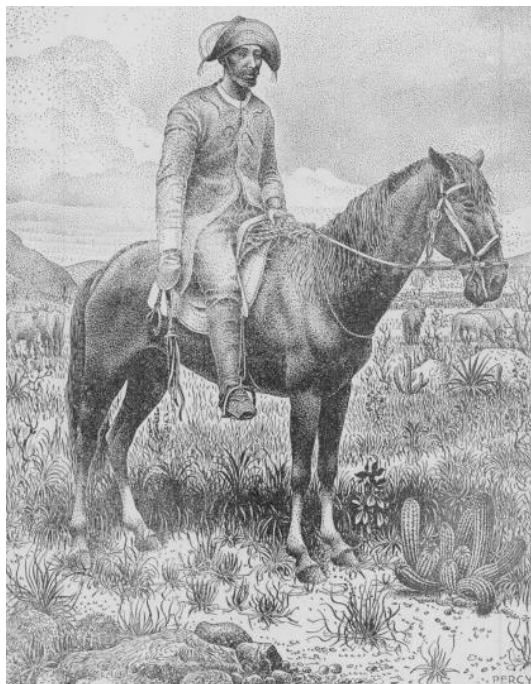


Figura 5: Vaqueiro nordestino. Fonte: Tipos e Aspectos do Brasil, 1970, p. 260

Esta imagem, em comparação às outras, caracteriza-se por ser bem mais realista. Há maior utilização de sombras e luzes para trazer volume, a vegetação aparece com maior riqueza de detalhes e o personagem representado possui feições próprias que o individualizam. Neste caso é como se Percy Lau apresentasse um exemplar “vivo”, “típico” que caberia perfeitamente na representação generalista de Deffontaines.

A estratégia da repetição, em diferentes textos e autores, fez com que, ao longo do tempo, fosse construído um imaginário coletivo comum a respeito do “homem do nordeste”. É a *intertextualidade* sendo utilizada para a criação de ícones regionais – mesmo que a intenção do autor não fosse esta. Na verdade, esta é uma interpretação das imagens por nós, em outro tempo, e a partir de um referencial analítico da produção naquele contexto. Todavia, também não podemos negar que essa imagem constituiu por décadas, uma espécie de “cânone” a respeito do sertão nordestino e sua gente – que também é tributária da obra “Os sertões” (1946), de Euclides da Cunha.

O texto que acompanha esta imagem é bastante elucidativo para nossa discussão, de maneira que vamos transcrever alguns trechos:

Na paisagem inconfundível do sertão nordestino, domínio da caatinga ressequida e espinhenta, vive um tipo humano cujas características somáticas e psicológicas são um *espelho fiel do meio em que habita*. Pequeno no porte, magro e sóbrio de músculos; taciturno e desajeitado em descanso, intrépido e vibrátil quando solicitado para a ação. É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito, estudado e interpretado pelo *gênio imortal de Euclides da Cunha*. Na gravura vêmo-lo desempenhando *sua atividade principal – a de vaqueiro* (DOCA, 1970, p. 259, grifos nossos).

No trecho destacado, nota-se que a autora inicia a descrição associando a vegetação (caatinga) e o tipo nordestino, que considera ser “um espelho fiel do meio”. Outro ponto que merece consideração é que Doca (1970) usa como referência Euclides da Cunha que, como veremos, teve um papel importante para a *intelligentsia* brasileira e suas discussões sobre a identidade nacional brasileira, ademais de ser uma referência deveras utilizada pela Geografia. Além disso, é apresentada a atividade laboral do tipo nordestino vaqueiro, isto é, sua ocupação provavelmente pela relação com a terra vivida naqueles tempos que mostrava um Brasil mais afeito ao rural. Continuemos, então:

Povoa a "tapuí-retama" - vasta região das chapadas e dos tabuleiros do Nordeste brasileiro, *terra atormentada* ora pelas sêcas (*sic*) causticantes, ora pelas chuvas torrenciais; onde ventos turbilhonantes sucedem a longos meses de pesadas calmarias. Montanhas graníticas reverberando ao sol *rútilos lampejos* a ofuscar a vista. Flora *castigada pelas intempéries e pelo solo arenoso*, ressequido. Cactáceas, bromeliáceas, velosiáceas, apocináceas, tôda a gama da *angustiante* vegetação xerófila. Porco do mato, caititu, ema, tapir, e suçuarana, eis algumas espécies de sua fauna bravia. *Sêres (sic) esquivos, brutais, traiçoeiros como a*

própria terra que lhes serve de berço. Natureza extremada, que não conhece economia, passando do paraíso deslumbrante e fugaz que é a época do "verde" (das chuvas) para o inferno quase permanente da "magrém" (época da sêca (sic)). E é neste cenário de desperdícios que nasce, se agita e morre o vaqueiro nordestino - o mais forte, o mais bravo dos filhos do sertão, - por cuja fortaleza física e moral bem merece que se lhe eduque a terra, a fim de que êle (sic) se possa integrar no concêrto (sic) da civilização brasileira (DOCA, 1970, p. 259, grifos nossos).

Este excerto nos mostra a “imagem” que foi sendo contruída e difundida sobre o sertão, caracterizado, sobretudo, por designações que expressavam sofrimento e tristeza e que possuíam relação direta com a “natureza” que deveria ser “derrotada” pela civilização. Aqui também percebemos a semelhança com as elaborações de Deffontaines em relação aos fatores que o pesquisador deve recorrer para traçar as características da paisagem: o subsolo; o solo; o relevo, os rios, a vegetação (índice do clima), os animais. Além da visão de luta do homem contra a natureza a ser modelada/domesticada.

Outro aspecto essencial para nossa investigação é quando a autora afirma que o sertanejo merece que “se lhe eduque a terra, a fim de que êle (sic) se possa integrar no concêrto (sic) da civilização brasileira”. Aqui, transparece a questão do atraso e da modernidade, do tipo brasileiro “tradicional”, como o vaqueiro nordestino, que ao mesmo tempo em que é um símbolo regional, precisa se integrar à civilização. Seria o trabalho por vir, que já mencionamos, ou o avanço do progresso.

A autora continua, agora, associando as vestimentas e a vegetação, mais uma vez utilizando Euclides da Cunha como referência e remetendo à luta do homem contra a natureza. Além disso, recorre à mistura das raças para descrever as características da personalidade do vaqueiro nordestino:

O seu tipo étnico provém do contacto do branco colonizador com o gentio, durante a penetração do gado nos sertões do Nordeste. A predominância de *sangue índio acentua-lhe o espírito aventureiro e o sentimento de liberdade de ação*, pelo que não *se adaptou ao sedentário e disciplinado labor agrícola*. Manifestou-se, no entanto, elemento utilíssimo na ação dinâmica do pastoreio, como *peão nas "fazendas de criar" do século XVII*, quando começou nos sertões brasileiros o grande ciclo econômico da criação do gado [...] A fim de - nas arremetidas caatingas a dentro, no encalço das reses fugitivas, ou, varando-a freqüentemente em viagem - proteger-se dos espinhos acerados dos arbustos, dos cardos e das *demais pontas agressivas* da vegetação inextricável, usa o vaqueiro uma verdadeira armadura de couro. Descrevamô-la com as palavras do próprio Euclides. "As vestes são uma armadura. Envolto no "gibão" de couro curtido, de bode ou de vaqueta, apertado no colête (sic) de couro; calçando as perneiras, de couro curtido ainda, muito justas, cosidas às pernas e subindo até as virilhas, articuladas em "joelheiras" de sola; e resguardados os pés e as mãos pelas "luvas" e "guarda-pés" de pele de veado - é como a forma grosseira de campeador medieval desgarrado em nosso tempo. *Esta armadura*, porém, de um vermelho pardo, como se fosse (sic) de bronze flexível, não tem cintilação, não

rebrilha, ferida pelo sol. É fôska (*sic*) e poenta. *Envolve o combatente de uma batalha sem vitória ...* " (DOCA, 1970, p. 259-261, grifos nossos).

Nota-se que a autora apresenta o vaqueiro nordestino, como um tipo étnico em que prenominava o sangue do “gentio”. Sua utilidade era destacada como “peão” e não como “proprietário”. Além disso, apesar de sua notável valentia, não era capaz de “vencer” a natureza. Por fim, a autora, assim como no guia de Deffontaines, compara o vaqueiro nordestino com o vaqueiro gaúcho, com uma descrição que caberia perfeitamente à Figura 4:

Interessante é comparar-se êsse (*sic*) tipo nordestino com seu irmão do Sul - o gaúcho dominador da campanha. Êsses (*sic*) dois tipos tão diferentes, que se agitam em duas paisagens tão desiguais, ambos têm no cavalo um colaborador precioso, valendo, no entanto, *mais o "pingo" para o gaúcho que o enfeita, trata, acaricia e não dispensa, do que o "quartau" magro, resignado e encourado*, para o vaqueiro sertanejo. *O gaúcho é combativo, impulsivo, exuberante; o seu irmão nordestino não é combativo, mas combatente; não é impulsivo e sim calculista; não tem a palavra e o gesto largos; é lacônico e retraído*. Só se assemelham quanto ao gênero de vida, aos sentimentos de liberdade e de honra, quanto à probidade: o "rodeio" sulino, a "disparada" do gado pelas planícies sul-rio-grandense, têm correspondência com a "vaquejada", a "pegada" do boi, o "estouro-da-boiada" nordestinos (DOCA, 1970, p. 261, grifos nossos).

A relação entre Deffontaines e o livro “Tipos e Aspectos do Brasil” não é mera coincidência. Em 1936, o geógrafo francês publicou na França, um texto com o título *Indivíduos tipos do Brasil*⁵⁹, transcrito no Boletim Geográfico em 1947, fonte adotada neste texto. O autor inicia esses escritos associando os conceitos de região, paisagem e gêneros de vida ao de indivíduos-tipo e afirma que a seriação deles seria o “primeiro plano na caracterização de cada país”:

A definição humana de uma região dada, *cifra-se* menos pelo arranjo do povoamento ou distribuições étnicas, do que *pela escolha dos gêneros de vida*, cuja associação íntima assegura a entreter a exploração do terreno. Tais gêneros de vida encontram sua expressão nos indivíduos-tipos, cuja seriação ocupa o primeiro plano na caracterização de cada país. *Não raro, há um tipo dominante que marcou profundamente tôda (sic) a gama de ocupações* e o regime de trabalho: seus hábitos, suas exigências se inscreveram profundamente na paisagem. Os *outros tipos gravitam-lhe em tórno (sic)*, alguns mesmo vivem como parasitas [...] Os tipos de um país não tiveram surgimento simultâneo, uns são mais antigos, outros mais recentes. *Pertencem a ciclos econômicos* distintos e importa investigar-lhes a idade (DEFFONTAINES, 1947, p. 140, grifos nossos).

Pensamos que os indivíduos-tipos tornaram-se uma maneira de “classificar” ou, nas palavras de Deffontaines, “seriar”, os habitantes de uma nação ainda em construção, o que aproximava a Geografia da etnologia. As pessoas eram reduzidas a números, como

⁵⁹ A referência da publicação de 1936 é *Revue des Deux Mondes – CVI.ème Année – Huitième Période – Tome Trente et Unième – Bureau de La Revue des Deux Mondes – Paris, 1936.*

fica explícito quando o geógrafo francês utiliza o verbo “cifrar” para tratar da distribuição étnica e dos gêneros de vida. Merece destaque que o autor assinala que o gênero de vida poderia ser escolhido. Além disso, quem seria esse “tipo dominante” e quais seriam aqueles que seriam seus “parasitas”? O autor nos responde:

O tipo principal: o fazendeiro – no Brasil, o tipo dominante [...] é o fazendeiro, ou seja, o proprietário de uma fazenda, ou grande propriedade [...]. O primeiro esforço do fazendeiro consistiu no apossamento da terra; é de estranhar-se a importância dessa apropriação, num país tão vasto, tão pouco povoado [...]. Era de esperar-se encontrar imensas extensões sem dono, recaindo sob domínio público do Estado. Até mesmo as zonas de florestas amazônicas têm proprietários e lá se encontram fazendas unicamente florestais. O domínio público é insignificante e isto explica a pequena importância da colonização oficial. Seria interessante retratar a história da imensa imobilização da terra pelos primeiros a pisá-la. Seu direito de propriedade deriva seja de concessões outorgadas pelo soberano, sob o nome de sesmarias, seja de simples apossamento de fato, facilmente reconhecido por decretos e leis (DEFFONTAINES, 1947, p. 140).

Vale ressaltar, desse trecho, que o “tipo dominante” era, desde então, o proprietário de terras. Apesar de Deffontaines não relacionar, neste ponto, o fazendeiro ao seu “tipo étnico”, ele faz menção ao direito de propriedade concedido pela Coroa. Sabemos, como já foi visto, que ao “vaqueiro nordestino”, mestiço, cabia o papel de peão e não de proprietário. A concepção de propriedade privada está atrelada à implementação do Estado burguês, como veremos de maneira mais aprofundada no próximo capítulo. Por hora, cabe apenas chamar a atenção para o estabelecimento de hierarquias sociais condicionadas à propriedade e à produtividade, caras ao capitalismo. A caracterização apresentada por Deffontaines reforça nossa argumentação, continuemos, então:

Logo a designação uniforme da fazenda se aplicou a tôdas (*sic*) essas propriedades iniciais. O fazendeiro é sempre, portanto, um grande proprietário, mas não é aquele que possui domínio maior o mais influente; *a importância do fazendeiro depende do modo de utilização da fazenda* (DEFFONTAINES, 1947, p. 141, grifos nossos).

O autor distingue dois tipos de fazendas: a de plantações, constituídas, principalmente, pela cana-de-açúcar, café, cacau e algodão (insumos que abasteciam o mercado externo desde o período colonial), e a de produção de gado (historicamente associada ao abastecimento do mercado interno). Esta diferença no modo de utilização da fazenda faz com que o “fazendeiro de plantação” seja mais “dominante” do que o “de gado”:

A antiga fazenda de plantações compunha-se de três elementos: sôbre (*sic*) uma elevação, a casa do dono, casa grande ou sede [...] o porão [...] e o pátio espanhol. O alojamento do fazendeiro é, não raro, muito luxuoso [...]. Há sempre uma biblioteca onde o livro francês tem lugar de honra. No jardim de traçado francês, com vistosos grupos de begônias e buganvilias está colocada uma piscina de mosaico, por que o fazendeiro manifesta um orgulho particular. [...] A fazenda de gado é de todo diferente. O dono nem sempre tem nela sua residência e sua morada tem uma aparência mais modesta. O pessoal [...] habita em cabanas muito afastadas umas das outras e colocadas perto duma espécie de reduto de troncos de

árvores formando uma cêrca (*sic*): é o curral [...]. Tais habitações denominam-se “curralinho” ou “retiro” e abrigam os campeiros, homens dos campos. O campo não designa no Brasil a cultura, senão a zona de pasto [...]. Em muitos casos, as fazendas de gado não possuem limites precisos, pastando o gado em liberdade nos campos, chamados gerais. O fazendeiro mesmo não é o proprietário da terra e sim duma certa marca aplicada aos animais com o ferrete em brasa ou por incisão na orelha (DEFFONTAINES, 1947, p. 141).

Reiteramos, então, que não é somente a utilização da fazenda que distingue o nível do poder de dominação do fazendeiro, mas também a propriedade da terra, historicamente identificada ao europeu. Vejamos, agora, quem seriam os “tipos sociais” que “gravitavam em torno dos fazendeiros”:

O colono é um tipo que gravita em tórno (*sic*) do fazendeiro. Não é, porém, como seu nome indica, um homem que vem instalar-se em *terra livre*. Trata-se de um *operário* contratado pelo agricultor que o vai aliciar até mesmo nos *mercados europeus, notadamente na Itália meridional*. O fazendeiro confia-lhe o cuidado dum certo número de pés de café, recebendo êle (*sic*) em paga a metade das colheitas [...]. Concedem-se-lhe igualmente terras para suas culturas e rebanho pessoal. Todavia permanece frequentemente nômade, errando de fazenda em fazenda e constitui um *proletariado rural ao invés de campesinato*. Essa instabilidade do colono testemunha *seu desejo de adquirir terra*, de fixar-se num lote, tornar-se lotista. Todavia, o *monopólio da terra pelos fazendeiros torna muito difícil êsse (sic) acesso à propriedade*. A maioria dos fazendeiros, entretanto, não exploram mais que uma parte de sua propriedade [...]. De sorte que a sêde (*sic*) de terra é grande entre a gente pobre e difícil de resolver, a despeito da imensidade do Brasil (DEFFONTAINES, 1947, p. 142. Grifos nossos).

Desse excerto, nos chamou a atenção que Deffontaines apresenta a questão do monopólio da terra pelos fazendeiros e a dificuldade dos “pobres” em acessá-la. Este ponto nos mostra que o autor reconhecia a existência de um problema social, no entanto, ele se limitou a dizer que é “difícil de resolver” e não problematizou ou aprofundou sua análise. Além disso, Deffontaines diferencia campesinato de proletariado rural, justamente porque, segundo o autor, os últimos seriam “operários” contratados para trabalhar na terra de outrem. O colono, era relacionado à figura do europeu/italiano, e era um “trabalhador livre”, o que demonstra a não absorção da mão de obra negra após a abolição da escravatura. O autor não entra neste mérito. Este indivíduo-tipo é apresentado pelo geógrafo francês como uma mão de obra que, ainda que pobre, contribuía para a “modernização” do Brasil, especialmente aqueles que trabalhavam nas “fazendas de plantação”. Até agora, tanto o tipo fazendeiro, quanto o tipo colono são associadas ao europeu, reiteramos. O negro simplesmente não aparece no texto e o índio é retratado da seguinte maneira:

Os índios foram concentrados nas plantações da costa atlântica. Habitados a uma economia de simples colheita, sem dispensar verdadeiro esforço, não puderam suportar o regime de trabalho que se lhes impunha nas plantações. Praticaram o que se chamou sinicamente de “a greve da morte”; com efeito, foi na verdade, a densidade do trabalho que os europeus têm o hábito de suportar e de impor que

provocou uma imensa hecatombe nas populações indígenas. O fato é que não existe no Brasil mais do que um milhão e meio de índios para uma população de mais de quarenta e sete milhões de habitantes. Os quais com o nome de bugres, refugiam-se nas regiões mais inacessíveis, notadamente ao sul da bacia amazônica. Aqui, portanto, não se depara a questão indígena, tal como existe, algumas vezes (*sic*) de modo grave, nos países da América espanhola (DEFFONTAINES, 1947, p. 140).

O indígena não é considerado por Deffontaines como um indivíduo-tipo do Brasil. Apesar de reconhecer o extermínio dos índios, a preocupação do geógrafo francês se restringe à números e, segundo ele, a parcela deste “tipo étnico” seria muito pequena frente ao tamanho da população. Assim, a “questão indígena” (que ele não diz qual é), não seria um problema grave no Brasil. Além disso, é possível inferir que, na visão do autor, a não propensão indígena ao trabalho faz com que este “tipo étnico” não atue no “desenvolvimento” do país. Outro indivíduo-tipo que aparece no texto é o vendedor ambulante:

Os vendedores ambulantes são, após o fazendeiro e o colono, as figuras mais típicas do hinterland brasileiro. Há um velho nome para designá-los: chamam-nos mascates, donde vem a palavra mascatear, que exprime a ação de mercadejar. Foram os habitantes da Bahia, a cidade mais povoada, sobretudo de pessoas de condições precárias, desde muito devotadas à procura de todos os expedientes, que descobriram o horizonte de trabalho e que representaram a ausência de negócio em todo o interior do Brasil. Os baianos improvisaram-se os primeiros mascates durante a época colonial. [...] Na segunda metade do século XIX [...] quando se organizou a colonização do estado de São Paulo [...] o campo de ação dos mascates alargou-se consideravelmente. [...] Foram os próprios italianos que asseguraram para si êste (*sic*) serviço [...]. Uma terceira onda de mascates ocorreu um pouco mais tarde [...] os sírios [...] descobriram o Brasil e sua predisposição tôda especial para o comércio ambulante. [...] Tal população, tantas vezes criticada severamente, tem prestado contudo ao Brasil verdadeiros serviços. Foi através dela que a vida de trocas difundiu-se por tôda (*sic*) parte, mesmo nos sertões mais inacessíveis. O comércio dos mascates representa sensível progresso a uma economia fechada e rotineira. Pelo seu tino dos negócios, criaram iniciativas de vulto e estão em vias de participar ativamente no nascimento da grande indústria. A despeito de seu recente ingresso no Brasil, já contituem uma peça importante no mecanismo econômico da país (DEFFONTAINES, 1947, p. 144).

Mais uma vez, o negro e o indígena não fazem parte do progresso, isto é, não se constituem como “peça do mecanismo econômico” do país. Assim como os gêneros de vida são definidos a partir das atividades laborais existentes na região, os indivíduos-tipo são classificados de acordo com seu papel na economia. Em um Estado nacional em vias de implementação do capitalismo, esta relação entre a Geografia e as formas de trabalho como critério de “classificação” da população, nos apresenta pistas de seus objetivos. Não se fala em “classes sociais”, mas fica nítida a hierarquia social existente entre os indivíduos-tipo apresentados. O próximo será o mestiço:

O fazendeiro, o colono, o mascate, constituem o que se poderia denominar-se a população organizada dos campos, contudo, há outros elementos que vivem à margem, além das regiões pioneiras, em pleno sertão: são os chamados caboclos

ou caipiras. Tratam-se de mestiços em quem os sangues branco, indígena e negro se acham mesclados em porções variadas. O caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira. Muitos, entretanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos rincões que o avanço colonizador deixou intactos ou nos que a exploração européia (*sic*) abandonou [...]. O caboclo leva uma vida livre, quase sem nenhuma necessidade, sem dinheiro, praticando uma agricultura primitiva, quase florestal, em que o campo e a floresta se entrosam. É sobretudo um colhedor que apanha os frutos da floresta e o mel silvestre. [...] Sua casa não passa de uma cabana feita de varas ou de palmeiras, coberta de fôlhas (*sic*), ramos ou palha. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana para ter assegurada a subsistência. [...] Ao longo do litoral atlântico, o caboclo passa a ser pescador, embora permaneça no mato: é o caiçara. Tira sua subsistência do mar e da floresta. [...] Ainda mais do que o caboclo do interior, o caiçara pode viver ocioso, com um volume de trabalho insignificante de nenhum modo comparável com o esforço (*sic*) médio de um europeu (DEFFONTAINES, 1947, p. 145)

O mestiço, então, representa o ócio, a subsistência, não estando inserido, portanto, na economia nacional. É associado ao primitivismo, ao não civilizado, ao sertão. Deffontaines assinala o contraste existente entre os “gêneros de vida” rurais apresentados, com a vida industrial incipiente que se desenvolvia nas cidades e, com ela, um novo elemento social: o operário. O “proletariado industrial” era composto, majoritariamente,

De estrangeiros: italianos, húngaros, poloneses. [...] Os salários são baixíssimos, em média 5 a 7 francos por dia, porém o custo de vida ali é barato [...] Portanto, por salários que se poderia qualificar de miseráveis, o operário leva uma vida relativamente fácil e salubre. A consciência de classe operária é menos acentuada do que na nossa Europa. Reúnem-se, sobretudo, para as distrações, o esporte, e mesmo a instrução. Os operários formam uma espécie de nova e jovem aristocracia em meio à população das cidades (DEFFONTAINES, 1947, p. 145-146, grifos nossos).

Mais uma vez, estrangeiros ocupam um lugar de destaque entre os indivíduos-tipo devido ao papel que os operários das fábricas representavam para a economia brasileira. A industrialização representava a (re)afirmação do Estado burguês no Brasil. Deffontaines responde a pergunta que fizemos anteriormente sobre os motivos pelos quais o Brasil emergiu para o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: “A guerra europeia, a crise atual, acompanhada da queda do câmbio permitiram às fábricas brasileiras reservar para si todo o vasto mercado local e mesmo encetar uma exportação para outros países da América do Sul” (DEFFONTAINES, 1947, p. 145). A institucionalização da Geografia no Brasil coincide com o processo de construção/consolidação do Estado nacional brasileiro e a criação da cadeira de “Geografia do Brasil” (1942) coincide com a Segunda Guerra Mundial e o processo de inserção do Brasil no mercado internacional. Deffontaines não problematiza qual seria o papel do Brasil neste mercado. Assim como não trata das condições de trabalho do “proletariado brasileiro” que, apesar do salário miserável, possuía uma vida

“relativamente fácil”, além de *status* social. “Abaixo” dos operários, vivem seus “parasitas”, finalmente apresentados pelo autor:

Abaixo dêles (*sic*) [dos operários] se agita uma multidão de indivíduos menos aquinhoados, *mais ou menos mestiçados de negro com indígena*, espécie de caboclo das cidades, que vive de *inumeráveis misteres parasitas*: engraxates, carregadores, vendedor de bilhete de loteria, jornaleiro... Não mendigam, pois *a mendicância é rara no Brasil, embora seu sistema de vida prime em não se dar muito trabalho. Andam descalços e andrajosos*. Moram em casebres construídos por suas próprias mãos dos materiais mais heterogêneos e instalam-se por direito de ocupação nos terrenos sem dono. [...] *Vivem de quase nada*, banana, arroz, mandioca. Exibem pela cidade afora uma jovial e fácil ociosidade: a rua deve-lhe algazarra esfusiante e vivida. Não constituem *uma escória desprezada, pois a vida brasileira não sublinha as distâncias sociais*. Ao contrário disto, *as atenua e o jornaleiro é um senhor, não menos do que o fazendeiro que reside nos luxuosos palacetes da Guanabara, no Rio ou da avenida Angélica em São Paulo* (DEFFONTAINES, 1947, p. 146, grifos nossos).

A despeito de todas as desigualdades sociais e diferenças raciais apresentadas por Deffontaines, ele finaliza seu texto minimizando ou eliminando todos os “problemas difíceis de resolver” ao afirmar que “a vida brasileira não sublinha as distâncias sociais”. O autor não associa a questão social à racial e caracteriza o Brasil como sendo uma verdadeira “democracia racial e social”. Para ele no Brasil “a uma vida de tradição, bebida nas civilizações latinas, associa-se sem dificuldade um americanismo pujante e as formas de vida, alhures opostas, coexistem aí em perfeita harmonia [...]” (DEFFONTAINES, 1947, p. 146).

Nos delongamos neste texto de Deffontaines por considerar que ele é fundamental para melhor compreendermos o papel da Geografia no processo de construção/consolidação da ideologia nacional brasileira, isto é, a formação de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), em que os “cidadãos”, a despeito de todas as suas diferenças, se reconhecem como sendo iguais. Sendo A. de A., assumidamente, discípulo do geógrafo francês, pensamos que este exerceu grande influência naquele em suas investigações sobre o Brasil. Assim, fizemos nossas análises buscando estabelecer os possíveis diálogos entre eles e seus contemporâneos.

Pensando nas relações entre ideologia e identidade nacionais, destacamos a importância das imagens para a Geografia daquele momento, fossem elas desenhos ou fotografias, na medida em que possuem relação direta na representação das identidades nacionais e regionais.

Angotti-Salgueiro (2005) faz uma interessante análise da construção das representações nacionais a partir dos desenhos de Percy Lau e outras visões que ela chama de

“iconográficas” do Brasil moderno. Segundo a autora, a Geografia e a etnologia parecem ter sido convocadas pelas políticas culturais em prol dos movimentos regionalistas e que estes são internacionais e mais ou menos sincrônicos. De acordo com ela,

Desde o século XIX, os lugares em que se exibe o interesse pela “cor local”, especificidades regionais e imagens de cada nação, tipos humanos, habitação, folclore, são as exposições universais e nacionais, cujos estudos a respeito são conhecidos – não retomarei a questão, salvo em relação a alguns aspectos do período que nos interessa: os eventos de 1937, em Paris. Retrospectivamente, na França, a campanha fotográfica para constituir *Les Archives de la Planète* resultou numa das mais importantes coleções fotográficas no gênero “tipos e aspectos”, em que se visava o “inventário das diferenças de um mundo em vias de urbanização”, ou o “registro dos costumes locais em vias de desaparecimento”. Assim, são as cenas rurais que vão dominar as temáticas típicas da geografia humana dos herdeiros de Vidal de La Blache (ANGOTTI SALGUEIRO, 2005, p. 22-23).

Aqui aparece uma informação fundamental para entendermos o contexto político, social e econômico no qual a publicação dos “Tipos e Aspectos do Brasil” se realizou. A Era Vargas (1930-1945) foi um período de “modernização” do país, que se encontrava em vias de industrialização e urbanização. Nesse sentido, tendo em vista que as discussões da intelectualidade brasileira deste período giravam em torno das relações entre civilização e primitivismo, bem como das singularidades nacionais (ou o que seria genuinamente brasileiro), era interessante que houvesse um “registro dos costumes locais em vias de desaparecimento”, o que, no caso do Brasil, sequer era conhecido. Pode-se dizer, então, que a ciência geográfica levada à cabo pelos mestres franceses e herdada por A. de A., estava comprometida com a produção de um “inventário” sobre o país, sem perder o foco da interpretação de seus fenômenos. Monbeig, em entrevista concedida a P. Petitjean e M. Paty, em 1987⁶⁰, relatou sua experiência no Brasil:

Eu adorava ajudar os jovens a descobrir seu próprio país, que eles pouco conheciam. Eu os ensinava a ver suas próprias paisagens, o que era emocionante [...] Eu acho que os professores franceses de ciências humanas contribuíram, na sua esfera bem limitada, a ajudar os brasileiros a descobrir seu país, isto é, atenuar a dependência intelectual brasileira (PIERRE MONBEIG, entrevista concedida a P. Petitjean e M. Paty, 1987 *apud* ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006, p. 196).

Angotti-Salgueiro (2005) observa que o período de publicação dos “Tipos e Aspectos do Brasil”, bem como da institucionalização da Geografia, no país foi uma época marcada pela

⁶⁰ Esta entrevista foi realizada com Monbeig em 16 de março de 1987 e cedida a Heliana Angotti Salgueiro pelo professor Patrick Petitjean. A autora publicou partes de tal entrevista no texto Introdução à terceira parte, in Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira. A dinâmica da transformação. p. 195-224, que utilizamos como referência em nossa pesquisa.

política cultural nacionalista que une a história e a geografia num *élan* de conhecimento do país, inscrito em um movimento de idéias (*sic*) pela formação da ‘consciência nacional’ em vários campos da cultura, educação e ciências sociais (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 24).

Soma-se a isso o

Papel decisivo de jovens professores universitários franceses, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig [...] que se unem à geração de intelectuais autóctones, geração plena de projetos [...] e empenhados em uma verdadeira redescoberta do Brasil a partir de um conhecimento vivido, baseado nas viagens pelo interior do país: excursões geográficas e trabalhos de campo passam a ser o ponto mais alto das novas orientações didáticas. Enquanto isso, as viagens com fins de registro fotográfico se generalizam bem além da geografia institucional [...]. Ainda nesse contexto de aparecimento oficial e disciplinar dos “tipos e aspectos”, em 1933 foi criada uma seção de Estatística Territorial no Ministério da Agricultura, cujo objetivo era “reunir documentos [cartográficos] sobre o território nacional e estudar as características fisiográficas das regiões”; e em 1937, no decreto de adesão do Brasil à Union Géographique Internationale, assinada por Getúlio Vargas – adesão que deve muito ao papel de Pierre Deffontaines e Emmanuel De Martonne – reafirma-se, no art. 1, o objetivo de ‘ativar uma cooperação geral de todos por um conhecimento sistematizado do território e da pátria’ (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 25).

O editorial do Boletim Geográfico de 1943 afirma a importância das expedições científicas, para o conhecimento do Brasil, por meio do exemplo da expedição organizada pelo Conselho Nacional de Geografia ao Jalapão:

Levantando e estudando em grandes detalhes, uma área maior que o estado do Alagoas, área esta com cerca (*sic*) de 37500 quilômetros quadrados de superfície, num espaço de tempo relativamente pequeno – 5 meses – dispendo de poucos técnicos e dispendendo quantia quase insignificante para a soma dos trabalhos realizados, os encarregados dessa missão mostraram que, com uma campanha ininterrupta e bem orientada, não estará longe o dia em que teremos um Brasil relativamente bem conhecido e bem retratado (PEREIRA, 1943, p. 3).

O autor ressalta a produção imagética promovida por meio da expedição ao comentar os seus resultados:

Além do relatório geral dos trabalhos e observações feitos, com cerca (*sic*) de 80 fotografias e desenhos elucidativos, foi apresentado um detalhado mapa de toda (*sic*) a região percorrida, na escala de 1/250000, com curvas de nível intervaladas de 50000” (PEREIRA, 1943, p. 3).

No mesmo periódico, na seção de “comentário do mês”, Sampaio registra a criação do museu geográfico do Conselho Nacional de Geografia, como forma de organizar e documentar o progresso atingido pelas expedições científicas para assegurar o progresso futuro:

Cumprindo o museu reunir objetos e documentos, surge com um esquema em que o “Conceito de Metodologia” não deixa dúvida quanto ao dinamismo que resultará da “interpretação, extensão e correlação” sem invadir atribuições de outras ciências, mas por forma que cada conjunto (de objeto, documentos, cartogramas, etc.) permite concluir as razões ambientais das atitudes humanas”. Ora, isso, em nosso país de vastos sertões, implica a projeção imediata do museu em toda (*sic*) nossa imensa interlândia, o que não é trabalho fácil, pelo que deve

merecer o mais devotado concurso de todos os Conselhos Estaduais e Municipais de Geografia (SAMPAIO, 1943, p. 5).

Pensamos que a discussão que fizemos até aqui esclarece que, neste primeiro momento pós-institucionalização, a Geografia brasileira, de forte herança francesa, esteve voltada para o reconhecimento e divulgação dos elementos que compunham o território do país. A relação entre as expedições geográficas, a produção de imagens e as exposições realizadas em museus nos mostra como ocorreu este processo. Chama-nos a atenção neste trecho quando o autor diz que o museu geográfico contribuiria para a compreensão das “razões ambientais das atitudes humanas”, pois pensamos que o conceito de gênero de vida e a relação entre a paisagem, o meio e as atividades exercidas nos “sertões” do Brasil se enquadram como forma de interpretação do que seriam estas “razões ambientais”. A relação entre a Geografia francesa clássica e a produção de sistemas iconográficos é analisada por Mendibil (2006). Segundo ele

Um “sistema iconográfico” é uma maneira particular – durável e tornada coerente pelo uso, repetição e institucionalização – de fazer a série das escolhas que contribuem para a produção e a difusão de imagens, mobilizada por um saber científico em sua função social. Inspirado por Paul Vidal de La Blache por volta de 1900, tal sistema se definiu e estruturou suas práticas a serviço da Geografia já antes da Primeira Guerra Mundial [...] O impulso dado por Paul Vidal de La Blache concretizou-se em 1908, quando, ilustrando com numerosas fotografias a reedição de seu *Tableau géométrique de La France*, publicado inicialmente em 1903, ele de fato inaugurou uma nova prática iconográfica para os geógrafos que formava na Universidade francesa (MENDIBIL, 2006, p. 235).

Partindo de La Blache para seus sucessores, Mendibil (2006, p. 237) observa que “sua herança foi dividida entre duas grandes maneiras de utilizar as imagens geográficas: a da Geografia física, representada por Emmanuel De Martonne, e a da Geografia humana, representada por Jean Brunhes”. Sobre o primeiro o autor comenta que:

Emmanuel de Martonne era um fotógrafo do trabalho de campo que utilizava a fotografia de modo metódico e muito seletivo, apenas para mostrar as formas que desejava destacar. Utilizava muito pouco texto e quase nenhum efeito literário para comentá-las. Por isso, suas legendas, que comportam muito poucos verbos ou adjetivos, justapõem algumas palavras técnicas escolhidas com precisão [...] As imagens que De Martonne publicava quase sempre visavam, portanto, a exprimir um tipo ou categoria, uma regra ou notável exceção a essa regra. Seu papel na instituição geográfica é capital em termos de uso de imagens, pois se ele foi um legítimo e constante promotor da prática fotográfica [...], em geografia foi quem atuou eficazmente para confiná-la à estrita função de ilustração rigorosa e controlada das ideias abstratas (MENDIBIL, 2006, p. 237).

De acordo com o autor, Jean Brunhes foi fotógrafo do humano e possuía uma forma de produção iconográfica que se aproxima bastante do conceito de gêneros de vida e de representações regionais, que estamos discutindo:

Jean Brunhes foi um grande fotógrafo do humano. Em sua tese, inicialmente ele fez das fotografias um uso similar ao de Emmanuel de Martonne, elas lhe

serviam apenas para mostrar objetos (um moinho, uma casa) ou fatos geográficos elementares (um desmatamento, uma irrigação), pois para ele, no começo, a fotografia era antes de tudo o registro exato de uma forma, de um traço. Depois, sua prática do trabalho de campo levou-o a fazer inventários fotográficos meticulosos do ambiente material dos gêneros de vida. Foi esse espírito de fotógrafo pesquisador que o conduziu, em particular no âmbito das missões financiadas pelos *Archives de La Planète* a partir de 1912, a pôr sua observação do terreno a serviço de uma coleta sistematizada de imagens de caráter etnográfico ou patrimonial e às vezes um pouco folclórico. [...] Algumas de suas publicações chegaram a ser criticadas pelos geógrafos ortodoxos pela falta de rigor iconográfico ou pela demasiada facilidade com que cederam à sedução das imagens artísticas. Deve-se dizer que, entre essas facilidades, existiam também tolerâncias excessivas para com as iconografias regionais muito estereotipadas que renasciam após 1930. Destas, notadamente aquelas que mostravam a indumentária regional ou, melhor ainda, a casa – verdadeira herofina da iconografia de Jean Brunhes – eram suportes virtuais tanto do nacionalismo quanto do pensamento geográfico da época (MENDIBIL, 2006, p. 238, grifo do autor).

É interessante que Mendibil (2006) comenta neste trecho que a iconografia regional e a criação de estereótipos faziam parte do pensamento geográfico da época, especialmente pós-30, período em que se institucionalizou a Geografia no Brasil. Pode-se afirmar, então, que nacionalismo e pensamento geográfico estavam, de certa forma, associados. Tendo em vista o contexto brasileiro, Angotti-Salgueiro (2005, p.26) comenta que, embora esta preocupação com o conhecimento do país não fosse uma ideologia exclusiva do Estado Novo, este acentua o projeto político de construção do Estado-nação e alimenta um projeto cultural inigualável na história do Brasil. Todavia, este fenômeno foi comum em quase todos os países ocidentais:

O nacionalismo marca a política de Estado, é verdade, com gestos de proteção cultural e de consolidação de figuras identitárias, mas, em primeiro lugar, sabe-se que a busca desse tipo de conhecimento, o registro e a afirmação de representações nacionais e os inventários em geral, bem como a descrição e fixação de etnotipos (que engloba traços físicos e psicológicos que tipificam a raça, o caso brasileiro se caracterizando pela insistência no “caldeamento”), ocorreram em quase todos os países ocidentais, cada um no seu tempo próprio – há em todo lugar um processo comparável de elaboração de identidade cultural (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 26).

Mendibil (2006) expõe um esclarecedor esquema para que possamos compreender melhor de que maneira ocorre o processo de construção iconográfica, conforme veremos na Figura 6, a seguir:

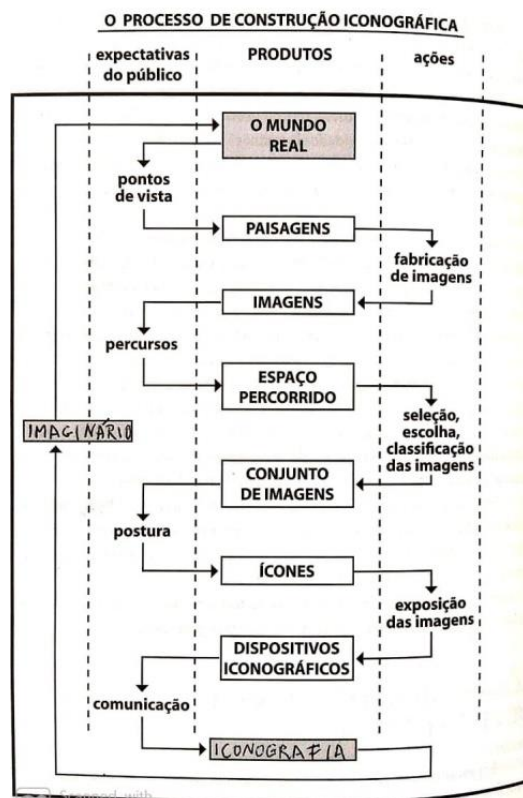


Figura 6: Processo de Construção iconográfica. Fonte: Mendibil (2005)

Nota-se, a partir da interpretação do esquema apresentado por Mendibil (2006), que o “mundo real” é intermediado pelo imaginário e este, por sua vez, possui estreita relação com a iconografia. As imagens são produzidas a partir dos deslocamentos, isto é, pelos espaços percorridos pelos geógrafos-viajantes que nos mostram seus pontos de vista, além de haver uma seleção e organização deste recurso de maneira que sejam produzidos ícones, convenções sociais ou, mais especificamente, estereótipos regionais – os tipos brasileiros.

Retomando o texto “Pequeno Guia do Viajante Ativo”, na segunda parte, intitulada “Método para facilitar os inquéritos locais do viajante ativo”, Deffontaines apresenta uma lista de sete passos a serem realizados pelos geógrafos quando estão em campo, dentre eles a importância do hábito da ilustração:

1. Relevância do primeiro contacto com a região: [...] Nessa primeira ascensão devemos respeitar as descobertas iniciais, onde a paisagem falará pelo seu colorido, pelo seu perfume, pelos seus frutos, dando-nos pelas maiores impressões despertadas a tática das excursões.
2. Organização das excursões: Com a finalidade precisa dos problemas a conhecer, traçar o programa a seguir para estudar o homem, a sua habitação e suas relações com o rio, para observar a água de que se serve e os meios de transporte ao seu dispor, para visitar a feira, tomando conhecimento do trabalho agrícola ou industrial da região que a abastece [...].

3. Importância da troca de idéias: Com essa preocupação, conversar com simplicidade, quebrando uma certa desconfiança natural e indagando com cuidado as classes sociais e os ofícios locais existentes. Para obter o resultado desejado, recorrer a um croquis, que tanto ajuda, a falar, aproveitando com a mesma idéia uma pancada de chuva que obriga a buscar um abrigo.
4. Valor das informações colhidas e modo de registrá-las: com este fim, anotar os nomes empregados para as várias partes da casa, e os adotados nos diversos ofícios [...].
5. Utilidade dos desenhos e “croquis”: O hábito de ilustrar as mencionadas informações com pequenas plantas, perfis e fotografias é prática que dispensa encômios, pois valiosamente documentam o registro feito, dando-lhe ainda certo cunho artístico.
6. Idéia (*sic*) de evolução: Com este escôpo, procurar uma casa antiga, um velho povoado para assim ver o passado e se orientar para o futuro. Não será, destarte, o inquérito estático, mas dinâmico.
7. Estudo da região, ensinado pelo esforço e fraternidade humanos: Como consequência final do inquérito, conseguir-se-á um conhecimento seguro da grandeza do trabalho do homem, contra o rio, suas sêcas (*sic*) e suas inundações, contra a montanha, contra a floresta... e, daí uma meditação profunda sôbre (*sic*) o orgulho e a humildade da obra humana na terra! (DEFFONTAINES, 1943, p. 14).

Tendo em vista que este guia era voltado para os geógrafos em campo, esta lista reforça o que viemos tratando até aqui: a importância dos conceitos *de região e paisagem*; a relação homem-meio tendo em vista a produção econômica, bem como o transporte e a habitação; a luta do homem contra a natureza; e a importância da imagem por meio de desenhos, croquis e fotografias como forma de documentar essas informações. Esses instrumentos também servem como materiais de comprovação ao que foi visto e percebido em campo e reforça a prática geográfica como científica.

Pensamos que o que explanamos até aqui nos indicou importantes elementos que compunham a Geografia brasileira ou, pelo menos, as influências recebidas por A. de A., em seu processo de formação. Outros textos do autor, tais como “Em defesa da Geografia”, transcrito do Diário de Notícias, de 1962, e “O conceito antigo de geografia deve ser sepultado”, publicado originalmente na Folha de São Paulo em 29 de fevereiro de 1964 e transcrito no Boletim Geográfico na mesma época, também contribuíram para a concepção de Geografia do geógrafo paulista.

A respeito do primeiro texto mencionado cabe explicar que a necessidade da defesa da Geografia, da qual se incumbiu A. de A., se deveu, de acordo com as palavras do autor, ao descrédito ao qual esta ciência estava condenada e que ele atribui à “velha Geografia” e seu caráter mnemônico e enciclopédico, pois

Quando se fala no relevo (*sic*) terrestre, a primeira idéia (*sic*) que surge é a interminável lista de cordilheiras, serras, morros e colinas. No entanto, a contribuição dos geomorfologistas já nos permite reconstituir a evolução das

formas, os fatores que as engendraram e, até mesmo, climas e rêsdes (*sic*) fluviais pretéritas, com segurança quase idêntica à que nos leva a descrevê-las, tal como as vemos hoje. Relíquias de velhas superfícies de erosão servem para atestar ciclos sucessivos dessa evolução milenar, da mesma forma que os terraços costeiros registram as diferenças dos níveis dos oceanos (AZEVEDO, 1962, p. 292).

A crítica de A. de A. à “velha Geografia” é justamente sua ênfase na citação/listagem em detrimento da descrição e explicação, de maneira que há uma diferença no objeto do olhar do geógrafo quando se trata de uma ou de outra, conforme fica claro no excerto a seguir:

De certa maneira, a clássica noção de clima tornou-se quase uma abstração. Os tipos de tempo interessam mais, como *realidade viva e atuante*, do que problemáticos e esquematizados tipos de clima [...]. Das meras descrições de paisagens botânicas e da pura caracterização das áreas faunísticas com base nas espécies, passou-se ao exame pormenorizado das condições ecológicas, sem as quais impossível se torna explicá-las e compreender suas *transformações* (AZEVEDO, 1962, p. 292, grifos nossos).

Para A. de A. a “velha Geografia” era estática, enquanto a “Geografia moderna” interessava-se pela “realidade viva e atuante”, pelas “condições ecológicas” mais do que pela “caracterização pura”, pois era necessária a compreensão das transformações e sua dinâmica. A leitura da paisagem e a importância da mobilidade do geógrafo por meio das viagens a campo, além da utilização de equipamentos que permitissem transcender o que o olhar humano podia alcançar, como a aerofotogrametria, demonstram qual era a Geografia que A. de A. procurava realizar:

É que a Geografia moderna, como há 40 anos afirmou Camille Vallaux, não se contenta em descrever: ela explica. E na ânsia de explicar a paisagem, que nos cerca e de onde nos movemos, o geógrafo é obrigado a ir para o campo a fim de verificar e analisar os fatos, completando suas próprias pesquisas com as observações de outros especialistas e com a interpretação minuciosa de levantamentos aerofotogramétricos, que muitas vezes mostram o que nossos olhos, no terreno, não podem ver (AZEVEDO, 1962, p. 292).

O autor, ao citar Camille Vallaux, demonstra que na década de 1960, ainda possuía a Geografia francesa como referência teórico-metodológica, o que indica a continuidade de sua perspectiva de Geografia, desde os tempos de sua formação acadêmica.

O texto “O conceito antigo de geografia deve ser sepultado”, publicado dois anos depois, dialoga intensamente com o texto que estamos analisando. Interessante que, na visão de A. de A. o “sepultamento” do cadáver já desintegrado da Geografia-nomenclatura será a revivescência da Geografia como ciência ativa e preocupada em concorrer para a solução dos problemas que afligem a humanidade (AZEVEDO, 1964, p. 107). A Geografia moderna enquanto conhecimento capaz de “solucionar problemas”

(nos perguntamos quais problemas seriam esses), deveria ser adotada pela administração pública, assim como na Europa e nos Estados Unidos:

[a geografia-nomenclatura] é uma Geografia de meio século atrás, cuja noção se arrastou de cambulhada por todo êste (*sic*) tempo. A Geografia evoluiu. Na Europa e nos Estados Unidos, ela demonstra sua espetacular vitalidade, versatilidade e legitimidade em inserir-se na solução de múltiplos e variados problemas. Entre nós, onde os administradores ainda entendem que a Geografia é descrição de relêvo (*sic*), ela fica jogada às traças [...]. Descrever simplesmente implica num valor limitado, principalmente para uma ciência. O espírito da Geografia – apesar de a sua significação literal ser descrição da Terra – não se harmoniza e muito menos se satisfaz com essa conceituação. O geógrafo moderno tem no centro de seu pensamento a busca das respostas, já que os porquês o cercam permanentemente (AZEVEDO, 1964, p. 107-108).

Em ambos os textos, o geógrafo paulista evidencia os cânones da Geografia, definindo os objetivos da “Geografia moderna” e o papel dos geógrafos tendo em vista, também, o contexto histórico no qual estava inserido. A. de A. considera esta “Geografia moderna”, mais “evoluída”, do que a “Geografia pré-histórica”, o que justificaria a necessidade de superá-la. Tal concepção atravessou a história do pensamento geográfico e foi, muitas vezes, ensinada nas universidades. Ao longo da análise dos textos de A. de A., percebemos que, para ele, a Geografia Francesa seria uma “superação” da Geografia alemã. Para o geógrafo paulista, a Geografia era uma ciência de síntese:

Localizados os fenômenos e os povos, os geógrafos querem saber por que eles (*sic*) estão ali e as relações que intercorrem entre ambos. Ou, em outros termos [...] localização dos fatos observados, comparação com outros e sua explicação à luz dos mais diversos fatores (*sic*); uma ciência de síntese, que pode ter visões panorâmicas que outras não conseguem [...] – Quais as tarefas do geógrafo moderno? – No campo da ciência pura [...] e no terreno meramente especulativo, a contribuição do geógrafo pode ser dada sob duas formas diferentes:

- 1 – como especialista num dos setores da Geografia;
- 2 – como geógrafo integral.

No primeiro caso estuda problemas específicas, sob ângulos inteiramente próprios, dentro da Geomorfologia, da Climatologia, da hidrografia, Biogeografia, Geografia da População e do Povoamento, Geografia Urbana, Geografia Agrária e Agrícola, Geografia da Indústria e da Energia, Geografia da Circulação, Geografia Histórica, de acôrdo (*sic*) com a sua especialidade. No segundo caso, realiza estudos de caráter regional, tratando dos traços essenciais de determinada área geográfica, quer no que se refere à paisagem natural, quer em relação ao homem que nela vive, suas atividades e modificações por êle (*sic*) introduzidas no quadro criado pela natureza – a paisagem cultural ou humanizada. Em poucas palavras analisa o cenário e a atuação dos personagens que dentro dele vivem e se movimentam (AZEVEDO, 1964, p. 108).

No trecho destacado, A. de A. indica o método de investigação geográfica por ele recomendado: localização, comparação e explicação, aliadas à causalidade dos fatos, o que vai ao encontro dos princípios da Geografia de sua época. Ao reconhecer e identificar a abrangência da ciência geográfica e suas diferentes possibilidades de atuação, sugere duas formas por meio das quais o geógrafo pode se enquadrar, isto é,

tanto como um “especialista”, quanto como um “generalista” ou, nas palavras do autor, como um “geógrafo integral”, isto é, aquele que faz uma análise regional. No texto “Em defesa da Geografia”, publicado dois anos antes, é possível perceber a mesma ideia de Geografia enquanto “ciência de síntese”, embora, aqui, o geógrafo paulista aprofunde um pouco mais sua análise em relação ao papel da ciência geográfica e prescreva o que ele considera que deve ser o trabalho do geógrafo:

Da simples referência ao total e à composição das populações, passou-se ao *verdadeiro estudo demográfico*, através da caracterização das áreas habitadas, da fixação de índices e do significado de seus movimentos, verticais ou horizontais, e suas consequências sociais e econômicas. Problemas como o das migrações internas e do êxodo-rural incluem-se entre as grandes preocupações do geógrafo de nossos dias. A partir do século XIX, a civilização tornou-se cada vez mais urbana; e, hoje, o mundo já possui mais de uma centena de cidades milionárias, 15 das quais com mais de 4 milhões de habitantes. Por isso mesmo, as cidades deixaram de ser meros pontos a encher os mapas. Passaram a ser entendidas como *verdadeiros seres vivos, que nascem, crescem e podem morrer*, como centros populacionais às voltas com inúmeros problemas [...]. Por outro lado, a vida econômica *deixou de ser o estudo descritivo e estatístico das atividades clássicas – a agricultura, a criação, o extrativismo, a indústria de transformação, os transportes, o comércio. O uso da terra pelo homem, o regime de propriedade, o sistema salarial, o padrão de vida, o tipo de habitat, os sistemas de cultivo, o regime e as possibilidades de troca, a exploração racional das riquezas, a defesa dos recursos naturais, a cada vez maior interdependência dos povos, as estruturas sócio-econômicas e seus flagrantes contrastes passaram a ser objeto de cuidadosa análise*, através do contacto direto e pessoal [...] *As relações internacionais* deixaram de ser patrimônio exclusivo de políticos e diplomatas. Da mesma forma que os grupos humanos resultam das influências do meio natural e cultural, a par dessas reações e adaptações possíveis, também os Estados estão sujeitos às mesmas reações [...] *Problemas referentes ao povoamento e à colonização, ao melhor aproveitamento de áreas subdesenvolvidas, a planejamentos em que estejam presentes a terra e o homem* são outros tantos temas que o moderno geógrafo estuda com particular interesse [...]. Essa é, em poucas linhas, a grande tarefa da Geografia moderna. Tarefa que muito tem de singular, porque é global e, não realizada sob um único e determinado ângulo. Tarefa que não se confunde com a do geólogo, do meteorologista, do botânico, do demógrafo, do historiador, do sociólogo ou do economista, porque abarca o essencial do que todos (*sic*) esses *especialistas* podem *comprovar*, mas uma visão de síntese (AZEVEDO, 1962, p. 292-293, grifos nossos).

O que A. de A. prescreve como o que deveria ser o trabalho do geógrafo se insere no que Deffontaines apresentou no texto “Indivíduos tipos do Brasil”: a caracterização da forma de vida, habitat e trabalho bem como sua importância na vida econômica do país. No que diz respeito ao Brasil, este trecho é bastante elucidativo do contexto histórico no qual o país estava inserido, isto é, um momento de transformação da dinâmica social/econômica evidenciada pelo processo de industrialização e urbanização⁶¹. Neste período, ganha força mais um subcampo da Geografia, a “Geografia urbana”, tema que

⁶¹ Segundo o IBGE, a partir da década de 1940 houve uma intensificação do êxodo rural no Brasil de maneira que na década de 1970, a população urbana 56% já era maior do que a população rural no país.

também foi de interesse de A. de A., que se dedicou a pesquisar a cidade de São Paulo em sua tese de doutoramento⁶². Neste ínterim, voltamos ao debate entre a tradição, muitas vezes embasada pelo rural e os gêneros de vida, e a modernidade, representada pelo modo de vida urbano e pela sociedade de consumo, e de que maneira estes temas foram tratados pela Geografia.

Diante da gama de informações que permearam nossa análise sobre a Geografia de A. de A., pensamos ser interessante apresentá-las de maneira sintética e condensada, como no quadro a seguir:

A GEOGRAFIA DE AROLDO DE AZEVEDO			
Definições e características	Principais Conceitos	Metodologia	Principais Influências
Ciência síntese	Região	Localizar	Deffontaines
Deve ser neutra/ter assepsia política	Paisagem	Comparar	Monbeig
Deve capaz de solucionar problemas	gêneros-de-vida	interpretar/explicar	Camille Valaux
Deve ser capaz de compreender as transformações	indivíduo-tipo	observação <i>in loco</i>	
		utilização de imagens	

Tabela 3: Síntese da Geografia de Aroldo de Azevedo. (Elaboração própria).

Compreender os principais aspectos teórico-metodológicos sobre os quais a Geografia de A. de A. se fundamentou é imprescindível para melhor compreendermos as concepções deste autor voltadas para Geografia escolar, que trataremos em seguida, e, também, as relações de seu saber-fazer geográfico no processo de construção/consolidação da ideologia nacional.

2.2 - O ensino de Geografia na perspectiva de Aroldo de Azevedo

Outros documentos que nos ajudam a analisar a concepção de Geografia de Aroldo de Azevedo são aqueles que tratam do ensino desta ciência, tanto ao nível secundário quanto ao nível superior. Em 1935, enquanto ainda era estudante de graduação na USP, A. de A. publicou juntamente com Pierre Monbeig e Maria Conceição Vicente de Carvalho, um projeto de programa para o ensino da Geografia destinado ao secundário⁶³. Tratava-se de um momento de reforma do ensino secundário no Brasil e tal documento foi produzido mediante iniciativa da AGB, que selecionou os três geógrafos para ofertar suas contribuições sobre o tema.

Esta ação foi justificada à época na medida em que o ensino de Geografia passava por transformações em todo o mundo: “Substitue-se (*sic*) o antigo sistema puramente de

⁶² Estamos nos referindo ao estudo Subúrbios orientais de São Paulo, publicado pelo autor em 1945.

⁶³ O ensino secundário correspondia ao “segundo ciclo” do ensino e tinha 3 anos de duração. A primeira série do secundário era disponibilizada às pessoas a partir dos 14/15 anos.

nomenclatura e mnemonico (*sic*), por uma compreensão científica da matéria” (MONBEIG et. al. 2003, p. 107).

Vale ressaltar que, no Brasil, a Geografia dos ensinos secundário e superior encontravam-se diretamente relacionadas, pois a graduação nesta ciência tinha como objetivo a formação de professores. Sendo assim, as transformações ocorridas na ciência geográfica em termos teórico-metodológicos a partir da criação dos cursos superiores também se faziam sentir no ensino secundário.

Um primeiro ponto que nos chama a atenção é que, para os autores, o ensino secundário correspondia a um

ensino de cultura geral e não de especialidades; cada educador qualquer que seja a matéria que venha a ensinar, não deve jamais esquecer que sua missão consiste em formar personalidades e não recrutar geógrafos, matemáticos ou naturalistas (MONBEIG et. al., 2003, p. 108).

Este documento é composto por duas partes. A primeira é formada por disposições essenciais do ensino de Geografia em cada série do ensino secundário a partir das faixas-etárias que o compõem e da evolução da aprendizagem ao longo dos anos.

Vejamos:

Os alunos da primeira série do ensino secundário são, em regra, ainda extremamente jovens; não seria possível ensinar-lhes mais que noções elementares [...] torna-se preciso evitar, por todas as maneiras, as abstrações: a geografia geral ministrada a meninos de doze anos deve partir de fatos concretos e que lhes sejam familiares; sempre que possível, o professor se esforçará por começar pela geografia local ou, pelo menos, brasileira, para conduzir o aluno pouco a pouco à generalização [...]. Na segunda série deverá ser evitado todo trabalho mecânico que se baseie na memória. Isto não significa, porém, que se despreze o conhecimento dos nomes [...]; não se torna preciso rejeitar toda nomenclatura, mas sim incorporá-la ao ensino de modo inteligente e refletido. Os alunos (*sic*) da terceira série, que já não são mais crianças (*sic*), podem perfeitamente estudar a geografia de seu próprio país [...]. Convém acentuar que, nesta série, ainda mais que nas precedentes, é necessário, antes de tudo, descrever e explicar [...]. Já é tempo de encarar um aspecto mais científico da Geografia, de fazer compreender aos alunos o que é uma ciência e o que é a ciência geográfica. O ano consagrado à geografia geral – a quarta série – tornará possível não somente aumentar os conhecimentos adquiridos nos anos anteriores, como também, fazer sentir aos futuros alunos do curso superior que existe uma idéia (*sic*) do saber que não é exclusivamente escolar [...]. Resta a quinta e última série. A tarefa final da Geografia consistirá em lhe transmitir, com serenidade, quais são as questões econômicas, com suas relações políticas, que se apresentam ao seu país e ao mundo inteiro. Ainda se trata, no presente caso, de ministrar uma cultura geral e de formar o homem, no sentido completo da palavra. Estudando as principais potências do mundo, particularmente sob o ponto de vista econômico, mas sem esquecer de examinar o meio físico, o professor procurará demonstrar exatamente os pontos de vista diferentes debaixo dos quais as nações consideram os grandes problemas econômicos atuais e encerrará o curso com uma exposição precisa da situação do Brasil perante tais potências (MONBEIG et. al. 2003, p. 109).

Pode-se perceber, a partir da leitura citação anterior, que o Brasil aparece em todas as séries. Ainda que se trate de “Geografia geral”, é necessário partir do local, ou seja, da realidade concreta do aluno, antes de se expandir para generalizações. As escalas geográficas aparecem então auxiliando a acumular os conhecimentos e incitar o aluno a pensar como a mesma característica ou fatos geográficos ocorrem para outras regiões e magnitudes.

Além disso, a perspectiva da Geografia ministrada no ensino secundário como sendo uma “cultura geral”, já nos mostra uma associação entre esta disciplina escolar e a formação de identidades, visto que se ocupa em “formar o homem no sentido completo da palavra”. Entendemos que a formação deste homem diga respeito, também, a sua formação enquanto brasileiro.

Outra questão que vale a pena salientar, aqui, é sobre o método que consiste em “descrever e explicar” os fatos geográficos. Embora a nomenclatura não seja o fim em si mesma da ciência geográfica, sua importância não é desprezada pelos autores, e traz uma valorização dos estudos produzidos no que A. de A. chama de período pré-histórico da Geografia brasileira, isto é, anterior à criação do curso de Geografia da USP, conforme já comentamos. A segunda parte do documento (anexo 1) que estamos analisando trata do programa em si, ou seja, da distribuição dos conteúdos. Nas quatro primeiras séries do ensino secundário, o conteúdo é iniciado por temas de Geografia Física, mantendo o padrão difundido por Deffontaines para a observação da paisagem, conforme já vimos. No que se refere à Geografia humana é possível perceber que há uma forte ligação com a população. Na primeira série, por exemplo, a Geografia Humana abrange “população da terra, raças, religiões, graus de civilização”. Destacam-se, aí, as “raças”, conceito ainda referência no quesito população e “graus de civilização”, que sugere relações entre civilização e primitivismo.

Para nossa investigação isso é interessante porque, como veremos, havia uma discussão na *intelligentsia* brasileira entre o que era genuinamente brasileiro e o que era apenas uma cópia da civilização europeia. Em outras palavras, trata-se, mais uma vez, da discussão sobre tradição e modernidade. Apenas na terceira série do secundário é que a Geografia do Brasil era estudada. A questão das fronteiras aparece em mais de um módulo e a referência de escala utilizada é a análise regional.

Já na quinta série introduzem-se os gêneros de vida, conceito lablacheano, as relações homem-meio e, além disso, as relações com o Estado e as nações, o que indica uma associação entre a ciência geográfica e esta forma político-territorial. Dessa maneira, pensamos que a Geografia possa ter contribuído para uma educação que também fosse voltada para a construção/identificação social das populações com esta forma de divisão territorial e política do mundo moderno. Não podemos deixar de mencionar a presença das excursões, parte fundamental do conhecimento geográfico. Este tema era recorrente nas discussões e publicações de Geografia da época.

Em 1936⁶⁴ João Dias da Silveira, então professor assistente da cadeira de Geografia da USP, publicou na revista “Geografia”, o texto “A excursão no ensino de geografia”. Para o autor, a discussão sobre a importância da excursão para o ensino desta ciência era inútil, tendo em vista que o trabalho de campo já era aceito e recomendado nos programas oficiais de ensino. Ele cita autores clássicos, sobretudo de origem francesa, que já comentaram esta questão, dentre eles Deffontaines, De Martonne e Monbeig. Silveira ([1936], 2012) propõe uma metodologia de excursão que pode ser utilizada tanto para o ensino secundário quanto para o ensino superior:

Em uma excursão pedagógica devemos distinguir três tempos: preparação, realização e volta [...]. Preparação: Visivelmente não demoraremos na sua preparação material: condução, alimentação, horários, etc., mas deve o professor saber que se trata de um fator importante. A parte material bem organizada, dando o conforto relativo a esses empreendimentos, além de melhor dispor os alunos para o trabalho, contribui para que a excursão perca o aspecto pic-nic, o que representa, por si só, um grande auxílio [...]. O professor precisa conhecer a zona que vai utilizar, sobretudo se for à região montanhosa. O problema deve ser exposto aos alunos antes da excursão. Cartas topográficas e geológicas, fotografias e esquemas devem ser mostrados [...]. Não se esquecerá a parte humana da região ao se preparar a tarefa [...] É a preparação do relatório que toda excursão deve comportar [...]. O professor levará instrumentos, capazes de o orientar no trabalho, dando assim às observações um aspecto científico. Haveria mesmo interesse na presença de outros especialistas geólogos, botânicos, físicos historiadores, etc., que poderiam ser seus colegas para maior intimidade. Não deve porém faltar o altímetro, a bússola e sobretudo as cartas. Não se fará nada “a olho” mas procurando a precisão [...]. A função altamente proveitosa está reservada a 3ª. fase. Com os conhecimentos obtidos na preparação e esclarecidos nas observações realizadas “in locum”, deve o professor ter reunido e dado aos alunos material para um bom estudo da região. Agora na 3ª. fase esse material deve ser revisto e classificado. Os conhecimentos serão ordenados de tal maneira que o problema geográfico fique perfeitamente aclarado. Deverá então o professor colocá-lo dentro da Geografia Geral. Está é talvez a parte mais penosa do empreendimento, mas também a mais interessante. Os exemplos agora conseguidos, as observações agora feitas, servirão a diversas aulas, e haverá grande vantagem e rendimento, quando se raciocinar com coisas conhecidas dos

⁶⁴ A referência que estamos utilizando é uma publicação da AGB de 2012, que reúne textos da revista Geografia de 1935-1936 e do Boletim da AGB de 1941 -1944, conforme pode ser observado em nossa bibliografia.

alunos, especialmente no curso secundário. A excursão trará assim, um conhecimento novo, mas um conhecimento que não é tão somente adquirido mas, principalmente sentido (SILVEIRA, [1936]2012, p. 71-73).

O documento elaborado por Silveira ([1936]2012) estava permeado de fotografias que foram tiradas em campo e que auxiliavam tanto no pré-campo, quando havia uma apresentação da área para os alunos que participariam da excursão, quanto no pós-campo. As imagens produzidas pelos estudantes em campo contribuiriam para a elaboração do relatório, além de auxiliar na resolução dos problemas geográficos levantados.

Vemos, aqui, um diálogo com o “Pequeno guia do viajante ativo”, de Deffontaines. No mesmo periódico foi publicado também o texto “O arquivo fotográfico do geógrafo”, de Orlandi ([1936], 2012), no qual a autora propõe tanto maneiras de pensar o que deve ser fotografado em campo, quanto uma forma de organização das fotografias realizadas pelos geógrafos. Tal proposição reforça a importância da produção de imagens na Geografia durante o período que estamos estudando. Segundo Orlandi:

O geógrafo mais do que qualquer outro cientista deve ter à sua disposição um arquivo fotográfico, ou melhor, uma coleção de fotografias, gravuras e mapas, que lhe ofereça subsídio visual para os seus estudos. Acompanhado o desenvolvimento de uma ciência essencialmente objetiva onde os dados se colhem diretamente da realidade. A coleção de fotografias constitui para ele um ‘dossier’ de reconhecida importância. Nem sempre lhe é possível fazer apreciações ‘in loco’. Nem sempre é possível registrar em palavras, com a necessária concisão exigida por apontamentos, observações que um simples registro fotográfico rememora, restabelece e quase sempre sugere com grande fidelidade (ORLANDI, [1936] 2012, p. 58).

A fotografia torna-se, para o geógrafo, uma fonte “verdadeira” a respeito de algo. Na Gramática do Design Visual essa “verdade visual” está relacionada à “modalidade tecnológica” que se refere ao uso prático e explicativo da imagem (BRITO, PIMENTA, 2009, p. 105). Segundo Orlandi ([1936], 2012), para que se possa organizar um arquivo de “fotografias geográficas” é fundamental ter clareza da extensão e abrangência da Geografia enquanto ciência, pois é necessário “familiarizar-se com os fenômenos que a compõem de modo a distingui-la perfeitamente de outro organismo científico” (ORLANDI, [1936], 2012, p. 58). Esta tarefa nem sempre é fácil, posto que a ciência geográfica dialoga bastante com outras ciências. No entanto, caso não haja esta segurança, corre-se o risco de o geógrafo “coleccionar fotografias que nunca lhe serão úteis por estarem fora do assunto” (*idem*. p. 58). Vejamos de que maneira Orlandi ([1936]2012) explana sobre esta questão:

Em todas as ciências há um *núcleo central*, definido, que lhe dá o característico diferencial das demais. À medida porém, que se afasta desse núcleo os fenômenos vão recebendo cada vez mais intensamente a influência de outros pertencentes a ciências afins, a diferenciação tornando-se cada vez mais difícil. Essa *dificuldade* de se distinguirem os fatos de modo a se saber a que ordem científica pertencem *só é vencida pelo estudioso que conhece as lindes da matéria a que se dedica*. A de um principiante não é difícil, ao lhe apresentarem a fotografia de *uma montanha, de uma ilha ou de uma península, classificá-la em geografia*. Não sentira, porém, a mesma liberdade de julgamento ao se lhe apresentar a fotografia de um índio junto de sua maloca, de um esquimó atufado de peles, de um navio em descarga no porto, etc. Nesses casos são outros ramos da geografia. Como ciência que é, ela está em contínuo desenvolvimento e constante progresso. Os ramos se alargam e se aprofundam. Deve-se ter em mente uma coisa essencial: a geografia é o estudo dos fenômenos que se verificam no *espaço*. Para esse estudo é preciso atender à *série de princípios que lhe dão característica toda particular, leis que a tornam um conjunto de atividades regulares pela uniformidade das causas*, é preciso, portanto, reconhecer na geografia uma ciência. E como ciência tem todas as partes coordenadas, entrosadas, extensões definidas de cada atividade. E como ciência é formalmente lógica (ORLANDI, [1936]2012, p. 58-59, grifos nossos).

É importante perceber que, ao mesmo tempo em que a autora comenta que é mais comum a associação da Geografia com fenômenos físicos (o reconhecimento da ilha, da montanha e da península), e, ao citar “temáticas humanas”, apresenta uma relação dos modos de vida (o indígena juntamente com sua forma de moradia, o esquimó e suas vestes, etc.), ela busca “uniformidade das causas” para o reconhecimento da ciência. Isto demonstra que, para Orlandi ([1936]2012), uma ciência é formada a partir de suas “leis” e da solidez dos objetos que investiga, de maneira que os mesmos são organizados em arranjos temáticos.

No entanto, no que se refere a fenômenos humanos, para ela estas leis são difíceis de serem alcançadas. Além disso, o trecho acima apresenta a Geografia sendo definida como “o estudo dos fenômenos que se verificam no espaço”, revelando, então, o conceito de espaço como centralidade desta ciência na perspectiva desta autora. Orlandi ([1936]2012, p. 59) acrescenta que “como estudo dos fenômenos que se verificam no espaço, ao contrário da história que é o estudo dos fenômenos que se verificam no tempo, a geografia é por excelência a ciência da observação e exige sobretudo multiplicidade de visões”. Nesse caso, a fotografia seria uma forma de representação das visões do geógrafo em campo. O que o olhar geográfico era/é capaz de capturar, qual são/seriam suas prioridades/interesses. O texto também apresenta um plano para fotografias geográficas do Brasil (anexo 2).

Neste plano, o conceito de referência é a paisagem e os diferentes elementos que devem ser retratados pelos geógrafos. O principal critério de organização, que deve ser

considerado no momento de produção fotográfica, é a classificação por diferentes ordens. Primeiramente, aparecem os componentes da “geografia física”, em seguida os da “geografia humana” e, finalmente, os da “geografia biológica”:

Geografia Física seria uma das ordens de classificação, subdividida em oceanos, costa, montanhas e vales, rios e lagos, etc. Geografia Biológica subdividida em plantas aquáticas, terrestres e aéreas, vegetação dos vales, dos pântanos; hiléia, cerrados, capoeiras, animais selvagens, aves, etc. Geografia Humana subdividida em derrubadas, represamento de águas e canalização, culturas agrícolas, circulação e transporte, portos e aeroportos, mercados e feiras, etc. (ORLANDI, 2012, p. 63).

Tal modo de classificação nos indica a concepção de Geografia da autora que, conforme estamos demonstrando, dialoga com muitos de seus colegas formando, de certa forma, um padrão. Ademais se essa era a concepção dominante de Geografia como novas proposições poderiam ganhar espaço e interlocução?

Na mesma publicação em que se encontram os textos de Orlandi e Silveira comentados ([1936], 2012), há também o texto “O ensino da geografia no curso secundário”, no qual A. de A. analisa os motivos do “fracasso” da reforma escolar de 1931, que visava a superar os “métodos antiquados da geografia mnemônica” (AZEVEDO, [1936], 2012, p. 66), isto é, baseada na memorização.

Este texto foi produzido no ano seguinte à publicação do autor propondo um programa de Geografia para o ensino secundário, que analisamos anteriormente. Isto quer dizer que, não houve de fato uma implantação desta proposta. Para Azevedo ([1936], 2012) o motivo principal de tal “fracasso”

deve ser encontrado na maneira profunda porque se haviam arraigado, no espírito dos nossos educadores, os métodos obsoletos das enumerações enfadonhas e martirizantes, da citação incrível de nomes e de números, sem qualquer observação de fundo científico, sem uma só dedução dos dados obtidos, sem uma conclusão tirada da observação dos fatos. Fora este, o sistema que se vira transmitido de geração em geração, durante anos a fio, por livros que se tornaram clássicos, e que ainda aparece hoje, infelizmente, com uma roupagem um pouco diversa, é verdade, mas, no fundo, com aqueles mesmos característicos, aquelas mesmas idéias (*sic*), inadmissíveis e absurdas (AZEVEDO, 2012, p. 66).

No entanto, o autor reconhece que, no momento de sua escrita, já eram perceptíveis modificações nos métodos de ensino da Geografia:

Hoje, porém, já não é assim. Os métodos antigos começam a ser abandonados; uma nova era tem início para o ensino da Geografia, entre nós. Seria injustiça negar que, para esse objetivo, muito concorreu a reforma do ensino realizada em 1931. Com todos os defeitos que nela reconhecemos, é inegável que lhe coube o

papel de abrir novos horizontes ao ensino da ciência geográfica. Teve início, logo que se começou a cumpri-la, a reação benéfica. E, hoje, é com alegria que assistimos a renovação dos métodos de ensino e o entusiasmo com que professores e alunos aceitam tal renovação (AZEVEDO, [1936], 2012, p. 67).

Aroldo de Azevedo atribui esta mudança à criação do curso de Geografia da Universidade de São Paulo e à atuação da AGB, tendo como referência, mais uma vez, seus mestres franceses:

Em nosso Estado, um outro fator representou papel de relevância dentro desse movimento: a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde, na subseção de Geografia, procuraram os eminentes catedráticos que a França nos enviou – esta França *que tanta fascinação tem exercido sobre a nossa formação mental e que é a pátria de Vidal de la Blache, Brunhes e Martonne* – procuraram, sem tardança, incentivar tal movimento, dar-lhe orientação e ampliar mais ainda os horizontes do ensino. A obra ainda está em começo, todos sabemos; mas os seus frutos já são visíveis e hão de ser promissores. Apesar disso tudo – triste é registrar – muita coisa temos ainda por fazer. [...] Quer-nos parecer que, pelo seu caráter e pelos meios de que pode dispor, deve caber à ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS *a alta missão de trazer para o bom caminho as ovelhas desgarradas que ainda não quiseram se convencer das vantagens dos novos métodos* (AZEVEDO, [1936], 2012, p. 67, grifos nossos).

Embora o geógrafo paulista não aprofunde, nestes escritos, sobre quais seriam estes métodos inovadores, pensamos que os esmiuçamos ao longo de nossa análise. Trata-se, grosso modo, de ensinar Geografia com leis e princípios científicos, tais como: localizar, comparar e interpretar os fatos geográficos tendo sempre o Brasil como tema de estudo e, para tanto, a observação *in loco* por meio das viagens a campo e a produção e utilização de imagens para a formulação dos relatórios e levantamento dos “problemas” são fundamentais. Quando A. de A. afirma que cabe à AGB “a alta missão de trazer para o bom caminho as ovelhas desgarradas que ainda não quiseram se convencer das vantagens dos novos métodos”, ele associa à esta instituição o papel de legitimação destes “novos métodos”, por meio do “convencimento” ou da formação de um “consenso social”. De acordo com Moraes (1988), este seria um “trabalho ideológico”. Além da AGB, as revistas e periódicos da área são referências importantes que, para A. de A. também deveriam ter como objetivo a legitimação da “nova maneira de ensinar e aprender a Geografia”:

Só depois de um trabalho *preparatório*, ‘*educativo*’ por assim dizer, parece-nos possível lançar, em toda sua pujança, *as bases da nova maneira de ensinar e compreender a Geografia*. Só, então, poder-se-á ficar livre definitivamente do *carrancismo da velha escola*. Tal campanha, de tão elevados objetivos, deveria se desenvolver em todos os setores: *através das páginas desta revista e na imprensa em geral, em palestras públicas, nos estabelecimentos de ensino* (AZEVEDO, [1936], 2012, p. 68, grifos nossos).

Em 1951, quinze anos depois, um novo programa para o ensino secundário de Geografia foi proposto por A. de A., no “Boletim Geográfico”, em um contexto de revisão dos programas para o curso secundário “no sentido de torná-los menos extensos e menos eruditos” (AZEVEDO, 1951, p. 555). O geógrafo paulista afirma que, apesar de sua contribuição, seria importante que os responsáveis pela revisão (residentes na Capital Federal) ouvissem a opinião de professores que vivem em diferentes regiões do país, pois poderiam ter ideias diferentes que resultariam de sua experiência no meio geográfico em que vivem (*idem*). Esta consideração demonstra que A. de A. continua tendo como referência o conceito de região, além de reconhecer a diversidade dos “meios geográficos” brasileiros e sua influência para entender e ensinar Geografia no país.

Um dos problemas apontados como passíveis de revisão era a seriação da matéria no ciclo ginásial, isto é, ao contrário do que acontecia, a proposta era de iniciar o curso secundário com Geografia do Brasil para, somente em seguida, estudar “Geografia geral”, pois “partem do princípio de que devemos tomar primeiramente o que é mais fácil de ser conhecido (o nosso país), para, depois, estudar o que está mais afastado da nossa vista e da nossa compreensão” (AZEVEDO, 1951, p. 555). A. de A. discorda dessa mudança na medida em que já haveria uma familiaridade dos alunos com a “Geografia geral”, pois este tema era estudado no ensino “primário: “somos, por isso, inteiramente partidários do ‘status-quo’ atual: a geografia geral deverá continuar a ser estudada nas duas primeiras séries do curso, reservando a geografia do Brasil para a 3ª e 4ª séries ginásiais” (*idem*, p. 556). Esta opinião mantém-se coerente com o programa de Geografia proposto pelo autor em 1936.

Perguntamo-nos, diante desta proposição, se o fato de as crianças terem contato primeiramente com a Geografia geral” e não com a “Geografia do Brasil” poderia levá-las a valorizar mais o estrangeiro do que o seu país? Parece que há concordância com relação à importância de se ter como referência o que é familiar para os alunos (no caso o Brasil) mas, para tanto, não seria necessária uma mudança na forma de seriação dos conteúdos, o que nos pareceu um pouco contraditório:

Os alunos da primeira série do ensino secundário são, em regra, ainda extremamente jovens; não seria possível ensinar-lhes mais que noções elementares [...] torna-se preciso evitar, por todas as maneiras, as abstrações: a geografia geral ministrada a meninos de doze anos deve partir de fatos concretos e que lhes sejam familiares; sempre que possível, o professor se esforçará por

começar pela geografia local ou, pelo menos, brasileira, para conduzir o aluno pouco a pouco à generalização (MONBEIG et. al. 2003 p. 109).

No que diz respeito às duas primeiras séries do ginásial, A. de A. considera que

O programa de Geografia Geral destinado à 1ª série do ginásial é, talvez, o que mais necessite de uma revisão. [...] Positivamente, o programa atual é demasiado extenso para ser cumprido em sua totalidade. Por outro lado, torna-se imprescindível ministrar tãda (*sic*) a parte referente à Geografia Humana (quatro “unidades”), porque jamais terão os alunos a oportunidade de estudá-la como um todo no decorrer do curso. Por incrível que possa parecer, ao passo que a Geografia Física se vê novamente estudada na 1ª série colegial, a Geografia Humana ficou reduzida ao que figura nas quatro unidades da 1ª série ginásial. Quer-nos parecer que, em tal série, o aluno deveria receber apenas certas noções essenciais referentes à Geografia Física e à Geografia Humana e Econômica, com o objetivo de muni-lo das bases e da terminologia necessárias para a compreensão dos assuntos a serem estudados nos anos posteriores (AZEVEDO, 1951, p. 556).

O autor observa a necessidade de equilibrar melhor o ensino de Geografia Física e Geografia Humana ao passo que, na época analisada, o programa do ensino de Geografia dispensava maior ênfase à primeira. Em seguida, ele apresenta sua proposta de programa para a primeira e segunda séries do ginásial. Vejamos:

I. *Noções de Geografia física* – 1. A Terra no espaço – 2. Representação gráfica da Terra – 3. Estrutura da Terra – 4. O relêvo (*sic*) terrestre e seus fatôres (*sic*). – 5. Águas do mar. – 6. Águas continentais. – 7. Climas. – 8. Paisagens vegetais.
 II. *Noções de Geografia Humana*. – 1. População da Terra. – 2. Povos, línguas e religiões. – 3. Tipos de habitação. – 4. Cidades. – 5. Gêneros de vida.
 III. *Noções de Geografia Econômica* – 1. Transportes. – 2. Riquezas agrícolas. 3- Os animais e o homén. – 4. Indústrias extrativas. – 5. Indústrias de transformação. – 6. Comércio.

Já o programa da 2ª série ginásial (Geografia dos Continentes), por sua própria natureza, não necessita de grandes alterações. Bastaria que se reunissem, numa só unidade, a África e a Oceania, conservando-se as demais; e que o estudo de cada uma das partes do mundo fôsse (*sic*) realizado dentro de dois pontos de vista: os aspectos físicos e a vida humana (AZEVEDO, 1951, p. 556).

Percebe-se, então, que A. de A. mantém a coerência de suas observações em sua proposta de programa, ou seja, de um maior equilíbrio entre os conteúdos ensinados: dos três módulos direcionados à 1ª série, apenas um é dedicado à Geografia Física, enquanto os outros dois são voltados para a Geografia Humana e Econômica respectivamente.

Ao compararmos com o programa de 1935, nota-se que houve algumas modificações: A primeira delas é que as subdivisões da ciência geográfica eram: I. Cosmografia; II. Geografia Física; III. Geografia Biológica; IV. Geografia Humana. Ou seja, a Geografia econômica não estava incluída neste módulo e a Geografia Humana constituía-se em: I.

populações da Terra; II. Raças; III. Religiões; IV. Graus de Civilização. Foi acrescentado, então, “os tipos de habitação” e “gêneros de vida”, temas que tinham relevância desde a década de 1930, além das cidades.

Para a 3ª série do Colegial, o geógrafo paulista insiste na necessidade de equilíbrio entre os conteúdos:

Atualmente, a Geografia Física de nosso país vê-se estudada na unidade I; a parte referente à Geografia Humana “strictu sensu” corresponde à unidade II; seguindo-se o estudo da “organização política e administrativa” (unidade III) e nada menos de três outras unidades (IV, V e VI) destinadas ao estudo da Geografia Econômica. Há evidentemente um *desequilíbrio, que precisa ser corrigido*. Por outro lado, não nos parece justificável a ênfase dada à organização político-administrativa (cuja importância foi equiparada à Geografia Física e à Geografia Humana), quando é evidente que o assunto *escapa à Geografia pura e só pode interessar-lhe, quando muito, como resultante da formação territorial*. Além disso, aqui, como em programas destinados a outras séries, houve um silêncio impressionante quanto à *vegetação*, exatamente um dos elementos que mais fortemente caracterizam a *paisagem* [...] (AZEVEDO, 1951, p. 556, grifos nossos).

A insistência de A. de A. na “pureza” da Geografia demarca a necessidade de afirmação de seu campo científico. Grande parte das referências utilizadas por ele se limitam à geógrafos, especialmente os franceses. Isso reflete que o geógrafo paulista não era afeito à interdisciplinaridade. Como já vimos, a necessidade da Geografia Política de dialogar com outra ciência era uma de suas críticas à este subcampo da ciência geográfica. Interessante notar que A. de A. também era historiador, tendo em vista que no período de sua formação os cursos de História e Geografia eram unificados. No entanto, suas publicações referem-se somente à Geografia. Posteriormente, veremos a opinião de A. de A. no debate sobre a “separação” das duas ciências.

Apesar de a paisagem não aparecer citada diretamente no programa, a observação de A. de A., de que deve ser dada a devida importância para a vegetação porque ela é um dos elementos que mais caracterizam a paisagem, nos leva a entender que este conceito seja o pano de fundo sobre o qual são pensados e organizados os conteúdos. O conceito de paisagem emerge em detrimento do de território, embora segundo ele, era de interesse da Geografia o processo de *formação territorial* do Brasil. Vamos, então, ao programa:

O programa da 3ª série ginasial conteria o essencial, se assim dispusesse:
 I. O território brasileiro. – 1. Aspectos gerais. – 2. Relêvo (*sic*) e estrutura. – 3. O litoral. – 4. Os climas. – 5. Rios e lagos. – 6. Vegetação e fauna.
 II. O homem brasileiro. – 1. A população. – 2. Os tipos étnicos. – 3. O “habitat” rural. – 4. As cidades. – 5. A formação territorial e a organização político-administrativa.

III. A economia brasileira. – 1. Os transportes – 2. A evolução econômica. 3. As riquezas agrícolas – 4. A criação. – 5. As indústrias. – 6. O comércio (AZEVEDO, 1951, p. 556).

Na comparação com o programa de 1935, houve maior distribuição do conteúdo entre a 3ª e 4ª séries (era dividido em cinco módulos, enquanto neste há apenas três). Vale ressaltar que no módulo I. “O território brasileiro”, há preponderância para os elementos físicos que o compõem, enquanto na unidade II. “o homem brasileiro”, ele é associado ao processo de formação territorial e organização político-administrativa. Além disso, há uma substituição do conceito de “raças” pelo de “tipos étnicos”. Já no que se refere ao programa destinado à 4ª série ginasial, intitulado “Geografia Regional do Brasil”, A. de A. reitera que

poderá ser mantido em suas linhas mestras. Embora não concordemos inteiramente com as divisões regionais admitidas, podemos aceitá-las a título precário, até que um maior número de estudos analíticos tenham sido realizados em nosso país e uma síntese mais exata possa vir ser feita. Apenas sugerimos que cada uma das regiões brasileiras venha a ser estudada dentro do seguinte esquema: a) *Aspectos físicos*; b) *População e povoamento*; c) *Divisões políticas e cidades*; d) *Vida econômica* (AZEVEDO, 1951, p. 557).

Este trecho nos indica que ainda não havia consenso na classificação das regiões brasileiras e que esta ainda era tema de pesquisa e discussão entre os geógrafos. Certamente essa dificuldade deriva das limitadas possibilidades teórico-metodológicas que a Geografia possuía para dar conta de analisar os processos que passaram a ocorrer nas diferentes regiões.

Já sobre o programa do curso colegial, A. de A. considerava que era necessária uma reestruturação para que se adequasse à moderna orientação da Geografia. Dessa forma, para a 1ª série, o geógrafo paulista propõe o seguinte esquema: I. **A ciência geográfica e sua evolução**; II. **O meio físico e o homem**. III. **A população e a vida humana**; IV. **A vida econômica** (AZEVEDO, 1951, p. 557). A sugestão de A. de A. para a 1ª série colegial é baseada em quatro grandes temas da Geografia de sua época, a começar por uma apresentação da “evolução” da ciência geográfica e dos princípios que a tornavam científica. A Geografia física aparece apenas no segundo módulo, ainda assim em associação à Geografia Humana (o meio físico e o homem), enquanto os outros dedicavam-se às questões humanas e econômicas.

Para a 2ª e 3ª séries, A. de A. apresenta suas críticas ao modelo vigente, e sugere algumas modificações:

O programa destinado à 2ª série colegial corresponde à Geografia Regional e, em última análise, focaliza as potências principais e secundárias do mundo atual. Seria útil, por isso mesmo, anteceder-lo por algumas noções de Geografia Política [...]. Em seguida, *ao invés de estudar uma dúzia de países, de forma mais ou menos isolada, mas lógico seria que o estudo fôsse (sic) feito por grupos de países, tendo em vista as afinidades e seus interesses (sic) sob o ponto de vista geográfico, político, econômico e cultural.* [...] Por outro lado, cumpre retirar do atual programa *verdadeiros anacronismos* como, por exemplo, “IX. A Itália e o Adriático” ou “O Japão e a questão do Pacífico” – anacronismos imperdoáveis se nos lembrarmos de que tal programa foi pôsto (sic) em vigor no mês de novembro de 1945... (AZEVEDO, 1951, p. 557, grifos nossos)

Nota-se que o autor enfatiza as questões políticas e econômicas, e não aparecem temas da Geografia física para a 2ª série. A proposta de A. de A. de “agrupar países a partir de afinidades e interesses políticos, econômicos e culturais em comum representa a orientação política do autor, ainda que este se considere “neutro” ou “apolítico”, como já vimos. Outro ponto que merece destaque no trecho apresentado é que o autor condena a existência de anacronismos no programa, além de chamar a atenção para a necessidade de distinguir o que seria uma abordagem geográfica e o que pertenceria às outras ciências, como a História e a Economia. Estas observações nos mostram que, para A. de A., o contexto era essencial quando se trata do ensino de Geografia, isto é, este deve ser atualizado de acordo com os acontecimentos de cada época, mas que se deve ter em conta o olhar geográfico sobre estas questões. Vejamos, agora, o programa da 3ª série:

Em relação ao programa destinado à 3ª série colegial, louvamos a intenção de seus autores, mas discordamos dos pormenores de seus conteúdos. A unidade I contém dois assuntos *completamente díspares*, uma vez que, sob o título de “A posição geográfica do Brasil”, estuda o histórico e a utilidade da Geografia, juntamente com as consequências da *posição geográfica do Brasil...* A unidade II – “*Condições geográficas da evolução brasileira*” corresponde, pelos seus itens, a *verdadeiros capítulos da História da Civilização Brasileira, o que pode levar os incautos a honestamente darem aulas de História convencidos de que estão lecionando Geografia...* As duas unidades seguintes (III e IV) estão repletas de *graves senões de natureza técnica, quando não de temas que ainda não podem ser examinados no curso secundário, porque não chegaram a resultados objetivos*; por exemplo: a “*evolução brasileira*” termina na época da *mineração* (!), das cidades só parece interessar o problema de sua fundação (!!); a *marcha para o oeste e a valorização da Amazônia devem ser estudados, enquanto não se encontra uma só palavra respeito da vida agrícola brasileira...* As unidades finais (V e VI) são quase impraticáveis, se quisermos dar a ênfase que o programa parece ter em vista desde que *escapam ao campo estrito da Geografia para se referirem ao da Economia* (estudo minucioso do comércio externo). Isso sem falar em itens como êste (sic): “Interesses brasileiros na Ásia e África” (AZEVEDO, 1951, p. 558, grifos nossos).

Assim como o da 2ª série, o programa da 3ª série dá ênfase às questões políticas e econômicas e não são tratados temas de Geografia física de forma específica. Nos chamou a atenção que para A. de A., “temas que não chegaram a resultados objetivos

não devem ser estudados no ensino secundário”. Pode-se inferir, a partir dessa afirmação, que para o geógrafo paulista interessava menos o processo do que o resultado. Por que, para o geógrafo paulista, era mais importante estudar a vida agrícola brasileira do que a “marcha para oeste”? A vida agrícola, como vimos no texto “Indivíduos-tipo do Brasil” de Deffontaines (1947), tinha grande importância para a economia nacional, enquanto a “marcha para oeste”, ainda em processo à época, foi uma estratégia de ocupação do território e “incorporação” de outros “gêneros de vida”. Em suma, para A. de A. importava ensinar aos estudantes do secundário o “resultado” e não problematizar o que foi feito para alcançá-lo.

A “marcha para oeste” foi importante para a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira, na medida em que, com o avanço do Estado ao “interior”, haveria uma suposta “homogeneização” da população por meio da eliminação de outros modos de vida, sobretudo aqueles caracterizados como sendo de subsistência. Tratar desse processo no ensino secundário, pressuporia evidenciar a diferença, quando o objetivo era disseminar a identificação entre os habitantes do território brasileiro, formando uma comunidade, ainda que imaginada.

Ao compararmos os programas de Geografia para os cursos ginasial e colegial, percebemos que há repetição de alguns conteúdos. Pensamos, assim, que a intenção do autor era baseada em uma proposta revisional/reforço ou de aprofundamento. Julgamos ser interessante comparar, também, os programas propostos por A. de A. com o do curso superior de Geografia da USP, tendo em vista que havia intenso diálogo entre ambos os níveis de ensino, nos textos deste autor, analisados nesta pesquisa. Para nosso autor, inclusive, eles se influenciam mutuamente: o ensino superior era responsável pela formação dos professores que exerceriam o magistério no ensino básico; e o ensino básico deveria fornecer a base necessária de conhecimento para os ingressantes do curso superior.

Dessa forma, consideramos que esta análise nos proporcionará obter uma referência mais estruturada para melhor compreendermos a concepção de Geografia do geógrafo paulista para que, em seguida, possamos averiguar a existência ou não de possíveis relações entre ela e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira. Para tanto, selecionamos dois textos escritos por A. de A., são eles: “O ensino de Geografia na faculdade de filosofia da Universidade de São Paulo”, publicado em 1949, no

Boletim Paulista de Geografia; e “Dez anos de ensino superior de Geografia”, lançado na Revista Brasileira de Geografia, em 1946.

O primeiro artigo apresenta uma síntese de como se processou o ensino de Geografia da USP desde sua fundação até o momento de sua publicação. Seus autores (A. de A. escreveu este texto junto com João Dias da Silveira) eram membros da AGB e professores de cadeiras do curso de Geografia da USP. Apesar de sua publicação ser posterior ao segundo, pensamos ser mais proveitoso apresentá-la primeiro justamente por mostrar o andamento do curso superior. Já o texto “Dez anos de ensino superior de Geografia” consiste na análise feita pelo geógrafo paulista a partir de sua experiência de uma década dedicada ao ensino desta ciência, na Universidade de São Paulo. Vamos a eles, então.

A primeira parte do texto “O ensino de Geografia na faculdade de filosofia da Universidade de São Paulo” apresenta a organização do departamento de Geografia. Para tornar nosso texto menos cansativo, optamos por elaborar a linha do tempo dos movimentos de criações institucionais a seguir:

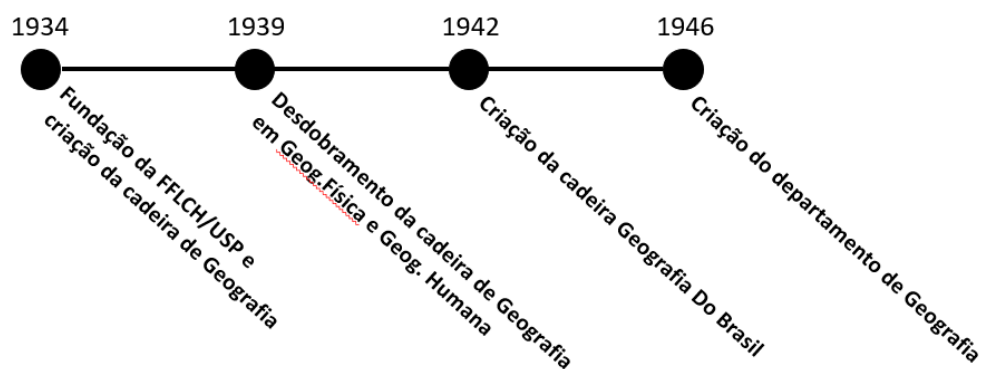


Figura 7: Linha do tempo Geografia/USP (1934-1946). Fonte: Elaboração própria a partir de Azevedo (1946).

Antes de 1942, a “Geografia do Brasil” era abordada nas cadeiras de Geografia física e Geografia humana, mas houve a necessidade da criação de uma cadeira de Geografia do Brasil autônoma, o que demonstra que havia uma demanda de dedicação maior a esta temática. Como já vimos, tal demanda está diretamente relacionada às consequências políticas e econômicas promovidas pela Segunda Guerra Mundial, sobretudo a liderança do Estados Unidos, a maior inserção do Brasil no mercado internacional e na América Latina.

A criação do departamento de Geografia, em 1946 representa uma maior preocupação com as especificidades da Geografia de maneira mais independente da História, debate punjente à época. Ainda no que diz respeito à organização do departamento de Geografia, do ponto de vista administrativo, além de uma secretaria, havia 6 seções: 1. Biblioteca; 2. Mapoteca; 3. Fichário Geográfico; 4. Fotografia; 5. Arquivo; 6. Instrumental Científico e Material de Excursão (AZEVEDO e SILVEIRA, 1949, p. 76). Destas, destacamos a seção de fotografia e de instrumental científico e material de excursão, pois consideramos que tais seções específicas para estes itens nos mostra a valorização deles perante a ciência geográfica da época em nosso país.

Posteriormente, é apresentado o currículo do curso, que era dividido em duas categorias: a) **curso fundamental**; b) **curso de especialização**. O primeiro era realizado em quatro anos, dos quais os três primeiros possuíam matérias obrigatórias e o último constituía-se de Didática e Psicologia Educacional, além de duas matérias livres. Após sua finalização o aluno recebia o diploma de licenciado em Geografia e História (*idem*, p. 77). O programa completo das disciplinas encontra-se no anexo 3. A distribuição dos conteúdos deste curso era feita da seguinte forma:

1º ano: Geografia Física
Geografia Humana
2º ano: Geografia Física
Geografia Humana
Geografia do Brasil
3º ano: Geografia Física
Geografia Humana
Geografia do Brasil

(AZEVEDO e SILVEIRA, 1949, p. 77).

Os autores reiteram, ainda que, no 1º ano, os alunos estudavam duas matérias afins, “Elementos de Geologia” e “Elementos de Cartografia”. Esta inclusão, segundo eles, foi fruto de uma iniciativa do departamento de Geografia. A. de A, voltará a falar sobre isso no próximo texto que analisaremos. Já o curso de especialização em Geografia

destina-se a todos quantos hajam terminado o curso básico de três anos de Geografia e História, feito em Faculdade de Filosofia oficial ou reconhecida. Tem a duração de dois anos e compreende o ensino de três disciplinas, a serem escolhidas pelo aluno dentre as seguintes: *Geografia Física, Geografia Humana, Geografia do Brasil, Cartografia, Geologia, Topografia e Geodésia, Etnografia, Sociologia, Economia Política, Estatística, consideradas a três primeiras como fundamentais*. Além dos cursos regulares, o aluno deverá estagiar em um departamento especializado (que se dedique a estudos geográficos ou afins), no qual deverá demonstrar assiduidade, interesse (*sic*) e competência. [...] Na hipótese do aluno escolher uma só das matérias consideradas fundamentais ou

apenas matérias consideradas subsidiárias, o estágio será obrigatoriamente de um ano, no mínimo (AZEVEDO e SILVEIRA, 1949, p. 77-78, grifos nossos).

O documento em análise apresenta, também, os programas de Geografia de 1950 (anexo 3), e são fundamentais para que possamos compreender melhor tanto a estrutura do ensino de Geografia da época, quanto para que tenhamos subsídios para comparar com o próximo texto, que é complementar a este. Além disso, foram citados os professores responsáveis pelas disciplinas neste período, o que pode servir de referência para outras pesquisas que tenham como temática a História da Geografia.

A cadeira de Geografia Física tinha como professor João Dias da Silveira e, como assistentes, os professores Elina Oliveira Santos e Aziz Ab'Saber e Maria Lourdes Pereira de Souza Radesca. Os conteúdos ministrados consistiam em: I. **Relevo**; II. **Hidrografia**; III. **Clima**; IV. **Biogeografia**; V. **Estudo regional da África**.

O professor A. de A. era responsável pelas cadeiras de Geografia Humana, (que contavam com os professores assistentes Ary França, Nice Lecocq-Müller e Renato da Silveira Mendes) e Geografia do Brasil (cujos assistentes eram os professores José Ribeiro de Araújo Filho, Antônio Rocha Penteado e Ely Goulart Pereira de Araújo). Na primeira, os temas ministrados eram: I. **Introdução à Geografia**; II. **Os conceitos fundamentais**; III. **Gêneros de Vida**; IV. **Produtos alimentares e matérias primas**; IV. **O habitat rural e urbano**; V. **Geografia da Indústria**; VI. **Estudos monográficos regionais**; VII. **Geografia dos Transportes**; VIII. **Geografia social e Geografia política**; além de metodologias de pesquisa e trabalhos de campo. Já na segunda, os conteúdos estudados consistiam em: I. **As bases físicas do Brasil**; II. **Os fatores humanos e econômicos**; III. **O problema das divisões regionais do Brasil**; IV. **Estudos regionais**; além de seminários sobre os temas estudados.

A partir do que foi exposto, percebe-se que a *região* é o conceito norteador dos estudos geográficos e, conforme já vimos, este encontra-se diretamente relacionado ao conceito de *paisagem*. Há, na Geografia do Brasil, maior inclinação para o estudo dos elementos humanos e econômicos em detrimento dos aspectos físicos, o que sugere que um dos motivos pelos quais isso acontece poderia ser, justaente, a relação de pertencimento à nação.

Entre os seminários, um tratava dos “Problemas da Geografia Brasileira”, o que nos mostra uma preocupação de A. de A. em pensar os caminhos da ciência geográfica

realizada no país, uma diferença fundamental entre o ensino superior e o ensino básico. A orientação teórico-metodológica era majoritariamente francesa:

Inaugurados os cursos de Geografia pelo prof. Pierre Deffontaines (1934), contou depois a Faculdade com a colaboração dos professores Pierre Monbeig (1935-46), Emmanuel de Martonne (1937), Roger Dion (1947) e Pierre Gourou (1948), todos êles (*sic*) representantes ilustres da ciência geográfica francesa. Nada mais natural, por isso, que a orientação dada ao ensino obedeça, em suas linhas mestras, à metodologia francesa. Entretanto, aproveitando inúmeras vezes os ensinamentos de autores (*sic*) ingleses (*sic*) e norte-americanos e *introduzindo sua contribuição própria*, os professores e assistentes do Departamento têm procurado orientar o ensino no sentido de *atender plenamente aos reclamos da geografia brasileira, naquilo que apresenta de particular e de original* (AZEVEDO E SILVEIRA, 1949, p. 80, grifos nossos).

Este excerto demonstra que nosso autor, apesar de ter como referência a Geografia de outros países, reconhece e se preocupa em construir uma Geografia brasileira. Nesse sentido, pensamos que seja possível fazer uma associação entre esta ciência e os Estados-nacionais e verificar quais elementos foram absorvidos em termos de conteúdos e possibilidades de interpretação do mundo.

Os “reclamos da Geografia brasileira” dizem respeito, sobretudo, a desenvolver análises que dêem conta da realidade do Brasil, o que implica em (re)criar ou re(pensar) aquilo que chega do exterior tendo em vista as particularidades das áreas estudadas e não fazer uma mera reprodução. Além dos trabalhos práticos de leitura e interpretação de cartas e gráficos, A. de A. comenta sobre a realização das atividades de campo:

Sempre que as *possibilidades financeiras da Faculdade o permitem, realizam-se excursões*, de iniciativa de cada uma das cadeiras ou organizadas pelo próprio Departamento. Dentro delas, cumpre distinguir: a) *Excursões de caráter didático*, destinadas a mostrar aos alunos aspectos típicos da paisagem, habituando-os à interpretação do que observam; b) *Excursões de pesquisas*, destinadas à coleta de observações, dentro de um plano pré-fixado. Para isso, dispõe o Departamento *de um automóvel – um “station-wagon” Ford, com capacidade para transportar 9 pessoas* (AZEVEDO e SILVEIRA, 1949, p. 81).

Essa distinção entre os tipos de excursão indica que havia uma dupla funcionalidade delas para a Geografia, são elas: a finalidade didática, que se enquadra tanto no ensino superior quanto no ensino básico, e a finalidade de coleta de dados para as pesquisas. Pensamos, que essa divisão irá subsidiar a diferenciação que ocorrerá entre as modalidades de bacharelado e licenciatura. Pode-se dizer que há diferentes funções sociais entre elas: a finalidade didática das excursões estariam relacionadas à “divulgação” dos conhecimentos sobre o país, enquanto a coleta de dados para pesquisa teria por função a (re)produção de tais conhecimentos. De qualquer forma, compreendemos que o trabalho de campo é imprescindível para esta ciência. Vale

ressaltar, também, que a evolução dos transportes, ilustrada no trecho pelo automóvel “*station wagon*”, pertencente ao departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, aumentou as possibilidades de circulação e ampliação da magnitude das atividades relacionadas ao (re)conhecimento do Brasil.

O texto “Dez anos de ensino superior de Geografia”, publicado em 1946 na Revista Brasileira de Geografia, nos fornece as observações de A. de A. sobre, como o título já diz, o ensino superior desta ciência. Tais observações foram frutos da experiência do professor ao longo de uma década de atuação na área e tinha como objetivo fazer uma avaliação do curso ofertado pela USP. Enquanto o texto anterior consiste em uma apresentação do curso e, como tal, caracteriza-se por ser mais descritivo, este nos apresenta a sua visão crítica das possibilidades e questões que envolviam, na época, a formação superior em Geografia na Universidade de São Paulo, para A de A.

As principais questões apontadas pelo autor são: I. *A falta de base dos estudantes que ingressam nos cursos de Geografia*, o que, para ele, era o resultado de um ensino básico “deficiente”; II. A falta de clareza das diferenças existentes entre a Geografia ensinada no ensino superior e no ensino básico; III. A pouca disposição à pesquisa e à observação; IV. O fato de o brasileiro viajar pouco (AZEVEDO, 1946). Sobre esta última, ele afirma que:

Indiscutivelmente, o brasileiro viaja pouco. *As grandes distâncias, as dificuldades e os preços elevados dos transportes, o desconforto reinante nos hotéis das cidades pequenas e médias, o comodismo e, por certo, outras razões, fazem com que nos deixemos ficar em nossas cidades, só muito raramente saindo do horizonte estreito do local em que moramos. Ora, nada mais provocador da curiosidade e da observação do que um estudo comparativo; e não há melhor maneira de realizarmos úteis comparações, do que viajar, conhecer novas regiões, com outros hábitos e outras paisagens.* Convencido estou de que muitos brasileiros existem que estão sinceramente certos de que o Brasil é mais ou menos igual do norte ao sul e que, positivamente, não vale a pena gastar energias e dinheiro para conhecer regiões idênticas ou muito parecidas, em última análise, àquelas em que vivem. Em contraposição, ninguém pode ter a menor dúvida que êsses (*sic*) irmãos nossos sentir-se-iam surpreendidos e, certamente, encantados se tivessem oportunidade de conhecer o admirável mosaico de paisagens que se contêm dentro de nossas fronteiras (AZEVEDO, 1946, p. 59, grifos nossos).

Reforça-se, então, a viagem como fundamental à formação dos geógrafos. Assim, havia uma valorização da empiria em detrimento das teorias. A. de A. teceu comentários sobre a estrutura do ensino superior. Segundo ele, “deixam a desejar a atual divisão em três cadeiras – Geografia Física, Geografia Humana e Geografia do Brasil – da mesma maneira que os três anos do curso e a própria estruturação do curso de Geografia e

História” (AZEVEDO, 1946, p. 236). Sobre o último aspecto, já havia à época o debate sobre a separação dos cursos. A opinião unânime dos professores de Geografia da USP, entre os quais se encontrava A. de A., era a de que a separação deveria ser feita, mas não de maneira radical e absoluta. Eles sugeriam que a separação fosse efetuada somente nos últimos anos do curso, pois consideravam que

tanto a História necessita da Geografia, como esta daquela; aliás já se tornou comum esta estreita interdependência. Assim fazendo, por outro lado, amplia-se o horizonte cultural de um como o de outro dos especialistas, o que virá aumentar a cultura geral de ambos. Entretanto é evidente que os programas deverão ser de tal modo organizados que, nesses anos que chamarei de básicos, sejam apenas estudados os fatos fundamentais tanto da Geografia quanto da História [...]. Urge, pois, distinguir as cadeiras de caráter fundamental e as cadeiras de especialização. Para isso, os atuais três anos do curso de bacharelado tornam-se inegavelmente insuficientes. O ideal seria um curso *fundamental*, de no mínimo três anos, no qual fôssem (*sic*) estudadas apenas as matérias básicas através de programas especialmente organizados para êsse (*sic*) fim, dando o direito a quem o completasse de exercer o magistério secundário ou, quem sabe, somente o ensino ginasial; e, a seguir, um curso de *especialização*, constituído por dois ou três anos, no qual imperasse (agora, sim) a separação absoluta entre a Geografia e a História, com matérias selecionadas que assegurassem uma cultura especializada e programas flexíveis que também pudessem atender a êste objetivo. *Dêste (sic) último curso sairiam os verdadeiros técnicos – geógrafos ou historiadores, de quem muito poderia esperar o país*, através de pesquisas conscienciosas e bem orientadas (AZEVEDO, 1946, p. 236-237, grifos nossos).

Nota-se, que há uma relação entre a formação de técnicos e o Estado. A divisão entre o curso fundamental e a especialização já havia sido efetuada em 1949, conforme vimos no texto anterior. Pensamos que a opinião de A. de A. de que havia uma necessidade da História para a Geografia e, como tal, a separação não deveria ser absoluta, baseava-se na imprescindibilidade do contexto histórico para as análises geográficas. Assim como a História, a Geografia é dinâmica, e as transformações que ocorrem com o tempo devem ser acompanhadas pela ciência geográfica. Vimos esta orientação do professor paulista em outros textos analisados.

A. de A. abordava também a questão das disciplinas do curso. Para ele, era necessária uma cadeira de Geografia Regional que se debruçasse sobre todo um continente ou alguns tipos de regiões geográficas (AZEVEDO, 1946, p. 237). Além disso, o autor afirmava que

não nos parece justo que se continue, como até aqui, a estudar a Geografia Física e a Geografia Humana apenas nos dois primeiros anos do curso, e a Geografia do Brasil somente no 3º ano. Por todos os motivos, seria aconselhável que os estudos daquelas primeiras cadeiras se estendessem até o 3º ano ou, mais além ainda, na hipótese da criação de um curso de especialização; ao mesmo tempo, os estudos de Geografia do Brasil deveriam iniciar-se no 2º ano, a fim de permitir, não só um conhecimento mais profundo, como também um contacto

(sic) maior do professor para com seus alunos. [...] Ainda gostaria de lembrar a necessidade de alguns cursos, atualmente não cogitados pela lei federal: a Geologia, a Cartografia, a Cosmografia [...]. *O Estudo da Geologia notadamente a Geologia Histórica e a Estratigrafia – constitui uma necessidade imperiosa para a formação de bons professores (sic) ou pesquisadores de Geografia.* Da mesma maneira, a Cartografia e a *Cosmografia; esta última, antes de mais nada, porque faz parte de nossos programas secundários (tanto do curso ginasial, como do colegial)* e contém matéria que, para ser bem ensinada, deveria ser estudada em nossas Faculdades de Filosofia (AZEVEDO, 1946, p. 237-238, grifos nossos).

Este excerto deixa claro que para A. de A. havia um vínculo necessário entre a Geografia acadêmica e a escolar, além disso, a cadeira de Geografia do Brasil tinha, para o autor, praticamente o mesmo “peso” que as de Geografia Física e Geografia Humana. O programa de ensino proposto para o curso de Geografia de 1950 nos mostrou que já havia ocorrido esta modificação e a Geografia do Brasil passou a ser estudada no 2º ano. Apesar de o autor ter uma inclinação maior para a Geografia Humana, como foi possível perceber em muitas de suas propostas de programas de ensino, além de observações em seus textos que tratam da ciência geográfica, ele enfatizava a necessidade da Cartografia, Cosmografia e Geologia, por considerar que ainda havia certas deficiências desse tipo de conteúdo na formação dos geógrafos – quer fossem docentes ou pesquisadores. Tais disciplinas eram ofertadas no curso de Geografia da USP, mas a recomendação de que fossem reconhecidas pela lei federal demonstrava a preocupação do geógrafo paulista em que houvesse uma unidade dos programas estabelecidos pelas universidades.

Ainda em relação à unidade, A. de A. considerava que havia falta desta também entre as cadeiras ofertadas pelo curso: “Pelo bem do ensino, por uma coordenação maior nos trabalhos de pesquisas, em benefício da própria Geografia – torna-se imprescindível unir as cadeiras geográficas” (*idem.* p. 238). O Departamento de Geografia da USP havia sido recém-criado quando da publicação deste texto, e um de seus objetivos era, justamente, se dedicar a organizar as cadeiras e o curso superior de Geografia de maneira que houvesse integração, melhoria e desenvolvimento desta ciência.

Por fim, iremos comentar sobre os periódicos geográficos, mais especificamente sobre o Boletim Paulista de Geografia, tendo como referência três textos de A. de A.: “Palavras de Apresentação” (1949); “Cinco anos de existência” (1953); e “Dez anos de existência” (1958). A relevância desse meio de comunicação foi destacada pelo geógrafo paulista no texto “A Geografia em São Paulo e sua Evolução”, conforme já vimos. Pensamos que, para além de ser um meio amplo de divulgação e troca de

conhecimentos da área, os periódicos são importantes fontes históricas e, para nossa investigação, os textos de A. de A. comentando sobre o BPG nos ajudarão a melhor compreender a Geografia da época de atuação de nosso autor.

Sobre o BPG, cabe reiterar que foi criado em 1949, como uma continuação do Boletim da Associação de Geógrafos Brasileiros. Está entrelaçado, portanto, à AGB, mais especificamente à seção regional⁶⁵ de São Paulo. Nas “Palavras de Apresentação”, escritas por A. de A. no momento da publicação do primeiro exemplar do BPG, o autor salienta que um dos objetivos do periódico era permitir aos filiados da AGB ter maiores oportunidades de apresentar os resultados de seus estudos e trabalhos de campo (AZEVEDO, 1949), além de

oferecer aos leitores contribuições originais de valor, quer dentro do quadro da Geografia Física e Biológica, quer dentro do âmbito da Geografia Humana, em seu mais amplo sentido, sem esquecer o campo fascinante da Geografia Regional. A par disso, visará diretamente ao ensino geográfico através de debates sobre (*sic*) temas metodológicos, de trechos escolhidos de autores selecionados ou de comentários bibliográficos [...] (AZEVEDO, 1949).

O texto “cinco anos de existência” foi publicado no primeiro número do periódico em 1953. Nele, além de comentar sobre as dificuldades de manutenção do BPG durante este período, A. de A. faz um compilado dos textos que o compuseram nas 12 edições até então publicadas, tendo em vista as diferentes áreas de estudo da Geografia que se desejava que fossem contempladas pelo Boletim e o que efetivamente se concretizou. Vejamos como se distribuíram os assuntos, na tabela 1 a seguir:

Assunto	Nº de publicações
Geografia humana e econômica	22
Geografia Física e Biogeografia	9
Fotogeografia	9
Estudos Críticos e notas prévias	9
Metodologia e ensino de Geografia	6
Antologia Geográfica	5
Cartografia	1

Tabela 1: Publicações BPG cinco anos de existência. Fonte: elaboração própria a partir de dados de Azevedo (1953)

Nota-se, que o estabelecimento dos cânones da Geografia Moderna se reflete nos subcampos que foram criados e consolidados, também, pelas revistas acadêmicas.

⁶⁵ Atualmente São Paulo possui uma seção local da AGB e não regional.

Merece destaque o fato de a “Geografia Humana e Econômica” ocupar, naquele contexto, o primeiro lugar no ranking, possuindo mais que o dobro do número de publicações de Geografia Física e Biogeografia, demonstrando sua relevância enquanto tema de interesse da Geografia brasileira.

O tema “Cartografia” possuía apenas uma publicação, o que reflete a defasagem, comentada por A. de A., desta disciplina nos cursos superiores. Em 1958, quando do aniversário de dez anos do BPG, a relação dos assuntos tratados encontrava-se da seguinte forma:

Assunto	Nº de publicações
Geografia humana e ciências afins	59
Geografia Física e ciências afins	39
Bibliografia e Crítica	18
Geografia Regional	14
Metodologia e ensino da Geografia	11
Antologia Geográfica	6
Cartografia	5

Tabela 2: Publicações BPG dez anos de existência Fonte: elaboração própria a partir de dados de Azevedo (1953)

Percebe-se que em 1958, a Geografia humana ainda se mantinha com o maior número de publicações e, proporcionalmente, foi a que obteve maior crescimento. A Cartografia ainda se manteve com o menor número de publicações. Além do interesse pelos conteúdos da Geografia humana, a Cartografia devia ser praticada por um número limitado de docentes por causa de sua especificidade e custo de materiais empregados em suas atividades.

Foi retirado o assunto “Fotogeografia” e incluído o de “Geografia Regional” talvez aliado a perspectiva dos planos econômicos e como cada região poderia contribuir para o progresso nacional no processo urbanização/industrialização/urbanização a partir de suas características. Esses dados demonstram as tendências dos colaboradores do Boletim. Segundo A. de A. (1958, p. 4), [...] “coube à Geografia urbana um lugar de muito destaque dentro do primeiro desses (*sic*) grupos de assuntos, da mesma forma que a Geomorfologia mereceu as preferências daqueles que se dedicam à Geografia Física e ciências afins”.

O BPG circulou em variados ambientes, embora houvesse a predominância do meio acadêmico. Além disso, obteve alcance considerável:

muitos de seus números, particularmente os referentes à 1949 e 1950, encontram-se totalmente esgotados e têm sido procurados com avidez, tornando-se um fato indiscutível que sua modesta triagem de mil exemplares, já não mais conseguem atender às necessidades de sua distribuição. *Além disso, sentimo-nos felizes em verificar o interesse (sic) despertado por essa publicação nos nossos meios cultos, especializados ou não, como também fora de nossas fronteiras.* Nêste (sic) particular, cumpre registrar o intenso e salutar intercâmbio que vimos mantendo com numerosas publicações congêneres, Universidades e geógrafos de todo o mundo; por essa forma, ao mesmo tempo que vemos enriquecer-se a biblioteca geográfica da A.G.B., os números do nosso *Boletim* demonstram o eco de nossas pesquisas e de nossos estudos aos países irmãos do continente americano, aos principais centros culturais da Europa, e, até mesmo, a pontos isolados, mas expressivos da Ásia e da Oceânia (sic) (AZEVEDO, 1953, p. 4, grifos nossos).

Em 1958, o periódico já contava com a colaboração de especialistas estrangeiros, dentre eles Francis Ruelan e Jean Tricart. Para atender à crescente demanda, havia representantes autorizados a distribuir o BPG em diferentes cidades brasileiras, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Bauru, Florianópolis e Pôrto Alegre (AZEVEDO, 1958, p. 4).

Já no exterior, “mais de 300 instituições ou pessoas (sic) recebem, com regularidade, a nossa publicação, que lhes leva a palavra e os estudos de geógrafos brasileiros” (*idem*). Este alcance reitera a afirmação de que os periódicos geográficos eram um dos principais meios de divulgação das pesquisas, cujos conteúdos interessavam a sociedade e demonstram a abrangência da distribuição do BPG no território nacional e no exterior. Afirmamos, então, que esta publicação contribuiu para a construção da Geografia brasileira, notadamente a paulista e a exposição de A. de A. nos mostrou o panorâmica dos principais interesses dos geógrafos de sua geração e apoiadores.

Apresentamos, neste capítulo uma série de informações sobre a Geografia brasileira a partir de sua institucionalização. Estas, no fluir do texto, foram se interligando de maneira a fornecer os subsídios que necessitamos para caracterizar a concepção de Geografia de A. de A. em diálogo com seus mestres e contemporâneos. Iremos, agora, esquematizá-las de maneira que possamos compreender melhor o discurso deste geógrafo nos moldes da ACD, isto é, tendo em vista **o texto, a prática discursiva e a prática social.**

Para a análise textual tomaremos como base as *formas linguísticas* e a *produção de sentido*, conforme já explicado no capítulo sobre a Análise Crítica do Discurso. Os textos examinados encontram-se na norma culta da língua portuguesa, pois foram escritos para o meio acadêmico. As palavras **região**, **paisagem**, **gêneros de vida e indivíduos-tipo**, são as que apareceram de maneira mais recorrente, tanto nos textos de A. de A. quanto nos escritos dos autores com os quais ele dialogou. Fortaleceram-se, assim, como “conceitos geográficos”, ao mesmo tempo em que se construía um novo sentido para elas.

Ao se referir ao processo de ocupação do Brasil A. de A., em diálogo com outros autores a ele contemporâneos, utilizou palavras como *interior*, *interlândia ou sertão*, o que demonstra uma perspectiva do desconhecido que deveria ser descoberto, de mistério a ser desvendado, de vazio a ser preenchido. Serão feitas reflexões mais aprofundadas sobre esta questão no próximo capítulo, que trata especificamente do Brasil. No entanto, já foi possível constatar uma relação entre o desenvolvimento da Geografia acadêmica e a necessidade de (re)invenção do país.

No que diz respeito à metodologia da “Geografia moderna”, foi recorrente o termo *interpretação* em detrimento de *memorização*, palavra de ordem da Geografia pré-histórica (na definição de A. de A.) e que, ao longo do processo de construção de outra concepção de Geografia, adquiriu um cunho pejorativo. Outros vocábulos que nos chamaram a atenção foram *transformação*, *evolução e progresso*, muitas vezes associados ao dinamismo histórico e à necessidade de a ciência geográfica acompanhar as mudanças em suas análises. Era imprescindível que a Geografia conseguisse se manter dentro dos princípios estabelecidos, além de buscar as causalidades e as “leis”.

As palavras *excursão*, *viagem*, *campo* e a expressão “*in loco*” também apareceram com destaque nos textos, com sentido de serem parte essencial do pensar/fazer geográficos. O *olhar* e a necessidade do *ver* são apresentados de forma que a Geografia passa a ser considerada uma “ciência da observação”, e estão diretamente relacionados ao deslocar, isto é, ao viajar e, também, às representações que podem ser feitas para serem consultadas na volta ao “gabinete”: o desenho e as fotografias.

A **prática discursiva** diz respeito à **produção**, **distribuição** e **consumo** do texto. Os produtores dos textos analisados são acadêmicos formados na área de Geografia. Grande parte deles, incluindo A. de A., que nos interessa mais diretamente, vinculados à

Faculdade de Filosofia da USP e à Associação de Geógrafos Brasileiros, sendo que a última era estreitamente atrelada à primeira. O ambiente universitário da época

retinha, ainda, grande parte da ideologia das classes dominantes pré-30. Isso porque, a exemplo de outras esferas de comando da sociedade e do território nacionais, os filhos da oligarquia rural e da burguesia urbana, desde o Império eram incentivados a tornarem-se políticos e bacharéis [...] e, dessa forma, porta-vozes dos interesses de suas classes (SANTOS, 1984, p. 12-13).

Aroldo de Azevedo enquadra-se no cenário comentado por Santos no trecho acima, pois

seu pai, Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, foi destacado parlamentar da 1ª República, época da política do “café com leite” – destaque das oligarquias rurais paulista e mineira no cenário político nacional. Foi, sucessivamente: acadêmico de direito, político municipal, deputado estadual e senador, além de progressista fazendeiro [...]. Sua mãe, por sua vez, era filha de destacado urbanista da época, Ignácio Cochrane, vindo de velha família paulista, cujas origens remontavam, também, aos tempos coloniais e cujos descendentes destacaram-se como embaixadores, diplomatas e em altos postos nos Ministérios e na Marinha de Guerra (SANTOS, 1984, p. 10).

Os textos analisados foram publicados em periódicos de Geografia, de maneira que a maioria de seus leitores fazia parte do meio acadêmico nacional e internacional, ou, pelo menos, dos “meios cultos”, conforme relatos do próprio A. de A., que, no período estudado, eram formados principalmente pela elite do país.

A força dos textos analisados provém, então, de duas frentes: a da ciência, que, como tal, ocupa o lugar de referência na explicação da realidade; e a da elite, porta-voz e comandante dos direcionamentos do país. Vale ressaltar que a voz de A. de A. ecoa a de seus mestres assim como a de muitos de seus contemporâneos. É o que chamamos anteriormente de **intertextualidade**. As “cadeias intertextuais”, conforme já vimos, são responsáveis pela construção de consensos sociais na medida em que promovem a “naturalização” de “visões de mundo”.

Aroldo de Azevedo dialoga, majoritariamente, com seus mestres franceses, dentre os quais *Deffontaines*, *Monbeig*, *De Martonne*, *Brunhes* e *Camille Vallaux*. Seus interlocutores, assim como seus companheiros na escrita de um mesmo artigo, ou colaboradores dos periódicos nos quais seus textos foram publicados, dentre eles *João Dias da Silveira*, possuíam, basicamente, as mesmas referências. Isso acontece porque aquele era um período de “renovação” da Geografia ou implementação da Geografia moderna. Assim, as discordâncias que muniam o debate debruçavam-se sobre a “Geografia pré-histórica” e a argumentação era fundamentada pelos parâmetros teórico-metodológicos de filiação francesa. Pensamos, assim, que esta dinâmica foi necessária

para reestruturar a antiga convenção da Geografia meramente descritiva e mnemônica criando um novo consenso social hegemônico sobre o que era a ciência geográfica.

Já o discurso enquanto **prática social**, lembremos, quer dizer que não acontece de maneira individual. Ele é um modo de *ação e de representação* e, como tal, constrói a “significação do mundo” (sua dimensão simbólica) e o “mundo em significado” (sua dimensão material) estando relacionado, portanto, à ideologia.

A dimensão da prática social do discurso diz respeito às condições sócio-históricas que orientam o processo de sua produção. Assim versaremos, agora, sobre os fatores econômicos, políticos e culturais predominantes na época, a fim de nos auxiliar na compreensão da visão social de mundo hegemônica naquele período. Pensamos que um dos principais aspectos a serem retratados para que possamos alcançar nossos objetivos, diz respeito ao papel do Estado que, como vimos, está completamente entrelaçado à nação e, como tal, se torna essencial à nossa investigação. Salientamos, então, quatro fases articuladas à produção de A. de A. e ao fortalecimento de certas concepções atreladas à identidade e à ideologia nacionais:

- I. **Período Vargas**, que inclui seus dois momentos à frente do país (1930-1945 e 1951-1954)⁶⁶;
- II. **O mandato de Juscelino Kubitschek** (1956-1961);
- III. **Período João Goulart** (1961-1964);
- IV. **Golpe Militar** (1964-1985).

Reiteramos que iremos nos deter um pouco mais no primeiro momento, pois percebemos que, apesar das mudanças políticas subsequentes ocorridas no Brasil, as publicações de A. de A. permaneceram seguindo as mesmas temáticas: questões teórico-metodológicas da Geografia moderna em relação à Geografia “pré-histórica”, tendo como referência a Geografia francesa de seus mestres; e investigações acerca do Brasil a partir dos conceitos de paisagem, região e gêneros de vida. Isto nos permite inferir que suas concepções se mantiveram ao longo desse período.

⁶⁶ Optamos por unificar os dois momentos em uma única fase devido às características semelhantes com relação ao governo, isto é, o populismo e o nacionalismo, embora o primeiro tenha sido uma ditadura e o segundo fruto de uma eleição democrática.

Pensamos que tal postura diz respeito à concepção do geógrafo paulista de que a ciência geográfica deveria ser “despolitizada” de maneira que ele se manteve fiel às suas raízes. Ademais, apesar de seus escritos abordarem “os rumos do Brasil e da Geografia”, eles apresentavam apenas uma visão, de maneira que não mencionavam as outras posições existentes referentes ao debate realizado pela *intelligentsia* brasileira a partir de referências de teóricos marxistas. Dentre estes, encontravam-se Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, contemporâneos de A. de A. Este silenciamento promove a perspectiva de consenso. As outras três fases serão apresentadas somente de forma panorâmica para ilustrar os diferentes contextos ao longo do tempo de produção de A. de A.

O período Vargas é um dos mais importantes para nossa investigação porque representa um rompimento com a chamada “República Velha”, na qual dominavam as oligarquias rurais. Este fato se traduziu em uma nova dinâmica para o país, iniciando-o no modo de produção capitalista (SANTOS, 1984, p. 36). Houve o fortalecimento do nacionalismo, que passou a ser “elemento importante nos debates sobre problemas políticos e econômicos nacionais e formulações governamentais no tocante às questões agropecuárias, territoriais, financeiras, culturais e militares” (*Idem*). Foram criados em 1934, conforme já mencionamos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o primeiro curso superior de Geografia (USP), a Associação de Geógrafos Brasileiros. No plano econômico havia um nacional-desenvolvimentismo voltado para a industrialização brasileira via substituição de importações (1930-1985).

Juntamente com isso, como era de se esperar, intensificou-se a urbanização, modificando a dinâmica territorial do país. Pode-se dizer que o Brasil começou a se caracterizar enquanto Estado-nação nesse momento, na medida em que forjou-se, também, uma “cultura nacional”. De acordo com Santos (1984), nas primeiras décadas do século XX, havia uma preocupação com

a redescoberta da terra e da gente brasileira. Daí a preocupação dos autores brasileiros do período da relação do homem com a terra, o seu confronto com a imensa expansão territorial, o interior desconhecido, e na relação sócio-econômica, nos grandes problemas da rápida urbanização, do imobilismo menos aparente das estruturas [...]. Percebe-se, pois, o quanto o ano de 22 e o movimento de 30, que foi seu prolongamento no plano político, constituíram-se em marcos divisores do pensar sócio-cultural brasileiro. Até então, não se poderia afirmar haver uma cultura nacional, pois éramos um mero reflexo da cultura européia [...]. Daí ser fácil inferir o relevo assumido em relação à “imagem” que se fazia do povo brasileiro ou, dizendo de outra forma, de uma dada “ideologia do caráter nacional brasileiro” (SANTOS, 1984, p. 39-40).

O autor acrescenta que, a partir da década de 1930, ocorreu todo um encaminhamento no sentido de modernização e expansão das estruturas nacionais, o que incluiu a incorporação do pensamento tecnocrático e científico (*idem*, p. 42). Entrava, aí, a importância das universidades para validação do Estado moderno no Brasil, pois surge

a tecnoestrutura estatal com a hegemonia do executivo como essência do Estado, criando as condições para o desenvolvimento do Estado burguês, sistema esse que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês (SANTOS, 1984, p. 42).

O mandato de Juscelino Kubitschek (JK), em contrapartida, caracterizou-se pelo processo de crescimento econômico impulsionado pelo setor privado nacional e estrangeiro. A ideologia desenvolvimentista pode ser traduzida pela meta de “50 anos em 5”, jargão que fundamentou as ações presidenciais. Houve fomento da indústria automobilística e integração da indústria nacional com empresas multinacionais (SANTOS, 1984, p. 37). A intensificação da criação de rodovias juntamente com a construção de Brasília e a transferência da capital brasileira para este novo local faziam parte do discurso ideológico de “integração do Brasil”, que se encontrava, ainda, muito fragmentado nos termos econômicos e sociais. Culturalmente, houve uma ampliação da influência dos Estados Unidos, sobretudo devido ao incremento de suas relações econômicas com o país. Vale lembrar que o Brasil, como parte do “Terceiro Mundo” emergente, se fará ouvir no plano das relações internacionais. JK propôs ao governo dos EUA a revisão do pan-americanismo e assim apareceu a Operação Pan-Americana na qual os EUA teriam o compromisso político de erradicar o subdesenvolvimento latino americano e alocar investimentos públicos. O subdesenvolvimento contribuía para a instabilidade política do continente e abria possibilidades para “ideologias exógenas” influenciarem os baixos padrões de vida das populações de América Latina.

Sobre o governo de João Goulart (1961-64), interessa-nos suas ações voltadas para diminuição da desigualdade social, especialmente sua tentativa de implementação de reformas de base (por exemplo a reforma agrária). Este ponto foi levantado pelo fato de resultar de reflexões sobre os “efeitos danosos” do sistema capitalista e, pela tentativa do presidente de tomar ações concretas no sentido de minimizá-los. Ao mesmo tempo, esta postura se tornou uma ameaça às elites nacionais, o que resultou no golpe de 1964.

A. de A. faleceu em 1974 e, portanto, não vivenciou a redemocratização do país. Sobre os “anos de ferro”, o que podemos comentar é que, ao mesmo tempo em que houve uma intensificação da influência dos Estados Unidos (política, econômica e cultural), houve,

também, um forte apelo nacionalista que apresentava os militares como protetores da pátria, símbolos da ordem e do progresso (tema que estampa a bandeira nacional), além do acentuado uso da propaganda para enaltecer o país, a exemplo das músicas “Eu te amo meu Brasil”, “Pra frente Brasil”, entre outras.

Em quase 40 anos de produção, A. de A. manteve-se fiel à sua herança francesa. Seu último texto “A Geografia francesa e a geração dos anos 70”, publicado no BPG (1976) após sua morte, demonstra tal apego. Após percorrer a trajetória de alguns dos mais renomados geógrafos franceses, A. de A. finaliza seus escritos da seguinte maneira:

Chegamos ao término da luminosa caminhada, que nos fez acompanhar os principais geógrafos da *Geração dos Anos Setenta*. Privilegiada geração essa, cujos representantes nasceram em torno da década de 1870 e que, em sua maioria, foram homens de veneranda longevidade – septuagenários e octogenários quase todos – e que *encheram com as luzes de seu saber e os exemplos de suas virtudes a primeira metade do século XX. Luminosa geração, cujos reflexos chegaram até o Brasil, notadamente por discípulos verdadeiramente à altura dos mestres que tiveram.* [...] Gloriosa geração que modelou os responsáveis pela fundação e sobrevivência da Associação dos Geógrafos Brasileiros e formou os membros da chamada *Escola Paulista de Geografia*. O presente trabalho representa modesta homenagem a esses Mestres, que aqui *plantaram um facho de luz que jamais se apagará* (AZEVEDO, 1974, p. 28. Grifos nossos).

É possível perceber, então, que A. de A. continuou exaltando a Geografia francesa e sua influência na Escola Paulista de Geografia. A analogia do conhecimento trazido pelos seus “mestres” com a “luz” deslegítima, mais uma vez, a “Geografia pré-histórica” na medida em que tudo o que foi feito antes não teria passado de “escuridão”. Quando o autor afirma que o facho de luz plantado pelos geógrafos franceses jamais se apagará, ele reafirma sua herança e fidelidade aos ensinamentos e metodologias que buscou adotar em seu saber/fazer geográfico ao longo de sua trajetória. Entre elas, estava a noção de neutralidade. Para ele, a Geografia deveria ser uma ciência desinteressada e, como tal, não deveria estar vinculada aos interesses políticos, nem discutir questões relacionadas às classes sociais. É de se esperar, então, que, apesar das mudanças comentadas no contexto político e social do país, A. de A. se mantivesse apartado de tais reflexões. Nosso autor olhava para o futuro com olhos do passado, isto é, ele era mais afeito à continuidade do que às rupturas, como ficará ainda mais claro quando analisarmos seus textos sobre o Brasil.

A **prática social** é a mais abrangente das dimensões da Análise Crítica do Discurso. Dessa forma, ela influencia tanto a prática discursiva quanto o texto. Refletindo sobre as relações entre as três dimensões, pensamos que a institucionalização da Geografia esteja

relacionada à um processo mais amplo de construção/consolidação do Estado nacional brasileiro nos moldes do Estado burguês. Para tanto, era necessário (re)inventar o Brasil, tanto ao nível material, quanto simbólico.

A ciência, foi – e ainda é - um dos principais pilares dessa sociedade moderna, urbana, industrial e de consumo de massa, por isso, a Geografia teve/tem um importante papel tanto para inventariar quanto para (re)inventar sua identidade de maneira que a unidade, ainda que na abundante diversidade, deveria estar acima das diferenças sociais. Por isso, quando se inicia o desenvolvimento desta ciência no país, mais especificamente em São Paulo, o Brasil foi um de seus principais temas. Deffontaines, um de seus fundadores, certa vez afirmou que a Geografia Física era o alicerce de toda a vida brasileira e a Geografia Humana teria no Brasil um de seus maiores laboratórios (DEFFONTAINES, 1946, p. 251). O mestre francês acrescenta que:

É fascinante acompanhar essa Geografia que se transforma à nossa vista, a uma velocidade vertiginosa, *criando, incessante, um novo Brasil.*[...] A humanização progressiva faz surgir, das montanhas primitivas, paisagens, essencialmente obra dos homens e que conduzem a nomes de *regiões que pouco a pouco aparecem e que são testemunho duma instalação mais estável* e dum povoamento de camponeses. Este grandioso empreendimento de povoar um solo que lentamente o modifica fazendo *nascer paisagens, isto é, regiões*, atua por reação sobre (*sic*) o próprio efetivo humano. Êste (*sic*) descobre hábitos peculiares, modos de ocupação, tipos de alimentação; variedade espantosa dos *gêneros de vida*, muitas vezes (*sic*) em vias de constituição, como os gêneros de vida montanhese que começam a aparecer no maciço do Itatiaia ou na serra de Baturité. [...] Por fim, a *Geografia Política que leva à federação das regiões em Estados, solidamente unidos por suas diferenças, pois a unidade provém antes da diversidade do que da uniformidade.* [...] O Brasil é, por certo, um dos mais vastos e mais frutíferos campos de manobras da Geografia moderna; nêle (*sic*), os fatos geográficos são particularmente móveis e dinâmicos. Pode-se dizer que *o Brasil se fabrica aos golpes da nova Geografia.* É indispensável que se aperceba de seu ritmo de transformação, que meça seu futuro, que o esclareça também. *A Geografia tem, pois, uma missão a cumprir: mais do que alhures, acha-se a serviço do país.* Conservando-se tão científica, *tão desinteressada, cumpre-lhe indicar ao país o seu destino, seu potencial, seu futuro.* Deve ser uma das bases essenciais da vida pública brasileira (DEFFONTAINES, 1946, p. 251-252).

Esta citação nos ajuda a esclarecer de que modo essas três dimensões se entrelaçam, isto é, tendo em vista o contexto político, econômico e social, a forma de consolidação de uma Geografia acadêmica e os principais conceitos e metodologias que a embasaram. Tal exercício mostra-nos de que maneira um discurso pode promover mudanças sociais, ao mesmo tempo em que as mudanças sociais moldam novos discursos. Vejamos. A afirmação de Deffontaines de que a Geografia se transforma e cria um “novo Brasil” diz respeito à implementação da Geografia acadêmica no país que, transformada da “Geografia pré-histórica”, cria, também um “novo Brasil”. Este, vai sendo

(re)inventado, uma vez que sua geografia se transforma com o surgimento de novas paisagens e regiões (que para o autor são quase sinônimas), modeladas pela “humanização progressiva”. Esta ideia de “humanização”, reforça a premissa do “antigo Brasil”, como um “espaço vazio”, mas refere-se á uma nova forma de ocupação daquele espaço, baseada em um modelo de sociedade capitalista que foi imposta aos atores sociais. O que queremos dizer é que os discursos da Geografia (moderna) interferem na geografia promovendo “mudanças sociais”.

A ideia de “unidade na diversidade” se sobrepõe à da “diferença” e “desigualdade”, que poderiam levar à fragmentação. Deffontaines afirma textualmente que a “Geografia estava à serviço do país”, o que demonstra a íntima relação entre esta ciência e o Estado, embora ele ressalte seu papel “desinteressado”. Em sua concepção, à Geografia (moderna) cabia indicar o destino, o potencial e o futuro do Brasil, e que este era *fabricado aos golpes* daquela.

Interessa-nos saber, portanto, qual era esse Brasil que a Geografia (de A. de A.) ajudou a “fabricar”. Assim, é necessária uma análise mais aprofundada sobre qual era a imagem de Brasil que estava sendo construída à época e como isso se refletiu – ou não – na produção de nosso autor. Antes, porém, foi necessário nos aprofundarmos na questão da formação histórica e ideológica dos Estados nacionais para, posteriormente, compreendermos o processo de (re)invenção do Brasil.

CAPÍTULO 3 – A (RE)INVENÇÃO DO BRASIL À LUZ DA GEOGRAFIA DE AROLD DE AZEVEDO

Entendida a Geografia de Aroldo de Azevedo, partimos para a análise do processo de construção da ideologia nacional brasileira e suas relações com as publicações que selecionamos do geógrafo paulista. Assim, pensamos ser necessário iniciar este capítulo discorrendo sobre a formação histórica, política e ideológica dos Estados nacionais, de forma mais ampla para, em seguida, materializar esta discussão por meio das especificidades do caso brasileiro, tendo em vista, sobretudo, suas contradições. Para tanto, analisamos os textos do geógrafo paulista que tratam de aspectos relacionados ao Brasil, situando-os no debate realizado pela *intelligentisia* brasileira da época relativo a esta temática. Utilizando como metodologia a Análise Crítica do Discurso e a Gramática do Design Visual, intentamos estabelecer as “cadeias intertextuais” constituídas pelas publicações de nosso autor e seus interlocutores. Tanto no caso dos textos, quanto no das imagens, consideramos que estas “cadeias intertextuais” contribuíram para o estabelecimento de ícones/cânones que sustentaram a visão social de mundo atrelada ao Brasil. Quais seriam eles? É o que pretendemos analisar ao longo do desenvolvimento das próximas páginas.

3.1 Ideologia nacional: a comunidade dos (des)iguais

Para entender o Estado-Nação é necessária uma discussão teórica que busque esclarecer ou delimitar as relações existentes entre **nação**, **Estado** e **Estado-Nacional**. Tais conceitos estão interligados e são de uso tão corriqueiro que, a princípio, supõe-se conhecê-los. Entretanto, há uma certa dificuldade em defini-los⁶⁷ e, por isso, estendemos à estes três conceitos (nação, Estado e Estado-Nação), a observação de Bagehot (1887) em relação à nação: “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la” (BAGEHOT, 1887, p. 20-21 *apud* HOBSBAWN, 1990, p. 11).

Ao mesmo tempo, a organização política do mundo por meio da divisão em Estados-Nacionais nos remete a tempos imemoriais, ou seja, é como se o mundo sempre tivesse

⁶⁷ DEL GAUDIO (2006) apresenta esta discussão a partir da geografia escolar, por meio da realização de entrevistas com professores do ensino básico e análise de livros didáticos e nota que, muitas vezes, estes termos são substituídos, indistintamente, pelo híbrido país.

sido configurado desta maneira e, excetuando os estudiosos do tema, pouco se pensa acerca da organização política/territorial mundial anterior a esta forma. Mesmo que nos lembremos de nossas aulas de história antiga e medieval, o processo de construção dos estados nacionais territoriais modernos nos parece absolutamente “natural”, quase uma “evolução” da história europeia. E é exatamente aqui que localizamos uma das “funções” essenciais atreladas à ideologia nacional, calcada nessas três dimensões: a naturalização, a ideia de evolução e o eurocentrismo que cerca sua construção.

Esta observação é importante na medida em que a característica “imemorial” da formação dos Estados-Nacionais nos fornecerá elementos que nos encaminham à construção da ideia de “nacionalidade” enquanto ideologia, dentre eles a questão da identidade ou pertencimento. Todos, enquanto cidadãos se reconhecem e se identificam no mundo por meio de uma “nacionalidade”; e esta identificação acaba por se sobrepor às outras possibilidades identitárias, conforme afirma Del Gaudio (2006):

Apesar de nossas inúmeras possibilidades identitárias (de gênero, etnias, de classe, profissional, entre outras), uma delas, a nosso ver, sobrepõe às demais: aquela que nos identifica e associa a determinado estado nacional: a nossa nacionalidade. Acreditamos que, a partir do “pertencimento nacional”, somos constituídos para além de todas as outras possibilidades identitárias, como sujeitos “livres e iguais” e portadores de uma “identidade comum”, a despeito de nossas diferenças. Somos assim, brasileiros, argentinos, chilenos, italianos, alemães ou franceses, para, a seguir, sermos homens ou mulheres, jovens ou adultos, professores ou médicos e, somente por último pertencentes a determinada classe social (DEL GAUDIO, 2006, p. 122).

O conceito de nacionalidade é definido, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como “o elo político e jurídico que vincula uma pessoa com um determinado Estado, que a compromete para com este com laços de lealdade e fidelidade e que lhe confere o direito à proteção diplomática” (ano e link). Portanto, é por meio da nacionalidade que ocorre o reconhecimento de pertença ao mundo, tanto jurídica quanto simbolicamente.

Contudo, o Estado-Nação é fruto de uma construção social que se inicia a partir da ruptura com o sistema político-cultural característico do período feudal europeu e se estabelece por meio de uma concepção de organização do poder na qual há uma separação entre a teologia e a política e uma autonomia desta. Naquele contexto de transição do feudalismo para a modernidade, a concepção de Estado é pautada na racionalidade, a fim de gerir a vida em sociedade:

A ordem estatal torna-se assim um projeto "racional" da humanidade em torno do próprio destino terreno: o contrato social que assinala

simbolicamente a passagem do Estado de natureza ao Estado civil, não é mais do que a tomada de consciência por parte do homem dos condicionamentos naturais a que está sujeita sua vida em sociedade e das capacidades de que dispõe para controlar, organizar, gerir e utilizar esses condicionamentos para sua sobrevivência e para seu crescente bem-estar (SCHIERA, 1998, p. 428).

Desta maneira, considera-se que o Estado-Nação é uma “**invenção moderna**” ou, nos termos apresentados por Hobsbawn (1984), uma “**tradição inventada**”:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984, p. 9).

Em um primeiro momento, a definição de “tradição inventada” parece ir de encontro à ideia de ruptura, por dizer que “*sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado*”. No entanto, há uma relação dialética entre ruptura-continuidade, pois o rompimento não ocorre sem resistência ao mesmo tempo em que é necessário “naturalizar” o “novo” por meio de sua conexão com um passado histórico:

O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os “movimentos progressistas”, que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (HOBSBAWN, 1984, p. 10).

Assim, pode-se dizer que, apesar de a formação dos Estados-nacionais ser relacionada historicamente aos preceitos da Revolução Francesa no século XVIII e à revolução industrial, à medida que esta nova configuração político-territorial se consolida, adquire o caráter imemorial e se torna a base que fundamenta politicamente o mundo ocidental – e que, a partir do expansionismo (e imperialismo europeus), atinge todos os continentes. Este processo não ocorre de maneira natural; é dirigido por instituições políticas e movimentos ideológicos que criam “mitos fundadores” (CHAUÍ, 2000) e símbolos que sustentarão o sentimento de pertencimento dos cidadãos de determinado Estado-nacional:

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real, seja pela lenda

[...] ou pela invenção. Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, [...] a bandeira nacional [...] ou a personificação da “Nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia, ou não-oficiais, como os estereótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o “Michel” alemão (HOBSBAWN, 1984, P. 15).

Enfatizamos o processo de formação do Estado no tempo e no espaço, uma vez que este se origina na Europa e se difunde globalmente, enquanto forma política hegemônica, por meio do imperialismo europeu:

O nascimento deste Estado ou Constituição, tem, portanto, data e lugar certos: é europeu dos séculos XVIII/XIX. Isso diz muito, e não apenas que não é africano, nem asiático, nem indígena das Américas. É fruto de uma tradição judaico-cristã que se auto-intitulou civilização e que tem no expansionismo sua força e na verdade única a sua marca. Força e marca se confundem nesta tradição, porque a cultura que a encerra, exatamente por acreditar ser a verdade revelada, única, tem propósitos expansionistas. E de tal forma expansionista que dois séculos bastaram para que todo o mundo fosse dividido em Estados-nacionais submetidos cada um a sua própria Constituição, revelando a força dominante da idéia (*sic*) (MARÉS, 2003, p. 234).

Destacamos que o expansionismo ocorreu por meio “da força e da verdade única como sua marca”, ou seja, este processo não foi “natural”, mas sim fruto da imposição (violenta) de uma “verdade determinada”:

O sonho que inspirou o Estado contemporâneo nasceu na Europa e foi sendo disseminado por todo o mundo, não sem guerras, revoluções e imposições, tornando-se em alguns lugares e para alguns povos em longo pesadelo. Foram trezentos anos de elaboração teórica e luta prática que marcaram os séculos XVI, XVII e XVIII na Europa e que mudaram os conceitos de ciência, religião e política (MARÉS, 2003, P. 232).

Segundo Anderson (2008), o surgimento do nacionalismo está associado aos grandes sistemas culturais que o precederam e foi necessário para combatê-los. Dentre eles, os mais importantes foram a comunidade religiosa e o reino dinástico, pois ambos, no seu apogeu, significaram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade.

Assim, pode-se analisar a concepção moderna de Estado no mundo ocidental a partir de dois elementos que remetem a períodos históricos distintos. O primeiro deles diz respeito à forma de organização política, ou seja, o Estado enquanto centralidade do poder e instituição responsável pela manutenção/expansão e administração de um território. Neste caso, estamos nos referindo ao marco inicial da formação do Estado (moderno), que está relacionado ao período histórico de formação das monarquias absolutistas.

O segundo elemento trata do sentimento de nacionalidade, ou seja, a construção das identidades nacionais, a qual se processou de maneira mais significativa após a Revolução Francesa e está associada à formação dos Estados nacionais. A propósito desta questão, nos esclarece Florenzano (2007):

[...] a questão da origem e do desenvolvimento do Estado moderno na Europa Ocidental, foi tratada pela historiografia do século XIX, e da primeira metade do século XX, de tal maneira que acabou por se confundir, por um lado, com a questão da formação do sentimento nacional e da nacionalidade, e, por outro lado, simultaneamente, com a questão do próprio advento da modernidade, aparecendo o Estado como portador e realizador de ambas. Por sua vez, como esse Estado nacional, em praticamente todos os lugares onde se configurou plenamente o fez sob forma monárquica e absolutista, monarquia e absolutismo remetem, na ponta ascendente de sua trajetória histórica, à sua relação com o feudalismo e o fim da Idade Média, e, na ponta descendente, à sua relação com o capitalismo e o início da Idade Contemporânea (ou fim da Primeira Idade Moderna). (FLORENZANO, 2007 P. 16).

Trataremos primeiramente do processo de formação do Estado moderno, bem como suas características e implicações na forma de organização da sociedade para, em seguida, adentrar no tema da construção das nações e, conseqüentemente, das identidades nacionais. Assim, entendemos que será possível esclarecer as relações entre Estado, nação e Estado-nação.

Pode-se dizer que a organização política na qual a centralidade encontra-se no Estado perpassa um período histórico envolto por intensas transformações, inclusive na concepção de sociedade, o que, conseqüentemente, evoca transformações na forma como a mesma se organiza. No período retratado (da formação das monarquias absolutistas à Revolução Francesa), na Europa, houve uma mudança na relação Estado-sociedade que culminou na diferenciação entre Estado absolutista e Estado-nacional. Para entender tal distinção é necessário tratar da questão da soberania.

O princípio da soberania aparece no Tratado de Westfália, assinado em 1648, após a Guerra dos 30 anos⁶⁸, é definido, de acordo com Colombo (2007) a partir de três princípios fundamentais: a) **o princípio de liberdade religiosa dos Estados**; b) **o**

⁶⁸ A guerra dos 30 anos foi um conflito ocorrido na Europa no século XVII (mais especificamente de 1618 a 1638) e que teve como pano de fundo as disputas religiosas decorrentes da Reforma Protestante, além de disputas territoriais entre diversas potências visando a hegemonia e o controle de territórios. Estes conflitos demarcaram o processo de transição entre o feudalismo e a Idade Moderna uma vez que seus desdobramentos culminaram na modificação de alguns preceitos fundamentais àquela forma de organização da sociedade: a separação entre política e religião, a ascensão e fortalecimento das monarquias absolutistas, cujo poder encontrava-se centralizado na figura do rei, representante absoluto do Estado.

princípio de soberania dos Estados (baseada em limites territoriais) e c) o princípio de igualdade entre os Estados. Tal fato é importante na medida em que constitui

um momento histórico de grande relevância porque marca a passagem da sociedade medieval (domínio do poder da Igreja) para a sociedade do Estado Moderno, vinculado à noção de soberania e à centralização do poder político, tão desfragmentado no período medieval (COLOMBO, 2007, p.63).

A ideia moderna de soberania contribui para a demarcação do território nacional, uma vez que era necessário identificar o espaço no qual o Estado soberano exerceria seu poder:

Na concepção moderna, a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas, no imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra (ANDERSON, 2008, p. 47).

Matteucci (1998) define soberania enquanto “um conceito político-jurídico que indica poder de mando de última instância, numa sociedade política [...]” (MATTEUCCI, 1998, p. 1179) e, como tal, está diretamente atrelada ao Estado, “sujeito único e exclusivo da política” (*idem*). Ainda segundo este autor, o Estado absolutista é pautado na concentração do poder na figura do monarca e rompe com a organização medieval do poder, representada pelo império e pelo papado, definindo, assim, o monopólio da força:

[a soberania] trata-se do conceito político-jurídico que possibilita ao Estado moderno, mediante sua lógica absolutista interna, impor-se à organização medieval do poder, baseada, por um lado, nas categorias e nos Estados, e, por outro, nas duas grandes coordenadas universalistas representadas pelo papado e pelo império: isto ocorre em decorrência de uma notável necessidade de unificação e concentração de poder, cuja finalidade seria reunir numa única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população, e, com isso, realizar no Estado a máxima unidade e coesão (MATTEUCCI, 1998, p. 1179).

No Estado-absolutista, então, a soberania (enquanto poder de mando) concentrava-se na autoridade suprema do monarca e a relação sociedade-Estado se traduzia no modelo autoridade-súditos. Em contrapartida, no Estado-nação moderno o Estado deixa de ser ligado à figura do príncipe e passa a pertencer ao “povo⁶⁹”, que é formado por cidadãos e não por súditos, instaurando, assim, o princípio de “soberania popular”:

Foi Rousseau o teorizador do princípio da soberania popular. De acordo com este princípio a ideia (*sic*) de que o Estado se constitui num domínio pessoal do príncipe é substituída pela ideia (*sic*) de que o Estado pertence ao povo, definido como um conjunto de cidadãos e não de súditos. Desta forma queria

⁶⁹ O que traz, por sua vez, a necessidade de “criar” ou instituir **um** povo articulado a **um** território, ambos sob a égide do estado soberano.

ele contestar a identificação do Estado com as pessoas do rei e da aristocracia (LEVI, 1998, p. 800).

Rossolillo (1998) afirma que a soberania popular se tornou o princípio inspirador da Revolução Francesa, momento no qual a nação deixa de ser um termo vago, atribuído à ideia de grupo e se torna um fundamento natural do poder do Estado, isto é, da fusão necessária entre nação e Estado, formando os Estados-nacionais. Neste processo, se muda, também, a escala: a nação anterior associava-se à ideia de lugar enquanto a nação moderna se relaciona à concepção de um Estado nacional e politicamente demarcado.

Assim, enquanto no Estado absolutista, a ideia de nação, o Estado, e a soberania eram associados à pessoa do rei, no Estado-nacional territorial moderno toda a soberania reside na nação, conforme afirma Rottelli (1998):

[...] a nação, idéia (*sic*) estranha ao ANCIEN RÉGIME ou pelo menos confusa e identificada com a pessoa e as funções reais, se afirma como distinta e separada do monarca. Se Luís XIV tinha proclamado: "A nação não se corporifica na França, ela reside inteiramente na pessoa do rei"; se Luís XV reafirmara, cem anos mais tarde (3 de março de 1766): "Os direitos e os interesses da nação, de que se ousa fazer um corpo separado do monarca, estão necessariamente unidos aos meus e não repousam senão em minhas mãos"; a Declaração dos direitos humanos e do cidadão (26 de agosto de 1789) afirma, ao contrário, que o princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação e que nenhum corpo nem nenhum indivíduo pode exercer autoridade se não emanar expressamente dela (art. 3.º). (ROTTELLI, 1998, p. 29-30).

A ideia de soberania popular está, então, diretamente relacionada à concepção de democracia (governo de todos os cidadãos) e se distingue da monarquia (governo de um só – o monarca).

Para Wolff (2003) a democracia (moderna) é baseada em dois princípios complementares: a *soberania popular* e a *igualdade política* e que aquela se exerce e se realiza por meio de representantes. No entanto, o referido autor observa que há uma contradição entre a ideia de soberania popular e democracia, na medida em que recorda os propósitos de Rousseau de que “a soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada” (WOLF, 2003, p. 35). Assim, Wolff (2003) anuncia que, apesar dos princípios democráticos de soberania popular e igualdade política, não é possível afirmar que a coletividade exerça poder sobre ela mesma, ou seja, há uma exterioridade entre a comunidade e o poder e esta exterioridade se manifesta no Estado, definido como “poder absoluto e autônomo em relação à sociedade e como única autoridade legítima que a controla” (*idem*). O referido autor pontua, então, que o poder

se concentra no Estado, ou seja, fora da sociedade e, portanto, a “sociedade moderna renuncia à onipotência da coletividade sobre os indivíduos e os grupos sociais” (*idem*).

Diante do que foi exposto, pode-se assinalar que “a idéia de Estado-nação fez um deslocamento do poder, criando um núcleo central que é o Estado: é a soberania do Estado que deve garantir a independência nacional. Os cidadãos de uma nação não reconhecem nenhuma autoridade superior à do Estado” (NOVAES, 2003, p. 20).

Marés (2003), ao tratar da concepção de Estado pós Revolução Francesa, observa que o mesmo é fundamentado na Constituição nacional, que organiza, descreve e garante o direito dos cidadãos. Esta resultou de um “pacto” entre o povo e o Estado, no qual haveria uma “transferência” da soberania popular para a Constituição:

Ao pacto, no século XVIII, se deu o nome de Constituição. Todos os poderes do povo livre seriam transferidos ao Estado ou expressos na sua Constituição, que, por sua vez, não poderia admitir nenhum poder que a subjugasse, salvo a vontade do próprio povo. Entretanto, o povo somente poderia expressar sua vontade pelos meios que a própria Constituição estabelecesse, isto quer dizer, a soberania popular se transferiu para a Constituição que não poderia admitir nada que lhe fosse superior. A supremacia da Constituição, nesta concepção, seria a única garantia da manutenção da soberania popular (MARÉS, 2003. p. 233).

A supremacia da Constituição nos Estados-nacionais demonstra a valorização de seu caráter jurídico e, sob tal ponto de vista, concordamos com Matteucci (1998), quando este afirma que a soberania pretende ser “a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito” (MATTEUCCI, 1998, P. 1179).

A ideia de soberania conjuga-se, ainda, ao conceito de legitimidade política/jurídica, ou seja, há uma “legalização” do uso da força pelo Estado para manter a soberania (supostamente popular), conforme afirma Novaes (2003):

A partir da idéia (*sic*) de soberania, os homens passam a viver nos horizontes do Estado e das leis. Mais precisamente, passam - na expressão de Maquiavel - do combate “com a força” ao combate “com as leis”. Funda-se, então, o conceito de legitimidade política. [...] Essa fórmula, que procura combinar repressão e legalidade, não é monopólio dos regimes autoritários: pode-se mesmo dizer que ela é a essência do estado liberal. Basta lembrar os permanentes apelos à liberdade e à justiça (NOVAES, 2003, p. 20).

O “Estado liberal” está diretamente relacionado ao liberalismo jurídico “que se preocupa principalmente com uma determinada organização do Estado capaz de garantir os direitos do indivíduo” (*idem*, p. 688). O Estado liberal é, portanto, constitucional e democrático, uma vez que é fundamentado na legitimidade política do poder e tem

como base as leis estabelecidas na Constituição – representante da soberania popular. No entanto, Novaes (2003) observa que há uma contradição entre o liberalismo e a democracia, pois “se a democracia estrutura-se sobre a idéia (*sic*) do bem comum e na invenção permanente de direitos e poderes coletivos, o liberalismo é fundado na afirmação da autonomia dos indivíduos, princípio do Estado moderno” (NOVAES, 2003, p. 14). O autor acrescenta que “o liberalismo é a ‘unidade da finalidade universal do Estado e do interesse particular dos indivíduos’ (*idem*, p. 20). O interesse particular dos indivíduos está diretamente relacionado ao direito à propriedade, estabelecido nas Constituições dos Estados-nacionais. Desta maneira, o “soberano” passa a ser o proprietário:

As novas leis iriam estabelecer um caráter absoluto à propriedade privada, sem mais limite que a propriedade alheia. O proprietário viria a ser soberano no exercício de sua propriedade, desde que não ofendesse a propriedade alheia, note-se que o limite não estava no direito genérico de outrem, mas no específico de propriedade. [...] A norma nacional [brasileira] não difere de suas antecessoras francesa, espanhola, e portuguesa, nem, e muito menos, dos códigos civis que viriam depois. O código napoleônico, um dos principais paradigmas políticos do século XIX com forte influência no XX, também não deixa margem a dúvidas quanto a soberania ou poder absoluto do proprietário em relação a seu direito individual (MARÉS, 2003, p. 246).

Neste ponto da discussão é possível afirmar que o Estado-nacional seja burguês. De acordo com Bobbio (1998), as transformações históricas que fundamentam o Estado-nação, incluindo o princípio individualista da defesa da propriedade, só podem ser entendidas no contexto da grande mudança ocorrida nos mecanismos de produção promovidos pela Revolução Industrial. Esta mudança, além de determinar as relações de produção e troca, influenciou outros aspectos da vida social, como a formação de um mercado e de uma sociedade em dimensões nacionais.

O Estado burguês é, então, aquele que se estabelece no contexto da sociedade industrial-capitalista e cuja estrutura (constitucional-jurídica) privilegia a defesa da propriedade. Contudo, o Estado aparece como uma entidade “neutra”, representante da vontade do povo (soberano) e mantenedor da vida em sociedade e, ao apresentar-se desta maneira, ele contribui para a reprodução das relações de dominação e exploração de classe (ALMEIDA, 2014).

Diante desta afirmação, fica mais clara a dimensão ideológica da estrutura do Estado-nação. A ideologia nacional, definida por Almeida (2014, p. 66) como “um processo de constituição de sujeitos humanos que, pertencendo a grupos potencialmente

antagônicos, julgam-se, acima de tudo, participantes de comunidades de iguais”, está relacionada à já referida contradição entre a **coletividade**, representada pela democracia e pela soberania popular, e o **individualismo**, pautado no pressuposto liberal de autonomia dos indivíduos e defesa constitucional da propriedade. Assim, apesar de, na teoria, o Estado representar o “corpo coletivo”, “sabe-se que, na prática, o Estado liberal se sobrepõe à vontade dos indivíduos, legitimando a violência, expressão da vontade de uma classe” (NOVAES, 2003 p. 15), a burguesa. Almeida (2014) reafirma esta ideia quando observa que:

Essa discussão sobre a particularidade da estrutura estatal também abriu caminho para se estudar mais aprofundadamente a dimensão ideológica, ou seja, o papel da ideologia na estruturação das sociedades humanas. [...] O Estado burguês aparece como o contrário do que ele efetivamente é e faz. Trata-se efetivamente de um dispositivo político crucial para a reprodução das relações de dominação, mas ele apresenta-se como sendo o inverso disso. Ele apresenta-se como a expressão da soberania de uma comunidade de iguais, de uma comunidade de cidadãos [...]. Não se trata, aqui, de considerar o Estado como uma expressão fenomênica, ou como uma cópia mais ou menos pálida do que se passa na base econômica. É algo mais complexo, o que abre caminho, no plano teórico, para o estudo da ideologia. Nesse sentido é que afirmo que a ideologia nacional, esta ideologia em sentido forte, que não é simples ilusão ou equívocos, pois tem efeitos práticos sobre as relações sociais, ao se articular a dispositivos jurídicos-políticos, é estruturalmente burguesa. Do ponto de vista estrutural ela corresponde aos vínculos entre certo tipo de Estado e determinadas relações de produção (ALMEIDA, 2014, p. 76).

Para Novaes (2003), a política do Estado-nação cria a ideologia dos “tempos modernos” e um dos componentes desta ideologia seria, justamente, o conceito de soberania nacional. Tal afirmação é baseada na ideia de soberania nacional enquanto realização da vontade do povo e seria este conceito que concretizaria a ideia de Estado. No entanto, o autor reitera que o Estado seria a negação da “multiplicidade do múltiplo”, na medida em que seja a expressão lógica do Um:

Qual é, então, a política do Estado-nação? Historicamente explicáveis, Estado e Nação parecem ter um destino comum: criar a ideologia dos tempos modernos, que é o conceito de soberania (nacional ou popular). É este conceito que dá conteúdo concreto à idéia de Estado, que supõe a existência de uma vontade comum dos indivíduos e, portanto, unidade ideal: é isso que atribui coerência e legitimidade ao poder do Estado: a soberania “racional e necessária” que emana da vontade do povo – realização histórica do Espírito – e da nação. O Estado é, na expressão de Hegel, a organização concreta do espírito de um povo, do qual é revelação. O Estado é, portanto, a forma visível da soberania, e que, por isso mesmo, atribui-se o poder de resolver à base da violência, quando a ideologia falha, qualquer conflito surgido na sociedade, uma vez que povo e Estado representam a mesma realidade, isto é, “vontade comum” e “unidade racional”. Negação da multiplicidade do múltiplo, o Estado é a expressão da lógica do Um, que se separa do corpo da sociedade, tornando-se uma instância exterior e superior (NOVAES, 2003, p. 17-18).

Retomando nosso questionamento inicial da diferenciação e da relação entre os conceitos Estado, nação e Estado-nação e partindo das considerações apresentadas até aqui, é possível dizer, grosso modo, que o Estado (moderno) é uma forma de organização política que se estabelece, inicialmente, com as monarquias absolutistas, rompendo com o sistema feudal. As características que demarcam este rompimento são aquelas basilares do período denominado “modernidade”: a valorização da racionalidade do homem em detrimento do teológico e do divino, ou seja, a separação entre a política e a Igreja e a centralização do poder no Estado. Nas palavras de Bobbio (1998), este é o momento que marca, simbolicamente, a passagem do “Estado de natureza” para o “Estado civil”. Neste contexto, a ideia de nação apresentava-se ainda, de modo vago e confuso, atrelada à pessoa do rei.

Após as revoluções burguesas – a Revolução Francesa e Inglesa - e a Revolução Industrial, entraram em voga os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que não condiziam mais com o Absolutismo. Nesta nova concepção de sociedade, a forma de organização política, ou seja, o Estado absolutista baseado na figura do monarca, também foi modificada. É importante ressaltar que este processo não foi linear nem homogêneo, mesmo no continente europeu. Entretanto, diante da dificuldade de abordar suas especificidades e singularidades, optamos por apresentá-lo de maneira geral e, apesar de reconhecermos a simplificação que estamos fazendo, entendemos, ainda assim, que desta maneira conseguiremos contemplar nossos objetivos.

Na sociedade industrial-capitalista e no bojo das revoluções burguesas, emergiu o conceito de soberania popular, ou seja, o poder de mando era do povo e não mais do rei. Naquele contexto, a ideia de nação, enquanto “união dos fraternos”, dos “filhos da pátria”, foi fortalecida na medida em que simboliza o todo indivisível – “o povo”. Assim, foi estabelecido o “contrato social” ou “pacto social”, no qual o povo transfere sua soberania para o Estado, regido por uma Constituição. A estrutura jurídico-política do Estado burguês é, então, constitucional e democrática, posto que o “povo” ou a “nação”⁷⁰ elegem seus representantes e ambos se assentam e assuguram sua existência por meio da posse exclusiva de um dado território, soberano. Estado e nação, aparecem, então, como entrelaçados e interdependentes, constituindo os Estados-nacionais territoriais modernos.

⁷⁰ Aqui, povo e nação são apresentados como tendo significados muito próximos, no entanto, será feita, posteriormente, uma análise mais aprofundada do conceito de nação.

Destacamos que não compartilhamos da concepção etapista/positivista de que este processo foi decorrente da “evolução natural” da sociedade. Ele foi promovido e se difundiu de maneira violenta na própria Europa, expandindo-se à escala global a partir da imposição do imperialismo europeu. Além disso, suas contradições nos permitem fazer uma análise de sua dimensão ideológica.

A primeira, e mais abrangente delas, é a contradição entre o **individualismo** (liberal) e a **coletividade** ou, como nos chama a atenção Novaes (2003), o Estado apresentado como representante da “vontade geral”, mas concretizado como a expressão lógica do “Um” ou, nas palavras de Almeida (2014), o Estado apresentado enquanto expressão da soberania de uma “comunidade de iguais”, quando é um dispositivo político da reprodução das relações de dominação de classe. Baseando-nos nesta argumentação afirmamos, portanto, que a ideologia nacional constitui uma ideologia burguesa e, como tal, é uma “invenção moderna” ou uma “tradição inventada”. Reiteramos, entretanto, que isso não significa “que todas as apropriações da ideologia nacional também sejam burguesas. Ao contrário, ela pode ser apropriada, de distintos modos, por distintas classes sociais, frações de classe, camadas e categorias sociais” (ALMEIDA, 2014, p. 79).

Consideramos que as ideologias possuem importante papel na estruturação das sociedades na medida em que elas se materializam nas ações e nos espaços. Os Estados-nacionais são um exemplo disso, pois, a partir da ideologia nacional, se tornaram a principal forma de organização político-territorial mundial.

Apresentamos, até aqui, a formação do Estado burguês e sua estrutura jurídico-política de modo bastante sintético. Entretanto, para melhor compreender os mecanismos pelos quais a ideologia nacional se estabelece nos aprofundaremos na construção da ideia de nação enquanto um “todo indiviso”, ou como uma “comunidade de iguais”.

3.2 - Nação: uma construção ideológica?

Para nossa análise sobre a construção ideológica da nação utilizaremos como referencial teórico de nossa análise as proposições de Göran Therborn (1991) de sua obra “A ideologia do poder e o poder da ideologia”⁷¹. A principal preocupação deste autor na referida obra é “a função da ideologia na organização, na manutenção e na

⁷¹ No original: La ideología del poder y el poder de la ideología

transformação do poder na sociedade” (THERBORN, 1991, p. 2. Tradução nossa).

Sendo assim, Therborn (1991) nos apresenta sua concepção de ideologia:

O termo “ideologia” será utilizado em sentido muito amplo. Não suporá um conteúdo particular (falsidade, conhecimento errôneo, caráter imaginário, por contraposição ao real), nem assumirá necessariamente um grau de elaboração e coerência. Mas fará referência ao aspecto da condição humana sob o qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo em que cada um deles compreende em diversos graus [...]. Assim, a concepção de ideologia aqui empregada inclui, deliberadamente, tanto as noções e as “experiências” cotidianas como as elaboradas doutrinas intelectuais, tanto a consciência dos atores sociais como os sistemas de pensamento e os discursos institucionalizados de uma sociedade dada [...]. Em outras palavras, conceber um texto com uma palavra como ideologia equivale a considerar a maneira em que a mesma intervém na formação e transformação da subjetividade humana (THERBORN, G. 1991, p. 1-2. Tradução nossa).

Assim, vale ressaltar que o autor associa a ideologia à formação da subjetividade humana de maneira que “indagar a estrutura do universo ideológico equivale a buscar as dimensões da subjetividade humana” (*idem*, p. 19). Therborn (1991) distingue duas dimensões do ser-no-mundo do homem enquanto sujeito consciente e que podem ser consideradas em torno de dois eixos:

um faz referência ao “ser”, o outro a “no mundo”. Assim, “ser” um sujeito humano é algo *existencial* [...]. É também algo *histórico*: ser uma pessoa que existe só em algumas sociedades humanas e em determinado momento da história humana [...]. Ser “no mundo” é, por sua vez, *inclusivo* (ser um membro de um mundo significativo) e *posicional* (ocupar um determinado lugar no mundo em relação a outros membros do mesmo, ter um gênero e uma idade determinados, uma ocupação, uma etnia, etc.) (THERBORN, 1991, p. 19) (grifo do autor; tradução nossa).

Compartilhamos a concepção de Therborn (1991, p. 13) de que “a função da ideologia é constituir e modelar a forma como os sujeitos humanos vivem suas vidas como atores conscientes e reflexivos de um mundo estruturado e significativo”. O autor parte das análises de Althusser, ora aproximando-se, ora afastando-se daquele, para elaborar os aspectos que constituem a formação ideológica dos sujeitos humanos. A tese central de sua obra é apoiada no par dialético submissão-qualificação diretamente relacionado aos dois sentidos opostos da palavra “sujeito”:

O caráter dialético de toda ideologia, em efeito, pode parecer indicado pelos sentidos opostos da palavra “sujeito” em expressões como “o sujeito [submetido] ao poder do rei x (ou à ordem social y)” e “os sujeitos da história”. No primeiro sentido se refere às pessoas subjugadas a uma força ou ordem determinadas; no segundo, aos criadores de algo” (THERBORN, 1991, p. 14 – Tradução nossa).

Sobre o processo de submissão-qualificação, Therborn (1991) também afirma que

a formação dos seres humanos por parte de qualquer ideologia, seja esta conservadora ou revolucionária, repressiva ou emancipatória e se ajuste aos

critérios que se ajuste, compreende um processo simultâneo de submissão-qualificação [...]. A correspondência básica de qualquer organização social, seja uma sociedade exploradora ou um partido revolucionário, implica uma correspondência básica entre submissão e qualificação (THERBORN, 1991, p. 14-15, tradução nossa).

A submissão e qualificação dos sujeitos ocorre por meio do que Therborn (1991) denomina de formas fundamentais de interpelação ideológica, visto que as ideologias submetem e qualificam os sujeitos dizendo-lhes, fazendo-lhes reconhecer e relacionando-os com:

1. o que existe e seu contrário, o que não existe; ou seja, quem somos, o que é o mundo e como são a natureza e a sociedade, os homens e as mulheres. Adquirimos, assim, um sentido de identidade e nos fazemos conscientes do que é verdadeiro e certo. A visibilidade do mundo se estrutura mediante a distribuição de claros, escuros e obscuros. 2. O que é bom, correto, justo, bonito, agradável e seus opostos. Dessa forma se formam nossos desejos. 3. O que é possível e impossível. Com isso modelam nosso sentido de mutabilidade, nosso ser-no-mundo e as consequências da mudança e se configuram nossas esperanças, ambições e temores (THERBORN, 1991, p.15-16, tradução nossa).

Assim, pode-se dizer que as ideologias submetem e qualificam os sujeitos dizendo-lhes e fazendo-lhes reconhecer e adquirir também um sentido de identidade. Este é um elemento fundamental para analisarmos a nação como uma construção ideológica. Contudo, é necessário estabelecer uma discussão acerca do que é uma nação.

Dissemos discussão porque o termo “nação” não é de simples definição conceitual. Ele sofreu mudanças em sua significação e em sua escala ao longo do desenvolvimento histórico, além de acolher diferentes abordagens teóricas. Não pretendemos, portanto, trazer uma análise aprofundada acerca da evolução do significado de nação ao longo do tempo ou de suas variantes teóricas⁷², mas sim apresentar alguns aspectos fundamentais para que possamos estabelecer a concepção de nação adotada nesta pesquisa.

O primeiro ponto a ser destacado é a característica histórica da nação - estamos nos referindo à nação em sua concepção moderna e, portanto, associada ao Estado burguês - ou ao conceito de Estado-nacional, ou seja, consideramos que “a nação é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação” (HOBSBAWN, 1991, p. 19). Assim, afirmamos que “há um nexos exclusivo e indissociável entre nação e capitalismo” (ALMEIDA, 1990, p. 77). Contrapomos-nos, portanto, à suposição oposta, qual seja, a de que “a identificação

⁷² Para aprofundamento nesta discussão, sugerimos a leitura da obra “nações e nacionalismo desde 1780” de Eric Hobsbawm.

nacional seja tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história” (HOBSBAWN, 1991, p. 27). Esta “naturalidade” da nação decorre do processo de sua formação/invenção ou, nas palavras de Hobsbawn (1991) de sua engenharia social:

Com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações: “As nações postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político [...] inerentemente são um mito; o nacionalismo que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes; isto é uma realidade”⁷³. Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (HOBSBAWN, 1991, p. 19).

A “engenharia social” citada por Hobsbawn corresponderia à invenção dos elementos que constituem a nação como parte da identidade dos cidadãos. Retomando as análises anteriores, para que o Estado burguês se consolidasse, foi necessário criar um elemento integrador que garantisse a união do povo e sua identificação/lealdade com um Estado e um dado território que lhe representasse. Tal elemento seria, justamente, a ideia de nação:

Esse Estado [burguês] precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade. Em suma, como dar à divisão econômica, social e política a forma da unidade indivisa? Pouco a pouco a idéia (*sic*) de nação surgirá como solução dos problemas (CHAUÍ, 2000, p. 16-17).

Segundo Thièsse (2014, p. 35) “no contexto da grande revolução ideológica iniciada no século XVIII, a nação foi concebida como uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e uma fraternidade de princípio entre seus membros”. A fraternidade entre os membros da nação ocorre por meio da construção de determinada imaginação, conforme analisa Anderson (2008):

[...] [nação] é uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque até os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão e nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32).

Chauí (2000) define a nação como sendo um semióforo, que significa “um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica” (CHAUÍ, 2000, p. 12). A força simbólica da nação ocorre por meio do sentimento de pertencimento, ou

⁷³ Gellner, Nation and Nationalism, pp.48-49

seja, da construção das identidades nacionais, as quais são formadas a partir da invenção de um patrimônio comum, de referências coletivas e de um trabalho pedagógico para que a população as conheça e nela se reconheça (THIÈSSE, 2014). Para tanto, uma série de elementos constituem as identidades nacionais, denominados por Thièsse (2014) de *check list* identitário:

Toda nação possui: fundadores ancestrais, uma história estabelecendo a continuidade da nação através dos tempos, uma série de heróis que incorporam os valores nacionais, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memórias, uma paisagem típica, folclore, além de algumas identificações pitorescas como traje, gastronomia, animal símbolo. Esse “check-list” “identitário” é prescritivo. Na verdade, o check-list identitário constitui a matriz de todas as representações de uma nação. Ele fornece a base da iconografia postal e, especialmente monetária [...]. Ele é encenado nas celebrações nacionais ou festividades, quando ocorre visita de um líder de Estado estrangeiro. Geralmente, a iconografia abre o primeiro capítulo dos guias de viagem. Sua aprendizagem constitui uma parte fundamental da educação (THIÈSSE, 2014, p. 36).

Segundo Almeida (2014), a “nação no plano ideológico [...] é um processo de reprodução social de um ‘nós’ autodeterminado e constituído de cidadãos livres e iguais” (ALMEIDA, 2014, p. 66). Estas observações são de suma importância para a nossa discussão, uma vez que, segundo Therborn (1991) a visibilidade do mundo se estrutura mediante a distribuição de claros, escuros e obscuros, o que evidencia a dimensão ideológica da nação, conforme apresenta Almeida (2014):

[...] a célebre frase acerca da dimensão ideológica do processo de constituição e reconstituição das nações: “(...) para que uma nação sobreviva é necessário que nos lembremos de muitas coisas, mas também esqueçamos de muitas outras”. Ou seja, para se construir e reconstruir uma nação, para que os nacionais vivam e comunguem o pertencimento a um coletivo que é tido como fundamental é preciso que a memória histórica oculte certos eventos passados e eleja outros para serem continuamente lembrados (ALMEIDA, 2014, p. 70).

Pode-se dizer, então, que uma das funcionalidades da ideologia nacional seja a de ocultar a dimensão da divisão de classes, característica da sociedade capitalista:

A soberania dessa comunidade de cidadãos expressa-se no “seu” Estado, o que o torna objeto maior da lealdade dos cidadãos. Esta é o valor maior, o que produz grande impacto neutralizador sobre o processo de constituição do proletariado como classe distinta e antagônica à burguesia (Estado burguês incluso). Em outros termos, a identidade da nação tende a apagar totalmente ou a situar, em um plano secundário, outras identidades como fundamentalmente a de classe social. Para isso, privilegia o plano da igualdade, que é articulado a um outro, o da comunidade. (ALMEIDA, 2014, p. 67).

Chauí (2000) também considera que a “ideia nacional”, enquanto elemento unificador da sociedade seja um instrumento utilizado pelo Estado burguês para neutralizar a

diferença de classes, uma vez que esta poderia ser uma ameaça à consolidação e manutenção do capitalismo:

[...] foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na “ideia nacional” um instrumento unificador da sociedade. Não por acaso foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao “espírito do povo”, encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (CHAUÍ, 2000, p. 19).

Anderson (2008), ao conceituar as nações como “comunidades imaginadas”, considera-as articuladas à dimensão da imaginação humana por, dentre outras razões, prevalecer a imagem da “fraternidade horizontal” em detrimento da desigualdade:

[a nação] é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2008, p.34).

Neste ponto da discussão é possível retomar as afirmações de Therborn (1991) acerca das ideologias e sua relação com a subjetividade. A partir do cruzamento das quatro dimensões que compõem as formas da subjetividade humana – **inclusiva**, **posicional**, **existencial** e **histórica** – apresentadas anteriormente, ele propõe quatro tipos de ideologias: 1) **inclusivo-existencial**; 2) **inclusivo-histórica**; 3) **posicional-existencial** e 4) **posicional-histórica**. Destas, nos debruçaremos sobre as de número 2 e 3, por considerarmos como aquelas que melhor nos auxiliam a compreender a nação enquanto uma ideologia, conforme demonstraremos a seguir. A perspectiva indicada pelo referido autor, de que as ideologias possam conter mais de uma destas quatro dimensões – e geralmente possuem essas dimensões articuladas confitantemente –, nos permite fazer tal afirmação.

Para Therborn (1991), é por meio das ideologias do tipo inclusivo-históricas que os seres humanos se constituem como membros conscientes dos mundos sócio-históricos, ou seja, a tribo, o povo, a nação, o Estado, etc. Aqui, o autor define de maneira direta tanto o Estado quanto a nação, como ideologias inclusivo-históricas, e acrescenta que:

[...] a teoria política burguesa diz aos cidadãos o que é o Estado, que política é boa e que política é ruim e o que é possível e impossível politicamente. Praticamente tudo pode definir o pertencimento a um mundo social. As definições e demarcações dos mundos sociais se superpõem, competem e chocam umas com as outras. [...]. Além disso, o pertencimento a um mundo social não só entra em conflito com o pertencimento a outros, como também

coexiste com eles em diferentes hierarquias de dominação e subordinação (THERBORN, 1991, p. 21, tradução nossa).

Já as ideologias do tipo posicional-existenciais, ainda de acordo com o autor, submetem e qualificam os sujeitos para determinada posição no mundo, ou seja, há uma distinção entre o Eu e o Outro, traduzida na distinção entre o “interno” e o “externo”, entre o “nacional” e o “estrangeiro”, e, como tal, é um dos elementos que vai definir a identidade nacional:

A ideologia da “identidade nacional” opera noutro registro. Antes de mais nada, ela define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença (CHAUÍ, 2000, p. 21-22).

Esta distinção entre o “externo” e o “interno”, como componente da identidade nacional está diretamente relacionada à identificação com o território, pois, “o [Estado moderno] era definido como um território (de preferência contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado por outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos” (HOBSBAWN, 1991, p. 101, inserções nossas).

Para Almeida (1990), a distinção e a singularidade de uma comunidade nacional estão relacionadas à articulação que se estabelece entre o nascimento de cada cidadão, e o conjunto do território, que se apresenta constituindo com a comunidade um todo indiviso criando, assim, uma relação mítica. Para ele, no capitalismo “o caráter nacional de todos os agentes produz uma territorialização da soberania, que se apresenta como intrínseca à comunidade nacional e esta se vê como possuidora de um vínculo profundo e exclusivo com o território que ocupa” (ALMEIDA, 1990, p. 130). O autor acrescenta que:

Configura-se a representação de um território, no sentido de uma dimensão pública do espaço geográfico e é na relação com ele que se representará o vínculo profundo entre os nacionais. Trata-se de uma dimensão que se estende aos últimos rincões de um espaço que, independentemente das relações afetivas que se articulam a cada porção dele, apresenta-se como linearmente indiferenciado no interior de limites precisamente definidos. Estes podem ser elásticos, pois seus avanços ou retrações dependem de contingências históricas. Mas são, em si, limites necessários, pois condições da representação da unidade e da autodeterminação de uma comunidade que, por definição, se apresenta como singular (ALMEIDA, 1990, p. 129).

O território é considerado, então, um elemento fundamental para a construção das identidades nacionais e se apresenta como vínculo material e simbólico de uma nação, ou seja, materialidade e simbolismo se mesclam e se misturam na invenção das nações.

Thièsse (2014) questiona como são estabelecidos os limites materiais entre as nações. A autora argumenta que é a tradição popular que “atesta” a propriedade ancestral do território, mas que a mesma é construída a partir da mobilização da filologia, da etnografia, história, antropologia e arqueologia. A invenção de uma cultura nacional torna-se um elemento essencial na delimitação das fronteiras dos Estados nacionais, pois, de acordo com Hobsbawn:

Em 1842 a *Revue des Deux Mondes* já observava que “as verdadeiras fronteiras naturais não são determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distingue uma nação da outra”, um argumento usado abertamente para explicar por que a França não deveria necessariamente aspirar à fronteira do Reno (HOBSBAWN, 1991, p. 118).

Acrescentamos à lista de Thièsse a Geografia e a Cartografia, na medida em que os mapas fazem com que haja uma concretização, ou materialização do território, promovendo, conseqüentemente, uma nova forma de organização espacial, e como tal, são também considerados instrumentos de poder. Além disso, os mapas foram importantes e úteis ferramentas para os propósitos expansionistas dos Estados-nacionais. Sobre esta questão, Anderson (2008) nos informa que:

Triangulação por triangulação, guerra por guerra, tratado por tratado, assim avançava o alinhamento entre o Mapa e o poder. Em termos de inúmeras teorias da comunicação e do senso comum, um mapa é uma abstração científica da realidade. Um mapa apenas representa algo que já existe objetivamente “ali”. Na história que eu apresentei, essa relação estava invertida. Um mapa antecipava a realidade espacial, e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o que (não um modelo do que) se pretendia representar [...]. Ele havia se tornado um instrumento real para concretizar projeções sobre a superfície terrestre. Agora era necessário um mapa que respaldasse as reivindicações das tropas e dos novos mecanismos administrativos. [...] O discurso do mapeamento era o paradigma dentro do qual funcionavam e serviam as operações tanto administrativas quanto militares (ANDERSON, 2008, p. 239-240).

A divisão territorial em Estados-nacionais é uma “espacialidade peculiar no interior das fronteiras da formação social capitalista” (ALMEIDA, 1990, p. 121), na medida em que faz parte da estrutura do Estado burguês, e sua soberania e está diretamente afeita às forças produtivas da sociedade industrial e sua necessidade de comércio em larga escala. Segundo Almeida (1990):

A instauração do grande Estado nacional corresponde, em primeiro lugar, ao desenvolvimento das forças produtivas, o qual contribui, inicialmente, ao destruir o particularismo das corporações de ofício e mesmo das manufaturas e ao impulsionar o comércio em grande escala, para criar um quadro econômico nacional. [...] Em segundo lugar, a instauração da grande unidade estatal nacional é produto da correlata ação política da burguesia, a qual em cada fase do desenvolvimento da produção e da troca, tende a ocupar um lugar de importância crescente no sentido da dominação política exclusiva (ALMEIDA, 1990, p. 37).

Assim, o território, importante dimensão da ideologia nacional, expressa ao mesmo tempo sua materialidade por meio da concretização cartográfica e do simbolismo associado à cultura nacional.

Por fim, entendemos ser a nação uma construção ideológica porque constitui a subjetividade humana. Em outras palavras, o sentido de identidade do homem enquanto “ser-no-mundo” é mediado pela sua existência em um tempo histórico determinado e, conseqüentemente, em uma sociedade determinada, na qual ele “ocupa” um território. Na sociedade-capitalista-industrial, o par Estado-nação se fortalece tendo em vista que as forças produtivas demandam uma organização político-territorial pautada em economias nacionais.

Neste contexto, o Estado e todos os seus adjetivos – burguês, liberal, territorial, constitucional, democrático e soberano – necessita de coesão e legitimidade para exercer seu poder. Como solução, a ideia de nação como um “todo indiviso” e como uma “comunidade de iguais” prevalece sobre quaisquer possíveis divergências ou diferenças, sobretudo a divisão de classes.

3.3 – “O que faz o Brasil, Brasil?”⁷⁴

“Desde Cabral o Brasil é Brasil”, diz a letra de uma música do cantor Belchior⁷⁵. Tal afirmação leva-nos a uma série de reflexões desdobradas nesta etapa da pesquisa. Primeiramente, optamos pela substituição do termo “descobrimento” (questionado há algum tempo na academia), por (re)invenção, nos moldes, já explicados, estabelecidos por Hobsbawn (1984). Se desde Cabral o Brasil é Brasil, como declara a canção do rapaz latinoamericano, o que era o espaço onde hoje se localiza este Estado-nacional antes da chegada dos Europeus? Do ponto de vista português, era uma mera abstração, uma porção de terra, uma novidade ou um “espaço vazio”. Referimo-nos aqui, aos lusitanos devido à menção à chegada de Cabral como, de certa maneira, um ponto de referência para a “invenção” do Brasil. Esse seria, então, o início de sua História? O que significa, afinal, ser Brasil?

⁷⁴ Essa pergunta é o título de um livro escrito por Roberto DaMatta, que busca respondê-la ao longo do desenvolvimento desta obra.

⁷⁵ Trata-se da música Lamento do marginal bem-sucedido. de 1993.

Podemos exemplificar esta perspectiva por meio das formulações de Roberto DaMatta, que expõe esta questão a partir da pergunta “O que faz o brasil (com “b” minúsculo) Brasil (com “B” maiúsculo)?” Para este autor, brasil

é o nome de um tipo de madeira de lei ou de uma feitoria interessada em explorar uma terra qualquer, e o Brasil designa um povo, uma nação, um conjunto de valores, escolhas e ideais de vida. O “brasil” com o b minúsculo é apenas um objeto sem vida, autoconsciência ou pulsação interior, pedaço de coisa que morre e não tem a menor condição de se reproduzir enquanto sistema [...]. Mas o Brasil com B maiúsculo é algo muito mais complexo. É um país, cultura, local geográfico, fronteira e território reconhecidos internacionalmente, e também casa, pedaço de chão calçado com o calor de nossos corpos, memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada [...]. Não se trata mais de algo inerte, mas de uma entidade viva, cheia de auto reflexão e consciência: algo que se soma e se alarga para o futuro e para o passado, num movimento próprio que se chama História (DAMATTA, 1986, p. 11).

O autor pergunta, ainda, como se constrói uma identidade social e como um povo se transforma em Brasil. A conhecida máxima “fizemos a Itália, agora precisamos fazer os italianos” fornece-nos subsídios valiosos para esta discussão, na medida em que aponta para um aspecto chave de nossa pesquisa: a (re)invenção da nação brasileira. De que maneira isso acontece? Há uma relação entre esse processo e a Geografia de Aroldo de Azevedo? Aproveitando o recurso ortográfico utilizado por Damatta (1986) ao refletir sobre o significado das palavras brasil e Brasil enquanto, respectivamente, substantivos comum e próprio, e tendo em vista a relevância que atribuímos ao discurso e à linguagem, iniciaremos tratando da importância do ato de nomear para a significação do mundo. Para tanto, nos arriscaremos a recorrer às discussões da filosofia que nos parecem um tanto proveitosas e imperdíveis para esta reflexão. Mais especificamente, apoiaremos-nos no argumento do “criador do conhecimento” em Nietzsche, a partir das formulações de Sampaio (2007). Segundo este autor, tal argumento “consiste na tese de que do real somente podemos efetivamente conhecer aquilo que nós mesmos criamos” (p. 90). Trata-se de uma extensa e complexa questão relacionada ao que é real e à sua apreensão na produção do conhecimento, que não nos cabe aprofundar neste texto⁷⁶, mas da qual utilizaremos a ideia central para dar suporte à nossa argumentação. Isto é:

[...] através da linguagem, o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado de outro, criando representações do real que lhe permitiram dar sentido às coisas. Por serem criações humanas, as representações nos concederam a estabilidade semântica necessária para que nos julgássemos senhores das coisas. Tornar-se senhor das coisas significa: dominar-lhes o sentido. Transferindo seus conceitos e nomes para as coisas, o homem acredita, por um lance de prestidigitação, que

⁷⁶ Para entender melhor esta questão sugerimos o texto “O argumento do criador do conhecimento em Nietzsche”, de Evaldo Sampaio (2007).

estes também são propriedades das próprias coisas. O “orgulho” para com suas criações, representações que lhe permitiram submeter às coisas a seus desígnios e avaliações, levou-o a ver na linguagem um reflexo do mundo. (SAMPAIO, 2007, p. 94).

Pensamos que este trecho seja esclarecedor para a compreensão da etapa inicial de como o “brasil” se torna “Brasil”. Ao nomear aquele “pedaço de terra”, os portugueses se consideraram seus senhores e efetivaram sua apropriação por meio da dominação e da imposição de uma nova forma de sociedade. Embora naquele momento o Brasil não fosse ainda considerado um Estado nacional, o processo de colonização deu início à desconstrução (ou destruição) da lógica social dos povos originários iniciando um processo que culminaria na formação e disseminação de uma organização político-territorial tradicionalmente europeia, baseada em Estados nacionais.

Assim, enfatizamos a nossa consideração de que este processo de formação/invenção das nações não se desenvolve de maneira natural, mas é fruto de uma série de estratégias que envolvem questões ligadas à identidade nacional e à cultura, vistas aqui como componentes da ideologia (ou visão social de mundo).

O conceito de ideologia nacional, que foi a base de nossa investigação, é definido como a “constituição de sujeitos que, pertencendo a grupos potencialmente antagônicos, julgam-se, acima de tudo, participantes de comunidades de iguais” (ALMEIDA, 2014, p. 66), vale relembrar. Esta escolha decorreu de nossa preocupação em pensar a grande contradição entre a existência de uma “comunidade de iguais”, isto é, uma nação, que transcenderia as diferenças e desigualdades sociais, sobretudo as de classe, presentes entre os membros que compõem esta nação.

Pensamos que a cultura e a identidade nacional sejam os fatores “homogeneizantes” que fornecem os elementos capazes de forjar esta ideia de “comunidade”. Ideia que se traduz na eficácia política do consenso social que permite a existência concreta (ainda que o ponto de partida seja a invenção) de brasileiros. Isso é importante porque garante a materialidade do Estado por meio da integração territorial.

Uma sociedade está nas suas ciências, letras e artes (DAMATTA, 1986, p. 13). Sendo assim, pensamos que a investigação e correlação entre estes três elementos sejam de fundamental importância para a análise da ideologia nacional brasileira. Carlos Guilherme Mota, no livro “Ideologia da cultura brasileira (1933 – 1974)” (2008) busca apreender os pressupostos ideológicos que jazem na base sobre o que seja uma cultura

(“brasileira”, “nacional”, “popular”, “de massa”, etc.). Este autor tomou como referência alguns momentos significativos em que a intelectualidade se debruçou sobre si mesma, para uma autoavaliação ou, ainda, uma avaliação sobre o objeto de seu labor para definí-lo, situando-o em relação ao contexto vivido (MOTA, 2008, p. 60). Vale ressaltar que a intelectualidade da qual o livro trata está circunscrita às ciências sociais.

Esta obra é uma importante referência para nossa pesquisa porque abrange o período em que foram publicados os escritos de A. de A. e relaciona o contexto histórico às interpretações do que seria “a cultura brasileira”, bem como o papel das ciências sociais nesse processo. Sublinhamos que a função desta intelectualidade durante certo tempo foi, justamente, a de terem sido encarregados de “interpretar o Brasil”, ou “desvandar o enigma Brasil” e suas publicações forneceram a base teórica necessária para a construção da “brasilidade”, pelo menos do ponto de vista “oficial”, isto é, do Estado.

Além da *intelligentsia*, também foram referências para a nossa análise as “letras e artes” tendo em vista a forma como estas três vertentes se articulam, ou não, em suas representações de Brasil. Sendo assim, foi necessária uma análise contextual da Geografia como parte das ciências sociais, e da consideração de A. de A. enquanto parte da intelectualidade brasileira daquele contexto.

Buscamos, então, construir uma comparação entre o(s) discurso(s) de Brasil presente(s) nos textos selecionados de A. de A. e aqueles formulados pelas “ciências, letras e artes” no mesmo contexto e período. Dessa maneira, procuramos compreender de que forma o Brasil e os brasileiros foram “inventados” enquanto uma “comunidade de iguais” e em que medida os textos A. de A. (que dizem respeito ao Brasil) dialogaram ou divergiram das representações de sua época.

Voltemos à letra de Belchior que deu início a esta discussão, “Desde Cabral o Brasil é Brasil”. Se pensarmos do ponto de vista do Brasil enquanto Estado nacional esta provocação estaria incorreta na medida em que, com a chegada do navegador português, o “Brasil”, ou melhor, o “brasil” de Damatta (1986), era território de Portugal, ou seja, uma colônia, e como tal não possuía soberania, pressuposto fundamental para ser considerado um Estado nacional.

Assim, um momento histórico importante para marcar o início da “invenção” do estado nacional brasileiro poderia ser considerado a independência do Brasil, em 1822.

Entretanto, de acordo com Barbato (2014), ao mesmo tempo que com a independência houve uma ruptura política entre o Brasil e Portugal, foi mantida uma certa continuidade, uma vez que ainda era um português que se encontrava à frente do governo brasileiro (D. Pedro I). Segundo este autor, as oligarquias regionais insatisfeitas com a política centralizadora do Estado imperial invocaram a origem lusitana do imperador promovendo uma polarização entre a identidade lusitana e a identidade brasileira. Como consequência uma série de movimentos separatistas ameaçaram a integridade territorial do Brasil⁷⁷.

É interessante ressaltar que, apesar desta ter sido uma primeira demanda ou alusão à uma identidade nacional brasileira (que partiu das elites devido aos interesses políticos, destacuemos), não havia, ainda, nenhuma elaboração concreta do que seria esta identidade nacional – e, menos ainda, do que seria “o povo brasileiro”, exclusivo e relacionado a um dado território. Dessa forma, pode-se dizer que o Brasil foi, pelo tempo que se estendeu ao longo do império, “um Estado sem uma nação” – ou seja, sem uma compreensão clara dos “vínculos exclusivos” entre povo e território.

No entanto, a partir de meados do II Império a preocupação com a “invenção” da nação brasileira acentuava-se e articulava-se por meio de um projeto de construção da identidade nacional levado à cabo por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁷⁸, um dos primeiros centros produtores de uma História do Brasil feita por brasileiros (Barbato, 2014, p.4). Para tanto, de acordo com o citado historiador, foram necessários

elementos que servissem de códigos de reconhecimento mútuo entre os nacionais, precisavam de uma História para esse povo, uma História que enfocasse as virtudes da jovem nação, que desse orgulho a seus habitantes, e assim, confiança em relação ao seu futuro. Nesse momento, o Brasil *não precisava de uma História que falasse das tensões e que mostrasse as*

⁷⁷ Barbato cita como exemplo a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838), a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).

⁷⁸ “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasceu, em 1838, da aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência. Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional [...] os secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentaram proposta para a sua criação, concretizada em 21 de outubro daquele ano, em Assembléia Geral [...]. Em 177 anos de profícua existência, tem-se caracterizado por atividades múltiplas, nos terrenos cultural e cívico, pela reunião de volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico [...] e pela realização de conferências, exposições, cursos, congressos e afins. Contou com o patronato do imperador d. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões” (disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico.html>, acesso em: jan/2020).

debilidades do jovem país (REIS, 2007: 25-28). Ou seja, era preciso construir uma identidade nacional para o Brasil. Mas essa identidade seria baseada em que? Afinal, o que tornava alguém brasileiro em meados do século XIX? (BARBATO, 2014, p. 5, grifo nosso).

Destaca-se deste excerto que a História que deveria ser contada aos habitantes da “jovem” nação brasileira deveria evitar falar de tensões e debilidades. Consideramos que um dos possíveis motivos para a existência destas tensões e debilidades seria, justamente, as diferenças sociais existentes no Brasil.

Um dos aspectos relacionados à construção da identidade nacional brasileira é a relação entre *civilização e primitivismo*, bastante discutida pela Geografia no período colonial. O Estado-nação, como vimos anteriormente, é um modelo europeu de organização político-territorial e estaria atrelado, de acordo com uma visão etapista de História, à uma ideia de “evolução humana”, ou “evolução da civilização”. De acordo com Barbato (2014, p. 5), o projeto de identidade nacional brasileira deveria ter como espelho o continente europeu, ao mesmo tempo em que necessitava possuir elementos originais e singulares, pois uma identidade nacional se estabelece também por meio da diferenciação. Nesta busca pela originalidade, a natureza tropical e exuberante foi escolhida como elemento de contraposição à Europa, ao mesmo tempo em que serviria de foco para a construção de uma cultura marcadamente nacional (*idem*). Feita a escolha do elemento caracterizador e unificador do Brasil, seria necessário disseminar essa ideia por meio de múltiplas frentes, dentre as quais as ciências, as letras e as artes:

Literatura, História e Geografia – esta última envolvida de maneira bastante pragmática no que toca às questões fronteiriças do Império – engajaram-se, cada uma à sua maneira, em um movimento que usa esta natureza como ponto de união do Brasil e de diferenciação em relação aos demais, afinal, todo o país era naturalmente exuberante. No entanto, a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços, também têm lugar central nesse contexto. No ano de 1840, o IHGB lança um concurso para premiar o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O vencedor do concurso foi o cientista alemão, ocupado de assuntos brasileiros, Karl Friedrich von Martius (BARBATO, 2014, p.8).

Conforme podemos interpretar desse excerto, a natureza foi um elemento central de (re)invenção da identidade nacional e de sua territorialidade. Atrelada a certa construção e concepção da natureza exuberante do Brasil, outra dimensão fundamental foi a demarcação concreta do território, isto é, o estabelecimento e estabilização das fronteiras, tanto material quanto simbolicamente. O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), uma das primeiras instituições oficiais de Geografia no país, criado em

outubro 1838, bem como os viajantes naturalistas, como Von Martius e Saint-Hilaire, os quais foram personagens fundadores de uma “Geografia moderna”, denunciam claramente esta relação e necessidade.

Em outras frentes de produção cultural, o principal tema também era o Brasil e a brasilidade. Lauerhass (2007) classifica o período imperial como a geração romântica do Brasil:

Poetas, romancistas, dramaturgos, artistas, fotógrafos e outros intelectuais brasileiros recorriam às fontes primárias, produzidas especialmente por estrangeiros, e seguiam os padrões artísticos estabelecidos no período anterior. O poeta Antônio Gonçalves Dias, o romancista José de Alencar e o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen eram membros da geração nascida nos anos 1820. Escrevendo entre os anos de 1840 e 1870, muitos deles destacavam a vastidão e a natureza exótica do Brasil com especial atenção ao índio. Sua obra foi complementada com uma vasta geração de cientistas estrangeiros: Charles Darwin, Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates e Louis Agassiz (LAUERHASS, 2008, p. 18).

O referido autor também observa que a questão da identidade nacional, foi tema de interesse de diferentes governos e disseminou-se em uma multiplicidade de partidos, movimentos e administrações que variaram em inclinações tanto de direita como de centro e de esquerda, tanto democráticos quanto autoritários. No entanto, pode-se dizer que nem todos os governos (re)constróem a identidade nacional da mesma maneira. Muitas vezes a mudança política acarreta uma (re)invenção do “projeto nacional” de acordo com os interesses dominantes da época o que, conseqüentemente, afeta as produções culturais criando rupturas e/ou continuidades.

Lauerhass (2008) propõe uma periodização que vai desde 1808⁷⁹ até a redemocratização do Brasil, a partir de 1984. Pensamos que não nos cabe fazer uma análise detalhada de cada um dos períodos indicados pelo autor, pois interessa-nos a relação entre a construção da ideologia nacional brasileira em suas diversas fontes e suas relações com os textos de A. de A.. Dessa forma, tendo em vista que os escritos do geógrafo paulista foram produzidos no período entre as décadas de 1930 e 1970, nosso objetivo é identificar os elementos que influenciaram suas ideias e elaborações acerca do Brasil e dos brasileiros, bem como os pontos de convergência e/ou divergência entre sua produção em comparação com outras frentes de construção cultural, nessas décadas. Consideramos também que as ideias compartilhadas por A. de A. relacionam-se à sua

⁷⁹ O autor parte de 1808 tendo como referência a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil como um momento de despertar de interesse e avaliações da “realidade brasileira”, que suscitou uma série de missões e expedições científicas e culturais efetuadas no país.

posição enquanto membro da *intelligentsia*, e que estas se articulam ainda às concepções que circulavam no contexto de sua formação, ou seja, às discussões da intelectualidade brasileira no primeiro terço do século XX.

Nossa pesquisa se concentra, também, na dimensão política do saber/fazer geográficos em um determinado contexto e a partir das concepções de um determinado autor. Assim, buscamos compreender se e como ocorreu a participação da Geografia em geral, e da Geografia de A. de A. em particular, no processo de construção da ideologia nacional brasileira e na consolidação política desse Estado nação. Concordamos com Mota (2008, p. 61) quando ele afirma que “cultura e política tornaram-se, mais do que nunca, componentes indissolúveis de um mesmo processo”.

De acordo com a periodização proposta por Lauerhass (2008), após a geração romântica, na virada do século XIX para o século XX emergiram novas formas de pensamento que incluíam os movimentos abolicionista, republicanismo, evolucionismo, crítica ao positivismo e o movimento modernista dos anos de 1920 (LAUERHASS, 2008). Destaca-se, para este autor, entre os “intérpretes” do Brasil nesse período, o jornalista e escritor Euclides da Cunha e, em relação ao desenvolvimento institucional, foram criados o Museu Nacional e a Academia Brasileira de Letras.

Carlos Guilherme Mota (2008), por sua vez, no já referido livro “ideologia da cultura brasileira”, cuja preocupação está voltada para a *intelligentsia* do Brasil, utilizou como referência o recorte historiográfico que vai de 1933 a 1974 e elegeu cinco momentos decisivos em que obras significativas vieram à luz, são eles:

1) Redescobrimento do Brasil (1933 – 1937), marcado por uma produção crítica à historiografia da elite oligárquica empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, representado pelo IHGB. Segundo o autor, neste período, foram estabelecidos novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado, em obras como “A evolução política do Brasil”, de Caio Prado Jr.;

2) Primeiros frutos da universidade (1948 – 1951), que se refere à formação superior dos intelectuais brasileiros em seu próprio país, a partir da criação dos cursos universitários, pois a produção anterior fora realizada por brasileiros que se formaram no exterior. Destaca-se, aí, a influência das missões francesas que criaram uma tradição de raízes profundas e fisionomia marcada (MOTA, 2008, p. 75). No caso da ciência

geográfica o autor cita Pierre Mombeig (mestre de Aroldo de Azevedo) e o peso de Vidal de La Blache que ainda não foi “devidamente avaliado na formação ideológica das elites intelectuais criadas à sombra do interventor Armando de Salles Oliveira”⁸⁰(*idem*). Esta observação nos é de especial importância porque demonstra que nossa pesquisa pode ser uma contribuição para compreender um pouco mais a respeito desse tema;

3) Era de ampliação e revisão reformista (1957 – 1964), representa o prenúncio de uma nova concepção de Ciência Social no Brasil (*idem*, p. 78). Para Mota (2008), este foi um momento marcado por diversas tendências de pensamento histórico, político e cultural no Brasil, de forma que cada uma delas corresponderia a uma maneira pela qual os historiadores se debruçariam sobre a realidade do país. São elas:

O planejamento desenvolvimentista típico do período juscelinista representado na obra de Celso Furtado; a concepção culturalista, no livro de Sérgio Buarque de Holanda; o nacionalismo estará expresso na produção do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), embebido nas teorias dualistas de explicação da “realidade nacional” (as “soluções adequadas à realidade nacional”), acolhendo tanto as análises marxistas ortodoxas de Nelson Werneck Sodré, como as veiculadoras por vezes da ideia do progressismo da “burguesia nacional”, como as de Wanderley Guilherme e Ignácio Rangel; os textos de José Honório Rodrigues representariam, nesse contexto, a vertente erudita do trabalhismo getulista, opondo-se de maneira candente à produção elitista dos Institutos Históricos e Geográficos, e ao saber esclerosado – um “modernizador” nacionalista e pugnador do revisionismo historiográfico. Hélio Vianna representando a abordagem tradicionalista e arcaica, pode ser considerado a antítese do “revisionismo” de José Honório. Mencione-se, ainda, Raymundo Faoro, com o livro *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (1958) que se tornará clássico, colocando seu autor na vertente weberiana de explicação do Brasil, em perspectiva histórica (MOTA, 2008, p. 78).

4) Revisões radicais (1964 – 1969), enquanto o período anterior foi marcado por revisões reformistas, este momento é caracterizado como sendo de revisões teóricas radicais sobre o Brasil e a cultura brasileira, na medida em que considerava-se que a história social do país e sua dinâmica necessitavam de reparos profundos, os quais seriam realizados por analistas preocupados em compreender os desacertos da ideologia do desenvolvimentismo e da política populista que levaram à derrocada dos setores populistas em 1964 (MOTA, 2008, p. 84);

5) Impasses da dependência (1969 – 1974), em que a temática da dependência surge associada tanto ao desenvolvimento do capitalismo monopolista quanto à

⁸⁰ Além do peso de La Blache na geografia, o autor cita Proust, na literatura; Comte, Taine e Bergson na filosofia; Seignobos e Malet-Isaac na História.

emergência dos regimes totalitários na América Latina, tendo em vista que tais regimes motivaram o surgimento de certos traços nacionalistas (*idem*, 86-88).

Delongamo-nos ao tratar da periodização proposta por Mota (2008) por considerar que ela traça um importante panorama da produção intelectual brasileira, nas ciências sociais, no período que corresponde à produção de A. de A.. Assim, esta nos servirá de base para que possamos compreender e identificar as possíveis modificações e/ou permanências das tendências teóricas que embasaram as reflexões do geógrafo paulista sobre o Brasil durante o longo período de sua produção, que abrange quase 40 anos. Além disso, Mota (2008) estabelece um paralelo entre a situação política do Brasil e a produção da *intelligentsia*, possibilitando-nos analisar as maneiras pelas quais os cientistas sociais e suas produções acadêmicas contribuíram, ou não, para a (re)invenção do Brasil e da ideologia nacional brasileira.

Ludwig Lauerhass, na coletânea “Brasil uma identidade em construção” apresenta-nos autores que fazem uma análise baseada no que ele chamou de um “cânone de quatro partes”, quais sejam:

1^a) **a manifestação cultural**, representada por textos religiosos, pela literatura, *slogans*, ditados, manifestações folclóricas e documentos religiosos;

2^a) **fatos interpretados pelos brasileiros letrados** por meio de sua compreensão da História, da Geografia, do governo, da sociedade, da economia e da cultura de seu país;

3^a) **imagens e as representações visuais** de lugares, pessoas e acontecimentos cujas fontes são ilustrações (de livros e revistas), gravuras, fotos, obras de arte (inclusive monumentos), produções cinematográficas e televisivas, estudos de comportamento e observações sobre paisagens urbanas e rurais;

4^a) **Os sons brasileiros**, isto é, a contribuição sonora ou musical à identidade nacional brasileira, a partir dos compositores Carlos Gomes e Villa Lobos.

As duas obras se complementam na medida em que, enquanto a de Mota (2008) enfoca o papel da *intelligentsia* para a cultura brasileira, o livro organizado por Lauerhass e Carmen Nava aborda outros aspectos culturais, como o cinema, a televisão e a produção das imagens. Estes foram importantes para a construção da ideologia nacional tendo em

vista que a população brasileira era constituída por uma grande parcela de analfabetos (JURT, 2012, p. 502). Assim, a importância desta discussão reside, também, no papel exercido pelos símbolos nacionais na construção da identidade brasileira.

Resgatando a reflexão acerca da construção ideológica da nação, e reiterando as observações de Anne Marie Thièsse (2014) sobre as representações da mesma (prescritas pelo que a autora chamou de check-list identitário), a iconografia exerce importante função para a construção da identidade nacional, na medida em que tem como base a História, os heróis, a língua, os monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, o folclore além de identificações pitorescas (THIÈSSE, 2014, p. 36). Afinal, conforme nos expôs Damatta (1986, p. 11-12), relembremos, o Brasil com “B” maiúsculo, é aquele que além de “local geográfico, fronteira e território reconhecidos internacionalmente, é também *casa, pedaço de chão calçado com o calor de nossos corpos, memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada*” (grifos nossos). Então, para se tornar efetivamente um local geográfico, com fronteira e território reconhecidos internacionalmente, (isto é identificações políticas), seria necessário que o Brasil também fosse casa, pedaço de chão, memória e consciência de um lugar, ou seja, deveria possuir uma dimensão simbólica, adquirida também por meio da iconografia.

No entanto, esta dimensão remete-nos à outra contradição que compõe a construção da identidade nacional: *a relação entre o popular e o erudito na construção simbólica da nação*. Tal contradição reside no fato de que em vários momentos, a simbologia nacional foi estabelecida de “cima para baixo”, isto é, a partir da demanda e valorização estatal e de classe, da elaboração erudita em detrimento das manifestações populares. Este vezo decorre da necessidade de apresentar o Brasil como uma “nação civilizada”, “branca”, possuidora do requinte europeu, considerado incompatível com as tradições populares, muitas vezes baseadas em costumes africanos e indígenas negligenciados e tidos como “atrasados”. Este tema também será pauta da discussão intelectual acerca da singularidade brasileira a partir do final do século XIX, estendendo-se ao longo de toda a metade do século XX, portanto, no contexto de formação de A. de A. e no início de sua produção.

De acordo com Jurt (2012, p. 472), os símbolos nacionais também representam uma diferenciação importante entre a monarquia e a república. A primeira era representada

pela figura do rei enquanto “corpo físico e corpo político”⁸¹, sendo que o corpo político, invisível e onipresente, garantiria a sua identificação com estabilidade do Estado:

A coroa simbolizava a instituição e não somente a pessoa do rei. A máxima “O rei não morre jamais” era conhecida na França desde o século XVI e fora traduzida em medalhas por meio da imagem da fênix que ressuscita das cinzas (JURT, 2012, p. 472).

A república, para este autor, entretanto, não sendo mais identificada com a figura do monarca, tornou-se uma espécie de “poder sem corpo” necessitando, então, de símbolos coletivos que pudessem representar a permanência da comunidade política:

escreve Marcel Gauchet (1981:136137) — “seria portanto de um corpo que saem as formas modernas do mundo dos homens, formas dessubstancializadas, restos sutis, avatares desencarnados de uma carne real [...]. O anonimato definitivo do poder democrático é função da possível identificação do conjunto social do poder”. “O poder sem corpo” da República não podia, no entanto, abrir mão de uma representação visível de sua potência e do direito. Ao contrário, necessitava fortemente de símbolos coletivos, porque a nação não podia se reconhecer na pessoa do monarca que representava a permanência da comunidade política (JURT, 2012, p. 472).

De acordo com este autor, um dos principais símbolos nacionais é a bandeira. No Brasil, a primeira versão da bandeira foi “encomendada” por Dom Pedro I ao pintor Debret, que se estabeleceu no país na chamada missão francesa⁸². O Brasil recém-independente, isto é, enquanto um “jovem” Estado-nação necessitava de símbolos que compusessem uma identidade nacional, sobretudo porque o processo de independência não foi marcado pela participação popular. A bandeira, entretanto, possuía uma ligação profunda com o regime monárquico, identificada com a figura do imperador e da família real dos Bragança:

A bandeira proposta por Debret era composta de um retângulo verde, no centro do qual figurava um losango amarelo. O verde correspondia à cor da dinastia de Pedro, a família real dos Bragança, e o amarelo, à dinastia da qual era oriunda sua mulher, os Habsburgo. A bandeira mantinha, portanto, a tradição dinástica e não significava (ainda) o verde das florestas amazônicas nem o ouro do subsolo, como se reinterpretaria mais tarde. A forma losangular remetia, aliás, às bandeiras dos regimentos do exército napoleônico [...]. Sobre o losango amarelo encontra-se um brasão azul com a esfera armilar sobre uma cruz (vermelha) da ordem de Cristo, envolta por um anel azul carregado com 20 estrelas de prata, e circundando a cruz, dois ramos (um de café, o outro de tabaco). A esfera armilar

⁸¹ Jurt (2012, p. 472) se baseia na teoria dos “dois corpos do rei” de Ernst H. Kantorowicz: que consiste na distinção “entre o corpo natural e o corpo político do rei. O primeiro era considerado submisso às leis biológicas — indo da infância à velhice e, por fim, à morte — ao passo que o corpo político era invisível e onipresente. Segundo este autor, transpusera-se a ideia teológica do corpus Christi mysticum como imagem da comunidade de crentes do Estado, considerado desde o século XVIII como corpus rei publicae mysticum, e reivindicando, tal como a Igreja, uma continuidade e uma imortalidade”.

⁸² A chamada missão francesa era composta por um grupo de artistas, antigos membros da Academia de Belas Artes de Paris, que se estabeleceu no Brasil em 1816 após a queda de Napoleão. Dentre eles encontravam-se Joachim Lebreton; o pintor de história, Jean Baptiste Debret (1768-1848); o pintor de paisagens e de batalhas, Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830); o arquiteto Auguste Grandjean de Montigny (1776-1830); o escultor Auguste-Marie Taunay (1768-1824). Este grupo foi importante para a vida cultural brasileira e introduziu o estilo neoclássico em um Brasil marcado pela arte colonial barroca (JURT, 2012, p. 482).

(representando a esfera celeste local), também conhecida como “astrolábio esférico”, encontrava-se desde 1645 na bandeira do Principado do Brasil. O brasão e a forma típica da coroa imperial remetiam à tradição portuguesa. As 20 estrelas, por outro lado, referiam-se às 20 províncias do Brasil, enquanto os dois ramos anteriormente citados evocavam a realidade agrícola brasileira (JURT, 2012, p. 483-484).

O governo imperial, todavia, “foi relativamente limitado no que diz respeito aos símbolos, já que o imperador era, ele próprio, enquanto garantia da unidade nacional, seu símbolo mais importante” (JURT, 2012, p. 484). Com a proclamação da república, a bandeira imperial foi contestada e foram propostas novas representações nacionais, não havendo, necessariamente um consenso, o que fez com que Jurt (2012, p. 489) denominasse o período como sendo de “uma guerra de símbolos”, “uma luta pela interpretação e pelo programa que se pretendia conferir à República proclamada”. Assim como no processo de independência, não houve participação popular na proclamação da república, comandada por uma vertente do exército. Segundo o autor, o novo projeto governamental, então, deveria também exprimir sua legitimidade por meio dos símbolos.

A primeira bandeira da república foi apresentada pelo “clube republicano” e foi nomeada de “bandeira dos Estados Unidos do Brasil”, uma versão verde e amarela do *Stars and Stripes* norte-americano, com 20 estrelas sobre um quadrado negro, o que causou discórdia e indignação entre os positivistas, por considerarem a bandeira pouco nacional. Estes encarregaram o pintor Décio Villares de desenhar um modelo alternativo a ser proposto, tendo como base a filosofia positivista:

Os positivistas seguiram quase textualmente a concepção de Augusto Comte no que diz respeito à ideia da bandeira. A filosofia positivista do Estado entrava assim na simbologia política do Brasil. Aos olhos de Comte, o Ocidente encontrava-se em uma passagem “orgânica” do estágio metafísico em direção ao estágio industrial-científico. Comte concebeu a iconografia política correspondente a esta passagem. Ele [...] concebeu, em primeiro lugar, um estandarte religioso contendo “a fórmula sagrada dos positivistas: o amor por princípio, a ordem por base, e o progresso como objetivo” sobre um fundo verde, cor natural da esperança, própria aos emblemas do futuro” (Comte 1851:387) e, em seguida, a bandeira política: “A fórmula fundamental se decompõe, sobre as duas faces verdes, nos dois lemas que caracterizam o positivismo: um, político e científico ‘Ordem e Progresso’, o outro, moral e estético ‘Viver para o outro’”. O modelo positivista resumido no lema “Ordem e Progresso” significava um novo começo nacional, uma última etapa da evolução civilizatória, e não uma ruptura revolucionária. No novo projeto de bandeira, realizado segundo as indicações do “apóstolo” positivista Teixeira Mendes, mantinha-se o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul no centro para significar a transição entre o passado e o presente, mas suprimia-se o que lembrava a dinastia reinante: a cruz da Ordem do Cristo, a esfera armilar, a coroa imperial, mas também os ramos de tabaco e de café, o progresso não residindo mais, segundo os positivistas, nas plantações de café e de tabaco, mas na indústria e na exploração dos recursos naturais.

Sobre a bandeira, no lugar dos símbolos monárquicos retirados, são propostos por Décio Villares uma esfera azul celeste coberta de estrelas e envolta por uma faixa com o lema (positivista) “Ordem e Progresso”. As estrelas [...] representam exatamente a disposição das principais estrelas no céu do Rio em 15 de novembro de 1889, o dia da proclamação da República. Algumas estrelas foram aumentadas, outras reduzidas, mas foi sobretudo o signo marcado no meio da esfera que foi aumentado: o Cruzeiro do Sul, que havia servido aos portugueses e espanhóis, desde as primeiras grandes expedições, como ponto de orientação nos mares do hemisfério sul. As estrelas não reproduziam somente a esfera estrelada no momento da proclamação da República, elas simbolizavam, ao mesmo tempo, os 20 estados do Brasil de acordo com seu tamanho e posição. A correspondência entre microcosmo (geográfico) e macrocosmo (celeste) vinha da filosofia de Auguste Comte, marcada por uma visão “orgânica” da história. As cores da nova bandeira eram, de fato, aquelas da Bandeira Imperial, mas reduzia-se a dimensão do losango, que não mais tocava o bordo exterior da bandeira (JURT, 2012, p. 492).

A citação é longa, mas necessária porque explica o significado de cada um dos elementos que compõem a bandeira brasileira, bem como da diferenciação de concepção que envolve as bandeiras anteriores. Além disso, ela mostra as continuidades que se estabeleceram a partir desse momento e que determinaram “a transição entre o passado e o presente”, podendo ser exemplificada pelo lema “Ordem e Progresso”. Esse significava “um novo começo nacional, uma última etapa da evolução civilizatória, e não uma ruptura revolucionária”. Ressaltamos também que, na concepção comteana, “o Ocidente encontrava-se em uma passagem “orgânica” do estágio metafísico em direção ao estágio industrial-científico”. Esta observação merece destaque devido à relevância da ciência e da indústria, as quais serão de extrema importância no Brasil do século XX, tendo relação direta com a institucionalização da Geografia e, conseqüentemente, com o contexto histórico vivido por Aroldo de Azevedo.

Outra questão de relevo é que a bandeira simboliza aquilo que Marilena Chauí, no livro “Brasil mito fundador e sociedade autoritária”, denominou de “verdeamarelismo”, elaborado

no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário” e sua construção coincide com o período em que o “princípio da nacionalidade” era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica. De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República. [...] Nessa época, quando a classe dominante falava em “progresso” ou em “melhoramento”, pensava no avanço das atividades agrárias e extrativas, sem competir com os países metropolitanos ou centrais, acreditando que o país melhoraria ou progrediria com a expansão dos ramos determinados pela geografia e pela geologia, que levavam a uma especialização racional em que todas as atividades econômicas eram geradoras de lucro, utilidade e bem estar (CHAUÍ, 2000, p. 33-34).

Esta citação parece contradizer a ideia apresentada por Jurt (2012, p. 492) de que o progresso não residia mais nas plantações de café e tabaco, mas na industrialização e nos recursos naturais. Porém, Chauí (2000, p. 35) afirma que o “verdeamarelismo” se conservou quando parecia já não haver materialidade para sustentá-lo, uma vez que ele foi a ideologia dos senhores de terra do sistema colonial, do Império e da República Velha. Assim,

deveríamos presumir que desaparecesse por ocasião do processo de industrialização e de urbanização. Seria perfeitamente plausível imaginar que desaparecesse quando as duas guerras mundiais desfizeram as bases da divisão internacional do trabalho e o mercado mundial de capitais, cada nação fazendo um mínimo de importações, voltando-se para o mercado interno, com estímulo à substituição das importações pela produção local das mercadorias e colocando uma burguesia urbana industrial, comercial e financeira na hegemonia do processo histórico. Não foi esse o caso (CHAUÍ, 2000, p. 35).

O vínculo com o passado de origem e a continuidade histórica correspondem a uma das características principais de um mito fundador que, no entanto, está sempre sendo reinventado na medida em que “não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Vale salientar que a bandeira elaborada com a Proclamação da República é a mesma utilizada nos dias atuais e foi constantemente evocada ao longo da história brasileira como símbolo da nacionalidade e orgulho nacional. A ideia de progresso, inscrita na bandeira, está intimamente relacionada ao mito de “país do futuro”, isto é, o paraíso reificado, domado e pronto para dar aos seus filhos a riqueza prometida (ARAÚJO, 2016, p. 155).

Slogan da Era Vargas, no século XX, a ideia de “país do futuro” estava diretamente relacionada à extensão territorial e à riqueza natural do país. Quando Araújo (2016) comenta a ideia de paraíso, ele se refere à concepção, analisada por Barbato (2014), da natureza como elemento de integração nacional e constituinte da singularidade do Brasil em relação ao continente europeu. Ainda segundo este autor, no período getulista, há uma modificação desse significado: a natureza passa a ser concebida como “recurso natural” e, aliada à grande extensão territorial do Brasil, garantiria a modernização do país e a promessa de seu futuro promissor:

O território brasileiro era o imenso significante, propenso às mais diversas representações e interpretações simbólicas, calcadas nesta condição hiperbólica natural, mas também mitológica, do Éden terreno. No entanto, o significado precisava ser repensado, já que o mito, então desgastado, do Paraíso Terral, não continha as respostas para os anseios do período. A significância encontrou, no nacionalismo territorial, um novo horizonte, pois, a partir daquele ponto, a

dádiva da terra – a boa aventura – deveria ser enfrentada, modernizada, explorada, e submetida aos desígnios daqueles que almejavam acompanhar o movimento da história. Inventar o Brasil significava estruturá-lo, modernizá-lo, equipá-lo com técnicas e tecnologias. Nacionalizar e modernizar foram premissas paralelas e complementares do governo getulista (ARAÚJO, 2014, p.155).

Todas essas reflexões sobre a bandeira enquanto elemento iconográfico da identidade brasileira, replicam a importância dos recursos imagéticos na representação do Brasil. Foi possível efetuar um diálogo entre a bandeira enquanto símbolo nacional e as discussões caras à Geografia, tais como o território e os recursos naturais, ou seja, uma relação entre a arte e esta ciência. É interessante pontuar, também, a influência francesa nas artes, pois foi o pintor francês Debret que elaborou a bandeira imperial.

De acordo com Piccoli (2004), além da elaboração da bandeira, Debret produziu o livro “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, editado em três volumes e que possui um caráter mais etnográfico. Segundo a autora, o primeiro volume apresenta a população sob o ponto de vista de uma escala evolutiva que vai do indígena mais “selvagem” ao mais “civilizado”, de acordo com a avaliação do autor; No segundo, Debret desloca sua atenção para o mundo do trabalho, a cidade e seus arredores a partir das relações sociais que se fazem visíveis no espaço urbano; O terceiro é voltado para os costumes, isto é, os personagens e seus trajés típicos as cerimônias e comemorações, as normas de conduta, as regras de etiqueta, e também sobre a ausência de tudo isso em certos extratos da população (PICCOLI, 2004, p.188-189). A obra de Debret foi um importante documento histórico para a construção da identidade nacional, pois

[...] seus registros passaram a povoar de tal forma o imaginário brasileiro, que acabaram servindo tanto à ilustração de livros paradidáticos, quanto à execução de vinhetas de abertura de novelas de televisão, ou mesmo ao desenvolvimento de enredos de escola de samba, como aconteceu durante a comemoração do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, em 1965 (PICOLLI, 2004, p. 186).

Consideramos oportuna a menção à Debret no processo que estamos discutindo porque sua obra não constituiu um feito isolado. Ela se inscreve em um contexto histórico em que há uma

[...] tradição de organização do conhecimento sobre o mundo derivado da Ilustração. Essa ordenação, porque não dizer, *enciclopédica*, obedece à luz da razão [...] e se baseia na articulação de narrativa escrita e linguagem visual. A credibilidade da informação contida no texto garante o dado pragmático e o conteúdo didático que se busca no testemunho do viajante, aquele que adquiriu conhecimento pela experiência (PICOLLI, 2004, p. 192, grifo nosso).

Esta tradição é de suma importância para o desenvolvimento da Geografia moderna na medida em que, nos seus primórdios, esta se baseou no conhecimento empírico proporcionado pelas viagens naturalistas (e trabalhos de campo). Os documentos produzidos nestas expedições (escritos e ilustrados) constituíram e constituem importantes referências para estudos posteriores sobre o Brasil, além de povoar não só o imaginário europeu concernente ao “novo mundo”, mas também o dos próprios brasileiros⁸³. Alexander Von Humboldt é figura sempre lembrada quando diz respeito a esta temática, tanto pela reconhecida contribuição de suas viagens e feitos para ciência geográfica, quanto por sua predileção pelas artes, fato que o levou a financiar a artistas viajantes, como Moritz Rugendas.

No início do século XX, os relatos de viagem ainda eram muito utilizados como fontes de informação para os geógrafos brasileiros. A. de A., por exemplo, os adota largamente em seu livro “Regiões e Paisagens do Brasil”, publicado em 1952. No entanto, conforme já comentado, para o geógrafo paulista, essa “Geografia enciclopédica” era considerada como parte da “pré-história da Geografia. Apesar de utilizar os relatos de viajantes naturalistas como referência, ele tinha como um de seus objetivos verificar se as informações apresentadas estavam ou não corretas do (seu) ponto de vista geográfico. Falaremos sobre isso com mais detalhes posteriormente. A valorização do conhecimento empírico também era característica da Geografia deste período, a qual considerava as viagens de campo como sendo de grande valor metodológico e de coleta de dados. Esta herança permaneceu com o advento da Geografia acadêmica, conforme já vimos.

A ciência geográfica possui estreita relação com a visualidade. Autores como Gomes e Berdoulay (2018) consideram que as imagens participam do processo de construção do pensamento geográfico, sejam pinturas, desenhos, fotografias, filmes, mapas, etc. Para estes autores, na Geografia o próprio texto pode ser considerado como uma forma de expressão de imagem:

[...] na construção da Geografia, algumas vezes, a imagem se exprime pela palavra, ou seja, o discurso geográfico se faz imagem. Nesse sentido, há uma forte interação do leitor na construção do raciocínio geográfico. Como tal, entendemos que o ambiente se torna imagem quando é fotografado, pintado, cartografado ou em palavras (GOMES E BERDOULAY, 2018, p. 367).

⁸³ É interessante como ainda hoje cenas retratadas por artistas viajantes são presentes para representações do Brasil. Exemplos emblemáticos são as embaixadas. Na embaixada brasileira em Washington, nos Estados Unidos, há um mural com pinturas de cenas do Brasil que foram baseadas nas pinturas de Moritz Rugendas. Informação disponível em: http://washington.itamaraty.gov.br/pt-br/arquivo_de_noticias.xml. Na sala de jantar da embaixada brasileira, em Moscou, também há um mural (vídeo min. 25:12)

Deffontaines, um dos geógrafos que participou da já mencionada missão francesa que compôs o corpo docente da Geografia acadêmica brasileira em sua fase embrionária, e fundador da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), em texto intitulado “Pequeno guia do viajante ativo” analisado no capítulo 2, p. 70 dessa dissertação, apresenta-nos, dentre outras diretrizes, a utilidade dos desenhos e “croquis”: “o hábito de ilustrar as informações [colhidas em campo] com pequenas plantas, perfis e fotografias é prática que dispensa incômodos, pois, valiosamente, documentam o registro feito, dando-lhe ainda certo cunho artístico” (DEFFONTAINES, 1943, p. 14).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) guarda um acervo com milhares de fotografias produzidas em excursões organizadas pelo órgão, nos primeiros anos de sua criação. Tais viagens tinham o intuito de realizar estudos de reconhecimento do país, que subsidiariam políticas de planejamento territorial. Participaram destas expedições, diversos geógrafos e fotógrafos, dentre os quais encontram-se Pierre Monbeig e A. de A.. Aqui é possível estabelecer uma relação direta entre a organização político-territorial material e simbólica, sendo que a última ocorreu principalmente por meio das representações imagéticas.

As discussões voltadas às políticas territoriais giravam em torno da centralização/fragmentação política, ou seja, entre a maior autonomia das federações a partir de um sistema federalista ou o estabelecimento de um poder político centralizado. Estas questões dialogaram com o debate geográfico entre o regional e o nacional na construção da identidade brasileira, tema relevante em nossa pesquisa.

Consideramos que o fio condutor de todas as ações tratadas neste capítulo, se articula, justamente, à construção da ideologia nacional. Esclarecemos. Tomamos como ponto de referência a grande contradição entre a ideia de “comunidade nacional”, que transcenderia as múltiplas diferenças entre os membros que compõem a nação. Partimos, então, do pressuposto de que essa “homogeneidade” seja forjada por meio da construção da identidade e cultura nacionais. Tendo em vista que a cultura é composta pelas ciências, letras e artes, e que estas três frentes são fundamentais para a formação da “identidade comum”, buscaremos as possíveis intertextualidades e diálogos entre elas e as publicações de Aroldo de Azevedo.

Na exposição efetuada até aqui iniciamos as reflexões quanto a formação do Brasil e da “brasilidade” estabelecendo paralelos, conexões e exemplos entre o pensamento social

brasileiro (especialmente com base no livro “Ideologia da Cultura Brasileira”) e outros elementos culturais, como as representações artísticas e imagéticas do Brasil (cuja abordagem encontra-se na obra “Brasil uma identidade em construção”). Apontamos ainda a existência de alguns pares que permeiam este processo, quais sejam: *a civilização e o primitivismo; o popular e o erudito; o regional e o nacional; a realidade e a representação*. Este último tem especial importância para nós, na medida em que não pretendemos, com esta pesquisa, desvendar ou revelar o que é o Brasil e a brasilidade. Visamos, sim, refletir sobre como se desenvolveu o consenso que levou à existência de uma visão social hegemônica do que seja o Brasil e o brasileiro, e como a Geografia de Aroldo de Azevedo contribuiu (ou não) para esse processo.

A partir desse panorâma, nos debruçaremos agora na análise mais aprofundada destes aspectos por meio do diálogo entre os escritos de A. de A. e outros documentos que formaram as “cadeias intertextuais” responsáveis pela disseminação de uma visão social hegemônica de Brasil.

3.4 O Brasil na geografia de Aroldo de Azevedo: continuidade ou ruptura?

Como foi possível perceber no capítulo “A Geografia de Aroldo de Azevedo”, o processo de institucionalização da Geografia no Brasil esteve intimamente relacionado ao “(re)descobrimento” ou (re)invenção deste Estado-nação. Por isso, em certos momentos, sentimos dificuldades em separar textos que tratavam das concepções teórico-metodológicas desta ciência, de textos que tematizavam especificamente o Brasil. Repetidas vezes, aspectos do Brasil foram utilizados pelos autores como exemplos do saber/fazer geográficos (como as figuras do vaqueiro do nordeste).

No entanto, nossa intenção agora é nos aprofundarmos nas “visões” de Brasil que a ciência geográfica produzida por A. de A. entre as décadas de 1930 a 1970 ajudou a construir – tomando como referência textos selecionados desse autor acerca desta problemática – e que compõem, também, o imaginário social que fundamenta a identidade brasileira que, por sua vez, é uma das dimensões da ideologia nacional.

As ideias de (re)descobrimento ou (re)invenção do Brasil se solidificaram a partir de um cenário em que pouco se sabia, de fato, sobre o território pertencente ao “jovem” Estado-nacional, que encontrava-se em vias de consolidação. Se bem que,

reconsiderando, tal território encontrava-se, desde o início do Império, em processo de apropriação pelo Estado em um movimento de “colonização interna”, isto é, de imposição violenta do avanço da “civilização”, por meio de “operações” de “desbravamento”, arquitetadas e executadas pelo Estado.

Os debates acerca da “integração” e “civilização” das regiões “longínquas” – tais como a região centro-oeste e norte – à nação foram recorrentes, pelo menos desde o II Império, e se fortaleceram durante o Estado Novo. O discurso proferido por Getúlio Vargas, em outubro de 1940 em Manaus, oferece-nos indicações preciosas para esta constatação. Tal discurso foi publicado na “Revista Brasileira de Geografia” em 1942, em edição comemorativa do quarto centenário de “descobrimento” do rio Amazonas. A presença de um discurso político, e mais, do chefe do executivo em um contexto de “Estado de exceção”, em um periódico de Geografia revela-nos uma inegável relação entre a política estatal e esta ciência. Vejamos parte do conteúdo que compõe este discurso para que possamos melhor estabelecer o nível de tal relação:

Senhores:

Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros. Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, êste (*sic*) vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a *grandeza territorial*, a feracidade inigualável, *os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em tôda (sic) a sua pitoresca e perigosa extensão*. É natural que *uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza e povoe as imaginações moças*, prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência em fora, através dos *estudos dos sábios, das impressões dos viajantes e dos artistas*, igualmente presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos.

As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua *história, feita de heroísmo e viril audácia*, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. *Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta*, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar.

Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país. *Necessitais avançar o povoamento, crescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes* (VARGAS, G. 1942, p. 259, grifos nossos).

A Amazônia aparece na fala de Vargas, como símbolo da grandeza territorial do Brasil, ao mesmo tempo em que é descrita como sendo perigosa e pitoresca. Este discurso reforça o processo anterior de construção da identidade brasileira que tinha como base a grande extensão territorial e a exuberância da natureza em oposição ao mundo europeu, conforme comentamos. Concomitantemente, o discurso segue por caminhos que levam à construção de uma nova visão, pautada na necessidade de “desmistificação”,

“desencantamento”, “objetivação”, “apropriação” e “uso” da natureza amazônica. O chefe estadonovista enfatiza as ações de “conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta” como uma forma de superação das lendas e das seduções que, até então, povoavam a imaginação dos brasileiros. É feito um convite ao “desbravamento”, e, assim, ele continua:

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. *Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e a prosperar.*

Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, continue realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. *O que a Natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem.*

Da colonização esparsa, ao sabor de interesses (*sic*) eventuais, consumidora de energia com escasso aproveitamento, devemos passar à *concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram admiravelmente, nas “entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha”, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado* (VARGAS, 1942, p. 260, grifos nossos).

Na concepção de Vargas, presente nestes fragmentos de sua fala, a Amazônia, assim como outras regiões a serem “desbravadas”, constituíam grandes “vazios demográficos”, um dos motivos para tal seria a ideia “ultrapassada” de que as terras localizadas em áreas de clima equatorial eram impróprias à civilização. De acordo com ele, a tecnologia era capaz de superar as dificuldades impostas pela natureza e poderia levar o progresso até estes espaços. O líder do Estado novo ressalta o “espírito heróico e resistente” do homem brasileiro e faz campanha para o povoamento da região. A ideia de que o homem brasileiro não mais estaria perdido nas florestas, e sim metodicamente localizado se inscreve no planejamento como uma forma de legitimação do território.

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E, ao seu lado, em contacto apenas superficial com esse (*sic*) gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua *atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico*. Já não podem constituir por si sós esses (*sic*) homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos *tempos heróicos da nossa integração territorial*, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco; os elementos capitais do *progresso da terra*, numa hora em que o esforço (*sic*) humano, para ser *socialmente útil, precisa*

concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (sic) (VARGAS, 1942, p. 260, grifos nossos).

Como é possível perceber a partir deste excerto, há uma reafirmação da necessidade de “racionalização” das atividades exercidas pelos “gêneros de vida” (conceito geográfico de La Blache discutido no capítulo 2) existentes na floresta. O discurso de Vargas apresenta uma deslegitimação das atividades “limitantes” voltadas unicamente para a subsistência ou, unicamente para “consumo doméstico” e propõe que esta “região” seja integrada à economia nacional. Essa perspectiva é exaltada ao longo do discurso:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, porque *sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã*. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. *E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos, e homens de negócio, virão colaborar nessa obra*, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

O vosso governo (sic), tendo à frente o interventor Álvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor à terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o Estado e preparar os alicerces da sua prosperidade.

O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos *os brasileiros grandes sacrifícios*. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço (sic), com a vossa admirável *audácia de desbravadores*, para a *obra de reconstrução iniciada*. Não vos faltará o apoio do Governo (sic) Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade.

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força (sic) cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1942, p. 260-261, grifos nossos).

Neste trecho, há um claro apelo ao sentimento de coletividade, união e integração. É disseminada a ideia de que o que acontece no norte do país é importante para todos e que o desenvolvimento desta região trará benefícios imprescindíveis para que o Brasil alcance o futuro promissor que se almeja. Vale lembrar que o Brasil como “país do futuro” é um dos mitos fundadores elencados por Chauí (2000). O ingresso do norte ao “corpo econômico da nação” implica em transformar a região em um pólo de investimento do capital, no qual chegam as indústrias, o comércio e o trabalho na forma de “energia disciplinada” e “socialmente útil”. Infere-se desta última afirmação, que há

necessidade de produção de excedentes, característica típica do “mundo moderno”, tendo em vista que a produção para subsistência, não traz prosperidade e simboliza o atraso e o primitivismo. Um ponto que merece destaque é quando Vargas afirma que a posse da terra pertencia legitimamente ao caboclo brasileiro, o que sugere que não havia conflitos entre o processo de conquista territorial do Estado e os povos ocupantes desses supostos “espaços vazios”, o que é muito diferente, como veremos, do que acontece efetivamente na prática.

Vargas finaliza sua fala invocando o sentimento de brasilidade (que “cimenta” a ideia de comunidade) e ressaltando, uma vez mais, a necessidade de racionalidade em detrimento da subjetividade. Esta estratégia traz à tona as características do homem moderno e imputa aos brasileiros a missão civilizatória de conquista do território pátrio:

Senhores:

o acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade.

Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. *Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço (sic) sem finalidade.* E a nós, povo jovem, impõe-se *a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados.* Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo *essa riqueza potencial imensa*, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção *(sic)*, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir.

Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os nossos destinos de Nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da Pátria (VARGAS, 1942, p. 261-262, grifos nossos).

Outra estratégia do Estado Novo para o “desbravamento” do Brasil consistiu na criação da Fundação Brasil Central (FBC), que ocorreu por meio do decreto 5.878 de 4 de outubro de 1943, e tinha como objetivo providenciar a infraestrutura necessária para a realização da expedição Roncador-Xingu (MAIA, 2019, p. 901-902). A FBC fez parte da denominada “Marcha para Oeste”, campanha de “colonização interna” composta por “discursos e iniciativas que buscavam ampliar a presença do Estado nos confins do território nacional, fosse por intermédio de empreendimentos colonizadores, pela redefinição oficial de fronteiras ou por meio de projetos de migração controlada” (*idem*, p. 897). O editorial do “Boletim Geográfico” de 1944 tratava da “Fundação do Brasil central” e sua importância para a Geografia do Brasil:

A obra de *desbravamento* e conhecimento da vasta área do platô-central brasileiro, quando levada a cabo pela Fundação Brasil Central, trará à geografia do Brasil uma grande quantidade de informações que, por certo, transformarão o conceito dos geógrafos sobre *(sic)* essa região do Brasil. O território onde a

Fundação exerce as suas atividades fica compreendido entre o rio Amazonas, ao norte, bacia do Tapajós, a oeste, bacia Araguaia-Tocantins a leste e o divisor de águas das bacias Paraná-Paraguai ao sul. Sob o ponto de vista geopolítico o trabalho da Fundação dirigida pelo dinâmico *bandeirante do século XX*, o ministro João Alberto, constitui uma afirmação da *capacidade de desbravamento das terras do Brasil pelos brasileiros e é, ao mesmo tempo, uma demonstração ao mundo tão cubiçoso (sic) por terras, que o Brasil trabalha neste momento para a ocupação efetiva de suas áreas inabitadas*. É preciso, ainda, levar em conta o trabalho de ligação pelo interior, ao longo do círculo máximo entre o Rio de Janeiro e Manaus, permitindo alcançar a capital do Amazonas, na situação atual da aviação, em cerca de 8 horas e encurtando muito o trajeto para os Estados Unidos (ZARUR, J. 1944, p. 3, grifos nossos).

Interessante notar que o discurso geográfico, representado aqui pelo editorial de um importante periódico, encontrava-se em sintonia com os interesses do Estado, sobretudo o de apropriação do território de maneira simbólica e material, especialmente quando atribui esta tarefa “aos brasileiros”. Considerava-se que o levantamento do potencial econômico da região seria um grande serviço prestado ao Brasil, o que demonstra que a integração econômica da região central, assim como da região norte, também fazia parte das contribuições da Geografia ao país:

Os objetivos principais da Fundação Brasil Central são, além do desbravamento da região e do incentivo da produção, o povoamento, a organização dos transportes, o planejamento regular do comércio e estudos pormenorizados da região [...]. Inegavelmente, o Conselho Nacional de Geografia e o Boletim não podem deixar de aplaudir a promissora iniciativa e de cooperar com os dirigentes da Fundação Brasil Central, porque se trata de uma instituição que pretende *não só o desenvolvimento de uma vastíssima região do Brasil, mas, ainda, seu descobrimento geográfico* (ZARUR, J. 1944, p. 4, grifos nossos).

Entendemos que o “descobrimento geográfico” do Brasil corresponde à legitimação do território por meio de sua apropriação, uso e modernização, sobretudo no que diz respeito ao traçado cartográfico. Afinal, é o território que origina o mapa ou o mapa que origina o território? Segundo Maia (2019), havia uma “indefinição geográfica” do que seria o Brasil Central, conforme denunciado em documentos e discursos que fundamentavam a prática da FBC:

Não podemos dar informações muito detalhadas sobre a natureza do solo das cabeceiras do Xingu e do Tapajós. Aí se encontra a grande área desconhecida que constitui o objeto primordial dos trabalhos da Fundação, extensão de terra de mais de 500000 *quilômetros quadrados, que representa talvez a maior área desconhecida do globo*. Sobre tão vasto território, descansam os limites da Fundação Brasil Central, cuja extensão não se acha ainda claramente estabelecida (Arquivo Nacional *apud* MAIA, 2019, p. 904, grifos nossos).

A partir da leitura deste excerto, pode-se dizer que, para o autor, o “Brasil Central” era “produzido” à medida que, não apenas era percorrido pelos agentes estatais, mas também era demarcado e registrado por eles. Dessa forma,

o Estado seria produzido a partir de um constante jogo de redefinição de suas fronteiras com a sociedade. Assim, o foco analítico deveria recair sobre as múltiplas *práticas de vigilância e controle que são amealhadas nas práticas estatais*. Tal sugestão analítica guarda extrema pertinência para o caso em tela, já que a legitimidade da FBC era construída pelo seu próprio movimento de territorializar o Brasil Central, área que parecia resistir a definições geográficas mais estritas (MAIA, 2019, p. 905, grifo nosso).

Esse processo de produção do Estado ou, “*state-building*”, procede a partir de uma relação de alteridade, isto é, de diferenciação entre o “eu” e o “Outro”. No caso brasileiro, este “Outro” estava localizado dentro dos limites nacionais, era o “selvagem”, o “primitivo”, o “atrasado” que deveria ser “assimilado”, “integrado” ou “civilizado”. Ao mesmo tempo em que há um discurso de “vazio demográfico”, há o reconhecimento da existência desse “Outro”, que não deixa de ser uma peça para a construção do “eu” enquanto sujeito coletivo, nacional. Vejamos como Maia (2019) aborda esta questão:

Essa caracterização da região como atrasada e desprovida de vida civil mínima é condizente com discursos produzidos ao longo da Primeira República por engenheiros, médicos e sanitaristas. Esses discursos, pautados na dicotomia entre litoral e sertão, contribuíram para transformar essas regiões não urbanas em espaços de alteridade do Estado Nação (LIMA, 1999, MAIA, 2008). É como se o Estado fosse inventado num jogo de espelhamento de territórios que são tidos como “isolados” e “selvagens”, num processo contínuo assentado em práticas de territorialização. A produção de uma linguagem geopolítica que enfatiza os espaços periféricos da Nação como o “Outro” do Estado vem sendo descrita na literatura antropológica como central na constituição moderna do aparato estatal (MAIA, 2019, p. 907).

Reiteramos, então, que no caso brasileiro, o “Outro” é tudo aquilo que não se adequa ao mundo moderno, capitalista, industrial e de consumo. Quando retomamos a questão dos símbolos nacionais, o lema “Ordem e Progresso” presente na bandeira deixa claro o que representa o Estado burguês que se instaura. É o que Maia (2019) chama de “alto modernismo”, uma ideologia que enquadra o espaço por meio de discursos e vigilância:

Esse alto modernismo partilhado por burocratas e elites dominantes que acreditavam no progresso e na modernização só poderia ser atingido por meio da planificação racional do mundo social, e uma das condições para esse discurso funcionar seria a “legibilidade” do espaço, isto é, o processo por meio do qual os mapas, os censos e outras ferramentas conformariam uma territorialização oficial (MAIA, 2019, p. 907-908).

É imprescindível destacar que este processo não foi natural, mas sim permeado por autoritarismo e violência por parte do Estado. Maia (2019) ao analisar os documentos oficiais da Fundação Brasil Central, encontrou uma série de registros de conflitos entre esta instituição e a população local. Os vários exemplos citados pelo autor contradizem

o discurso de Vargas, de que as terras pertenceriam legitimamente aos caboclos, vejamos um deles:

O cenário de indefinição legal a respeito de limites e jurisdições certamente favorecia a FBC, mas era reconhecido como problemático pelos próprios funcionários, que se viam às voltas com as reivindicações das populações locais, ciosas de suas práticas tradicionais e da relação que estabeleciam com o terreno. Veja-se, por exemplo, relatório interno da própria FBC, datado de 26 de setembro de 1944 e endereçado a João Alberto. Nele, relatavam-se os *problemas* que estavam sendo enfrentados na região onde fora construída a Base do Rio das Garças. A área na qual se fizeram as primeiras edificações da FBC fora adquirida de um fazendeiro de nome Pio Correa. Entretanto, a fazenda, de limites *indefinidos e desprovida de sólida documentação*, abrigava também roceiros, plantadores e outros sujeitos que alegavam direitos pré-existentes. O relatório informava que a FBC já estava tentando realocar esses moradores, mas concluía conclamando a direção da Fundação a resolver com mais presteza as questões relativas à posse de terras. (MAIA, 2019, p. 911-912, grifos nossos).

A violência era tanto simbólica, na medida em que impedia que as populações locais continuassem exercendo as atividades tradicionais que compunham suas relações com o território, quanto física, por meio de ameaças, agressões e estupros⁸⁴. Dessa maneira, a apropriação do território ultrapassava os limites do espaço, denegria os corpos dos sujeitos que ocupavam esses supostos “vazios” e afetava sua moral e dignidade.

Essa divisão do Brasil entre progresso/atraso ou povoado/despovoado, faz parte da construção do pensamento social brasileiro que, muitas vezes, tem como marco de origem o livro “Os sertões”, de Euclides da Cunha (LIMA, 1999, p. 13). Interessante que, mesmo sendo um livro literário, foi referência para grande parte da intelectualidade brasileira, inclusive para os geógrafos das primeiras gerações. Aroldo de Azevedo publicou um texto dedicado exclusivamente a esta obra euclidiana e o tema “sertão” era recorrente nos periódicos de Geografia da época. O texto “A propósito da palavra sertão”, publicado pelo membro do diretório central do Conselho Nacional de Geografia Moacir M. F. Silva no Boletim Geográfico em 1950, traz uma análise etimológica buscando, nas suas origens, o “verdadeiro” significado de sertão. O autor chega à conclusão de que este termo não é exclusivamente brasileiro e que já era utilizado pelos portugueses muito antes do séc. XVI, momento em que chegaram ao Brasil. O primeiro registro de que se tem notícia sobre a utilização de “sertão” associado ao país tropical foi na carta de Pero Vaz de Caminha:

⁸⁴ [...] carta escrita em quatro de outubro de 1946 pela moradora Maria das Dores, relatava uma sequência de intimidações e assédio promovida pelo engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Tocantins (EFT), que terminaria com ameaças de agressões físicas, e, finalmente, a consumação de um estupro (MAIA, 2019, p. 913).

“A melhor prova de que a palavra “sertão” não é brasileirismo é que ela figura, com a sua significação atual, na “Carta” de Pêro Vaz Caminha”. E de fato. Fui ler êsse (*sic*) velho documento de nossa história, o primeiro, ao qual, por isso mesmo, alguém já cognominou a “certidão de batismo do Brasil”, e lá encontrei, por duas vêzes (*sic*), a palavra “sertão” [...]. A palavra figura na “Carta” de Caminha em tópicos referentes a impressões ou sucessos ocorridos na “terça-feira, 28 de abril” e na “sexta-feira, 1º de maio” [...]. “Alguns diziam que viam rôlas, eu não as vi. Mas segundo os arvoredos são mui altos e mui grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!”

E, para o fim da “Carta”, que é, como é sabido, foi datada de 1º de maio de 1500, referindo-se à terra que, em conjunto, se avistava de bordo, há, entre outros, êsses (*sic*) dois tópicos [...]

“De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa” (SILVA, 1950, p. 641).

Para o autor, o significado de sertão utilizado por Caminha era o de “terras por trás da costa marítima”, ou seja, em exata correspondência ao que, mais tarde, seria dicionarizado como “região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras” (*idem*, p. 643). O esforço de Silva (1950) foi no sentido de compreender de que forma a palavra “sertão” havia atingido o significado de “desertão”, isto é, o aumentativo da palavra “deserto” no sentido de “despovoado” ou “vazio” de gente. Fato é que, como vimos, esses “vazios demográficos” não eram realmente despovoados. Assim, outros sentidos foram sendo atribuídos ao “sertão”, tais como lugar do atraso e do primitivismo.

Sobre a relação entre Euclides da Cunha e a Geografia – relacionada ao contexto temporal desta pesquisa – dois textos de referências foram: “O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha” e “Os sertões e a Geografia”, ambos publicados no BPG, em 1950. Os dois textos foram resultantes da semana euclidiana que, em 1949, foi dedicada à ciência geográfica. Esta homenagem demonstra a importância deste autor para a Geografia. Ambos os textos reconhecem o pioneirismo de Euclides da Cunha, ao utilizar a metodologia moderna da Geografia, tendo em vista que muitos de seus contemporâneos, inclusive geógrafos, estavam ligados ao “velho método” da nomenclatura e descrição.

No entanto, enquanto o primeiro texto, de autoria de José Veríssimo da Costa Pereira, enaltece as análises geográficas euclidianas (em toda a sua obra), o segundo, escrito por Aroldo de Azevedo, analisa os “erros” e “acertos” geográficos contidos em “Os sertões”, sem deixar de reconhecer os méritos do autor e levando em conta o tempo decorrido e o conseqüente avanço da ciência geográfica. Apesar das discordâncias entre

os dois autores, há o consenso entre eles de que, apesar de literários, os escritos de Euclides da Cunha eram de grande valor científico para a Geografia. As semelhanças entre os pontos levantados por Pereira (1950) e Azevedo (1950) englobam questões relacionadas à metodologia geográfica utilizada pelo ensaísta, dentre elas a divisão entre a Terra e o Homem e a análise da paisagem por meio da localização, descrição e interpretação:

A decomposição da *paisagem geográfica* em duas partes distintas – física e cultural, decorre do fato de ainda não ter chegado à maravilha de síntese, estudando a Terra e o Homem nas suas inter-relações, a ponto de se reunir numa só as duas tradicionais visões da geografia, impostas pela comodidade de estudo e interpretação. [...] Sob o ponto de vista recém exposto, *a obra-prima de Euclides da Cunha, sem ter sido escrita para especialistas atuais da nossa ciência, obedeceu, em seu traçado geral, a linhas metodológicas corretas*. Preliminarmente estudando a Terra, do geral para o particular, desde a caracterização do planalto central, que lhe pareceu ser a mais acertada e expressiva, até à do âmago do cenário físico dos sertões de Canudos, mediante traços fortes de remarcada expressão, *Euclides procedeu como um gigante do talento que, progressivamente, foi apertando em suas mãos a prêsa (sic) rebelde, até o ponto de dominá-la com a força de sua inteligência*. Pôde, então, examinar-lhe o físico e a alma, descendo, no primeiro caso, à análise dos componentes do meio natural e, no segundo, até à observação cuidadosa do homem que nêle (*sic*) vivia através da complexidade do problema etnológico do Brasil, da variabilidade do meio físico, sua reflexão na História, sua ação na formação das etnias e sua influência na gênese das personagens típicas, de que Antônio Conselheiro foi, segundo êle, "um documento vivo de atavismo" (PEREIRA, 1950, p. 50, grifos nossos).

Em consonância com seu colega, Azevedo comenta que:

Distingue Euclides, com perfeição, dois aspectos fundamentais *da paisagem* que vai estudar: o aspecto físico, quando examina os traços marcantes de "A Terra"; o aspecto humano ou cultural, quando encara "O Homem". Naturalmente, nos dias em que vivemos, êste (*sic*) plano nada apresenta de e *qualquer aluno de geografia superior sabe muito bem que, em princípio, deve ser êste (sic) o caminho certo a seguir, quando se propõe a realizar um estudo geográfico*. Todavia, transportemo-nos para os fins do século XIX e façamos justiça ao gênio de Euclides: qual o outro trabalho de interesse (*sic*) geográfico, publicado em nosso país naquela época, que apresenta, com a mesma segurança e a mesma nitidez, a distinção preliminar entre o quadro natural e o elemento humano?... Pelo menos, dentre os que são de meu conhecimento, de autoria de brasileiros, não sou capaz de apontar um só que se lhe possa comparar ou que dêle (*sic*) se aproxime. Muito pelo contrário: os livros de geografia, então publicados (a exemplo de outros muitos que vieram depois e, quem sabe, ainda estão a aparecer por aí...), escritos por patricios nossos, vinham impregnados daquela *malsinada tendência às enumerações e à nomenclatura*. Façamos, pois, rigorosa justiça a Euclides e proclamemos mais esta valiosa faceta de sua obra-prima: nos seus capítulos preliminares, nada existe que possa assemelhar-se ao sistema, então geralmente aceito, de dividir a matéria naqueles clássicos e bolorentos tens: orografia, geologia, potamografia, limnografia, climatologia, riquezas naturais, etnografia... Lêem-se, hoje, as páginas de "Os Sertões", sentindo-se o mesmo bem-estar que nos proporcionam as páginas de *um moderno geógrafo, se as encaramos sob o ponto de vista exclusivamente do método*. A mesma orientação, em perfeita consonância com tudo quanto nos ensina a moderna metodologia, vamos encontrar na distribuição dos assuntos dentro daquelas duas grandes partes iniciais do livro. Com efeito, que aspectos focaliza Euclides ao

tratar de A Terra? Nada mais do que isto: uma visão de conjunto, com detalhes a respeito da estrutura geológica — no capítulo I; o relevo e a hidrografia — no capítulo II; o clima, associado à vegetação — no capítulo III; o estudo pormenorizado das secas — no capítulo IV; uma conclusão, com sugestões para resolver os problemas criados pelo meio físico — no capítulo V. Nada mais perfeito em matéria de metodologia geográfica. Se passamos a examinar a parte referente a *O Homem*, o mesmo pulso de geógrafo está presente : as relações entre o meio e o homem — no capítulo I; as origens e os característicos da população sertaneja — no capítulo II; um estudo de detalhe á respeito do sertanejo, inclusive sobre seu gênero de vida (expressão, é claro, que não aparece na obra, por ser muito recente) — no capítulo III. Dentro da natureza do estudo executado, nada mais perfeito como orientação e como método geográfico (AZEVEDO, 1950, p. 26-27).

Como é possível perceber a partir da leitura das citações acima, A. de A. insiste em definir e especificar qual era o método “correto” para os geógrafos modernos. Para ele, este método estava totalmente consolidado, na obra “Brasil, a terra e o homem”, por exemplo, nota-se, desde o título e à maneira como seus tópicos e capítulos estão organizados, sua ligação com tal método, que constitui a base principal para seu “elogio” à obra freyriana.

Outro aspecto que nos chamou a atenção por ser caro à nossa investigação e por já ter sido comentado em nosso texto anteriormente, foi o fato de ambos os autores considerarem que o modo como Euclides da Cunha caracterizou o vaqueiro nordestino, corresponde ao conceito lablacheano de “gêneros de vida”:

À luz da geografia moderna, lendo-se êsse (*sic*) trecho euclidiano, verifica-se que, em sua orientação básica, procedeu ao conceito lablachiano de “gêneros de vida”, aparecido em 1911 e segundo o qual tal expressão geográfica significa, por assim dizer, o modo de colaboração entre o homem e a natureza. Tal conceito moderno lablachiano é persistente em Euclides, tanto assim que, ao focalizar o gênero de vida do vaqueiro nordestino, o faz em vista das condições opostas do meio físico. Efetivamente, ao fixar o tipo dêsse (*sic*) vaqueano, no-lo exhibe na sua vida atormentada “atravessando a mocidade numa intercadência de catástrofes” e “fazendo-se homem quase sem ter sido criança”. Fã-lo ainda através de suas vestes de gibão e perneiras de couro, joelheiras de sola, luvas e guardapés de pele de veado, e um equipamento modesto e original, “talhando-se à feição do meio”, porque (e aqui se segue a relação de causa e efeito) “vestidos de outro modo não romperiam, incólumes, as caatingas e os pedregais cortantes”. Assim é o método de Euclides da Cunha em suas descrições calcadas na observação geográfica, que ensina a “ver”, o que é precisamente o mais importante, o que é típico, traçando, conforme Deffontaines, uma espécie de fundamento do quadro geográfico, a paisagem clássica, a casa típica, a vida profunda, a beleza íntima. Método que, como para as ciências físicas ou a psicologia experimental, é o da observação, realizada sobretudo no grande laboratório da Natureza. Método geográfico composto de dois processos essenciais: um, o da observação decompondo-se em análise, comparação e classificação; outro, restringindo-se à investigação. Se a descrição e a explicação constituem as duas etapas da análise geográfica, a comparação conduz essencialmente à localização, cujo caráter é elemento de unidade profunda entre a geografia física e a geografia humana, porque encerra a essência de tôdas (*sic*) as explicações (PEREIRA, 1950, p. 52-53).

Vejamos, agora, o que diz Aroldo de Azevedo:

Mostra-o, depois, na figura clássica do vaqueiro, com toda roupagem de couro, que faz lembrar “um campeador medieval desgarrado em nosso tempo”, e que nada mais é que um reflexo do meio em que vive; “vestido doutro modo não romperia, incólume, as caatingas e os pedregais cortantes”. Descreve-o em plena atividade, montado em seu cavalo, como se fôra “um centauro bronco; emergindo inopinadamente nas clareiras; mergulhando nas macegas altas; saltando valos e ipueiras; vingando cômoros alçados; rompendo; célere, pelos espinheirais mordentes; precipitando-se, à tôda (*sic*) brida, no largo dos tabuleiros...” E não se esquece de lhe fazer o retrato psicológico: “forte, esperto, resignado e prático”, cedo aprestado para a luta, com sua mocidade intercalada de catástrofes, feito homem quase sem ter sido criança, tendo o espantinho das secas a sombrear as horas festivas de sua infância, conhecendo bem depressa a face tormentosa da existência, “um condenado à vida”. Por isso mesmo, difere em tudo do gaúcho do sul: “na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos não há como equipará-los”. E termina êsse (*sic*) verdadeiro estudo antropogeográfico com indicações preciosas para o conhecimento do gênero de vida do sertanejo: as modestas plantações das “vazantas”, destinadas à produção de cereais de primeira necessidade; e, particularmente, a sua atividade pastoril, — página indispensável ao conhecimento da vida naqueles sertões, graças aos pormenores que menciona em relação ao regime de trabalho — “servidão inconsciente”; às mil e uma tarefas que competem ao vaqueiro; ao momento culminante das “vaquejadas”, que correspondem aos “rodeios” do gaúcho sulino; às longas caminhadas com o rebanho de bovinos, cuja monotonia pode ser quebrada pelo instante patético do “estouro da boiada”... De alto interesse para a compreensão dessa vida trabalhosa e sem lances de heroísmo são os trechos em que descreve as atividades do vaqueiro no período ingrato das secas, quando se desdobra na ânsia de salvar o pouco que possui (AZEVEDO, 1950, p. 41-42).

Aroldo de Azevedo mostra que Euclides da Cunha faz uma comparação entre o vaqueiro nordestino e o vaqueiro do sul, de maneira que, se pode perceber que as principais diferenças entre eles estão relacionadas ao ambiente onde se encontram. Vimos anteriormente que essa mesma comparação aparece tanto no “Pequeno guia do viajante ativo”, de Deffontaines, quanto no livro “Tipos e Aspectos do Brasil”. A obra “Os sertões”, foi publicada em um período anterior à estes dois textos⁸⁵ podemos afirmar, então, que este livro de Euclides da Cunha influenciou a ciência geográfica, pois, no caso da publicação “Tipos e Aspectos do Brasil”, cabe lembrar, a autora cita diretamente o escritor. Em seu texto, A. de A. (1950, p. 43) diz que “muito se pode aprender o estudioso de Geografia ao ler essas páginas referentes a “O Homem”: Por isso mesmo, já um ilustre geógrafo francês não teve dúvidas ao afirmar “Constitui ‘Os Sertões’ a primeira obra de Geografia humana escrita no Brasil” (*idem*). E A. de A. continua, discordando dessa afirmação: “De fato, ‘Os Sertões’ não é uma obra de geografia, como não o é de história, nem de sociologia. Contém um pouco de tudo isso e, daí, talvez decorra tôda (*sic*) sua originalidade e resulte uma das muitas razões de seu indiscutível sucesso” (*idem*). Se “Os Sertões”, assim como disse A. de A., não foi a

⁸⁵ sua primeira edição publicada no início do século XX, mais especificamente, em 1902.

primeira obra de Geografia humana do Brasil, pensamos que estes escritos de Euclides da Cunha muito contribuíram para os geógrafos que o fizeram.

Borges (2007) elabora uma análise de “Os sertões” sob o ponto de vista da identidade nacional brasileira. Segundo o autor, este texto “é fundador das investigações críticas e apaixonadas sobre a identidade nacional porque convida os leitores a reconhecer uma vitória militar – o massacre da insurreição messiânica de Canudos em 1897 – como uma trágica derrota” (BORGES, 2007, p. 39). Ele afirma ainda que “a obra estabelece temas que passaram a ser recorrentes no pensamento social brasileiro e nas reflexões sobre a identidade nacional” (*idem*). Dentre eles, situam-se a dicotomia *litoral-sertão*, que se desdobra entre *campo/cidade* e *atraso/modernidade*; a questão da *raça e da mestiçagem*, que caracterizam o povo brasileiro; e a *unificação/fragmentação* do território nacional. Vejamos de que maneira o autor aborda estas questões:

O argumento de Euclides de que a análise do Brasil deve partir da oposição cidade e campo permaneceu dominante até as duas últimas décadas (a população brasileira atualmente é 80% urbana; na época, era 80% rural). [...] A explicação euclidiana da identidade nacional é, em parte, geográfica: o clima instável do sertão, assolado pela seca, instabiliza as pessoas. Trata-se de uma reconstituição histórica da colonização dos sertões e da negligência do Estado para com o meio rural. É também uma análise das raças brasileiras, guiando-se pelas categorias típicas das teorias raciais do século XIX: inteligência, energia e beleza. [...] Euclides argumenta que a mistura de raças e as circunstâncias regionais explicam esse “atraso”. No litoral brasileiro, a mistura racial entre portugueses e africanos produziu o mulato, um tipo híbrido, fraco e feio e neurastemicamente inadequado às tensões da civilização urbana. É um ser que reúne duas linhagens díspares em uma só pessoa, hospedando uma “guerra civil” autodestrutiva dentro do próprio corpo. [...] No interior brasileiro, afirma Euclides, a primeira mistura racial, entre portugueses e índios, produziu o mestiço híbrido, forte e feio, adaptado ao meio, mas ainda atrasado. Havia pelo menos dois tipos de mestiço no interior: o gaúcho sulista e o sertanejo nordestino. Este, um vaqueiro com um temperamento diferente, mais fatalista. [...] Mesmo no pensamento marcadamente racial de Euclides da Cunha, porém, existe *esperança patriótica para o Brasil. Naquele momento a terra brasileira era povoada por populações desequilibradas, divididas. Com o tempo, no entanto, os fortes sertanejos teriam sido civilizados em uma nação forte e unificada do ponto de vista racial. As “semelhanças familiares” entre os sertanejos eram um sinal promissor de uma provável unificação futura.* [...] Em *Os sertões* o autor está desesperadamente empenhado em provar que, embora o Brasil se encontre então *fraturado e dividido, em algum ponto do futuro ele se tornará “unificado” e terá uma identidade racial unitária.* Caso contrário, acredita Euclides, será destruído na luta imperialista entre as nações (BORGES, 2007, p. 42-44, grifos nossos).

O “mito fundador” do Brasil enquanto “país do futuro” também comparece na obra de Euclides da Cunha tendo em vista que o passar do tempo levaria a civilização aos “mestiços”. Há também aí, a ideia dos “dois Brasis”, isto é, um Brasil fragmentado, que se constitui em litoral e interior. Vale ressaltar que, na dita obra euclidiana que estamos tratando, o “sertão”, em uma análise mais superficial, está relacionado ao semiárido

nordestino. No entanto, emerge outra significação para “sertão” que diz respeito ao “interior”, tanto que Euclides da Cunha utiliza do sulino enquanto um outro tipo de mestiço do interior no Brasil. Outro ponto da referida obra diz respeito a algo que já mencionamos: o debate entre o que seria a “essência” da nacionalidade brasileira:

Perto do final da narrativa da campanha, as simpatias de Euclides se invertem e sua interpretação do caráter trágico do combate se altera. A campanha não é apenas um homicídio, um verdadeiro massacre dos sertanejos feito de atrozes crimes de guerra cometidos pelo Exército, mas também um suicídio, um gesto autodestrutivo da “raça brasileira”. Quando descreve o cerco de Canudos e o inexorável bombardeio promovidos pela quarta expedição, o escritor retrata a resistência final dos rebeldes como um ato de coragem admirável e inexplicável. Por diversas vezes ele fala dos sertanejos como a “essência”, a “rocha viva” e o “cerne” da nacionalidade brasileira. [...] A descrição dos últimos dias da campanha faz de *Os sertões* ao mesmo tempo um texto nacionalista e um diagnóstico clínico dos problemas congênitos da identidade nacional. O povo brasileiro é atrasado por causa de forças naturais poderosas e determinantes, mas seu atraso é reversível ou redimível. Sob a superfície de pessimismo do relato de Euclides da Cunha espreita um potencial otimismo (BORGES, 2007, p. 47).

O texto de Euclides da Cunha demarca uma mudança no imaginário relacionado ao sertão e que teve a colaboração direta da intelectualidade, conforme viemos argumentando ao longo destas linhas. Foi por meio desses movimentos de representação do sertão que o seu sentido se transformou. Lima (1999), ao analisar o papel dos intelectuais na representação da identidade nacional brasileira, nos apresenta as diferentes significações atribuídas ao sertão. A autora, partindo dos estudos de Maria Elisa Mader sobre a ideia de sertão elaborada por viajantes, missionários e cronistas no Brasil colonial, observa que seu sentido transcende sua delimitação espacial precisa, pois, “mais do que em oposição a litoral, é em contraste com a idéia (*sic*) de região colonial que o imaginário sobre o sertão se constitui” (LIMA, 1999, p. 57). A região colonial corresponderia ao espaço preenchido pelo colonizador, isto é, o mundo da ordem, representada pela Igreja e pelo Estado, dessa forma, o sertão tornou-se a sua antítese, o mundo da barbárie (*idem*).

Essas observações vão ao encontro do que comentamos anteriormente a respeito da relação entre a “espacialização” do interior, por meio do mapeamento e levantamento de suas informações e sua integração ao território do Estado-nação. Nesse sentido, a Geografia estaria profundamente atrelada a este processo. Esta ideia de distância em relação ao poder público sustenta o dualismo primitivismo/modernidade – sertão/litoral. No entanto, tal dualismo apresenta duas faces:

Numa delas, o ponto negativo é representado pelo sertão – identificado com a resistência ao moderno e à civilização. Na outra, o sinal se inverte: o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da nação. [...] As perspectivas que valorizam positivamente ou abordam de forma ambivalente aquele que é visto comumente como o pólo (*sic*) do atraso e da resistência ao progresso vêem (*sic*) o sertão como a possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional (LIMA, 1999, p. 60-61).

Esta valorização do sertanejo, apresentada por Euclides da Cunha e outros autores⁸⁶, e a seleção desse “indivíduo-tipo” enquanto símbolo da nacionalidade brasileira demarca uma mudança em relação ao pensamento romântico, que vigorou durante o Segundo Reinado, e que associava tal simbolismo ao indígena.

Um dos principais fatores que levou a esta mudança foram as viagens ao interior do Brasil, ou, em outros termos, as “missões civilizatórias”, implementadas durante a Primeira República. Estas tinham o ideário cientificista como a base para promover a integração e modernização dos sertões. Um dos argumentos para a crítica à visão romântica era que os escritores não tiveram contato com a realidade que eles retratavam em seus textos. Assim, a viagem, o estudo *in loco*, (pilar metodológico da Geografia moderna no Brasil) e a ação dos sertanistas foi o que fundamentou a substituição do índio pelo mestiço enquanto símbolo nacional.

Um personagem essencial para este processo foi Marechal Rondon, pois “a idéia do sertanejo ‘mestiço do índio e do branco europeu’ – como expressão autêntica da identidade nacional – é desenvolvida em importantes textos sobre sua atividade de sertanista” (LIMA, 1999, p. 77-78). Ele também foi uma referência importante para a Geografia brasileira, tanto que foi nomeado pela AGB sócio honorário⁸⁷ da instituição. A. de A. discursou em conferência de homenagem ao centenário do nascimento de Marechal Rondon e sua fala foi transcrita no número 42, do “Boletim Paulista de Geografia”. O título do texto é “Rondon, o geógrafo” e A. de A. o considerava um brasileiro “digno entre os mais dignos, patriota entre os que mais o foram, um verdadeiro exemplo a ser apontado/relembrado às gerações modernas” (AZEVEDO, 1965, p. 52). Foi considerado um “desbravador” dos sertões brasileiros, pois “deixou o conforto (*sic*) da civilização para viver nos pantanais, no cerrado e na selva amazônica,

⁸⁶ Entre os autores que questionam a ideia negativa do sertão e do homem sertanejo, Lima (1999) cita Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré, Vicente Licínio de Cardoso.

⁸⁷ A concessão do título de sócio honorário ao Marechal Rondon ocorreu na Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, reunida em Cuiabá em julho de 1953 (AZEVEDO, 1965, p. 53).

ao contacto com nossos irmãos primitivos” (*idem*, p. 53). Para o geógrafo paulista, o Marechal, exemplo maior do geógrafo no campo

foi antes de tudo, um explorador de terras desconhecidas, um desbravador na mais exata acepção do termo. [...] Sentiu, como ninguém, a solidão imensa dos sertões. Porque – como escreveu um de seus companheiros – “o habitante das cidades ou mesmo das fazendas não tem a noção do deserto; naquelas, o homem sente-se sempre acompanhado, percebe que existe a humanidade em derredor de si e, quando está só, dispõe de vários meios para se pôr em contacto com outro ser vivente e racional; e, na roça, por mais êrmo (*sic*) que seja o sítio, se não ouve o galo que canta na habitação mais próxima, tem sempre a possibilidade de encontrar um ou outro viajante que por ali passa”. Mas, em pleno sertão, tudo é diferente. Tem-se a certeza de que ninguém poderá ouvir um grito de socorro ou uma descarga de espingarda. Não se tem com quem trocar idéias (*sic*), nem existe possibilidade de ver ninguém. É preciso servir-se a si mesmo em tudo o que se precisa para viver, contar consigo unicamente (*sic*) para sua defesa, como quem sentir o pêso (*sic*) da solidão, no silêncio da floresta. “Um galho sêco (*sic*) que se desprende, o vento, os animais que se espantam quando subitamente dão conosco, os ruídos enfim que, de quando em quando, quebram a monotonia silenciosa dêsses (*sic*) recantos isolados da terra, só servem para perturbar nossa tranquilidade, despertam-nos olhares inquietos, excitam o mêdo (*sic*) e a coragem – o mêdo (*sic*) como primeira sensação, a coragem para nos pôr em guarda imediatamente, no instinto natural de defesa. Rondon conheceu tudo isso em suas incansáveis peregrinações pelo Brasil, que não é o dos arranha-céus e do asfalto (AZEVEDO, 1965, p. 53-54).

Aqui, a visão de A. de A. sobre o sertão é a de “espaço vazio e inóspito”, “deserto”. A natureza “infernai” é fonte de constante ameaça e suas manifestações despertam o medo e o estado de alerta. Interessante notar que, as fazendas e as roças não são consideradas sertão, pois, embora não se encontrem sob a lógica do urbano, elas fazem parte do território conhecido, apropriado, usado e de natureza “domada”. Para o geógrafo paulista, Rondon penetrou as terras de “outro Brasil”. Essa afirmação, nos faz inferir que A. de A. compartilhava da perspectiva da existência de “dois Brasis”, o civilizado (litorâneo) e o dos sertões (interior). Na introdução do livro “Brasil a terra e o homem: as bases físicas (vol. I)”, A. de A., ao tratar da população brasileira, utiliza o seguinte mapa:



Figura 7: “os dois Brasis”. Ao Brasil atlântico, mais povoado, contrapõe-se, o Brasil sertanejo, um “deserto” humano. Fonte: AZEVEDO, 1964, p. 12

O uso do mapa legitima a argumentação do autor na medida em que à Cartografia era dada a “respeitabilidade científica”. Esta argumentação consistia em afirmar a relação entre o sertão enquanto “problema a ser resolvido”, e o litoral enquanto “símbolo do progresso”. Há uma relação direta entre tais ideias e as questões econômicas do Brasil. A população é considerada por A. de A. como “mão-de-obra”:

A escassez e a desigual repartição da população brasileira criam problemas que devemos enfrentar e solucionar satisfatoriamente. Possuímos imensas extensões territoriais inaproveitadas, à espera que as conquistemos e as ocupemos efetivamente. [...] As regiões brasileiras apresentam desigual desenvolvimento econômico, lutando quase todas com o problema da escassez de mão-de-obra agrícola e industrial (AZEVEDO, 1964, p. 12).

Assim, pode-se dizer que o “vazio” seria aquele espaço que não estava “integrado” à economia nacional. A população sertaneja, como vimos, era aquela em que os “gêneros de vida” estão associados à subsistência, o que não condiz com o “projeto de Brasil”, estabelecido pelo Estado burguês e pela elite brasileira.

O Marechal teve, na visão do geógrafo paulista, importante papel para a “integração” ou “unificação” do Brasil, ao formalizar e levar o “progresso” e a “civilização” – por meio da instalação das linhas telegráficas, demarcação das fronteiras e levantamento de informações de regiões “desconhecidas” – ao território brasileiro. Em outras palavras, Rondon levou a presença do Estado a tais regiões longínquas e esta foi sua grande obra geográfica:

Rondon fêz (*sic*) o levantamento do Rio Paraguai, desde as remotas cabeceiras na Serra do Araporé — onde corre tranquilo sob o nome de Rio das Pedras-de-Amolar—, até a trama complexa de sua rede (*sic*) de drenagem em terras brasileiras, no labirinto hidrográfico que é o Pantanal matogrossense. Transportou para o mapa de nosso país, com a indispensável exatidão, os cursos dos afluentes e subafluentes da margem direita do Rio Amazonas, dos confins do

Madeira e do Guaporé até às terras drenadas pelos formadores do Tapajós, num total de 17 rios até então mal cartografados ou desconhecidos. Conseguiu definir e caracterizar a região das chamadas águas emendadas, no divisor Amazonas-Prata, faixa de cerca (*sic*) de 600 km de largura, dentro da qual — de acôrdo (*sic*) com as próprias palavras do grande sertanista —: “as águas das duas maiores bacias da América do Sul se aproximam e por vezes se unem, formando imenso labirinto”. Conseguiu delimitar a área de contacto fitogeográfico entre a zona dos cerrados e os domínios da Hiléia amazônica, em pleno Planalto dos Parecis. Forneceu as bases essenciais para a *confecção da notável “Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas”, que a tenacidade do General Jaguaribe de Matos conseguiu ver publicada, após ingentes esforços.* [...] Duzentos mil quilómetros quadrados, minhas senhoras e meus senhores, correspondem à extensão total de um Estado como o Paraná, área maior do que a de muitos países do Mundo, equivalente à Tchecoslováquia e Hungria reunidas. Dizem respeito a larga extensão do norte de Mato Grosso e a grande parte do antigo Território Nacional do Guaporé, que a justiça dos homens fez (*sic*) com que se transformasse no atual Território Nacional de Rondônia. Repassemos os nomes das unidades políticas de nosso país — velhas denominações que remontam ao período colonial, nomes de santos e nomes de rios, expressões geográficas. Mas Rondônia representa a grande exceção, porque relembra o nome de um Homem, de um Homem com “H” maiúsculo — o único brasileiro que, até este instante, mereceu tamanha honra (AZEVEDO, 1965, p. 54-55, grifos nossos).

A. de A. não comenta, ao priorizar a obra geográfica de Rondon, nada que esteja relacionado à Geografia humana, o que demonstra, uma vez mais, a ideia do “interior” como “vazio demográfico”. Além disso, há valorização da grande extensão territorial “desbravada” por Rondon, em comparação ao tamanho de outros países e sua incorporação aos mapas, mais detalhados e “exatos” desse “imenso sertão”. Dentre os simbolismos gerados a partir das expedições do sertanista, a nomeação do Território Nacional de Rondônia (hoje unidade da federação), em homenagem ao Marechal é bastante significativo, principalmente porque, como disse o geógrafo paulista, demarca uma mudança na lógica de nomenclatura utilizada no período colonial.

Outro símbolo territorial importante é o marco do centro geodésico da América do Sul, que se encontra na cidade de Cuiabá, cuja determinação da localização se deve à Rondon. A. de A. relata que, em 1953 mais de 50 geógrafos estiveram reunidos no local:

Numa tarde ensolarada, a 26 de julho de 1953, na cidade de Cuiabá, mais de 50 geógrafos vindos de todo o Brasil *tomaram parte numa cerimônia singela, mas do mais alto significado cívico.* Reuniram-se junto ao marco que assinala o centro geográfico da América do Sul, ouviram os acordes do hino nacional executados pela Banda de Música do Batalhão de Caçadores, sediado na capital matogrossense (*sic*). E, sob aquêles (*sic*) céus que há cem anos viram nascer Cândido Mariano da Silva Rondon, permaneceram em silêncio durante um minuto, como homenagem à sua obra e aos que tomaram no cumprimento do seu dever (AZEVEDO, 1965, p. 62).

O diálogo de A. de A. e da Geografia brasileira com Euclides da Cunha e Cândido Rondon nos possibilitou traçar algo do processo de (re)invenção do Brasil nos moldes da modernidade, isto é, em sua formação enquanto um Estado nacional em busca de se inserir no contexto de economia industrializada. Foi possível perceber a relação entre o movimento de formação material e simbólica do território, sob o discurso de “desbravamento dos sertões”, reconhecimento da existência de “dois Brasis” e da necessidade de “integrá-los”, ao mesmo tempo em que o tipo miscigenado ganha evidência em detrimento do indígena.

A valorização da racionalização em virtude do contexto da época teve, dentre suas consequências, a progressiva substituição da visão de “natureza edênica” pela ideia de “natureza infernal” que, ao ser racionalizada, se torna recurso natural. No entanto, como já vimos, havia um debate associado à dicotomia litoral-sertão enquanto essência da brasilidade.

3.5 – As gentes do Brasil, modos de vida e integração povo-território para A de A

A respeito do povo brasileiro, Aroldo de Azevedo se inseria na citada discussão? Seu saber/fazer geográfico contribuiu para a disseminação da ideia de “civilização de copistas” (do litoral) ou pendia para o lado da “essência cultural” sertaneja (LIMA, 1999, p. 64)?. Pensamos que para esclarecer esta questão é necessário que analisemos textos de autoria do geógrafo paulista que abordem temas da Geografia humana, dentre os quais o Brasil aparece de maneira recorrente. Assim, perguntamo-nos: de que maneira ele fala sobre povoamento e população? Como os indivíduos-tipo são retratados? Quem são os autores com os quais ele dialoga?

Pensamos que o texto “A obra de Gilberto Freyre examinada à luz da Geografia” seja uma boa referência para iniciarmos o desvendamento do pensamento de A. de A. a respeito dessa dimensão, bem como para situarmos a posição do geógrafo paulista no contexto intelectual de sua época. Freyre é considerado tanto por A. de A., quanto por muitos de seus contemporâneos, como um “grande mestre da sociologia brasileira”. A. de A. busca analisar a obra freyriana a partir de conexões da sociologia com a Geografia, lembrando que Max Sorre aconselhou “aos geógrafos a voltarem-se, cada vez mais, para os sociólogos, procurando conhecer profundamente suas obras e seus esforços no sentido da adaptação às condições do Mundo atual” (AZEVEDO, 1960, p. 75).

O texto que analisaremos a seguir foi elaborado, conforme consta no documento, em 1959, e foi destinado a comemorar o aniversário de 25 anos, do aparecimento de “Casa grande & Senzala”. Este fato já nos dá uma pista de que o tom desses escritos tende a ser mais elogioso do que crítico. Para A. de A., a obra de Gilberto Freyre:

é repleta de observações, de fatos e de interpretações do mais alto interesse para a Geografia. *Seus estudos de Sociologia e, em particular, os de Antropologia Social são de leitura obrigatória para todos os geógrafos brasileiros bem esclarecidos*, porque contêm ensinamentos de real utilidade para o melhor entendimento das relações entre o homem e o meio físico, como para *a exata compreensão dos problemas referentes à população, à colonização e ao povoamento, às cidades, ao “habitat” rural, à Geografia Agrária e Económica e à própria Geografia Regional*, vale dizer, praticamente (*sic*) todo o vasto campo de ação da moderna ciência geográfica, exceção feita da Geografia Física pura (AZEVEDO, 1960, p. 74, grifos nossos).

Trata “a obra de Gilberto Freyre examinada à luz da Geografia”, basicamente, da relação de elementos geográficos presentes nos livros do sociólogo. Este “exame” é um tanto descritivo e pontual, mas deixa claro que a obra de Gilberto Freyre é uma referência obrigatória para os geógrafos da moderna geração.

Esse texto é organizado em tópicos, quais sejam: I. *O meio físico*; II. *A população*; III. *A colonização e o povoamento*; IV. *As cidades*; V. *O “habitat” rural*; VI. *Geografia Agrária e Econômica*; VII. *Geografia Regional*. Esta divisão representa os segmentos da ciência geográfica da época, conforme já mencionamos. Apesar da superficialidade com que os temas são tratados, é possível traçar um panorama da visão azevediana de aspectos relacionados ao Brasil à luz de Gilberto Freyre. Sobre o meio físico, ou, “quadro natural em que o homem vive e se move” (Azevedo, 1960, p. 74), A. de A. considera que “está quase sempre presente na obra de Gilberto Freyre através das observações ligadas à Ecologia Humana. Encontramo-lo, bem vivo e atuante, em ‘Nordeste’, sem dúvida o mais geográfico de seus estudos [...]” (*idem*).

Em “Casa Grande & Senzala”, o geógrafo paulista cita as influências do fator climático sobre a vida humana, tanto no que diz respeito à vida sexual, à degenerescência, o caráter racial, o vestuário, a arquitetura das casas-grandes e em suas relações com a monocultura canavieira, além da diferença de aclimatabilidade do negro e do português que figuram em “Um Brasileiro em Terras Portuguesas” e “Aventura e Rotina”. No que tange à população, A. de A. diz interessar à Geografia, os problemas étnicos que aparecem, sobretudo, em “Casa Grande & Senzala” e “Sobrado e Mucambos”, são eles: o problema da superioridade e inferioridade das raças, as relações raciais, a segregação e amalgamação das raças, a miscigenação ou a mestiçagem (*idem*, p. 75). Como se vê,

apesar de especificar quais problemas seriam esses, A. de A. não aprofunda sua análise, de maneira que parece concordar com as reflexões de Gilberto Freyre.

Pensamos que a questão da raça seja importante para a nossa discussão porque implica pensar a formação da nação e da identidade a ela relacionada. Alguns estudiosos consideram que “Casa grande & senzala” se constituiu em um divisor de águas do pensamento social brasileiro. Foi a partir dessa obra, que “o conceito de raça perdeu definitivamente o lugar central que ocupava nos estudos sobre o Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX” (PASSOS e SILVA, 2007, p. 56). Segundo essa perspectiva, a obra de Freyre teria deslocado o conceito de raça da centralidade do debate sobre a nação brasileira, substituindo-o, sob o aporte teórico de Franz Boas, pelo de cultura:

Ao final do século XIX, houve no Brasil um período de intenso debate em torno das idéias (*sic*) de nação e nacionalidade. O processo de modernização, abolição da escravatura (1888) e proclamação da república (1889) estimularam a discussão sobre os desafios históricos que envolviam a construção de uma sociedade nacional “moderna” e “civilizada”. Antes de Gilberto Freyre, essas polêmicas se concentravam nas relações entre raça e meio ambiente e se caracterizavam por um pessimismo de base [...]. O darwinismo social e o evolucionismo de inspiração spenceriana também eram pressupostos consolidados e influenciavam de modo quase inquestionável as reflexões sobre o Brasil. Nesse contexto, discutiam-se as implicações nocivas e deletérias do meio tropical e da miscigenação – especialmente do influxo negro no sangue brasileiro – sobre a sociedade nacional. A grande questão que se colocava era a de como administrar esses passivos para se chegar a uma situação razoável de *progresso* e *civilização*. As perspectivas mais otimistas em relação ao futuro alinhavam-se com a teoria do *branqueamento* e apostavam que o tempo diluiria os efeitos nocivos da miscigenação. Com os modernistas, surgiram as primeiras críticas e atitudes claramente elaboradas de desconfiança e questionamento desse paradigma determinista, mas foi em 1933 que Casa-grande e Senzala, de Gilberto Freyre, modificou os termos da discussão, em nível mais sistemático e científico, oferecendo um novo referencial conceitual, teórico e metodológico com o qual se podia pensar as questões nacionais e elaborar para elas novas respostas. Para elucidar como a cultura brasileira se constituía, Freyre adotou a distinção de Franz Boas entre raça e cultura (PASSOS e SILVA, p. 56).

No entanto, uma das críticas feitas à maneira como Freyre interpretou e se apropriou das teorias de Boas, é que aquele “passa a dar às raças um peso psicológico maior que o suposto pelo antropólogo, chegando a mencionar certas qualidades condicionadas pela raça” (MOTA, 2008, p. 101). Segundo Mota (2008, p. 101), Boas não afasta a possibilidade de existência de diferenças psicológicas entre as raças, o que abre brecha para os elementos teóricos que compunham a ideologia de Freyre e dos representantes da velha perspectiva liberal da cultura brasileira, calcada em “modernos” critérios

antropológicos de convivência harmônica entre raças e classes. Ocorreria, assim, o fortalecimento da ideia de “democracia racial”, que compõe o “verdeamarelismo”.

Vale lembrar que, de acordo com Chauí (2000), o “verdeamarelismo” seria um dos “mitos fundadores do Brasil” e, como tal, “não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser uma coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p.6). Este, conforme já vimos, foi “elaborado pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do país essencialmente agrário [...] e visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República (1889)” (*idem*, p. 32). Durante a Era Vargas, em apoio ao nacionalismo, um grupo modernista criará o verdeamarelismo como movimento cultural e político:

durante o Estado Novo (1937-45), a luta contra a dispersão e a fragmentação do poder enfeixado pelas oligarquias estaduais (ou a chamada “política dos governadores”) e a afirmação da unidade entre Estado e nação, corporificados no chefe do governo, levaram, simbolicamente, à queima das bandeiras estaduais e à obrigatoriedade do culto à bandeira e ao hino nacionais nas escolas de todos os graus. É dessa época a exigência legal de que as escolas de samba utilizassem temas nacionais em seus enredos. Num governo de estilo fascista e populista, o Estado passou a usar diretamente os meios de comunicação, com a compra de jornais e de rádios (como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro) e com a transmissão da “Hora do Brasil”. Esta possuía três finalidades: “informativa, cultural e cívica. Divulgava discursos oficiais e atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado”. Mas não só isso. Os programas deviam também “decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais” e, voltando-se para o homem do interior, contribuir “para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional” (CHAUÍ, 2000, p. 37).

Ao longo do Estado novo, porém, a função do verdeamarelismo se modifica e passa a introduzir na cena política uma nova personagem: o povo brasileiro (*idem*, p. 38). A autora explica de que maneira aconteceu esse movimento:

Dada a inspiração fascista da ditadura Vargas, afirmava-se que o verdadeiro Brasil não estava em modelos europeus ou norte-americanos, mas no nacionalismo erguido sobre as tradições nacionais e sobre o nosso povo. Dessas tradições, duas eram sublinhadas: a unidade nacional, conquistada no período imperial [...] e a ação civilizatória dos portugueses, que introduziram a unidade religiosa e de língua, a tolerância racial e a mestiçagem, segundo a interpretação paternalista oferecida pela obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e senzala*. Em outras palavras, sublinham-se os dois elementos do “princípio da nacionalidade” [...]. No entanto, estamos também na época da “questão nacional” e por isso uma novidade comparece na definição do povo. Embora sejam mantidas a tese da democracia racial e a imagem do povo mestiço, mescla de três raças, agora, porém, “povo” é, sobretudo, de um lado, o bandeirante ou sertanista desbravador do território e, de outro, os pobres, isto é, “os trabalhadores do Brasil” (CHAUÍ, 2000, p. 38)

Assim, afirmamos que o diálogo de A. de A. com Gilberto Freyre nos instrui que seu saber/fazer geográficos podem ter contribuído para a disseminação da ideia de democracia racial. Continuaremos, agora, nossa incursão na Geografia de A. de A. à luz de Gilberto Freyre. O geógrafo paulista discorre sobre “tipos étnicos”, e sublinha o destaque do negro em “Casa grande & Senzala”; observa, também, os “tipos humanos” que aparecem na referida obra, entre eles os ameríndios, os semitas, os mouros, os holandeses, os italianos e os ingleses, além dos “tipos brasileiros”:

De outra parte, certos tipos de brasileiros foram objeto de observações quanto às suas características próprias e ao seu papel na vida nacional: pernambucanos, baianos e fluminenses, em “Casa-Grande & Senzala”; paulistas, nesta obra, como em “Problemas Brasileiros de Antropologia”; e gaúchos, em “Região e Tradição”. Resta lembrar alguns personagens-tipos de nosso país, *sobretudo o “senhor de engenho”,* personagem central de “Casa-Grande & Senzala”, e os “*mascates*”, focalizados em “Sobrados e Mucambos” (AZEVEDO, 1960, p. 76, grifos nossos).

A. de A. também considerava de interesse geográfico, a discussão freyriana referente à cultura, e compartilhava das ideias de Freyre sobre raça e cultura e, mais especificamente, no que condizia aos “antagonismos e choques de cultura, seus contatos, suas formas, a cultura africana, a cultura árabe e moura, a cultura ameríndia, a cultura mestiça e a nossa cultura” (AZEVEDO, 1960, p. 77). Interessante que o geógrafo paulista, em consonância com o sociólogo, considera que os tipos de habitação são o centro de interesse para o estudo dos choques entre raças, culturas, idades, cores, sexos, etc. (*idem*). Para A. de A. a “grande obra” de Gilberto Freyre é um

farto material que o geógrafo encontra [...] em relação a tais elementos da paisagem, rural ou urbana: a casa-grande, com seus complementos indispensáveis — a capela e a senzala; o sobrado, o mucambo, o “cortiço” — estudados em sua estrutura, em suas funções, em sua intimidade. Neste particular, merece referência especial a monografia intitulada “Mucambos do Nordeste” (Algumas notas sobre o tipo de casa popular rmais primitivo do Nordeste no Brasil), editada pelo Ministério da Educação e Saúde (AZEVEDO, 1960, p. 77).

Além disso, segundo o autor são relevantes os estudos sobre o temperamento humano ou as relações entre a personalidade e o meio, a alimentação e seus problemas e o vestuário. Tais elementos, lembremos, especialmente a habitação e o vestuário, fazem parte dos estudos geográficos sobre os “gêneros de vida” e estão presentes nas representações imagéticas dos “Tipos e Aspectos do Brasil”. No que diz respeito ao “habitat” rural, A. de A. diz que “Casa-grande & Senzala” mostra

um sistema económico (*sic*), social e político, de produção, de trabalho, de transporte, de religião, de vida sexual e de família, de higiene do corpo e da casa, de política. Encontrámo-las analisadas em sua arquitetura, em seus tipos

principais, em suas relações com a vida patriarcal e com o sistema económico de que foram o centro (o “ triângulo” do açúcar), em suas influências sobre o caráter, no seu privatismo, em sua história social, em suas modalidades e exemplos regionais (Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo) (AZEVEDO, 1960, p. 79).

Concernente as reflexões de Freyre sobre a “colonização e o povoamento”, A. de A. considera de interesse geográfico, entre outras coisas,

um dos aspectos principais do povoamento: os antecedentes europeus de nossa formação, o contraste entre o povoamento “sedentário” das plantações, o povoamento errante do Bandeirismo, as características unitárias e diversificadoras de nossa formação, os conceitos de Nação e Região, as condições étnicas e sociais do Brasil atual, as características contrastantes de “continente” e de “ilha”, que continuam a presidir o povoamento de nosso país (AZEVEDO, 1960, p. 77-78).

Dessa citação, a questão sobre “Nação e Região” foi a que, até então, menos exploramos em nosso texto. Em uma primeira mirada, estes conceitos parecem-nos antagônicos, especialmente quando se pensa em integração, pois, enquanto o primeiro remete à unificação territorial, o último está associado à sua fragmentação.

O conceito de região, como vimos teve/tem grande relevância para a Geografia brasileira pós institucionalização, ao tratar de uma forma de organização de um território, em processo de (re)invenção, sob a égide de novas concepções. A importância deste conceito era, então, reflexo de um contexto histórico de transição da ordem social baseada em oligarquias rurais para o estabelecimento do Estado nacional (burguês), que tem como uma de suas características o poder centralizado. Ao longo do período monárquico e da República Velha, os movimentos regionalistas foram, muitas vezes, interpretados como relacionados ao separatismo, embora não houvesse, necessariamente, esta conexão.

Gilberto Freyre foi figura reconhecida como liderança do movimento regionalista do nordeste. Em 1926 ocorreu em Recife o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, no qual o autor de “Casa-grande & Senzala” fez a leitura do chamado “Manifesto Regionalista”. Sobre a questão do separatismo, o referido manifesto pontuou o seguinte:

A maior *injustiça* que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a *superação do estadualismo*, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que *as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional*. [...]. Essa desorganização constante parece resultar principalmente do fato de que as

regiões vêm sendo esquecidas pelos estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com os "direitos dos Estados", outros, com as "necessidades de união nacional", quando a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação inter-regional. Pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais. De modo que sendo essa a sua configuração, o que se impõe aos estadistas e legisladores nacionais é pensarem e agirem inter-regionalmente.[...]. O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de "Estados", uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros e a fazerem às vezes de partidos políticos — São Paulo contra Minas, Minas contra o Rio Grande do Sul — num jogo perigosíssimo para a unidade nacional. Regionalmente é que deve o Brasil ser administrado. É claro que administrado sob uma só bandeira e um só governo, pois regionalismo não quer dizer separatismo, (FREYRE, G. 1996, p. 48, grifos nossos).

Nota-se, a partir da leitura deste excerto, que Freyre criticava a organização do território brasileiro em estados, isto é, de modo federativo. Para ele, a administração do país deveria ocorrer de maneira regional para que pudesse garantir a unidade nacional.

A implementação do Estado Novo foi um momento de (re)formulação de políticas territoriais de maneira que se construía, também, uma nova Geografia material do Brasil, acompanhada de uma nova construção simbólica da identidade nacional (MORAES, 1991, p. 172). Neste ínterim, a temática regional passa a ter centralidade na interpretação da brasilidade. Tal presença pode ser explicada, justamente, porque o Estado Novo representou um movimento de centralização do poder estatal, constituindo forte reação à tendência do pacto federativo da República Velha (MORAES, 2005, p. 98). Além disso,

Num país com a dimensão territorial do Brasil, tal exercício demandava escalas governativas intermediárias entre a esfera federal e o município, e a região se presta bem a tal papel, com a vantagem de ser uma subdivisão definida pelo governo central. Assim, Vargas define a brasilidade como o somatório das culturas regionais do país, concepção que estimula um surto de construção de identidades e de criação de tradições em diferentes partes do território nacional, como estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno (MORAES, 2005, p. 98).

Começamos a esclarecer, então, que a noção de região, enquanto uma maneira de classificação e ordenação do território, especialmente quando se trata de uma área de grande dimensão como o Brasil, se ajusta como uma forma de integração. Por maior que seja a diversidade cultural, é forjado algo que unifica e faz com que todos se reconheçam enquanto pertencentes a tal nacionalidade, que constitui a “visão social de mundo” daquela comunidade. Sobre este tema, em 1948 foi publicado um artigo na Revista Brasileira de Geografia, intitulado “Regionalismo e Unidade Cultural do Brasil”

que diz que “o chamado ‘estudo regional’ tem como objetivo apresentar um quadro integral do padrão cultural de uma área ou de uma nação, ao invés de uma série de estudos não relacionados entre si tratando aspectos isolados daquela cultura” (WAGLEY, 1948, p. 716).

Segundo o autor, há um padrão cultural básico que constitui o Brasil, herdado majoritariamente de Portugal, mas fortemente temperado com elementos africanos e ameríndios. Um dos elementos que demonstrariam a unificação da cultura brasileira é o português enquanto única língua falada no país, diferente de seus vizinhos latino-americanos⁸⁸ (*idem*, p. 717). Ao dizer que o português era a única língua falada no Brasil, o autor negligencia o que era relativo ao negro e ao indígena, tanto em sua forma própria de comunicação, quanto em sua influência na língua portuguesa. No entanto, apesar de acentuar a predominância europeia, o autor considera que a influência cultural de cada uma das três “raças” variava dependendo da região do país. Vale ressaltar que, no momento da escrita do texto, Wagley (1948) considera que já houvera uma construção de estereótipos dos brasileiros sobre seus compatriotas distribuídos pelas diferentes regiões, mas, segundo ele, há algo de real nestas representações:

No Brasil, o homem da rua tem idéias (*sic*) estereotipadas relativas à estrutura da personalidade e aos padrões de comportamento dos seus compatriotas de várias partes do país. O paulista é considerado um negociante enérgico e eficiente; o gaúcho, do extremo-sul, é um vaqueiro de maneiras um tanto rudes; o carioca é astuto e urbano, e o cearense é um comerciante esperto e um andejo que abandona o seu amado torrão por causa da seca (*sic*). Tais estereótipos têm alguma base real. Condições ecológicas diversas e diferentes fatores (*sic*) históricos, combinados com difíceis comunicações entre uma parte e outra deste (*sic*) enorme país, produziram regiões do Brasil um tanto distintas, cada uma com sua versão característica da cultura nacional brasileira (WAGLEY, 1948, p. 716).

É possível perceber que o autor se apoia no conceito lablacheano de gêneros de vida para justificar as diferenças culturais de cada região, ainda que cada uma se apresente enquanto “uma versão da cultura brasileira”. Baseando-se em critérios como clima, relevo, composição racial da população, passado histórico, padrões culturais e instituições modernas, Wagley (1948) divide o Brasil em seis regiões: o vale do Amazonas, a costa do nordeste, o nordeste árido, os estados médios industriais, a região sul e a fronteira do “oeste selvagem”. Em seguida ele caracteriza cada uma delas. A título de exemplo, iremos reproduzir o que ele escreve sobre o vale do Amazonas:

⁸⁸ Para esta afirmação, o autor desconsidera “alguns europeus inassimilados” e os “relativamente poucos índios nas matas”.

O vale do Amazonas é uma baixada tropical, úmida, coberta em sua maior parte por uma floresta espessa (*sic*) e *monótona*, embora ocorram planícies relvasas e, ocasionalmente, serras pouco elevadas. O grande sistema fluvial formado pelo Amazonas e seus afluentes proporcionou ao homem um meio de transporte fácil, e a maioria da população amazônica vive ao longo das vias líquidas. A mata tropical fornece as *atividades econômicas características da região — a coleta de produtos florestais (castanha-do-pará, borracha, cocos, madeiras, timbó, etc.)*. A população da Amazônia tem uma forte componente ameríndia; *os índios contribuíram mais para a cultura da região amazônica do que para a de qualquer outra parte do Brasil. Somente poucos escravos negros foram importados para a região, e a população básica do vale consiste de mestiço de português e índio*. A cultura dos habitantes rurais é fortemente influenciada por padrões culturais ameríndios. Até o século dezanove, a "língua geral", uma forma modificada da língua aborígine tupi-guarani, era a língua mais falada na região. As técnicas agrícolas amazônicas, as crenças populares e o folclore têm basicamente padrões ameríndios. Os curandeiros que curam o doente pelas práticas de sucção e massagem, e os contos populares amazônicos recordam Zeurupari, um demônio da mata que foi outrora um ente sobrenatural indígena. A região amazônica é caracterizada por uma ecologia característica, por um resíduo pronunciado de padrões culturais indígenas na cultura moderna e por um forte elemento ameríndio na população (WAGLEY, 1948, p. 717-718, grifos nossos).

A representação do brasileiro da região do vale do Amazonas é, então, o mestiço do indígena com português em que predomina a herança cultural indígena. De acordo com o autor, os elementos físicos e biológicos influenciariam o modo de vida destes. As outras regiões do Brasil elencadas por Wagley (1948), possuem o mesmo padrão de caracterização apresentado para a região do vale do Amazonas. Ao falar da região do “sertão árido”, o indivíduo-tipo sertanejo é o “vaqueiro do nordeste” descrito de maneira idêntica aos que aparecem na publicação “Tipos e Aspectos do Brasil”, assim como é representado iconograficamente por Deffontaines, no texto “Pequeno guia do viajante ativo”. O brasileiro sertanejo seria o mestiço do português com o indígena. No entanto, segundo o autor, apesar da força dos elementos ameríndios na população, o índio não influenciou a cultura do Nordeste árido como fez na Amazônia: “Os padrões culturais da região são basicamente ibéricos, mas fortemente marcados pela necessidade de adaptar a vida humana a um meio hostil e inóspito” (WAGLEY, 1948, p. 718).

O autor também apoiou-se na obra euclidiana “Os sertões”. Assim como “o vaqueiro do nordeste”, a caracterização do “vaqueiro do sul” também é uma repetição das ditas referências. Nessa região há grande influência europeia, de maneira que é caracterizada por “duas variedades da cultura brasileira – a européia (*sic*), recente, e a luso-brasileira, gaúcha” (*idem*, p. 718). Na região da costa do nordeste, o elemento negroide é mais forte do que em qualquer outra parte do país. Há uma mistura da cultura africana e ibérica. A obra “Casa-grande & Senzala” é referência para o autor quando se trata desta

região. Já a região dos “estados médios”, formada por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e parte do Rio Grande do Sul, corresponde ao “Brasil industrial”, pois

A maioria das rodovias e ferrovias do país, a maior parte da sua indústria pesada, o maior número de universidades modernas, de laboratórios de pesquisas, de escolas de comércio e instituições culturais, e a maior parte de sua agricultura comercial, encontram-se nesta parte do Brasil. É nesta região que a tecnologia do mundo ocidental foi introduzida com maior êxito, e da qual se difunde a moderna cultura do ocidente para o resto do país (WAGLEY, 1948, p. 718).

Este trecho é particularmente importante porque demonstra que, apesar de reconhecer a diversidade cultural existente na nação brasileira, a tendência esperada é que a “moderna cultura do mundo ocidental”, traduzida pela industrialização e suas consequências, seja difundida para o “resto” do território brasileiro, que ainda se encontra “atrasado” e afeito às tradições. Esta perspectiva tende a sugerir que a industrialização seria o motor de desenvolvimento que sanaria as desigualdades regionais pulverizadas no país.

De acordo com Monbeig (1949, p.1145) “as técnicas mudam lentamente e com elas os gêneros de vida”. Para este autor, tradição é aquilo que se

“transfere” e cada transferência acarreta, ao mesmo tempo, uma perda de conhecimentos adquiridos e a transmissão de uma certa experiência. Tem-se, pois, que reencontrar o que se perdeu e pouco resta para acrescentar, ainda, algo de novo. A tradição, verdadeira diretora das sociedades humanas é, pois, a inspiradora profunda dos gêneros de vida, ao mesmo tempo que freia a evolução (MONBEIG, 1949, p. 1145).

Estas considerações deixam clara a visão de evolucionismo cultural, que caminharia *pari passu* ao avanço da técnica. A ideia de que a “tradição freia a evolução” remete à necessidade de “superação” das tradições. Assim, quando pensamos no debate intelectual da época acerca da identidade brasileira, pautado em tradição *versus* modernidade, é nítida a preferência de Monbeig pela “modernidade”. O exemplo da evolução cultural/técnica da Europa ocidental é bastante representativo desse processo e mostra que os avanços tecnológicos pós-Revolução Industrial foram capazes de acelerá-los, de maneira que os gêneros de vida se modificam, mas não desaparecem:

Não obstante, os gêneros de vida não são imutáveis. Pode-se especialmente na Europa Ocidental, e também, na maior parte da Europa Central e ao redor de todo o Mediterrâneo, retrair as mudanças pelas quais passaram essas regiões e aproximadamente datá-las. [...] A mais antiga modificação remonta à cultura regular de um torrão, constantemente ocupado, em tórno (*sic*) das aglomerações. Passou-se então de uma cultura nômade, feita por surribamentos temporários com o auxílio de incêndios, a uma ocupação fixa da terra. A comunidade daí por diante cultivou o solo, sucedendo-se cada ano as várias produções. A técnica da rotação das culturas substituía a cultura itinerante sôbre (*sic*) queimadas. No entanto, a maior parte do terreno *continuava inutilizada*. Entre cada grupo de

casas e cada mancha de solo cultivada *estendiam-se vastos espaços incultos, bosques, pântanos, prados naturais, uma espécie de sertão ou de mato*. Para aí levava-se o gado a pastar, aí faziam-se provisões de lenha, colhiam-se os frutos das árvores, e caçava-se. No século XVIII deu-se uma segunda transformação pela prática de forragens artificiais. Em lugar de reunir uma manada coletiva, [...] tornou-se possível, então, estacioná-las em prados feitos pelos homens, ao mesmo tempo que se podia utilizar constantemente a terra cultivada em lugar de deixá-la repousar um ano em cada dois ou três anos de trabalho. *A organização comunitária com isso recebeu um choque*. Com efeito, cada um de seus membros *pôde e preferiu dissociar-se dela, trabalhando separadamente, possuidor de seu próprio campo e de seu rebanho, cuidadosamente fechados em cercados ou no interior e limites cadastrados e juridicamente conhecidos* (MONBEIG, 1949, P. 1146, grifos nossos).

Monbeig apresenta a evolução das técnicas e as conseqüentes modificações que elas promoveram nos “gêneros de vida” como uma ocorrência “natural”. Além disso, sua interpretação é calcada por uma visão “moderna” de sociedade, em que a natureza deveria ser “domada” e a terra apropriada e utilizada. Esta ideia fica clara quando o autor comenta sobre a substituição da cultura itinerante pela rotação de culturas. Segundo ele, esta, apesar de ter representado um “progresso técnico” em relação à prática anterior, “ainda mantinha a maior parte do terreno inutilizada”, uma “espécie de sertão”. Outro aspecto que nos chamou a atenção neste excerto é quando Monbeig trata do organização comunitária. De acordo com ele, tal forma de organização foi afetada porque, ao ter condições para possuir seu “próprio campo e rebanho, os membros da comunidade *preferiram dissociar-se dela*”, ou seja, ele apresenta esta mudança como uma *escolha* e não como uma *imposição*, pois não menciona a violenta política de “cercamento” que fez parte desse processo. Monbeig continua sua análise:

Ainda mais radical foi a mudança do século XIX. *Entram em ação* os adubos químicos e, com eles (*sic*), a sucessão ininterrupta de culturas, colheitas *mais abundantes, as possibilidades de vender, entreter relações comerciais com outros grupos* e de especializar-se na produção mais apropriada às condições naturais. *Surge a máquina nos campos* - charruas aperfeiçoadas, ceifadeiras, segadoras, debulhadoras, semeadoras, arrancadoras de beterraba. *As aldeias, ao mesmo tempo, saem definitivamente de seu isolamento*, pois cada uma se liga às vizinhas, depois às cidades por meio de uma rede (*sic*) cerrada de caminhos calçados, de estradas de grande circulação. [...] Foi graças à nova rede (*sic*) de estradas e às estradas de ferro que os *aperfeiçoamentos técnicos atingiram as aldeias, mas foi também devido às estradas e aos caminhos calçados que as sociedades camponesas puderam extrair tôdas (sic) as conseqüências (sic) dêsses (sic) aperfeiçoamentos técnicos*. A revolução das estradas do século XIX, quebrando os quadros estreitos da agricultura, a fêz (*sic*) entrar nos circuitos comerciais *regionais e nacionais e associou-a a uma economia mundial*. Desde então, *não houve mais muita coisa em comum entre os gêneros de vida rurais modernos e os das épocas anteriores*. Recorrendo a uma imagem, podemos dizer que a cultura permanente dos torrões e a introdução das culturas de forragem tinham simplesmente modificado os gêneros de vida, *enquanto no século XIX eles (sic) experimentaram uma revolução completa*. O caráter revolucionário das transformações do século XIX acentua, ainda, a surpreendente estabilidade que até então caracterizava os gêneros de vida. Há menos diferença entre a vida de uma aldeia do século X e a de uma do século XVII, do que entre as técnicas

culturais de 1850 e as de 1900. Não será muito ousado reconhecer uma continuidade que se estende do neolítico até o século XIX, continuidade que foi brutalmente interrompida pela revolução contemporânea (MONBEIG, 1949, p. 1146, grifos nossos).

O autor apresenta as transformações técnicas apenas sob uma perspectiva positiva, sem questionar as consequências sociais do “surgimento” da máquina no campo, por exemplo. Para ele, a melhoria das estradas possibilitou que as “sociedades camponesas” pudessem extrair as consequências do aperfeiçoamento técnico. O que Monbeig chama de “revolução completa do gênero de vida rural” foi a transformação da terra em propriedade privada e a expulsão de muitos camponeses, que se tornaram mão de obra para as fábricas nas cidades. Era o “progresso” chegando à Europa.

Guardadas as especificidades históricas, pode-se dizer que juntas, as duas citações nos apresentam um panorama da evolução cultural e técnica as quais esperava-se que o Brasil (e os demais países tropicais) vencesse. O grande desafio era o alcance dos “sertões” brasileiros ou, na classificação feita por Wagley (1948), o “oeste selvagem”. Segundo este autor, esta região era uma “grande fronteira moderna de povoamento”, isto é, que se caracteriza como uma área em movimento e instabilidade, onde os limites se modificam à medida que a civilização vai “conquistando” o território:

A oeste destes (*sic*) Estados médios industriais, no coração da América do Sul, nos Estados de Goiás e Mato Grosso, *encontra-se uma grande fronteira moderna de povoamento*. O território, entre os rios Xingu e Tapajós, em Mato Grosso, está apenas parcialmente explorado. *É habitado somente (sic) por algumas tribos de índios, que se contam entre os poucos selvagens do mundo que ainda permanecem intactos*. Outras áreas deste (*sic*) grande Far-West já estão parcialmente povoadas e as condições sociais geralmente associadas com a fronteira estão presentes. *A lei e a ordem são frouxamente organizadas; existem malvados conhecidos que "têm muitas mortes nas costas" e os cidadãos nas pequenas cidades andam mais ou menos armados*. Prospectores e garimpeiros exploram constantemente o sertão, e quando eles (*sic*) fazem uma importante descoberta surgem da noite para o dia cidades ligadas ao *surto de progresso*. O Far West neste período particular de sua história é uma região somente porquanto ele (*sic*) reflete uma cultura de fronteira dinâmica. A população vem atraída de todas (*sic*) as regiões do Brasil e contém europeus, negros; índios e misturas de todos os graus concebíveis desses (*sic*) três elementos. Grande parte do Far West, é de terras boas para lavoura e criação de gado, e o Brasil está levando a efeito um movimento chamado "A Marcha para Oeste", a fim de atrair brasileiros da costa para esta região a desenvolver (WAGLEY, 1948, p. 719-720, grifos nossos).

Um aspecto chave deste trecho para compreendermos o processo de (re)invenção da identidade brasileira e sua relação com os conceitos de nação e região, é que o “oeste selvagem” foi classificado como uma região do Brasil somente devido à sua característica de “fronteira dinâmica”. Nela há um processo em que, apesar de “a lei e a

ordem” ainda não estarem presentes, o Estado já se encontrava em vias de “colonizar” esta área. O que se fazia estritamente necessário, tendo em vista os “malvados” e os “índios selvagens” que lá viviam. O “*Far West*” do Brasil, então, caracterizava-se enquanto tal por estar, na época, em um momento de “vir-a-ser”.

Não há, nesta região, um indivíduo-tipo definido, tampouco um gênero de vida próprio, mas ela exibiria potencialidades para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para sua integração ao Brasil moderno, representado no trecho pelas intenções de utilização das áreas para atividades de lavoura e pecuária.

Para Wagley (1948), como foi dito, cada região representa uma “versão da cultura brasileira” e, apesar da grande diversidade, há algo de comum entre elas: a influência portuguesa:

Estas seis regiões, indicadas como foram nos seus simples esboços, apresentam, a meu ver, *versões especializadas de uma cultura nacional brasileira*. Apesar dessas diferenças marcantes de uma região do Brasil para outra, parece-me contudo haver uma *moldura geral de uniformidade de cultura*, que caracteriza o Brasil como nação e como *área cultural diferente das outras culturas nacionais e regionais do Hemisfério Ocidental e das culturas européias (sic)* em geral. Conforme diz *Gilberto Freire (sic)* no seu livro *Brazil: An Interpretation*, há em todo o Brasil um "mínimo salutar de uniformidade cultural básica", que é composta em sua maioria de *padrões culturais e valores portugueses (sic)*, por conseguinte europeus. Embora as influências ameríndias sejam fortes em uma parte do país, as influências africanas em outra, e as influências européias (*sic*) recentes em outra ainda, foram *os portugueses (sic) os governadores e, sensu lato, os criadores do Brasil como nação. Os povoadores portugueses formaram uma importante componente do povo brasileiro do vale do Amazonas no norte, ao pampa no extremo sul. Os portugueses (sic), de certo modo, devem ser considerados como os formadores do denominador comum de todo o Brasil* (WAGLEY, 1948, p. 720, grifos nossos).

Wagley (1948), por meio de um “discurso geográfico”, reforça a ideia de um “mito fundador originário” essencialmente europeu/português. Desse modo, ele apresenta/representa uma concepção articulada ao “pensamento” da classe dominante, que se quer “branca”, “moderna”, “civilizada” e “europeia”. A chegada dos lusitanos formou, então, as bases de seu “mito fundador” no sentido discutido por Chauí (2000), já comentado, mas que convém lembrar:

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso

que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (CHAUI, 2000, p. 7).

O discurso que compreende o colonizador europeu como aquele responsável por levar a civilização para os “povos primitivos”, manteve-se como pensamento hegemônico das classes dominantes no Brasil. E, a partir do debate travado no contexto da *intelligentsia*, se espalhou nas ciências em geral – dentre as quais, a Geografia – ao longo do período que estamos estudando. A ideia de “desbravamento” dos sertões aparece como uma nova roupagem desta ação. Tal questão, inclusive, está diretamente relacionada ao pensamento sobre as raças, mais especificamente, a supervalorização da “raça” branca em detrimento da “negra” e da “indígena” na cultura do Brasil, ainda que o indivíduo “mestiço” tenha sido eleito como o “típico” brasileiro.

Wagley (1948), afirma que o componente unificador da cultura nacional é a herança portuguesa. Tal pensamento participa da construção de um imaginário que coloca o Brasil como uma nação “branca”, ao mesmo tempo em que difunde o mito da democracia racial. A figura do mestiço, muitas vezes, é representada com características do branco europeu e, o Brasil enquanto “país do futuro” tem, entre suas potencialidades, o “branqueamento” de sua população.

Uma das formas de difundir esta “visão social de mundo”, sobretudo na era Vargas, foi por meio da instituição escolar (NAVA, 2007). A. de A., como sabemos, esteve vinculado e exerceu importante papel, tanto no que tange ao currículo do ensino ginasial e colegial, quanto na elaboração de livros didáticos para estes níveis de ensino.

Carmen Nava (2007), ao discutir a formação dos futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras durante o período de 1937 a 1945, analisa a forma como a questão racial era representada em algumas cartilhas e livros didáticos elaborados sob o crivo estadonovista. Entre eles, aparece como exemplo o livro “Geografia do Brasil”, de A. de A, mais especificamente o capítulo intitulado “tipos étnicos” e que tinha seu conteúdo dividido pelos seguintes temas: “a maioria dos brasileiros descende de europeus”; “os mestiços constituem um importante elemento da população”; “o elemento negro na população brasileira”; “os índios viviam isolados da civilização”; “o elemento asiático tem pouca representação”; outros tipos étnicos também são citados, como o *caboclo*, *mameluco*, *gaúcho* e *cafuzo* (NAVA, 2007, p. 120).

Segundo a autora, o texto contido no livro “transmite mensagem eugênica por meio da ênfase no tipo europeu branco, como se traços biológicos desejáveis pudessem ser desenvolvidos nos brasileiros e traços degenerativos pudessem ser eliminados” (*idem*, p. 121). Em seguida, Carmen Nava reproduz a imagem que acompanha os escritos do geógrafo paulista:



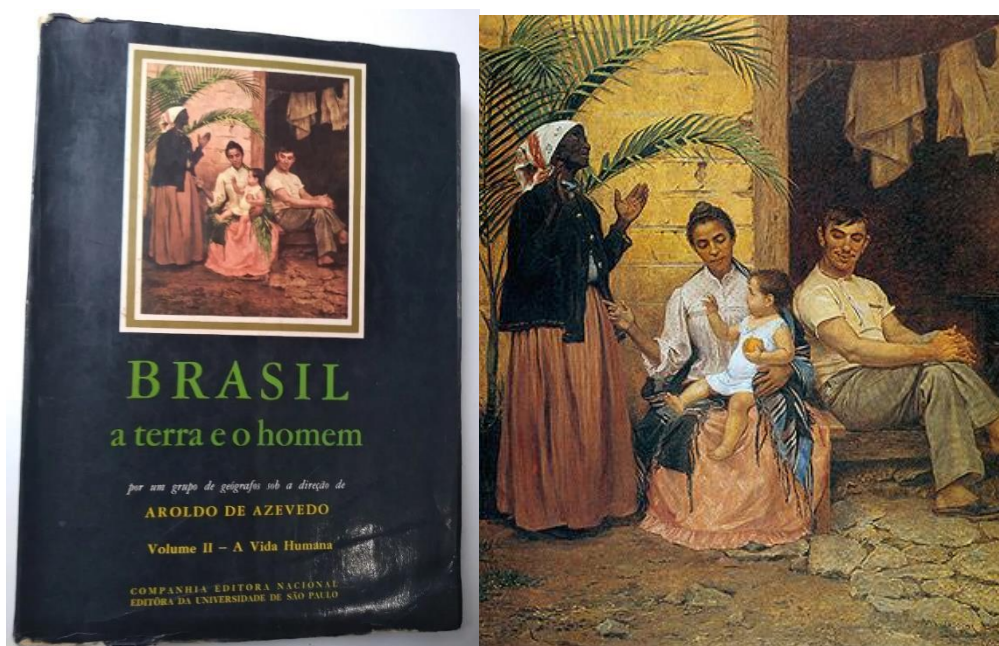
Figura 8: Imagem ilustrativa da população brasileira presente livro “Geografia do Brasil” de Aroldo de Azevedo. Fonte: Nava (2007, p. 121)

Esta imagem acompanha a seguinte descrição: “mais da metade da população de nosso país é constituída por indivíduos de cor branca, descendentes de europeus. Os mestiços correspondem a cerca de 30% e os negros a menos de 10%” (AZEVEDO, 1948, p. 102 *apud* NAVA, 2007, P. 122). Segundo a autora, esta imagem é “uma metáfora visual [...] que coloca em primeiro plano a figura que representa a maioria branca e isso reforça a tese de que o Brasil é uma nação branca” (*idem*), e continua sua análise:

Representando metade da população do país, a figura branca predomina como gigante sobre os outros tipos. A figura um pouco menor do mestiço tem pele escura mas traços identificáveis; as representações dos outros tipos étnicos aparecem com feições imperceptíveis. Na interpretação mais literal, a ilustração pode ser vista como uma espécie de gráfico de barras da população brasileira sobreposto ao mapa do território nacional para fins de efeito visual. Entretanto, outra leitura possível destaca as figuras classificadas de “mestiços”, “negros”, “índios” e “diversos” ocupando um fundo cada vez mais distante, enquanto a figura chamada “brancos” domina o primeiro plano. Seja como for, o autor do livro [...] parece concluir que a população do Brasil está embranquecendo e essa tendência é construtiva (NAVA, 2007, p. 122).

Outro documento que atesta a relação de A. de A. com a “teoria do branqueamento” é o livro “Brasil: A Terra e o Homem, vol. II: A vida humana”, organizado por ele, pois a edição de 1964, pela Companhia Editora Nacional, contém em sua capa a reprodução da pintura “A redenção de Cam” (Figuras 9 e 10), de Modesto Brocos. Essa pintura foi

realizada no final do século XIX, mais especificamente em 1895, em um contexto de transição do Império para a Primeira República, período em que a temática da identidade nacional estava em efervescência – afinal, o Brasil havia sido “fundado”, mas faltava “fundar o povo”. Apesar de, posteriormente a imagem do mestiço ter sido valorizada e ter se tornado símbolo nacional, como vimos, esta ainda se encontrava associada ao ‘atraso’ do Brasil. Vamos as imagens.



Figuras 9: Capa do livro Brasil a terra e o homem vol. II e 10. Pintura “A redenção de Cam”, (LOTIERZO, T. H. P.; SCHWARCZ, . 2013): à esquerda encontra-se a capa do livro “Brasil: a Terra e o Homem, organizado por Aroldo de Azevedo e que possui como capa a pintura “A redenção de Cam”. À direita encontra-se a mesma pintura em tamanho ampliado para que seja possível ver melhor os detalhes da obra.

Esta pintura é uma imagem clássica para o debate das questões raciais, tanto que foi apresentada em 1911, em Londres, no I Congresso Internacional das Raças pelo médico, antropólogo e à época diretor do Museu Nacional de Belas Artes, João Batista Lacerda (CAUDILHO, 2015, p. 29). Na imagem aparecem três pessoas adultas, uma senhora negra, uma mulher mestiça, de pele mais clara que segura um bebê “praticamente branco” e um homem branco, que olha com orgulho para a criança, denotando ser esta sua filha. Ao que tudo indica, as duas mulheres e o bebê representam três gerações que foram “clareando” seu tom de pele à medida que realizavam o “cruzamento” com homens brancos: “o que sugere a trajetória pretendida pelo projeto político-social de branqueamento da população, iniciado na primeira década do século XX” (*idem*).

Naquele momento, o quadro representava “o pensamento científico da *intelligentsia* brasileira, que identificava no negro sinônimo de inferioridade e degenerescência, e via

na miscigenação, a fim de branquear a população, uma possibilidade de tornar o país civilizado” (*idem*). Na pintura há uma alusão ao atraso e à modernidade representados pelo chão: enquanto a mulher negra pisa (descalça) em um chão de terra batida, a mestiça se encontra na transição e o homem branco pisa em uma área em que existe calçamento.

Ainda que posteriormente o tema da raça tenha sido “substituído” pelo de “cultura”, especialmente com Gilberto Freyre, a ideologia do progresso e da modernização continuava atrelada à cultura branca europeia e se mantinha a necessidade de “desbravar” os sertões para que se conseguisse alcançar as potencialidades almeçadas para o alcance do “Brasil do Futuro”. Assim, pode-se dizer que se manteve a ideia de “superioridade branca” sob novas roupagens, que estava inclusive, presente na capa desta obra.

Dois textos do geógrafo paulista são interessantes para esta discussão, são eles: “O Império Colonial Português e o Brasil: um esboço de geografia política”, escrito em 1940; e “Aldeias e Aldeamentos de índios”, publicado quase 20 anos depois. O primeiro subsidia a investigação acerca de qual é a perspectiva de A. de A. sobre Portugal e seu Império, tendo em vista que o Brasil havia sido colônia do país lusitano e se encontrava independente dele. O subtítulo “um esboço de geografia política” oferece-nos pistas sobre sob qual viés o tema será tratado.

Há um diálogo entre este texto e o “Geografia a serviço da Política”, do mesmo autor, que comentamos nos capítulos iniciais desta pesquisa, quando nos referimos à ideia de “neutralidade” da ciência que embasava os seus estudos. Ambos os textos são pautados em conceitos da Geografia Política, tais como *posição* e *idade*. Pode-se dizer que seus conteúdos estão alinhados ao mito do “país do futuro” que, por sua vez, encontra-se atrelado ao mito do Brasil como um “país jovem”.

Com efeito, por numerosas razões, sentimos que o nosso país começa a preparar-se para uma nova etapa em sua vida política — a adolescência ou mocidade, depois de haver consolidado sua estrutura interna e após “ter posto a casa mais ou menos em ordem”. Teremos provavelmente uns 14 ou 15 anos, o que significa que estamos passando por um período tão difícil e tão crítico como o que sofre o jovem adolescente. [...] Sofremos os efeitos de uma verdadeira crise de crescimento. Cumpre aguardar, com paciência e com sabedoria, o fim dessa fase realmente difícil, penosa e delicada, porque não tardaremos a assistir ao início de nova e importantíssima etapa de nossa existência como Estado. Tão jovem assim, é compreensível que o Brasil represente um papel bastante modesto quanto aos fins político-econômicos. Encontrámo-nos (*sic*), ainda, no puro terreno das probabilidades, a este propósito, pois as perspectivas de tais problemas se projetam para um futuro muito remoto (AZEVEDO, 1955, p. 61-62).

Nota-se, a partir deste excerto, que a ideia de “futuro promissor” que estava reservado para o Brasil está diretamente relacionada ao aumento da importância político-econômica do país no cenário internacional. Para tanto, seriam necessárias tanto a consolidação e dominação de seu território interno, quanto a conquista de novos territórios. E A. de A. continua, apresentando, “possibilidades futuras” para “amadurecimento” do Brasil:

Dominaremos um dia, pelo menos no ponto de vista económico (*sic*), a totalidade da Bacia Amazônica? É muito provável. Acontecerá o mesmo em relação à Bacia do Prata, cujos grandes rios formadores têm suas cabeceiras e larga extensão de seus cursos em terras brasileiras? Possivelmente, [...] Aspiraremos, um dia, controlar as costas africanas, que nos são opostas, a fim de realizar o sonho de fazer do Atlântico Sul um grande “lago” brasileiro? A hipótese pode parecer por demais audaciosa, talvez mesmo algo quixotesca; contudo, poderá alguém formular argumentos em contrário, perentórios e irrefutáveis? [...] Estou plenamente convencido de que, uma vez atingida sua plena mocidade, o Brasil não poderá se contentar com os seus 8 e meio milhões de km². Teremos, então, o nosso verdadeiro Império Colonial? Julgo que não. Mas poderemos nos utilizar, com inegáveis vantagens, dos territórios colonizados pelos portugueses (*sic*) (AZEVEDO, 1955, p. 64-65).

Esta ideia de expansão do território brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos domínios coloniais portugueses, é melhor desenvolvida, no artigo “O Império Colonial Português e o Brasil: um esboço de geografia política”. A época em que este texto foi escrito se caracterizava por muita turbulência política na Europa, assolada por uma “grande guerra” havia pouco ao mesmo tempo em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial.

Uma das preocupações de A. de A. no artigo diz respeito ao destino das terras coloniais pertencentes ao “pequenino Portugal”, “potência de segunda categoria”, neste contexto em que as grandes potências poderiam vir a concordar em “repartir com o lobo nazista esse pacato rebanho de ovelhas que até aqui tem obedecido ao cajado envelhecido dos portugueses” (AZEVEDO, 1942, p. 348)⁸⁹.

O autor traça, então, toda uma síntese sobre o processo histórico de formação do Império Português, sua extensão territorial e importância econômica, em um estilo bastante descritivo. No entanto, algumas passagens nos chamaram a atenção, pois, embora este texto não trate diretamente do tema ao qual estamos estudando (a relação

⁸⁹ Este texto foi apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1940 em Florianópolis. A referência que estamos utilizando, no entanto, é a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicado somente em 1942.

de A. de A. com o embranquecimento da população e a colonização interna praticada pelo Estado por meio do desbravamento dos sertões), alguns aspectos nos pareceram importantíssimos para nossa discussão. Vejamos. Quando ele comenta sobre os motivos pelos quais os domínios coloniais portugueses tinham, até então “sobrevivido”, entre eles está o sistema de colonização executado por Portugal:

A base do sistema colonial português tem sido o respeito aos direitos do indígena e a colaboração que deles recebem. Mais que isso: *o colono procura se integrar em o novo meio, adapta-se às novas condições de vida e faz da colônia aquilo que ela deve realmente ser – um verdadeiro prolongamento da Pátria-mãe.* Referindo-se à política colonial portuguesa, o ilustre dr. Fernando Emídio da Silva, em conferência realizada em São Paulo, resumiu-a em dois grandes objetivos: 1º – Impor-se por um temor salutar; 2º – Ganhar a confiança dos indígenas pelas benfeitorias realizadas. Em relação aos indígenas, garante-lhes Portugal a sua proteção e assegura-lhes a propriedade. Os seus usos e costumes vêm-se respeitados pelas próprias autoridades coloniais, desde que não ofendam as leis da humanidade (AZEVEDO, 1942, p. 351, grifos nossos).

Para A. de A. não houve violência física e imposição cultural dos portugueses em relação aos indígenas, assim como para Gilberto Freyre, em “Casa Grande & Senzala”, houve uma relação harmônica entre os colonizadores portugueses e seus escravos africanos. O geógrafo paulista afirma que os usos e costumes dos indígenas seriam respeitados “desde que não ofendessem as leis da humanidade”, o que significa, na prática, as leis da civilização europeia, o que nos parece um tanto contraditório e unilateral.

Posteriormente, ele faz a seguinte observação: “Colonizando da maneira inteligente por que tem feito, Portugal vai difundindo a sua raça e a sua cultura em terras da África, da Ásia e da Oceania. Os indígenas passam a ter uma “consciência (*sic*) portuguesa”; e isto é muito em se tratando de colonização” (AZEVEDO, 1942, p. 354). Com este trecho fica claro que, para A. de A. a cultura portuguesa se sobrepôs às demais, tanto no Brasil quanto em outras colônias de Portugal e ele não questiona como essa sobreposição ocorreu.

A língua portuguesa, segundo ele, seria um traço de união, fundamental para os territórios do Império português. Para A. de A., o Brasil deveria se interessar pelo destino de tal Império, porque teria potencialidade de assumir sua liderança:

Mas somos dos que acreditam que os povos que falam a língua portuguesa poderão vir a ser dirigidos ou liderados pelo Brasil, mesmo sem que laços políticos os unam. Tal como André Siegfried sonha para a raça branca a possibilidade de ter um líder a guiá-la (papel que viria a caber aos Estados-Unidos), cremos não ser improvável que os milhões de brasileiros – somos hoje,

43, mas poderemos ser 100 milhões daqui a 50 anos – venham a orientar os milhões que se acham espalhados em Portugal e nos seus domínios (AZEVEDO, 1942, p. 354).

Se A. de A. concorda que os Estados Unidos poderiam ser os supostos líderes da “raça branca”, ele não explica exatamente o que significaria a “liderança” brasileira para os países lusófonos. O que, afinal, eles teriam em comum além da língua? Não nos esqueçamos de que, para o geógrafo paulista, a colonização portuguesa difundiu a cultura daquele país às suas colônias e ex-colônias, a língua seria apenas o mais evidente destes elementos.

Ao tratar de possíveis semelhanças entre Brasil e Angola, por exemplo, A. de A. apresenta, entre os traços de união significativos, aspectos econômicos e de Geografia Física e só ao final comenta quanto as semelhanças étnicas relacionadas aos negros:

Acrescentem-se a isso tudo mais três traços de união não menos significativos: a identidade de recursos econômicos, já que, como aquele domínio português, temos nos produtos tropicais a base de nossa economia agrícola; a identidade geológica – um embasamento cristalino sobre o qual se assentaram terrenos de idêntica idade geológica (paleozóica), pois constituíram mesmo o chamado Continente de Gondwana, tão bem identificado pela flora de "glossopteris" – conforme patenteia o mapa que figura na grande obra de Alfredo Wegener; e, ainda, os pontos de contacto (*sic*) sob o ponto-de-vista étnico, uma vez que foi de Angola que vieram para o Brasil os mais fortes contingentes de escravos "bantus", os quais se destinaram aos mercados distribuidores de Recife e do Rio de Janeiro, e foram constituir o fundamento de grande parte de nossa população de negros e de mestiços (AZEVEDO, 1942, p. 356).

Apesar de o geógrafo paulista reconhecer a influência dos africanos negros na população brasileira, este texto gira em torno de um “imperialismo do Brasil”, país composto, segundo ele, majoritariamente por pessoas brancas, conforme vimos anteriormente. Além disso, em uma nota de rodapé, concernente à questão da influência dos negros na ex-colônia portuguesa, A. de A. cita como referência Nina Rodrigues, um dos maiores teóricos eugenistas brasileiros.

No que diz respeito aos indígenas, o texto “Aldeias e aldeamentos de índios”, nos traz algumas informações importantes acerca da perspectiva azevediana a respeito desses povos. Embora o texto aborde aspectos da Geografia Urbana, pois o autor objetivava analisar os “embriões de cidades brasileiras”, este não se furta a comparar as cidades e as aldeias:

Não nos parece possível negar que uma aldeia de índios, a exemplo de qualquer outro aglomerado de povos primitivos, constitui um fato geográfico, um dos elementos da paisagem brasileira, um daqueles “fatos de ocupação improdutiva do solo”, de que nos fala Jean Brunhes. No entanto, em virtude de uma tradição

que bem precisa ser revista, tal aspecto não tem merecido as atenções dos geógrafos patricios, sendo considerado um patrimônio exclusivo da Etnologia ou Antropologia Cultural. Em relação à Geografia Urbana brasileira, muito reduzida é a importância de tais aglomerados, se os considerarmos em seu sentido mais restrito, isto é, o povoado construído pelos próprios índios, com os recursos de sua técnica primitiva e de acordo com sua cultura, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada. De fato, assim entendida, a aldeia de índios não pode ser considerada um embrião de cidade, em nosso país. Todavia, o assunto deve merecer nossa atenção porque muitos elementos originais característicos desses (*sic*) aglomerados indígenas, vêm-se conservados nos aldeamentos resultantes da aculturação e organizados sob as vistas dos Missionários catequistas ou dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (S. P. I.). Isto justifica a referência que ora lhes fazemos, se bem que de maneira muito sintética (AZEVEDO, 1959, p. 23).

Este trecho é bastante elucidativo com relação à compreensão de A. de A. sobre os indígenas: povos primitivos, com técnicas primitivas e, como tal, suas aldeias constituem um “fato geográfico”, mas não podem ser consideradas embriões de cidades. A ideia de “ocupação improdutivo do solo” está diretamente relacionada à sociedade moderna capitalista.

Religando com o que estávamos analisando anteriormente, a modernização do Brasil, isto é, o “desbravamento” dos sertões e sua integração à modernidade, nada mais foi do que a apropriação do território e das pessoas no sentido capitalista, ou seja, como recursos (naturais e humanos). As cidades, sobretudo os grandes centros urbanos, são entendidos como um dos principais símbolos da modernização, portanto, para se pensar em sua forma embrionária relacionada aos indígenas, deveria-se ter em conta os aldeamentos, na medida em que foram resultantes da extermínio dos índios por meio da intervenção da “civilização”. Nota-se, aí, que a referida “proteção” aos indígenas consistia, na verdade, no seu extermínio ou “assimilação”.

Os aldeamentos seriam, então, “de origem religiosa ou leiga [...]. Tal expressão tem sido empregada em nosso país exclusivamente nesse sentido; serve para distinguir tais aglomerados “criados”, daqueles tipicamente “espontâneos” (AZEVEDO, 1959, p. 27). Interessante que este texto, dialoga com o outro, pois traz algo da colonização portuguesa e a maneira lusitana de lidar com os indígenas:

Dentro das diretrizes emanadas do próprio Rei de Portugal — que, no Regimento dado ao governador Tomé de Souza considerava como “grande inconveniente os gentios, que se tornarem cristãos, morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles” — e, naturalmente, procurando cumprir o programa traçado por Inácio de Loyola, o primeiro Provincial da Companhia de Jesus, no Brasil — o padre Manuel da Nóbrega compreendeu, desde logo, que, para cristianizar e trazer os índios para nossa civilização, era preciso reuni-los e aldeá-los (AZEVEDO, 1959, p. 27).

Apesar de não ser uma novidade histórica, esse trecho nos mostra uma continuidade no pensamento de A. de A. no que diz respeito aos indígenas e à colonização portuguesa no Brasil. Quanto aos aldeamentos, o autor pontua dois os aspectos de maior interesse para os geógrafos: o número de aldeamentos criados e a área abrangida por eles:

No que se refere ao número de aldeamentos, apenas os Carmelitas se destacam no período colonial, embora longe estivessem de se aproximar dos Jesuítas; quanto à área abrangida por sua atividade, caracterizaram-se todas elas por um âmbito exclusivamente regional, sem que jamais apresentassem o caráter de universalidade, dentro das fronteiras brasileiras, que é possível se constatar na obra dos Inacianos (AZEVEDO, 1959, p. 28).

Como é possível perceber a partir da leitura do trecho acima, o que interessa a A. de A. sobre os aldeamentos de índios está relacionado ao povoamento e ocupação do território. Ele cita Deffontaines quando este observa que esses “primeiros agrupamentos de evangelização poderiam ter dado ao Brasil uma rede de pequenas aglomerações e constituir para o país o que as paróquias forneceram à antiga França, êsses nódulos religiosos, capazes de servir de base a um tipo de povoamento”. (DEFFONTAINES, 1944 *apud* AZEVEDO, 1959, p. 28). A. de A. munindo-se de outras referências relata um pouco das características dos aldeamentos em diferentes regiões do Brasil, entre as quais surgia, muitas vezes, algo sobre sua forma de “organização espacial”:

Suas 63 habitações, construídas muito próximas umas das outras, cercavam uma praça retangular; eram casas de barro, sem caiação, cobertas com palha, que serviam de abrigo a índios civilizados, em extrema penúria, pois traziam sobre o corpo simples andrajos (SAINT-HILAIRE, 1936, *apud* AZEVEDO, 1959, p. 34)

era uma considerável ou grande vila; e todas por um mesmo risco com ruas direitas e encruzadas em ângulos retos; as casas geralmente térreas, cobertas de telha, branqueadas, e com varandas pelos lados para preservarem do calor e da chuva; de sorte que, vendo-se uma, se fornecia idéia (*sic*) verdadeira das outras (CASAL, 1943 *apud* AZEVEDO, 1959, p. 37).

"... consiste em simples casinhas de tábuas, agrupadas ao redor de uma praça retangular. Num dos lados de menos extensão da praça, ergue-se uma cabana maior — a igreja". Em nada difere das povoações de não-índios, existentes nos arredores (BALDUS, 1937 *apud* AZEVEDO, 1959, p. 37).

É digno de nota que a própria forma como as cidades eram descritas demonstrava um certo tipo de “evolução”. Esta era uma preocupação não apenas de A. de A., mas também de Deffontaines, que apontou este aspecto, em seu “pequeno guia do viajante ativo”, na sua lista do que deveria ser observado pelo geógrafo em campo. Não apenas citou como também enfatizou a importância da representação das cidades, vilas e “aldeias” e sua representação por meio da elaboração de croquis, de modo a conferir veracidade ao descrito:

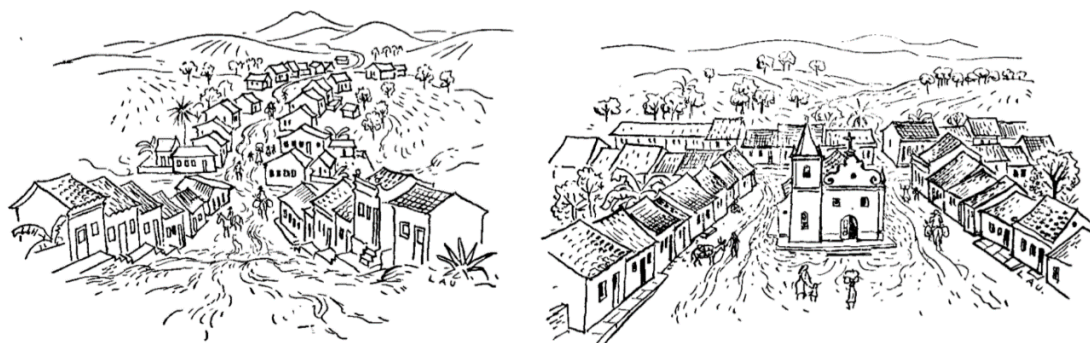


Figura 11: Núcleos populacionais: à esquerda, aparece um tipo de núcleo de população de disposição linear, ao longo da estrada; à direita o núcleo populacional está agrupado em torno de uma igreja formando uma praça quadrangular. FONTE: Deffontaines (1943, p. 13-14).

Vejamos o que o mestre francês diz sobre esta relação:

Resta-nos, afinal, uma lembrança a ser, outrossim, guardada: é a da aglomeração humana, em pleno campo (colônias), nas aldeias e mesmo nas redondezas de pequenas cidades; no primeiro caso, reparando se as casas se estendem ao longo de uma ou mais ruas, se foram ou não construídas desordenadamente; no segundo caso, se as construções são contíguas ou isoladas, dotadas de fonte pública (forma e importância), escola, igreja, casa de diversões, local de esportes, cemitério; no terceiro caso, finalmente, o motivo da situação da pequena cidade – comercial ou industrial – sua população, seu progresso ou decadência, com os demais elementos que a possam caracterizar (DEFFONTAINES, 1943, p. 13-14).

Embora o terceiro caso citado por Deffontaines não tenha sido ilustrado pelo autor, é nítido que há uma “linha evolutiva” sendo que, no primeiro caso, as casas estão agrupadas de maneira “desordenada”, enquanto no segundo, que consistiria em um aldeamento⁹⁰, além da ordenação quadrangular, ainda apresenta a igreja e a escola como instituições de ordem, de civilização, símbolos da presença do Estado. A. de A. no livro “Regiões e paisagens do Brasil” parece seguir muito do que o mestre francês indica. Ao tratar de cidades maranhenses situadas no vale do Itapecuru, apresenta o desenho de um “corte esquemático” de cada uma delas e depois uma “planta funcional”. Ele cita, também, que uma destas localidades “nasceu” a partir de um antigo aldeamento indígena:

Em suas origens, Caxias remonta ao século XVII: seu berço teria sido a atual Trezidela, aglomerado que se ergue à margem esquerda do Itapecuru e está ligado à cidade por uma ponte, de construção particular, que só pode ser utilizada mediante o pagamento de um pedágio. Naquele século, existiam ali aldeamentos de índios Timbiras ou Gamelas. Durante o ciclo pastoril, criadores de gado vindos da Bahia teriam fundado, nas imediações, algumas fazendas. Em seguida, padres jesuítas procedentes de São Luís ali se estabeleceram, com suas missões; foi assim que surgiram os núcleos missionários de São José e de Nossa Senhora da Conceição das Aldeias Altas, que foram, realmente, o primitivo aglomerado de que resultou a cidade atual (AZEVEDO, 1952, p. 27).

⁹⁰ Consideramos que Deffontaines quis dizer aldeamentos e não aldeias, tendo em vista a presença de elementos como a Igreja e a escola.

As observações de A. de A. são fruto de uma viagem de “reconhecimento” dos “interiores” do Brasil, o que condiz com a Geografia brasileira da época, como já vimos. Ainda que as cidades da região já se encontrassem, à época, mais “desenvolvidas” do que os aldeamentos indígenas, ainda estavam mais “atrasadas” face aos grandes centros urbanos do “litoral”. Ainda sobre Caxias, o autor comenta:

O plano da cidade de Caxias é extremamente irregular, denotando um crescimento espontâneo, que parece orientar-se rumo a N e NE [...]. As ruas, exceto as do centro comercial, não são calçadas e apresentam aspecto de abandono; não longe daquele trecho oferecem o espetáculo, que não condiz com a importância do aglomerado, de porcos e leitões perambulando em plena liberdade, a fuçar o leito da via pública... A Trezidela, que olha Caxias da margem esquerda do rio, é um forte aglomerado suburbano, onde preponderam as palhoças e onde existe uma fábrica de tecidos de algodão – a “Fábrica Sanharó”, e uma destinada à extração do óleo de sementes de babaçu, ainda em organização. Bastante curioso é o bairro da Cangalheira, num dos subúrbios da cidade e à margem direita do Itapecuru: constitui uma verdadeira concentração de palhoças, aninhadas numa depressão entre morros, oferecendo aos olhos do observador qualquer coisa que vivamente recorda uma aldeia de negros da África tropical (AZEVEDO, 1952, p.32).

É importante ressaltar do trecho acima a associação entre a “raça negra” e o “atraso”. De acordo com a descrição feita por A. de A., apesar da importância do aglomerado para a região, ainda há muito a ser melhorado: a presença de animais nas vias, a estrutura das casas (que o autor chama de “palhoças”), o plano irregular da cidade, etc. Ou seja, seria necessário “vencer” o rural que era reproduzido, mesmo nos aglomerados que começavam a ensaiar o urbano.

Assim como na pintura “A redenção de Cam”, a rua sem calçamento, símbolo do “atraso” está relacionada aos negros. Não era apenas a estrutura desorganizada do bairro Cangalheira que fazia recordar a África, mas a própria presença dos negros, majoritários na região do vale do Itapecuru, no Maranhão:

Os aglomerados urbanos apresentam cifras bastante medíocres em sua população urbana e suburbana, não ultrapassando nenhum deles (*sic*) 10.000 habitantes. Caxias, inegavelmente (*sic*), é o mais importante, representando mesmo o papel de verdadeira capital regional de todo o vale do Itapecuru. [...] O traço marcante desse (*sic*) elemento humano é indiscutivelmente a cor (*sic*): ali se concentra numerosa população negra e mestiça, cujas origens remontam ao seiscentismo, quando a Metrópole portuguesa (*sic*) autorizou a criação da “Companhia do Comércio do Maranhão”, que se propôs a introduzir, cada ano, pelo menos 500 escravos trazidos da costa d’África; mas o desenvolvimento econômico registrado no século passado, no vale inferior e médio, graças à exploração do algodão perene e particularmente à instalação de engenhos de açúcar, também contribuiu de maneira poderosa para a presença desse (*sic*) elemento de sangue africano. Tal fato se vê confirmado pelas estatísticas, que registraram, em 1940, 28% de negros e 25% de pardos (mestiços) no total da população maranhense, o que significa que, ali, o elemento branco constitui minoria (AZEVEDO, 1942, p. 19).

Esta informação contrasta com a imagem da população brasileira (Figura 8) apresentada por A. de A. sobre a qual comentamos anteriormente, e que mostrava que esta era majoritariamente branca. Ainda que neste caso o autor esteja retratando uma região específica do Maranhão, ao longo do livro, que trata sobretudo do nordeste, ou, como o autor diz, “das áreas restritas do país”, ao falar apenas de “brasileiros” (em sua totalidade) como sendo de maioria branca, cria-se um imaginário de que havia poucos negros e que o “elemento branco” seria preponderante, em todas as demais regiões. Tendo em vista que o material apresentado naquele caso (o da imagem) encontrava-se em um livro didático, pensamos que o mesmo possa ter contribuído para a construção da ideologia do Brasil como uma nação branca e sem conflitos raciais, em concordância com a perspectiva de Gilberto Freyre.

É importante ressaltar que, do mito das “três raças”, o europeu branco muitas vezes aparece em evidência quando se fala da população brasileira, mesmo quando consideram-se os mestiços como símbolos nacionais. Em compensação, os negros e os indígenas ou são invisibilizados ou, quando são mencionados, aparecem associados ao atraso e à rebeldia.

Com o desenrolar dessas linhas, o que percebemos é que a construção da identidade nacional brasileira à época de A. de A., sobretudo no período Vargas, foi baseada em dicotomias que deveriam ser “superadas” e que se materializavam na teoria dos “dois Brasis”. O sertão e o litoral, a tradição e a modernidade, o atraso e o progresso. Sertão, tradição e atraso fazem parte de um lado da moeda, enquanto o outro era formado pela modernidade e o progresso do litoral, que deveriam se estender para todo o território nacional, de maneira que se alcançassem e explorassem as potencialidades desejadas para o “país do futuro”. No entanto, ao mesmo tempo em que se executava o “desbravamento” dos sertões, fazia-se necessário inventariar esse “mundo” que estava em vias de transformação, pois isto constituía, também, a identidade brasileira.

A ciência geográfica teve um importante papel nesse processo, conforme vimos no capítulo “A Geografia de Aroldo de Azevedo”. Tanto no levantamento e difusão de informações, quanto na construção dos estereótipos regionais, a exemplo dos “tipos e aspectos”. Assim, essas discussões subsidiaram os conteúdos e objetos de estudo que consolidaram a Geografia.

Elementos como o “tipo humano”, sua ocupação e habitação entre outros temas recorrentemente retratados e repetidos, tornaram-se ícones, articulados tanto à ideia de mito fundador, quanto aos constructos importantes para possibilitar a integração desse “povo” à determinada perspectiva de nação. Vejamos, por exemplo, o caso da “negra baiana”: A. de A. em “Regiões e paisagens do Brasil”, ao tratar da cidade de Salvador, comenta sobre a população que a habita, composta majoritariamente por negros, entre os quais situa esta “personagem-símbolo” da região:

Nessa população, o elemento negro ocupa um lugar de muita importância, pois aparece representado em tôdas (*sic*) as camadas sociais, das mais modestas às mais elevadas, através de uma numerosa massa de negros e de mulatos de todos os matizes. Tal tipo humano descende, em sua maioria, de antigos escravos pertencentes ao grupo Sudanês, da cultura Ioruba ou Nagô, além de outras (Gêge ou Daomeiana, Mina ou Fanti-Ashantí, Haussá, Fula), o que o torna diferente sob muitos aspectos dos demais negros fixados no Brasil. Atualmente, não existe mais nenhum africano puro em todo o Recôncavo; entretanto, ao iniciar-se o presente século, ainda existiam algumas centenas. Tanto os viajantes de outrora, como os antropólogos de nossos dias já puseram em destaque os traços marcantes. Dêsse (*sic*) negro do Recôncavo: alta estatura, bem proporcionados, mais belos e inteligentes que os Bantos, robustos e possuidores de uma cultura mais elevada, que explica muitos característicos de sua individualidade. A clássica negra "baiana", com seu típico vestuário, seus inúmeros "balangandãs", suas crenças e seus quitutes, destaca-se de maneira ímpar entre os demais tipos afro-brasileiros (AZEVEDO, 1952, p. 134-135).

A baiana, assim como os vaqueiros do sul e do nordeste, tornaram-se parte da iconografia brasileira. A repetição, tanto da descrição de suas características quanto a representação imagética, é uma das estratégias de construção do imaginário social sobre tais indivíduos-tipo que, aos poucos, passaram a representar o “mosaico cultural” que compõe o povo brasileiro.

Tal obra de A. de A. foi produzida a partir de viagens realizadas pelo autor, nas quais ele observou na paisagem, muitos dos aspectos sobre os quais trata. No entanto, tendo em vista que a Geografia não é uma ciência estática, o geógrafo paulista utiliza como referência, textos de outros autores que passaram pelos mesmos lugares em épocas distintas, tais como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Aires de Casal, etc. para fins de comparação e análise das transformações ocorridas.

Ao abordar a questão da negra baiana, por exemplo, A. de A. afirma que esta é uma figura clássica, que já havia sido evidenciada tanto pelos citados viajantes quanto por antropólogos. Sendo assim, esta “figura” não poderia ter ficado de fora da publicação “Tipos e Aspectos do Brasil”, tendo sido representada pela pena de Percy Lau. Vejamos:



Figura 12: As “negras baianas”. Fonte: Tipos e Aspectos do Brasil. 1970, p. 198

A imagem, em seu primeiro plano, apresenta três mulheres negras com indumentárias semelhantes, compostas por saias compridas e estampadas, turbante na cabeça e muitas pulseiras e colares. A primeira delas aparece sentada atrás de um tabuleiro de quitutes realizando a ação de servi-los em um prato. As outras duas mulheres, posicionadas mais à esquerda, e de frente uma para a outra (sendo que uma delas fica de costas para o observador) aparentam estar conversando. A que está de costas para o observador carrega um tabuleiro na cabeça, cujo conteúdo não aparece na imagem, mas que sugere serem quitutes, pois o objeto é semelhante ao que pertence à negra sentada.

De acordo com a metafunção interpessoal da Gramática do Design Visual (GDV), as imagens podem ser classificadas em três dimensões, quais sejam: *olhar*, *enquadramento e perspectiva* (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 95). No que diz respeito ao *olhar*, nenhuma das personagens representadas por Percy Lau olha diretamente para o observador, assim, estas serão captados no meio de uma ação e o papel do leitor será o

de um “observador invisível” (*idem*, p. 97). Trata-se, então, de uma “imagem de oferta”, pois ela “oferece” o(s) participante(s) representado(s) (PR(s)) ao leitor como um item de informação, objeto de contemplação, como espécime em um local de observação (2006, p. 119 *apud* BRITO e PIMENTA, 2009, p. 97). Já em relação ao *enquadramento*, há um menor distanciamento entre os PR(s) e o leitor, de maneira que esta proximidade “cria uma relação social imaginária por parte desse leitor. Ou seja, maior será a idéia da criação de um ‘nós’ inclusivo” (*Idem*, p. 97). Por fim, *a perspectiva* nos mostra que a imagem foi produzida sob um ângulo horizontal, como se estivéssemos olhando de maneira quase frontal para as PR(s); nesse caso, é estabelecida uma relação de maior empatia com o observador.

Além dos três elementos analisados, a modalidade é de bastante interesse para nossa investigação, na medida em que se refere ao maior ou menor grau de credibilidade ou de verdade em determinada mensagem. Além disso, ela é um indicador de relações de poder (diferenças) e de solidariedade entre falante e ouvinte (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 101). Assim, um alto grau de afinidade indica maior solidariedade e portanto, uma menor modalidade; já um baixo grau de afinidade indica menor solidariedade e um maior grau de poder na relação (*idem*).

No desenho de Percy Lau encontra-se uma “modalidade naturalística”, isto é, que está tão próxima da realidade quanto a visão que teríamos ao vivo. As pessoas desenhadas, por exemplo, estão em estilo realista e não em estilo *cartoon* ou caricatural, por exemplo. Apesar de estar em preto e branco, pode-se considerar tal imagem realista porque houve uma época em que as cores eram usadas apenas em gêneros considerados não reais, como filmes musicais, tanto que as fotos utilizadas em documentos eram realizadas em preto e branco. Há, ainda, um *background* que contextualiza a imagem, uma vez que possibilita a visualização de uma feira e, mais ao fundo, construções que sugerem a localização em um contexto urbano. Interessante notar que um casal mais distante na imagem, possíveis fregueses, aparentam ser “brancos”.

É necessário levar em conta, também, o tipo de publicação em que a imagem se encontra e o público para o qual ela se destina. Conforme já mencionado, o livro “Tipos e Aspectos do Brasil” foi produzido a partir de uma coletânea de desenhos e textos que foram publicados, anteriormente na Revista Brasileira de Geografia, um periódico científico, e que posteriormente foram reunidos em forma de livro pelo “Departamento

de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica do IBGE”, instituição de caráter técnico e científico. Tal obra tornou-se tamanha referência, que foi adotada pelo Ministério da Educação e Cultura em forma de diapositivos para serem utilizados pelos docentes como material didático⁹¹. Percy Lau era considerado um “artista a serviço da Geografia”:

O desenho de Percy Lau tem profundas raízes na realidade brasileira. Inspirando-se em motivos regionais, descrevendo aspectos típicos da nossa terra e da nossa gente, alcançou êle (*sic*) uma originalidade e uma unidade realmente admiráveis. Os seus trabalhos são verdadeiras cópias ao vivo, especialmente aqueles que retratam o Nordeste brasileiro onde viveu quase tôda (*sic*) a sua mocidade e cuja paisagem cultural e humana gravou-se-lhe no ânimo com singular intensidade, como atestam os seus trabalhos cheios de minuciosidade e significação (LIMA, 1946, p. 846).

Assim, tendo em vista os parâmetros de análise da Gramática do Design Visual (GDV), consideramos que a imagem das “negras baianas”, ao mesmo tempo em que as promove como “objeto de contemplação” ou, como algo, de certa forma exótico para um observador diferente delas (como por exemplo, os próprios brasileiros de outras regiões), também gera uma proximidade e empatia, que promovem a ideia do “nós” e vai formando uma “comunidade imaginada” que é a nação.

Além disso, o fato de esta imagem estar estreitamente vinculada à ciência geográfica, além de outras estratégias mencionadas que atestam a “veracidade” do que ela representa, faz com que ela se torne parte do discurso hegemônico que constitui o imaginário social coletivo que fundamenta a ideologia nacional.

Os desenhos de Percy Lau são acompanhados de pequenos textos. Vejamos um trecho do que foi escrito sobre as “negras baianas”:

A NEGRA baiana ou simplesmente a "baiana", [...] é figura das mais características da pitoresca e tradicional capital do estado da Bahia – a cidade de Salvador. [...] Sua origem é africana, como africanos eram todos os negros que vieram povoar a nossa terra [...]. O critério cultural permite-nos, porém, saber, dêste (*sic*) ponto de vista, qual o elemento afro predominante na Bahia. [...] Dêsse (*sic*) grupo sudanês faz parte a preta baiana, cujo traço mais característico é sem dúvida a indumentária – composta principalmente do turbante muçulmano, compridas e largas saias, vistosos xales e mantas listradas, lembrando o traje marroquino – de indiscutível origem islâmica. [...] É pelo vestuário que a baiana se tem celebrizado, sugerindo belas fantasias para os folguedos carnavalescos; seu turbante, pelo arranjo original, já entrou na moda feminina. [...] Na gravura vêmo-la no desempenho da sua atividade principal: o comércio de quitutes. Sentada diante do seu tabuleiro transportável, é encontrada vendendo os seus preparados saborosos, feitos segundo a receita africana que trouxe da terra natal ou lhe foi transmitida pelas gerações [...]. A baiana nem sempre foi assim livre, independente, alegre e jovial, tal como a apresentamos. Ela tem longa e triste

⁹¹ Para saber mais, ver “Tipos e Aspectos do Brasil”. Seção de áudio-visuais centro brasileiro de pesquisas educacionais INEP – Ministério da Educação e Cultura. São Paulo, 1960.

história; [...] Sua raça, seus hábitos e costumes, sua indumentária e atividades nos evocam o sombrio e doloroso episódio da colonização – a escravidão negra. Com a Abolição passou de vez da "senzala" para a "casa-grande", onde então continuou a exercer tão somente os misteres maternais de "ama-de-leite", de segunda mães dos filhos do "senhor-de-engenho". [...] Quando na casa-grande, influi bastante nos costumes da família baiana, ora introduzindo na sua culinária pratos africanos, ora assistindo, desde o berço à formação dos novos membros da grande família patriarcal e ora atendendo a mil reclamos diversos como serva solícita. Hoje em dia, a popular negra baiana é uma sobrevivência da carinhosa "mãe-preta", da prestimosa e utilíssima "ama-de-leite", dos nossos pais e avós (SOARES, 1970, p. 197-199).

A indumentária aliada à ocupação e a paisagem caracterizam, como já vimos, o conceito geográfico de “gênero de vida”, profundamente associado ao regionalismo. Os quitutes mencionados pelo autor também tornaram-se “típicos” da Bahia em particular e do nordeste em geral, complementando a cultura regional/nacional.

Um ponto que nos chama a atenção é que ao final de sua exposição, ao comentar sobre a presença da “negra baiana” na casa-grande, o autor utiliza a terceira pessoa do plural: “Hoje em dia, a popular negra baiana é uma sobrevivência da carinhosa "mãe-preta", da prestimosa e utilíssima "ama-de-leite", dos nossos pais e avós”. Esta construção da oração nos indica que nem o autor nem o público para o qual ele pretendia que seu texto fosse destinado, eram formados por negros.

Esta constatação reitera a nossa interpretação do desenho de Percy Lau, pois o leitor/observador contempla as negras baianas como “o outro”, ainda que a empatia traduza este “outro”, enquanto parte do grande “todo” que compõe a nação. Não esqueçamo-nos, porém, retomando a pintura da “Redenção de Cam”, e outros escritos de A. de A., que o “Brasil do futuro” será uma nação branca e estas representações também possuíam o objetivo documental de registro do que poderia vir a desaparecer com a modernização do país. Esta transitoriedade é reconhecida, pois “pela crescente industrialização do Brasil.

É digno de nota que Aroldo de Azevedo, apesar de reconhecer as raízes culturais africanas que fazem parte da cultura das negras de Salvador, salienta que “não existe mais africano puro no Brasil”. Tal proposição poderia levar seu leitor a entender que mesmo os afro-brasileiros, assim como os “mulatos de todos os matizes”, também são frutos da miscigenação.

Diante do que foi exposto, se pode dizer que a Geografia de A. de A. contribuiu para a construção de um “retrato do Brasil”. Esta metáfora associada ao visual é pertinente

devido à importância da imagem para a construção da identidade nacional e, como vimos, de sua larga utilização como instrumento analítico para a ciência geográfica. Assim, consideramos que a representação produzida pelas “lentes objetivas” de A. de A., nos textos aqui analisados, foi feita por meio de uma perspectiva vertical, de cima para baixo, o que, de acordo com a Gramática do Design Visual, demonstra uma relação de poder e de submissão (Therborn, 1991), na medida em que os seres representados aparecem “deformados”, pequenos e em posição de submissão em relação a quem está olhando: tanto A. de A. quanto de seu público letrado, pertencentes à elite branca.

No que diz respeito à composição, aparece no centro e à frente o “mestiço branqueado”, de pele clara e fruto da força genética europeia que se sobrepôs às raças negra e indígena. Estes, em contrapartida localizados ao fundo e desfocados, de maneira que fazem parte da história da nação, mas encontram-se em vias de desaparecimento. Eles seriam encontrados em museus e livros de história, geralmente associados ao “passado” e alimentando os “mitos fundadores” necessários à manutenção da identidade nacional. Negros, indígenas e “mestiços morenos” simbolizam, nesta visão, o primitivismo, o atraso e o que deve ser superado; enquanto a branquitude simboliza o progresso e o futuro promissor do Brasil.

Homem de seu tempo, as contribuições de A. de A. fizeram parte da necessidade da “jovem” ciência brasileira, especialmente as ciências sociais, de desvendar o “enigma Brasil”, isto é, interpretar seu passado, entender seu presente para, então, estabelecer as diretrizes para seu futuro. Desta maneira, o geógrafo paulista não estava sozinho, fazia parte de um grupo de intelectuais com os quais estava em constante diálogo.

Voltando à periodização feita por Carlos Guilherme Mota, apresentada no início deste capítulo, entre 1933 e 1937 se destacariam no meio intelectual, produções críticas à historiografia da elite oligárquica, caracterizada pela valorização dos heróis de raça branca e representados por produções no contexto do IHGB. Este período é denominado pelo autor de “redescobrimto do Brasil” e a obra de Caio Prado Jr. é citada como exemplo.

Posteriormente, entre 1948 e 1951, apareceriam os resultados da formalização da universidade por meio de produções de intelectuais brasileiros, influenciados pelas missões francesas. Cronologicamente, A. de A. estaria situado nesta fase. No entanto, as reflexões apresentadas por José Carlos Reis nos levaram à conclusão de que,

ideologicamente, a produção do geógrafo paulista não teria rompido completamente com a tradição do IHGB e com as problemáticas e discussões travadas no período que se estende do final do século XIX ao início do século XX.

Reis (2007) utiliza a obra de Mota como referência, no entanto, há algumas diferenças entre eles, sobretudo no que tange à produção de Gilberto Freyre como inauguração deste “redescobrimento do Brasil”. O que isso significa exatamente? Segundo Reis (2007, p. 16-17), os intérpretes do Brasil conhecidos como “descobridores” são aqueles que priorizam a continuidade em relação à mudança, ou seja, o futuro do Brasil deverá ser ou o mesmo do passado ou a melhoria do passado; o progresso seria gradual e linear, o passado seria resolvido sem ruptura, sem necessidade de revolução.

Aqueles que são associados à corrente do “redescobrimento do Brasil”, ao contrário dos primeiros, priorizam a mudança em relação à continuidade; preferem a ruptura com o passado; o brasileiro ao português. Assim, o futuro da sociedade brasileira deveria ser uma assimetria profunda em relação ao passado colonial.

Em outras palavras, a corrente do “descobrimento” seria um “elogio à colonização portuguesa”, enquanto a do “redescobrimento” estaria associada à ruptura com as “raízes ibéricas” e à busca pela brasilidade. A diferença fundamental entre elas é que a primeira está associada à “história oficial”, produzida sob o ponto de vista e interesses das elites, sejam elas oligárquicas ou burguesas, enquanto a segunda se volta para os “excluídos”, invisibilizados, para o popular, para a grande massa da população.

A obra de Gilberto Freyre, especialmente o livro “Casa grande & Senzala”, trata de um “caso-limite”, isto é, que está no limiar entre uma e outra perspectiva, articulada tanto à ideia de mito fundador, quanto aos constructos importantes para possibilitar a integração desse “povo” à determinado imaginário de nação.

Isto ocorre porque no referido texto há uma abertura para a valorização do negro e do mestiço, o que não acontecia antes. Contudo, Reis (2007) considera que Freyre faz um reelogio⁹² à colonização portuguesa, na medida em que argumenta que somente a colonização latifundiária e escravocrata seria capaz de resistir aos obstáculos que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Na interpretação do historiador, ao

⁹² O autor utiliza a palavra “reelogio” porque considera que o “elogio” à colonização portuguesa teria sido feito por Varnhagen. Freyre seria, nesta visão, “neovarnhageniano”.

aceitar e valorizar a presença negra no Brasil, Freyre deu seu apoio ao latifúndio e à escravidão:

Se o negro só trouxe vantagens, se sua cultura é riquíssima, se sua companhia é alegre e terna, se as negras e mulatas são tão lindas e sensuais, se a miscigenação não é o grande problema do Brasil, o latifúndio e a escravidão não foram erros, obstáculos, problemas: foram opções corretas que tornaram possível o sucesso do português nos trópicos. Freyre, portanto, vai mais longe e fundo na defesa da colonização portuguesa no Brasil. Mesmo com a presença negra, e muito graças à ela, a colonização portuguesa foi um sucesso total. Ele a aceita integralmente, sem reservas (REIS, 2007, p. 56-57).

A interpretação freyriana sobre o Brasil, ao justificar a conquista e ocupação portuguesa no país, revigorou a visão do Brasil das elites em crise⁹³. Pode-se dizer, então, que ele estava “identificado às forças conservadoras da política brasileira” (REIS, p. 59), mais afeitas à continuidade do que à ruptura. Freyre dispôs de uma teoria inovadora para conservar a realidade brasileira (*idem*). Dessa maneira, uma das principais críticas dos intelectuais marxistas⁹⁴ à Gilberto Freyre, é que este

teria elaborado uma visão senhorial do Brasil, relatando a saga da oligarquia rural, desnudando liricamente sua vida íntima. Em sua visão do Brasil, as elites luso-brasileiras são apresentadas como civilizadoras, produtoras do progresso, detentoras da razão histórica brasileira. Para apresentá-las assim, Freyre apagaria as tensões, as agudas contradições reais que caracterizaram as relações sociais entre senhores e escravos. O mundo que o português criou é apresentado como harmônico, equilibrado, democrático. Raças e classes diferentes e em luta viviam harmonizadas em uma “cultura genuinamente brasileira”. *Casa grande...* seria uma obra de um filho da república velha, um esforço de compreensão da realidade brasileira que vinha perdendo o poder. É uma busca do tempo perdido, uma volta às raízes para encontrar o poder e a glória perdidos. O tom é de perda, de nostalgia, de saudade (REIS, 2007, p. 59-60).

A obra freyriana teve ampla repercussão, parte disso deveu-se, justamente, à não unanimidade de sua aceitação. Sua interpretação do Brasil não foi aceita de maneira inquestionável pela *intelligentsia* brasileira. Ao contrário, suas ideias fomentaram o debate, sobretudo entre as duas frentes de pensamento citadas (“descobridores” e “redescobridores”). Não se tratou, portanto, de uma “evolução linear” da interpretação do “enigma Brasil”, mas de posicionamentos teóricos que tinham consequências políticas na construção da ideologia nacional e sentimento de pertencimento a uma nação, bem como sua representação.

Um dos teóricos pioneiros entre os “redescobridores”, foi Capistrano de Abreu. Ele foi precursor de Gilberto Freyre e sua publicação de referência sobre a história brasileira se

⁹³ Tratava-se de um contexto histórico no qual as oligarquias rurais se viam “ameaçadas” pela ascensão da burguesia industrial.

⁹⁴ O autor se refere à Florestan Fernandes e sua equipe de pesquisadores.

chama “Capítulos de história colonial”, lançada em 1907. Na dita obra também há valorização do povo brasileiro, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza. Um ponto fundamental é que ele atribui ao brasileiro a condição de sujeito da sua história, rompendo com a tradição historiográfica de retratá-lo “de cima” ou “de fora”, de forma que o futuro do Brasil tornasse tarefa de seu próprio povo (REIS, 2007, p. 95). Há valorização do mestiço, especialmente o mameluco, fruto da “mistura” do índio com o branco, pois, para ele, o mulato, resultado da mistura do negro com o branco, pertencia ao “mundo português” e não ao “mundo brasileiro”. Tal consideração se justifica pelo fato de que a teoria desenvolvida pelo autor é pautada na relação litoral-sertão, em que o litoral teria sido dominado pela cultura europeia/portuguesa, enquanto o sertão teria se constituído de maneira genuinamente brasileira, sendo povoado, principalmente, pelo mameluco:

Ele valoriza a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato, mais sertanejo, do que litorâneo. Nos *Capítulos de história colonial* aparecem caminhos que levam ao sertão e o próprio sertão brasileiro. Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira. Vivendo no interior do Brasil, ilhado e sem vínculos contínuos com o litoral, convivendo com os indígenas e a natureza brasileira, foi se construindo um homem novo, até então inexistente no mundo: a história universal ganhava um novo personagem, o brasileiro. [...] Seu grande tema foi a ocupação do território, a sua conquista pelo novo povo brasileiro (REIS, 2007, p. 95-96).

Assim, diferentemente de Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu escreveu uma história do Brasil anti-portuguesa, anti-reinol, anti-europeia, anti-Estado Imperial, anti-político-administrativa. O que ele fez foi um elogio à rebelião brasileira. Do seu ponto de vista, o exótico e “alienígena” era o europeu e o africano e não o indígena: ele olha da praia para o oceano cheio de caravelas e não da caravela de Cabral para a praia (REIS, 2007).

Esta linha de pensamento inaugurada por Capistrano de Abreu, no início do século XX, teve continuidade e se fortaleceu, especialmente a partir da década de 1930. Ainda que tenha havido um amadurecimento teórico, sobretudo com a criação das universidades e incorporação e apropriação da teoria marxista ao pensamento social brasileiro, foi mantida a ideia de “revolução brasileira”, de emancipação política, econômica e cultural (REIS, 2007, MOTA, 2008).

Os escritos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, entre outros, são importantes neste debate, embora haja discordâncias teóricas entre eles, especialmente no que diz respeito à interpretação da

teoria marxista, da história brasileira e das estratégias políticas a serem adotadas para alcançar o “futuro” desejado para o país (*idem*). Pensamos não ser necessário adentrar na obra de cada um desses autores, pois Carlos Guilherme Mota e José Carlos Reis já o fizeram. O que queremos ressaltar é que eles não aparecem como interlocutores de A. de A., embora a maioria deles tenha sido contemporânea do geógrafo paulista. Caio Prado Jr., inclusive, foi membro ativo da AGB e contribuiu teoricamente tanto com a historiografia, quanto com a Geografia e Sociologia brasileiras. O interessante é que nem mesmo o debate da época é retratado nos escritos de A. de A. Em contrapartida, ele recomendou Freyre como leitura obrigatória para os geógrafos.

Conforme foi possível perceber ao longo deste capítulo, a interpretação de A. de A. sobre o Brasil é unilateral e sua interlocução é feita somente com aqueles com quem há concordância teórica, como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Cândido Rondon. Há exaltação às suas obras e as “críticas” ou “correções” em relação a estas são restritas às atualizações de dados da Geografia física.

Pode-se dizer, então, que A. de A. se situa entre os intérpretes do Brasil conservadores, que “elogiam” a colonização portuguesa e vêem o Brasil do “futuro” mais como uma continuidade do que como ruptura. A valorização do sertão e do mestiço é feita, como dissemos, no sentido de busca de uma singularidade brasileira, mas serve unicamente para a construção da ideologia nacional e para alimentar os “mitos fundadores”. Ele vê o “Brasil do futuro” com os “olhos” do passado, isto é, associado ao lema positivista da “ordem” e do “progresso”, que seriam alcançados pelo desbravamento do sertão, assimilação cultural e extermínio de povos, que levariam, enfim, à consolidação de uma nação unificada, “branca” e “moderna”.

Homem de seu tempo, reiteramos, A. de A. também era um “filho da República Velha” e membro de uma família oligárquica. Ainda que tenha vivido a transição histórica deste período, sua elaboração teórica é fruto de um projeto de Geografia de origem (neo)colonial e imperialista, isto é, mais de conquista e dominação do que de revolução e emancipação. Consideramos que o posicionamento de A. de A. foi fruto de uma escolha consciente, pois ele acreditava que a ciência geográfica deveria ser neutra e não se envolver em questões políticas. Dessa forma, ele se silencia sobre o debate de sua época, dialogando, reforçamos, apenas com os autores com os quais havia uma concordância teórica.

Ele apresenta uma Geografia do Brasil linear, sem contradições e disputas. No entanto, a sua pretensa ciência “apolítica” ou “despolitizada” contribuiu para a consolidação de uma visão hegemônica de Brasil construída de “cima para baixo”, privilegiando o ponto de vista das elites e do Estado e que compõem uma “Geografia oficial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos primeiros questionamentos que deu origem a esta pesquisa foi se, assim como na França e na Alemanha, a institucionalização da Geografia no Brasil também estaria relacionada à construção/consolidação da ideologia nacional. Por meio da análise dos escritos de Aroldo de Azevedo e de alguns de seus contemporâneos, que também utilizamos como referências em nossa investigação, sobretudo aqueles que publicaram textos em periódicos acadêmicos de Geografia, podemos afirmar que sim, pois uma das principais funções da ciência geográfica institucionalizada foi desvendar o “enigma Brasil”. No entanto, percebemos que o que para estes autores se tratava de um “desvendamento”, fez parte da construção de uma invenção. A diferença entre estas duas ideias é fundamental para a compreensão da forma de operação das ideologias em nível discursivo pois o desvendar remete ao tornar conhecido, apresentar o “real”, enquanto o inventar se relaciona à uma forma de ver e à sua representação.

O discurso de A. de A., nos textos analisados nesta investigação, fazia parte de uma perspectiva hegemônica de ciência e da história de construção do Brasil e, como tal, se apresentava como o único ou como o “verdadeiro”. Assim, o geógrafo paulista não estava sozinho, uma vez que integrava um grupo social constituído de uma parcela da intelectualidade brasileira que sustentava e disseminava uma “visão social de Brasil” baseada nos interesses da elite nacional. Juntos, suas vozes ecoaram formando “cadeias intertextuais”, que continham como potencialidade a capacidade de “naturalização” das ideias que eram veiculadas.

Os interlocutores com os quais A. de A. dialogou nos textos analisados compartilhavam da mesma linha de pensamento do autor: de (re)elogio à colonização portuguesa, isto é, mais afeita à continuidade da lógica de colonização apresentada pelos portugueses do que à ruptura e emancipação brasileira. Dessa forma, os *debates* existentes sobre o que era o Brasil e os brasileiros, bem como os futuros possíveis da nação, simplesmente não apareciam nos textos do autor, o que causava a impressão de consenso e acabava se consolidando enquanto tal. Isto não quer dizer que que A. de A. não tratava destas temáticas, pelo contrário, estas eram recorrentes em suas publicações. No entanto, como dissemos, era apresentada em seus textos apenas uma perspectiva hegemônica e elitista.

Um dos aspectos da ideologia nacional brasileira é, justamente, a ideia da existência de um consenso social, que foi construída a partir de estratégias estatais e se reverberou pelas “letras, artes e ciências”. A contribuição da Geografia nesse processo ocorreu por meio dos conceitos de paisagem, indivíduos-tipo, região e gêneros de vida., que construíram e difundiram estereótipos das “gentes” e regiões brasileiras que promoveram uma identidade comum e, conseqüentemente, ajudaram a manter a integração territorial. Contudo, ao contrário do que pensávamos no início de nossa investigação, o conceito de território não teve centralidade na discussão de A. de A., embora o geógrafo paulista recorresse constantemente ao argumento da “grande extensão territorial do Brasil”. Isso se devia à necessidade existente na época, de transformar o “brasil em Brasil”, pois para ser um Estado nacional, era preciso que também fosse “casa”.

Na perspectiva teórica que apresentamos em nosso texto, especialmente Löwy (1995) e Therborn (1991), a ideologia enquanto “visão social de mundo” constitui a subjetividade do sujeito, isto é, a maneira da consciência do homem enquanto “ser no mundo”. Em se tratando da ideologia nacional, este homem consciente se reconhece enquanto um ser que existe em determinado momento da História e que é membro de um mundo significativo no qual ocupa determinado lugar. A partir desta identificação pessoal, pode ser construída uma identidade coletiva: a de comunidade, que diferencia os que pertencem daqueles que não pertencem, isto é, do “Outro”. Isso não significa que o território não tivesse importância neste contexto, pelo contrário, a sua conquista era o objetivo final. Contudo, a sua apropriação material dependia da sua construção simbólica. Isso quer dizer que, caso não houvesse uma identificação das pessoas que habitavam aquele território com o Estado que o administrava, seria possível que houvesse movimentos separatistas que levassem à sua fragmentação.

No caso brasileiro, o que percebemos nos textos de A. de A que analisamos em nossa investigação, em concordância com o discurso hegemônico, é que o “nós” foi representado pela figura do “mestiço”, considerado o “típico brasileiro” por ter sido resultante da “mistura” do índio, do europeu e do africano. No entanto, este era apresentado como “inferior” ao europeu branco.

Em termos de “civilização”, o que diferenciava o Brasil da Europa (já que os indígenas e africanos não eram considerados civilizados), era a exuberância da natureza, presente

nos “quatro cantos” do país. Assim, ela era considerada, também, um de seus elementos unificadores. A missão do “povo” seria, então, ocupar seu território que, supostamente seria um grande “vazio demográfico”.

Observamos nos textos analisados que A. de A. contribuiu para a realização de trabalhos de campo que tornaram possível a construção de um inventário do Brasil, de um diagnóstico de seus problemas e o que deveria ser feito para solucioná-los. No entanto, estes problemas, não eram relacionados às desigualdades sociais existentes no país, mas sim àquilo que impedia ou retardava o alcance o “progresso”.

Entre eles, encontra-se teoria dos “dois Brasis”, pautada pela dicotomia litoral-sertão, associados, respectivamente, ao “progresso” e ao “atraso”. Esta foi uma das principais contradições relacionadas ao processo de construção da identidade nacional: sua singularidade encontrava-se na tradição sertaneja e na natureza, associados ao primitivismo, enquanto para se tornar um grande Estado nacional era necessária a modernidade. A natureza, até então dadivosa, tornou-se, então, “infernal” e deveria ser domada e transformada em “recurso natural”.

A cultura dos sertanejos, considerados todos aqueles povos que habitavam o “interior” do Brasil e cujos gêneros de vida não se enquadravam na cultura de mundo capitalista, deveria ser registrada, por meio de textos e imagens, para compor os documentos históricos e o acervo de museus, pois esses miseráveis e famintos deveriam ser “assimilados” pela economia nacional e, por esse processo, estariam fadados ao desaparecimento. Além disso, o Brasil era uma nação “majoritariamente branca” e a tendência era que, com o tempo, os tipos mestiços e negros fossem desaparecendo, como ficou claro no mapa representativo da população brasileira (figura 8) e na pintura “a rendição de Cam” (figura 10)

A ideia de progresso e o processo de ocupação do interior do Brasil estavam diretamente relacionados à consolidação do modo de produção capitalista neste Estado nacional. O contexto, desde o fim da República Velha, era de industrialização e urbanização, realizadas principalmente no litoral. Além disso, era frequente a crítica às práticas de subsistência efetuadas na “interlândia”, caracterizadas como sendo de técnicas “rudimentares” e “primitivas”. Para A. de A. esse era um dos principais problemas do Brasil e que deveria ser sanado para que o país integrasse o rol das nações desenvolvidas. Reiteramos que problemáticas associadas à luta de classes e às

desigualdades sociais, que na época apareciam como pautas de alguns teóricos marxistas nas ciências sociais produzidas no Brasil, tais como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, não apareciam nas reflexões do autor.

Aroldo de Azevedo acreditava na neutralidade da ciência. No entanto, o que pudemos perceber em nossa investigação é que o discurso geográfico de A. de A., repetimos, nos textos aqui investigados, contribuiu para a legitimação de determinadas concepções afeitas à ideologia nacional e à consolidação do Estado burguês que, como vimos, é uma instituição fundamental para a (re)produção das relações de dominação e exploração de classe. Isto quer dizer que o geógrafo paulista, enquanto “autoridade acadêmica” disseminou e fortaleceu ideias que cumpriram um papel de convencimento na medida em que forneceram subsídios para a criação de um “imaginário coletivo comum”, uma “visão social” primordial para o estabelecimento da nação brasileira.

Podemos dizer, então, que a sua prática geográfica era ideológica e também política, sem significar que era “falsa” ou “enganadora”, mas sim que fazia parte de um conjunto de valores, representações e ideias estabelecidas a partir de um olhar que aconteceu “das caravelas em direção à praia”.

A ideologia nacional brasileira é, também, uma ideologia geográfica na medida em que a consciência do espaço é trabalhada em um sentido político (MORAES, 1988). Tendo em vista que as ideologias podem ser conservadoras ou revolucionárias, repressivas ou emancipatórias, consideramos que a ideologia nacional brasileira, promovida também por A. de A., é conservadora e repressiva, por se tratar de uma imposição cultural/econômica baseada na continuidade do sistema colonial português, ainda que o Brasil tenha se tornado “independente” do país lusitano.

Além disso, o modo de produção capitalista se fundamenta por meio da dominação: dos homens sobre a natureza e dos homens sobre outros homens. Dessa forma, a ideologia geográfica azevediana contribuiu para a legitimação do poder político, econômico e ideológico das classes dominantes no Brasil.

Dito isso, pensamos que respondemos às perguntas sobre a eficácia política dos discursos ideológicos e o papel da Geografia de A. de A. enquanto prática política. O discurso ideológico do geógrafo paulista possuía eficácia política porque, enquanto

prática política contribuiu para a construção de um consenso social, mesmo que míope aos processos em curso na produção do espaço brasileiro.

Consideramos que nossa pesquisa trouxe interessantes elementos sobre Aroldo de Azevedo e as discussões sobre a ideologia nacional brasileira e a ciência geográfica. No entanto, este tema está longe de ter se esgotado. Sugerimos, como novas possibilidades de pesquisa, investigar quais as instituições adotaram a obra deste autor; quem foram seus alunos e se eles deram continuidade ou romperam com suas concepções teórico-metodológicas; qual o impacto da adoção de suas publicações voltadas ao ensino básico bem como quais em quais regiões brasileiras elas foram utilizadas. Em nenhum momento dessa pesquisa tivemos como objetivo desmerecer o trabalho de Aroldo de Azevedo, pelo contrário, reconhecemos a sua imensa importância no desenvolvimento da Geografia paulista e brasileira e, exatamente por isso, escolhemos seus textos como objeto de estudo. Foi devido à sua grande influência que pensamos que analisar a dimensão ideológica de suas publicações seria uma contribuição importante para melhor compreender a relação entre a ciência geográfica e a construção/consolidação da ideologia nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. R. Estado-Nação e Ideologia: Elementos para uma discussão. In. DEL GAUDIO, Rogata Soares e PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **Geografias e Ideologias: Submeter e Qualificar**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

_____. Estado-nação e ideologia nacional. Tese de doutorado. Unicamp. 1990.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In ZIZEK, Slavoj. (org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro; Ver. De trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Companhia das Letras. 2008.

ANGOTTI-SALGUEIRO, H. Introdução à terceira parte. In: _____. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: Edusc, 2006. p. 193-222.

_____. **A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2.p. 21-72. jul.-dez. 2005.

ARAÚJO, G. C. C. **Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)**. Unesp. Rio Claro. 2016 (Tese de doutorado).

Arquivo Nacional (AN), Fundo Paulo de Assis Ribeiro (PAR), Caixa 16, pasta 2, p.10-11.

AZEVEDO, A. O ensino de Geografia no curso secundário. in: VANDERLI, C. (org.) **Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)**. São Paulo, 2012. p. 66-68

_____. **A Geografia francesa e a geração dos anos setenta**. Boletim Paulista de Geografia. 1976. p. 7-29

_____. O conceito antigo de Geografia deve ser sepultado. Boletim Geográfico. n. 178. Rio de Janeiro, 1965. p. 107-109.

_____. **Rondon, o geógrafo**. Boletim Paulista de Geografia. n. 42. São Paulo. 1965. p. 51-63.

_____. **Em defesa da Geografia**. Boletim Geográfico n. 168: 291-294, Rio de Janeiro, 1962.

_____. **A obra de Gilberto Freyre examinada à luz da geografia**. Boletim Paulista de Geografia. n. 36. 1960. p. 74-82.

_____. **Aldeas e aldeamentos de índios.** Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. N. 33. Outubro de 1959. p. 23-40.

_____. **Dez anos de Existência.** Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 1958. p. 3-4.

_____. **A Geografia a serviço da Política.** Boletim Paulista de Geografia n. 21 : 42-68, São Paulo, 1955.

_____. **A Geografia em São Paulo e sua evolução.** In: Boletim Paulista de Geografia. Março, 1954, nº 16. p. 45-65.

_____. **Cinco anos de existência.** Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. 1953. p. 3-4.

_____. **Regiões e paisagens do Brasil.** Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1952.

_____. **“Os sertões” e a geografia.** Boletim Paulista de Geografia. n. 5. São Paulo, 1950. p. 23-44.

_____.; SILVEIRA, J. D. **O ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.** Boletim Paulista de Geografia. n. 3. São Paulo, 1949. p. 76-83;

_____.; Palavras de apresentação. Boletim Paulista de Geografia. n. 1. São Paulo, 1949. p. 2.

_____. **Dez anos de ensino de Geografia superior.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro Abril/junho 1946. p. 227-242

_____. **O império colonial português e o Brasil:** um esboço de geografia política. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo. 1942. p. 347-356.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo. HUCITEC, 1977.

BARBATO, L. F. T. **A construção da identidade nacional brasileira:** necessidade e contexto. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 8 n. 15 – UFGD – Dourados, jan/jun. 2014. p. 1-15.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas. Unicamp. 1996.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N. (org.). **Dicionário de política.** 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. Págs. 954-962.

BORGES, D. A identidade fraturada do Brasil na visão de Euclides da Cunha. in: LAUERHASS, L. NAVA; C. (orgs.). **Brasil uma identidade em construção.** São Paulo. Ática, 2007. p. 39-54.

BORNHEIM, G. A natureza do Estado moderno. In: NOVAES, A. (org.) **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

BOURDIEU, P.. **Campo de poder, campo intelectual** – itinerario de un concepto. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

_____. **Os usos sociais das ciências** – por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BRENT, G. R. Análise crítica do discurso: uma proposta transdisciplinar para a investigação crítica da linguagem. In: LIMA, C. H. P.; PIMENTA, S. M. O.; AZEVEDO, A. M. T. (orgs.). **Incursões semióticas**: teoria e prática de gramática sistêmico-funcional, multimodalidade, semiótica social e análise crítica do discurso. Rio de Janeiro. Livre Expressão, 2009. Págs. 118-138.

BRITO, R. C. L.; PIMENTA, S. M. O. A gramática do design visual. In: LIMA, C. H. P.; PIMENTA, S. M. O.; AZEVEDO, A. M. T. (orgs.). **Incursões semióticas**: teoria e prática de gramática sistêmico-funcional, multimodalidade, semiótica social e análise crítica do discurso. Rio de Janeiro. Livre Expressão, 2009. Págs. 87-117.

CADILHO, C. da C. **O negro e o mestiço na pintura de Candido Portinari na década de 1930**. CEFET. Rio de Janeiro. 2015 (Dissertação de Mestrado).

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Cultura e democracia** – o discurso competente e outras falas. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 1982.

COLOMBO, Silvana. **Estado, soberania e poder**: uma visão a partir da sociedade internacional. Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 8, n. 1. jan./jun. 2007. , p. 61-74

COSTA, R. H.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil Brasil?** Rocco. Rio de Janeiro. 1986.

DEFFONTAINES, P. **Os indivíduos-tipos do Brasil**. Boletim geográfico. Maio de 1947, nº 50. p. 140-146.

_____. **Dez anos de Trabalho Geográfico**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro Abril/junho 1946. p. 251-252

_____. **Pequeno Guia do Viajante ativo**. Boletim geográfico. Setembro de 1943, nº 6. p. 9-14.

DEL GAUDIO, R. S.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **Geografias e Ideologias: Submeter e Qualificar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DEL GAUDIO, R. S. **Concepções de nação e estado nacional dos docentes de geografia**. Belo Horizonte, 2006. (tese de doutorado).

DOCA, M. F. S. Vaqueiro do Nordeste. In: **Tipos e Aspectos do Brasil**: Excertos da Revista Brasileira de Geografia. 9ª edição (aumentada). IBGE. Rio de Janeiro, 1970. p. 259-261

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília. Universidade de Brasília. 2001.

FLORENZANO, M. **Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente**. Lua Nova, São Paulo, 71: 11-39, 2007.

FRANÇA FILHO, A. L.. Considerações sobre A Renovação Crítica da Geografia Brasileira. **Geografia em Questão (Online)**, v. 5, p. 11-27, 2012.

FREYRE, G. Manifesto Regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

GODOY, P. R. T. **História do Pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo. UNESP. 2010.

GOLDMANN, L. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro, 1979.

GOMES, P. C. da C.; BERDOULAY, V. **Imagens na geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 27 (2): 356-371. 2018.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia (UFF)*, v. 17, p. 19-45, 2008.

HOBBSBAWN, E. **Nações e nacionalismos desde 1780** – programa, mito e realidade. São Paulo. Paz e Terra, 1991.

_____. A invenção das tradições. In: HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional Grammar**. 3. ed. London: Hodder Education, 2004.

_____. **An introduction to functional grammar**. 2. Ed. London: Edward Arnold, 1994.

JURT, J. **O Brasil**: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Revista MANA* 18(3): 471-509, 2012.

KRESS, G.; VAN LEEWEN. **The Grammar of visual design**. London: Routledge, 2006

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas. Papirus, 1988.

LAUERHASS, L.; NAVA, C. (orgs.). **Brasil: uma identidade em construção**. São Paulo. Ática. 2007.

LEFORT, C. Nação e soberania. In: NOVAES, A. (org.) **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

LEVI, L. Nacionalismo. In: BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. Pags. 799-806

LIMA, J. M. C. **Percy Lau: um artista a serviço da geografia**. Boletim geográfico. Ano IV. N. 43. 1946. P. 846- 851.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro. Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOTIERZO, T. H. P.; SCHWARCZ, L. **Raça, gênero e projeto branqueador: “a Redenção de Cam”**, de Modesto Brocos. In: Artelogie, nº 5, Outubro de 2013. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254>. Acesso em: Jan/2020.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**. São Paulo. Cortez, 1995.

MAIA, J. M. E. **Fronteiras e state-building periférico**. O caso da Fundação Brasil Central. Varia História, Belo Horizonte, vol. 35, n. 69, set/dez 2019. p. 895-919;

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

MARÉS, C. F. Soberania do povo, poder do Estado. In: NOVAES, A. (org.) **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

MATTEUCCI, N. Soberania. In: BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. Pgs. 1179-1188

_____. Liberalismo. In: BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. P. 686-705

MCLELLAN, D. **A ideologia**. Lisboa. Ed. Estampa. 1987.

MENDIBIL, D. O sistema iconográfico da geografia clássica francesa e Pierre Monbeig. In: **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: Edusc, 2006. p. 233-247.

MONBEIG; P. AZEVEDO, A. CARVALHO, M. C. V. **O ensino secundário da geografia**. Boletim Paulista de Geografia. n. 79. p. 107-113. 2003. (transcrito da publicação Geografia n. 4. 1935. p. 77-83).

MONBEIG, P. **Geografia e Folclore**. p. 1145- 1147. Boletim Geográfico. Ano VI. N. 70. Janeiro de 1949.

MORAES, A. C. R. **Geografia, interdisciplinaridade e metodologia**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 09-39, apr. 2014. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/geousp/article/view/81075/84723>

MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. (Local) Annablume. 2005.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. Estudo, Históricas, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 166-176.

_____. (org.). **Ratzel**. Editora ática. 1990.

_____. **Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil**. Hucitec. São Paulo. 1988.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: As matrizes brasileiras**, volume 3. São Paulo, Contexto, 2016.

_____. **O Círculo e a Espiral: a Crise Paradigmática do Mundo Moderno**. Brasil: Obra Aberta. 1993.

_____. **Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988**, in: Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, AGB- Presidente Prudente: 1992. p. 5-39

MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo. Ed. 34. 2008.

NAVA, C. Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945). In: LAUERHASS, L.; NAVA, C. (orgs.). **Brasil: uma identidade em construção**. São Paulo. Ática. 2007. p. 105-128.

NOVAES, A. Invenção e crise do Estado-nação. In: NOVAES, A. (org.) **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

ORLANDI, J. O. **O arquivo fotográfico do Geógrafo**. in: VANDERLI, C. (org.) **Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)**. São Paulo, 2012. p. 58-63.

PASSOS, J. L.; SILVA, V. C. O significado de cultura de Gilberto Freyre em Casa-grande & senzala. in: LAUERHASS, L. NAVA; C. (orgs.). **Brasil uma identidade em construção**. São Paulo. Ática, 2007. p. 55-78.

PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise crítica do discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa. Caminho. 1997. p. 19-46.

PEREIRA, D. B. ; **DEL GAUDIO, R. S.**. 'Ideologias Geográficas': ainda (im)pertinentes?. In: XII ENANPEGE: Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento, 2017, Porto Alegre. Anais do XII ENANPEGE: Geografia,

PEREIRA, G. S. As **expedições científicas e o conhecimento do Brasil** (Editorial do Mês). Boletim Geográfico, Novembro de 1943, Nº 8. p. 3-4.

PEREIRA, J. V. da C. **O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha**. Boletim Paulista de Geografia. n. 4. São Paulo, 1950. p. 48-60.

PICCOLI, V. O Brasil na "Viagem pitoresca e histórica" de Debret. In: **I Encontro de História da Arte**. Revisão historiográfica: o estado da questão., 2004, Campinas. Revisão historiográfica: o estado da questão. Campinas: Unicamp/IFCH, 2004. v. 3. p. 186-193.

POGREBINSCHI, T. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A geografia está em crise. Viva a geografia**. Boletim Paulista de Geografia, v. 55, p.5-29, 1978

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. A posição dos povos naturais na humanidade. In: MORAES, A. C. R. **Ratzel**. Editora ática. 1990.

_____. Essência, origem e difusão da civilização. In: MORAES, A. C. R. **Ratzel**. Editora ática. 1990.

_____. O Estado. In: MORAES, A. C. R. **Ratzel**. Editora ática. 1990.

_____. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, A. C. R. **Ratzel**. Editora ática. 1990.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil 1**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro. FGV. 2007.

ROSSOLILLO, F. **Nação**. In: BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. Pgs. 795-799.

ROTELLI, E. Ancien Regime. In: BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. Pags. 29-32.

SAMPAIO, A. J. **A criação do museu geográfico do C. N. G.** Boletim Geográfico, Novembro de 1943, Nº 8. p. 3-4.

SAMPAIO, E. **O argumento do criador do conhecimento em Nietzsche**. KRITERION, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 89-106.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record. 2012.

_____. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia à geografia crítica. Edusp. São Paulo. 2012.

SANTOS, W. **A obra de Aroldo de Azevedo** – uma avaliação. Rio Claro. 1984 (dissertação de mestrado).

SCHIERA, P. Estado Moderno. In: BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de política**. 11. Ed. Brasília. Ed. Da UNB, 1998. p. 425-43.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89-109, 2012.

SILVA, M. M. **A propósito da palavra sertão**. **Boletim Geográfico**. Ano VIII. N. 90. Setembro de 1950. p. 637-644

SILVEIRA, J. D. A excursão no ensino da Geografia. in: VANDERLI, C. (org.) **Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia**: textos selecionados das primeiras publicações da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944). São Paulo, 2012. p. 69-73

SOARES, L. D. G. **O encontro com o mundo**: uma busca pela totalidade na geografia. Belo Horizonte. 2015. (Trabalho de conclusão de curso).

SOARES, L. O Novo Mundo e a Revolução Científica nos Séculos XVI e XVII. In: GOLDFARB, Ana Maria e MAIA; Carlos (orgs). **História da ciência**: o mapa do conhecimento. São Paulo: Edusp, 1996.

SOARES. L. de C. Negras Baianas. In: **Tipos e Aspectos do Brasil**. IBGE. p. 197-199.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia**. Geografia e ideologia. Petrópolis, RJ. Vozes, 1976.

THERBORN. G. **La ideologia del poder y el poder de la ideologia**. México: Siglo Ventiuno Ed. 3ª Ed. 1991.

THIÈSSE, A. M. As identidades nacionais: um paradigma transnacional. In. DEL GAUDIO R. S. e PEREIRA, D. B. (Orgs.). **Geografias e Ideologias: Submeter e Qualificar**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

Tipos e Aspectos do Brasil: Excertos da Revista Brasileira de Geografia. 9ª edição (aumentada). IBGE. Rio de Janeiro, 1970.

VARGAS, G. **Discurso do Rio Amazonas**. Revista Brasileira de Geografia. n.4 Abril-Junho, 1942. p.259-262.

VESENTINI, S. W. **Repensando a geografia política**. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. Revista do Departamento de Geografia, 20 (2010) 127-

142. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47246/50982>. Acesso em: Fev. 2019.

VLACH, V. **Acerca da Geografia, da política, da geograficidade**: fragmentos metodológicos. Sociedade e natureza. Uberlândia, 11(21 e 22): 97-109, Jan/dez. 1999.

WAGLEY, C. **Regionalismo e unidade cultural do Brasil**. Boletim Geográfico. Ano VI. N. 67. Outubro de 1948. p. 716-724

WOLFF, F. A invenção da política. In: NOVAES, A. (org.) **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

ZARUR, J. **Fundação Brasil Central**. Boletim geográfico. n. 12, março 1944. p. 3-4.

PUBLICAÇÕES DE AROLDO DE AZEVEDO

Textos Acadêmicos e Biografias

1. O ensino secundário da Geografia. Geografia, I, n. 4 : 77-83, São Paulo, 1935. Com Pierre Monbeig e M. C. V. de Carvalho.
2. O ensino da Geografia no curso secundário. Geografia, II, n. 4 : 67-69, São Paulo, 1936.
3. A expansão dos povos amarelos às margens do Pacífico. Revista de Ciências Econômicas, II, n. 1, São Paulo, 1939.
4. Conseqüências da expansão amarela às margens do Pacífico. Revista de Ciências Econômicas, II, n. 1, São Paulo, 1940.
5. Alvorecer das vias férreas. Revista de Ciências Econômicas, II, n. 5, São Paulo, 1940.
6. Goiânia, uma cidade “criada”. Revista Brasileira de Geografia, III, n. 1, 3-19, Rio de Janeiro, 1941.
7. Mauá, bandeirante do século XIX. Revista de Ciências Econômicas, III, n. 1, São Paulo, 1941.
8. “Fundamental of Economic Geography”, de Bengston e Van-Royen. Revista de Ciências Econômicas, III, n. 2, São Paulo, 1941.
9. Monografias Regionais (Planos sumários para pesquisas de caráter geográfico). São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1943.
10. Subúrbios de São Paulo: primeiros estudos. Revista Anuário, Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientiae*, São Paulo, 1943.
11. A imigração no Brasil de após-guerra. Boletim Geográfico, I, n. 11 : 37-43, Rio de Janeiro, 1944.
12. O Império Colonial Português e o Brasil: um esboço de geografia política. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, volume V, CNG, Rio de Janeiro, 1944.
13. O Vale do Paraíba: trecho paulista. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. V, CNG, Rio de Janeiro, 1944.
14. “Terminologia physico-geográfica do Brasil” do Alm. Dario Paes Leme de Castro; “Economic Geography of South América” de Whitbeck e Williams; “Land der Zukunft-Reisi in Brasilien” de Herman Ullman. Revista Bibliográfica da Reitoria da USP, n. 2, São Paulo, 1944.
15. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. Boletim AGB, ano IV, n. 4, São Paulo, 1944.
16. Os concursos de Geografia para o magistério secundário. Boletim AGB, ano IV, n. 5, São Paulo, 1944.
17. A cidade de Salvador. In: Recôncavo da Bahia, Boletim da FFCLUSP, n. 38, São Paulo, 1944.

18. O ensino da geografia européia nos cursos secundários. Boletim Geográfico n. 32, 1078-1079, Rio de Janeiro, 1945.
19. Subúrbios orientais de São Paulo. Tese para concurso de cátedra. São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1945.
20. A Penha e suas “vilas” satélites. Revista Anuário, Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientiae*, São Paulo, 1945.
21. A região de Juazeiro e Petrolina. Boletim da FFCLUSP n. 55, Geografia n. 2, São Paulo, 1946.
22. Considerações em torno da geografia e do seu ensino (aula inaugural dos cursos da FFCLUSP). Departamento de Geografia da FFCLUSP n. 1, São Paulo, 1946.
23. Dez anos de ensino superior de Geografia. Revista Brasileira de Geografia, VIII, n. 2 : 227-238, Rio de Janeiro, 1946.
24. O Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo. Boletim Paulista de Geografia, n. 2 : 43-53, São Paulo, 1949.
25. O ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia da USP. Boletim Paulista de Geografia, n. 3 : 76-83, São Paulo, 1949. Com J. D. da Silveira.
26. Excursão à região de Lorena e à Serra de Bocaina (Relatório). Anais da AGB, vol. I : 19-36, São Paulo, 1949. Com Francis Ruellan.
27. Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional. Revista da USP, n. 1, São Paulo, 1950.
28. “Os Sertões” e a Geografia. Boletim Paulista de Geografia, n. 5 : 23-44, São Paulo, 1950.
29. “La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l’époque de Phillippe II” de Fernand Braudel. Boletim Paulista de Geografia n. 5 : 68-69, São Paulo, 1950.
30. “Contribuição à geologia dos derrames basálticos do sul do Brasil” de Vítor Leinz. Boletim Paulista de Geografia n. 5 : 70-71, São Paulo, 1950.
31. São Paulo, metrópole moderna (fotografias comentadas). Boletim Paulista de Geografia, n. 5 : 53-60, São Paulo, 1950. Com Paulo Camilher Florençano.
32. Regiões climático-botânicas do Brasil. Boletim Paulista de Geografia, n. 6 : 32-43, São Paulo, 1950.
33. Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1950.
34. Barão de Cocais – estudo geográfico de um pequeno centro siderúrgico de Minas Gerais (Relatório). Anais da AGB, São Paulo, 1950.
35. La Capitale: Salvador (ou Bahia). Em “Salvador et lê Recôncavo de Bahia. Cahiers d’outre mer n. 15, Bordeaux.
36. Viagem ao Maranhão. Boletim da FFCLUSP n. 120, Geografia n. 6, São Paulo, 1951. Com D. L. de Mattos.
37. Programa de Geografia para o curso secundário. Boletim Geográfico IX, n. 101 : 555-558, Rio de Janeiro, 1951.

38. Teresina, Capital do Piauí (fotografias comentadas). Boletim Paulista de Geografia, n. 8 : 59-67, São Paulo, 1951.
39. “Paisagens Culturais da Baixada Fluminense” de Renato da Silveira Mendes. Boletim Paulista de Geografia, n. 8 : 72, São Paulo, 1951.
40. São Paulo, cidade tentacular. Paulistânia n. 38, São Paulo, 1951.
41. Brasilien Cities: a sketch of Urban Geography. Revue Canadienne de Géographie, n. V, Montreal, 1951.
42. Didática e divulgação geográfica. Anais da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia. Instituto Pan-Americano de Geografia e História, vol I, Rio de Janeiro, 1952. (participação) Importante?
43. Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália (O ocaso do Segundo Império através de documentos inéditos). Revista de História n. 10 (separata), São Paulo, 1952.
44. Paisagens do Rio Grande do Sul (impressões de viagem). Boletim Paulista de Geografia n. 12 : 47-64, São Paulo, 1952.
45. Cinco anos de existência. Boletim Paulista de Geografia n. 13 : 3-4, São Paulo, 1953.
46. Cuiabá, capital do Mato Grosso (fotografias comentadas). Boletim Paulista de Geografia n. 15 : 69-79, São Paulo, 1953.
47. São Luís do Maranhão (primeiros estudos). Anais da AGB, vol. V, tomo I : 25-40, São Paulo, 1953.
48. São Paulo, Stadt des dynamischen wachstums. Staden Jahrbuch, vol. 3 : 31-42, São Paulo, 1953.
49. Abertura do 1. Congresso Brasileiro de Geógrafos (discurso de saudação). Anais da AGB, vol. 8, tomo 1 : 11-25, São Paulo, 1954.
50. Estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. Reunião cultural da AGB (17.09.1954), São Paulo, 1954.
51. Aspectos da Lorena Imperial (um esboço de geografia urbana retrospectiva). São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1954
52. A Geografia em São Paulo e sua evolução. Boletim Paulista de Geografia n. 16 : 45-65, São Paulo, 1954.
53. Regiões e paisagens do Brasil. Editora Nacional, série Brasileira, 2. edição ampliada, São Paulo, 1954.(SITE BRASILIANA)
54. Prof. José Veríssimo da Costa Pereira (1904-1955). Boletim Paulista de Geografia n. 21 : 3-10, São Paulo, 1955.
55. A Geografia a serviço da Política. Boletim Paulista de Geografia n. 21 : 42-68, São Paulo, 1955.
56. Os geógrafos paulistas e o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Boletim Paulista de Geografia n. 23 : 3-4, São Paulo, 1956.

57. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva). Boletim da FFCLUSP n. 208, Geografia n. 11, São Paulo, 1956.
58. Paisagens do Mato Grosso. Boletim Paulista de Geografia n. 24 : 99-104, São Paulo, 1956. (com Pierre Deffontaines).
59. Manual bibliográfico da geografia paulista (Comissão de Geografia Regional do CNG – presidente e relator geral). IBGE-CNG, São Paulo, 1957.
60. Cuiabá – Estudo de Geografia Urbana (Relatório). Anais da AGB, vol. II, tomo II, São Paulo, 1957.
61. Embriões de cidades brasileiras. Boletim Paulista de Geografia n. 25, 31:69, São Paulo, 1957.
62. Arraiais e corrutelas. Boletim Paulista de Geografia n. 27 : 3-26, São Paulo, 1957.
63. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana (organizador e dois capítulos). Editora Nacional, 4 volumes, série Brasileira vol. 14, São Paulo, 1958.
64. Keimzellen brasilianischer Stadte. Stadlen Jahrbuch, tomo 6, São Paulo, 1958.
65. Contribuição para um vocabulário geológico (A-L). Boletim Paulista de Geografia n. 29 : 65-96, São Paulo, 1958.
66. Dez anos de existência. Boletim Paulista de Geografia n. 30 : 3-4, São Paulo, 1958.
67. Contribuição para um vocabulário geológico (M-Z). Boletim Paulista de Geografia n. 30 : 63-93, São Paulo, 1958.
68. Aldeias e aldeamentos de índios. Boletim Paulista de Geografia n. 33 : 23-40, São Paulo, 1959.
69. Alexander Von Humboldt, naturalista e geógrafo. Boletim Paulista de Geografia n. 32, 54-72, São Paulo, 1959.
70. El Brasil y el fenómeno de la urbanización. Estuário n. 4 e 5, Montevideo, 1959.
71. Panorama da produção agro-pecuária brasileira em 1958: uma análise estatístico-geográfica. Boletim da FFCLUSP n. 234, Geografia n. 13, São Paulo, 1960.
72. São Paulo, metrópole do planalto. Em “A marcha do café e as frentes pioneiras”. Guia de excursão n. 3, XVIII Congresso Internacional de Geografia, CNG, Rio de Janeiro, 1960.
73. Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália (A vida de um “Barão do Café”). Revista de História n. 44 (separata), São Paulo, 1960.
74. Estrutura Economia do Rio Grande do Norte. Boletim Paulista de Geografia n. 35 : 74-82, São Paulo, 1960.
75. A obra de Gilberto Freyre examinada à luz da Geografia. Boletim Paulista de Geografia n. 36 : 74-82, São Paulo, 1960.

76. Notas sobre o ensino da Geografia em Universidades dos Estados Unidos. Boletim Paulista de Geografia n. 37 : 66-90, São Paulo, 1961.
77. O livro didático: sua grande missão e suas condições mínimas. Boletim Paulista de Geografia n. 38 : 38-42, São Paulo, 1961.
78. São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional. Boletim Paulista de Geografia n. 39 : 12-46, São Paulo, 1961.
79. Garanhuns – Estudo de Geografia Urbana (Relatório). Anais da AGB, volume IX, tomo II, São Paulo, 1961.
80. Geografia das metrópoles brasileiras. Os estudos existentes: seus caracteres e sua orientação. Anais da AGB, vol. XII, São Paulo, 1961.
81. José Vicente de Azevedo, sua vida e sua obra (1859-1944). Editora Biblos, São Paulo, 1962.
82. Em defesa da Geografia. Boletim Geográfico n. 168 : 291-294, Rio de Janeiro, 1962.
83. Arnolfo Azevedo – infância e adolescência (1868-1887). Editora Nacional, São Paulo, 1962.
84. Pinheiros – Aspectos geográficos de um bairro paulistano. FFCLUSP-EDUSP, São Paulo, 1963.
85. Arnolfo Azevedo – Acadêmico de Direito (1887-1891). Editora Nacional, São Paulo, 1963.
86. Arnolfo Azevedo – Início da vida pública (1891-1899). Editora Nacional, São Paulo, 1963.
87. Brasil: a terra e o homem – volume I: As bases físicas (direção, organização e um capítulo). Editora Nacional/EDUSP, série Brasiliana, São Paulo, 1964.
88. A Baixada Santista – aspectos geográficos (coordenação geral). Edusp, 4 volumes, São Paulo, 1965.
89. Rondon, o geógrafo. Boletim Paulista de Geografia n. 42 : 51-63, São Paulo, 1965.
90. Cochranes do Brasil (A vida e a obra de Thomas Cochrane e Ignácio Cochrane). Editora Nacional, série Brasiliana n. 327, São Paulo, 1965.
91. O conceito antigo de Geografia deve ser sepultado. Boletim Geográfico n. 178 : 107-109, Rio de Janeiro, 1965.
92. O Mundo Antigo (expansão geográfica e evolução da geografia). DESA/EDUSP, coleção Buriti n. 9, São Paulo, 1965.
93. Arnolfo Azevedo – O fazendeiro (1898-1919). Editora Nacional, São Paulo, 1968.
94. Arnolfo Azevedo – Parlamentar da Primeira República (1868-1942). Editora Nacional, série Brasiliana n. 346, São Paulo, 1968.
95. Geografia do Brasil: bases físicas, vida humana e vida econômica. Editora Nacional, São Paulo, 1969.

96. Brasil: a terra e o homem – volume II: As bases humanas (direção, organização e um capítulo). Editora Nacional/EDUSP, São Paulo, 1970.
97. A Geografia Francesa e a geração dos anos setenta. Boletim Paulista de Geografia n. 50 : 7-28, São Paulo.

Livros Didáticos (Ordem cronológica das primeiras edições)

1. Geographia Humana (1934).
2. Geographia, 2ª série (1935).
3. Geographia, 3ª série (1935).
4. Geographia, 4ª série gynasial (1935).
5. Geographia, 1ª série escolar (1936).
6. Geografia, 5ª série (1936).
7. Corografia do Brasil (1938).
8. Geografia – curso comercial (1939).
9. Geografia Geral, 1ª série ginásial (1943).
10. Geografia Geral, 2ª série ginásial (1943).
11. Geografia do Brasil, 3º ano (1944).
12. Geografia do Brasil, 4º ano ginásial (1944).
13. Geografia das crianças (1947).
14. Geografia física, 1ª série colegial (1947).
15. Geografia regional, 2ª série colegial (1949).
16. Geografia humana do Brasil, 3º ano colegial (1950).
17. Leituras geográficas, 1ª e 2ª séries (1951).
18. Leituras geográficas, 3ª e 4ª séries (1951).
19. Programa de admissão (1956).
20. Leituras geográficas, curso ginásial (1958).
21. As regiões brasileiras (1962).
22. Terra brasileira (1963).

23. Os continentes (antiga geografia geral, 2ª série)(1963).
 24. O mundo em que vivemos (1964).
 25. As regiões brasileiras (nova edição) (1966).
 26. Os continentes (nova edição) (1968).
 27. Geografia do Brasil (1969).
 28. O Brasil no Mundo (1970).
 29. O Brasil e suas regiões (1971).
- O mundo que nos rodeia (1974).

ANEXOS

ANEXO 1:

Primeira série

ELEMENTOS DE COSMOGRAFIA E DE GEOGRAFIA FISICA, BIOLOGICA E HUMANA:

I. Universo. Sistema solar. Terra. Lua. Linhas e círculos da esfera terrestre. Longitude e latitude. Dias e noites. Estações. Orientação.

II. Estrutura da Terra. Relevo. Costas. Oceanos e mares. Rios e lagos. Atmosfera: o clima e as grandes zonas climáticas.

III. Distribuição dos vegetais e dos animais sobre a Terra.

IV. População da Terra. Raças. Religiões. Gráus de civilização.

Segunda série

GEOGRAFIA GERAL DOS CONTINENTES:

Estudo dos continentes (America, Europa, Asia, África, Oceania). – Situação geográfica. Relevo. Costas. Hidrografia. Climas. Riquesas naturais. Populações. Divisões políticas. Principais centros urbanos. Recursos economicos.

Dentro de cada continente serão estudados com maior minucia os principais países, a saber: Estados-Unidos, Canadá, Argentina, Ilhas

Britanicas. França, Alemanha, países da Europa Central, Italia, países Ibericos, U. R. S. S., Japão, China, India, Egito, União Sul-Africana, Austrália e Nova Zelândia.

Terceira série

GEOGRAFIA GERAL DO BRASIL:

I. Situação geográfica. Fronteiras terrestres. Relevo. Costas. Hidrografia. Climas. Riquesas naturais.

II. População. Formação territorial e questões de fronteiras. Governo. Produtos agrícolas. Criação de gado. Industrias extrativas. Vias e meios de comunicação e de transporte. Comercio.

III. Geografia regional, focalizando as feições físicas, a evolução historica e os problemas economicos e socais de cada uma das seguintes regiões: Brasil Septentrional, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central.

Quarta série

COSMOGRAFIA E GEOGRAFIA FISICA, BIOLOGICA E HUMANA:

I. A Geografia: historico, conceito e divisão.

II. Sistema solar. Terra. Coordenadas geograficas. Movimentos da Terra. Mecanismo das estações.

III. Crosta terrestre: origem e composição. Eras geologicas. As fôrmas do relevo; tectonica e erosão. Oceanos e mares. A agua do mar. Movimentos do mar. Relevo submarino. Rios. Lagos. Atmosfera: temperatura e pressão. Meteoros. Climas.

V. Geografia Humana: conceito e objeto. Raças. Línguas e religiões. O homem e o meio: generos de vida e gráus de civilização. Habitações. Centros urbanos. Centros de povoamento: fronteiras e movimentos da humanidade. O Estado e suas fôrmas. Fins politico-economicos dos Estados. Moveis políticos das potencias. Política internacional contemporanea. Culturas alimentícias. Plantas industriais. Criação de

animais. Caça e pesca. Explorações minerais. Utilização das forças naturais. Vias e meios de comunicação e de transporte.

PARTE PRATICA: Leitura de cartas topograficas. Leitura de cartas meteorologicas. Explicação de estatísticas e de graficos. Excursões.

Quinta série**GEOGRAFIA DOS PRINCIPAIS PAISES:**

Estudo especial de cada uma das seguintes potencial, nas suas feições físicas e políticas particulares, salientando em cada uma delas os problemas de natureza social ou económica que mais lhe caracterizam a vida internacional: Império Britânico (ilhas Britânicas, Canadá, União Sul-Africana, Índia, Austrália e Nova Zelândia), França e colónias (África do norte e Indo-China), Bélgica e Holanda, Suíça, Alemanha, países da Europa Central, Itália, Portugal, U. R. S. S., Japão, China, Estados- Unidos, Argentina, e o Brasil perante as principais potências.

Fonte: MONBEIG et. al. 2003, p. 111-113

ANEXO 2:**PLANOS PARA FOTOGRAFIAS GEOGRÁFICAS DO BRASIL**

- Indicar: - local, Estado, Cidade, Distrito, Vizinhança.
 - Data
 - Hora da fotografia (antes do meio dia ou depois do meio dia)
 - Sentido contra o qual está voltado o geógrafo

Paisagem

- 1 – Montanhas
- 2 – Vale
- 3 – Rio (aspectos por onde corre)
- 4 – Cachoeira - trecho das margens
- 5 – Pedras e pedreiras
- 6 – Armas e utensílios (caseiros e de trabalho) cerâmica
- 7 – Vias e meios de transporte:
 - Transporte de mercadoria
 - Transporte de passageiro
 - Carro de boi (antigo ou moderno)
 - Os bois do carro, bestas de carga, etc.
 - Carroças, carroções, e caminhões a animal
 - Transporte de toras
 - Transporte motorizado de mercadoria
- Estradas e caminhos
- Trens
- Canoas
- Balsas e “ferry – boats”
- 8 – Cultura agrícola e pastoril:
 - Cafezal – 1 pé de café (com um homem ao lado)
 - Milharal – 1 pé de milho (com um homem ao lado)
 - Canavial, etc. Pé de cana (com um homem ao lado).
 - Hortas
 - Currais e tropas
- 9 – Cercas e porteiras
- 10 – Coivaras
- 11 – Divisa da mata e da coivara
- 12 – Queimada
- 13 – Árvore característica do lugar. Planta medicinal. Trechos de vegetação.
- 14 – Formigueiros (nomes das formigas) cupins (térmitas)

Fonte: ORLANDI, J. O. 2012 p. 64-65

ANEXO 3:

GEOGRAFIA FÍSICA

Titular da cadeira: prof. Dr. João Dias da Silveira. *Assistentes:* profs. Elina Oliveira Santos, Aziz Nacib Ab'Sáber e Maria de Lourdes Pereira de Souza Radesca.

I. *Relêvo do solo.* — Introdução. Topografia fluvial. Influências estruturais. Topografia vulcânica. Movimentos de conjunto e suas conseqüências topográficas. Evolução topográfica nas regiões chamadas tropicais.

II. *Hidrografia.* — Introdução. Oceanos e mares. Os lagos. Os rios.

III. *Clima.* — Introdução. A atmosfera. Tipos de clima. A carta climática do globo e suas relações com a distribuição das paisagens geográficas.

IV. *Biogeografia.* — Introdução. A Biosfera e os seres vivos. Geografia das plantas. Geografia dos animais. Importância dos fenômenos biológicos para a caracterização dos quadros geográficos; relações com o homem.

V. *Estudo regional da África.* — Introdução. Aspectos físicos gerais da África. Estudos regionais de detalhe.

Observação: O presente programa será ministrado dentro do seguinte "currículum":

1.^a série — Relêvo do solo
Hidrografia
Seminário

2.^a série — Relêvo do solo
Climatologia
Seminário

3.^a série — Climatologia
Geografia da África
Seminário

4.^a e 5.^a séries — Geografia da África
Seminário

GEOGRAFIA HUMANA (*)

Titular interino da cadeira: prof. Dr. Aroldo de Azevedo. *Assistentes:* profs. Drs. Ary França, Nice Lecocq-Müller e Renato da Silveira Mendes.

1.^a série

I. *Introdução.* — Evolução da ciência geográfica. Os princípios da geografia moderna. Os grandes quadros climático-botânicos.

II. *Os conceitos fundamentais.* — Os fatos da geografia humana. Relações entre o homem e o meio. A população e seus problemas. Geografia das cidades. Os produtos alimentares. As matérias primas. Os transportes.

III. *Metodologia.* — Orientação para pesquisas e trabalhos de campo. Trabalhos práticos.

2.^a série

I. *Gêneros de vida.* — Os gêneros de vida e seu conceito. A vida nos desertos. A vida nas florestas. A vida nas montanhas.

II. *Produtos alimentares e matérias primas.* — O açúcar. O café. O cacáu. A borracha. O carvão.

III. *Metodologia.* — Técnicas de estudo em geografia humana e econômica.

3.^a série

- I. O "habitat" rural e urbano. — Tipos de povoamento rural. A habitação rural. Geografia das cidades. Monografias urbanas.
- II. Geografia da indústria. — A indústria: conceito e evolução. Tipos de indústria. O petróleo e sua indústria. Indústrias têxteis.
- III. Seminário. — Estudo de problemas de geografia humana e econômica em seus aspectos gerais ou regionais.

4.^a série

- I. Estudos monográficos regionais. — Paisagens de Portugal. A população da Índia. Paisagens da Austrália. A vida econômica da União Soviética.
- II. Geografia dos transportes. — Evolução das vias e dos meios de transporte. As estradas. Vias-férreas. Rodovias. Vias-férreas transcontinentais. Os transportes e o meio geográfico.
- III. Seminário. — Estudo de problemas de geografia humana e econômica em seus aspectos gerais ou regionais.

5.^a série

- Geografia social e geografia política. — Geografia lingüística. Geografia das religiões. Nações e Estados. Fronteiras. A expansão colonial e o imperialismo.

(*) O presente programa poderá ser alterado no todo ou em parte, quando for contratado o professor definitivo da cadeira.

GEOGRAFIA DO BRASIL

Professor catedrático: prof. Dr. Aroldo de Azevedo. *Assistentes:* profs. José Ribeiro de Araujo Filho, Antônio Rocha Penteado e Ely Goulart Pereira de Araujo.

2.^a série

- I. As bases físicas. — O "continente" brasileiro: visão de conjunto. Os grandes traços da geologia brasileira. As grandes unidades do relevo. O Atlântico sul. Morfologia do litoral. O clima e as regiões climáticas. A rede hidrográfica e os regimes fluviais. A vegetação e as regiões botânicas.
- II. Os fatores humanos e econômicos. — A população. Os tipos étnicos. O homem brasileiro e o meio. O "habitat" rural. As cidades. Os ciclos econômicos e sua importância geográfica. As regiões geo-econômicas. A agricultura e seus problemas. A criação de gado. As indústrias extrativas. Indústrias de transformação. Os transportes. O comércio.
- III. Seminário. — Aspectos da geografia brasileira.

3.^a série

- I. Introdução. — O problema das divisões regionais do Brasil.
- II. Estudos regionais. — Amazônia. Nordeste. Região Leste. Região Sul.

4.^a série

- I. Estudos de geografia geral. — A cidade do Rio de Janeiro. O carvão. O ferro. Transportes terrestres.
- II. Estudos de geografia regional. — Baixo-Amazonas. Vale do São Francisco. O litoral meridional e a Serra do Mar. Vale do Paraíba.

5.^a série

- I. Estudos de geografia regional. — Nordeste Ocidental. O sul da Bahia. Espírito Santo. Pantanal matogrossense. Sul de Goiás.
- II. Seminário. — Problemas da geografia brasileira.